

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



VOLUME 34. 2.^a SÉRIE - 2016

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista de História das Ideias

Vol. 34 . 2ª Série - 2016

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A Revista de História das Ideias foi criada no âmbito do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão cega de, pelo menos, dois pares. A Revista de História das Ideias centra-se na história intelectual e na história cultural. Publica artigos sobre história das ideias em diferentes campos: pensamento político, pensamento económico, filosofia, relações internacionais, ciência, religião, artes e literatura.

The Revista de História das Ideias (Journal of History of Ideas) was created under the Institute for the History and Theory of Ideas of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous peer-review process, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The Revista de História das Ideias is devoted to intellectual history and cultural history. It publishes articles on the history of ideas in different subject fields, such as political thought, economic thought, philosophy, international relations, science, religion, arts and literature.

Antigos diretores | Past directors

J. S. da Silva Dias (fundador), Manuel Augusto Rodrigues, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga

Diretora | Director

Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt

Vice-diretores | Assistant directors

João Gouveia Monteiro | joao.g.monteiro@sapo.pt

João Maria André | jmandre@sapo.pt

Coordenadora científica | Scientific Coordinator

Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt

Secretária editorial | Secretary of the editorial board

Maria do Rosário Azenha | ihti@fl.uc.pt

Conselho editorial | Editorial board

José Antunes, University of Coimbra, antunesgjose@gmail.com - Portugal

David Armitage, Harvard University, armitage@fas.harvard.edu - USA

Pierre-Yves Beaurepaire, University of Nice Sophia Antipolis, pybeaurepaire@gmail.com - France

Rui Bebbiano, University of Coimbra, ruibebbiano@gmail.com - Portugal

Alberto de Bernardi, University of Bologna, alberto.debernardi@unibo.it - Italy

Caio Boschi, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, caioboschi@hotmail.com - Brazil

Peter Burke, University of Cambridge, upb1000@cam.ac.uk - UK

Joaquim Ramos de Carvalho, University of Coimbra, joaquimrcarvalho@mac.com - Portugal

Fernando Catroga, University of Coimbra, fcatroga@hotmail.com - Portugal

Gianluca Cuzzo, University of Turin, gianluca.cuzzo@unito.it - Italy

Michel Delon, Pantheon-Sorbonne University, michel.delon@paris-sorbonne.fr - France

Javier Fernandez Sebastián, University of La Rioja, javier.f.sebastian@telefonica.net - Spain

Francisco Fuentes Aragonês, Complutense University of Madrid, jffuentes@wanadoo.es - Spain

Amadeu Carvalho Homem, University of Coimbra, amadeu.homem@gmail.com - Portugal

Kurt Villads Jensen, Stockholm University, kurt.villads.jensen@historia.su.se - Sweden

Ulrike Krampl, University of Tours, ulrike.krampl@univ-tours.fr - France

Anna Krasteva, Sofia University, anna.krasteva@gmail.com - Bulgaria

Estevão de Rezende Martins, University of Brasília, echarema@gmail.com - Brazil

Rui Cunha Martins, University of Coimbra, rcmartin@fl.uc.pt - Portugal

Stéphane Michonneau, Charles de Gaulle University - Lille III, stephane.michonneau@univ.lille3.fr - France

Isabel Ferreira da Mota, University of Coimbra, ifmota@fl.uc.pt - Portugal

Vítor Neto, University of Coimbra, vitormpneto@sapo.pt - Portugal

António Resende de Oliveira, University of Coimbra, arendeo@gmail.com - Portugal

Anthony Padgen, University of California, Los Angeles, pagden@polisci.ucla.edu - USA

Ana Leonor Pereira, University of Coimbra, aleop@fl.uc.pt - Portugal

Rafael Ramón Guerrero, Complutense University of Madrid, rafael.ramonguerrero@gmail.com - Spain

Maria Manuela Tavares Ribeiro, University of Coimbra, mtribeiro7@gmail.com - Portugal

Manuel Augusto Rodrigues, University of Coimbra, marodrigues@ci.uc.pt - Portugal

Quentin Skinner, University of Cambridge, q.skinner@qmul.ac.uk - UK

Manuel Suarez Cortina, University of Cantabria, manuel.suarez@nican.es - Spain

Luís Reis Torgal, University of Coimbra, Ireistorgal@gmail.com - Portugal

Enzo Traverzo, Cornell University, vt225@cornell.edu - USA

Isabel Vargues, University of Coimbra, ivargues@fl.uc.pt - Portugal

Avaliadores Externos | External Referees

Alberto Pena Rodriguez (U. Vigo), António Neves (UNL), Conceição Meireles (U. Porto), Irene Vaquinhas (U. Coimbra), Lúcia Brito Moura (U. Católica de Lisboa), Luísa Porto Carrero (U. Coimbra), Maria Antonieta Cruz (U. Porto), Paulo Archer de Carvalho (U. Coimbra), João Rui Pita (U. Coimbra), Saul António Gomes (U. Coimbra), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Vanda Anastácio (U. Lisboa), Zília Osório de Castro (UNL).

FACULDADE DE LETRAS | UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Revista de História das Ideias

Vol. 34 . 2ª Série - 2016

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

Imprensa da de Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Fragmento de acrílico sobre tela de Cristina Valadas (2002),

sem título, coleção particular

Fotografia de Sérgio Azenha

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Simões & Linhares, Lda

ISSN

0870-0958

ISSN digital

2183-8925

DOI

<https://doi.org/10.14195/2183-8925-34>

DEPÓSITO LEGAL

67998/93

Imprensa da Universidade de Coimbra

<https://digitalis.uc.pt/rhi>

<http://www.uc.pt/en/fluc/ihti>

PREÇO | PRICE 20€

CONTACTOS

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações,
e assinaturas deve ser dirigida ao

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Faculdade de Letras – 3004-530 Coimbra

Telef. 239 859 937 Fax: 239 836 733 E-mail: ihti@fl.uc.pt

Índice

Nota de Apresentação	7
História Intelectual e a Longa Duração: A Guerra Civil em Perspetiva Intellectual History and the Longue Durée: Civil War in Perspective <i>David Armitage</i>	9
A filosofia da história e da historiografia de Richard Rorty: Questões hermenêuticas Richard Rorty's philosophy of history and historiography: Hermeneutical questions <i>Henrique Jales Ribeiro</i>	35
Acerca de Silva Dias no seu centenário. Evocação em jeito de história e de memória Evoking Silva Dias on his centenary: History and memory <i>Luís Reis Torgal</i>	57
La cultura histórica sobre el «Año mil» en sus diferentes historiografías The historical culture of «Year 1000» in its different historiographies <i>Israel Sanmartín</i>	87
Morte do rei, incorporação do poder e representação histórica: entre uma poética da ausência e uma poética do saber? Death of the king, incorporation of power and historical representation: between a poetics of absence and a poetics of knowledge? <i>Douglas Attila Marcelino</i>	113
A memória histórica enquanto instrumento de controlo durante o Estado Novo. O exemplo do antissemitismo	

Historical memory as a controlling instrument during the Estado Novo period. The anti-semitism example <i>João Paulo Avelãs Nunes</i>	137
O Estado Novo brasileiro como espelho do Salazarismo: autoritarismo e corporativismo na seção «Crítica» da revista Brasília do Instituto de Estudos Brasileiros da FLUC (1942-1944) The brasilian New State as a mirror of Salazarism: authoritarianism and corporativism in the «Critical» section of Brasília magazine from FLUC's Brazilian Studies Institute <i>Marcello Felisberto Moraes de Assunção</i>	169
Geopolítica, economia, (des)colonização e cultura a partir do Ministério das Colónias de Marcelo Caetano: 1944-47 Geopolitics, economy, culture and decolonization from the Ministry of Colonies of Marcelo Caetano <i>Márcio Barbosa</i>	191
José Relvas: Um político republicano José Relvas: A republican politician <i>Vítor Neto</i>	213
La recepción de las ideas revolucionarias (radicales, socialistas y republicanas) en Cataluña en el siglo XIX The reception of the revolutionary ideas in Catalonia in the nineteenth century <i>Antonio Moliner Prada</i>	239
Ciência e cultura, coleções e museus: olhares sobre um «Portugal e a cultura europeia», no século XX Science and culture, collections and museums: a new perspective on «Portugal and the european culture», in the 20 th century <i>Maria de Fátima Nunes</i>	267
Wittenberg e Roma na via do diálogo 500 anos após o início da Reforma de Lutero Wittenberg and Rome on the dialogical way 500 years after the Luther's Reformation <i>Manuel Augusto Rodrigues</i>	287
Recensões críticas	303
Revistas recebidas em permuta.....	331
Normas para os autores / Guidelines for authors	339

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A Revista de História das Ideias esteve associada, desde a sua fundação, ao Instituto de História e Teoria das Ideias. O seu lugar e o seu papel no campo da história intelectual e da história da cultura é reconhecido por um vasto conjunto de colaboradores, autores, consultores científicos e leitores que, com manifesta dedicação e empenho, reclamam a sua publicação.

No aprofundamento do diálogo da História com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, a Revista retoma o seu desígnio inicial de tratamento de questões teórico-metodológicas e inscreve a perspetiva comparatista em História das Ideias no terreno de uma sólida internacionalização da produção historiográfica. Com este propósito, recupera e reatualiza a inestimável herança do seu fundador, o Professor José Sebastião da Silva Dias.

No ano em que se celebra o centenário do nascimento daquele insigne historiador, o número que agora se publica alia o reconhecimento à urgência de revisitação da historiografia de Silva Dias. Dois expressivos artigos traçam o balanço possível de um percurso singular e de uma obra notável, apontando ambos para a importância do legado pedagógico e historiográfico de Silva Dias. A homenagem que lhe foi prestada em vida, em 1986 e 1987, também ela inscrita nas páginas dos volumes que lhe foram dedicadas pela Revista de História das Ideias, encerra um capítulo da história desta mesma publicação. Importa, portanto, abrir caminho à reflexão sobre o período de diversificação da historiografia portuguesa e sua abertura ao exterior, em que, sob a batuta esclarecida do fundador desta Revista, nos lançámos. É, pois, tão honrosa quanto responsabilizante a intenção que nos move nesta sentida evocação de Silva Dias.

A História das Ideias, com o enfoque largo e duradouro sobre o campo cultural, político, económico, científico e religioso, abarca, bem o sabemos, tanto

os motivos imateriais e simbólicos das sociedades, quanto os criadores e as suas criações, o pensamento sistemático e os valores irrefletidos que modelam condutas e sentimentos comuns. Estudá-la é pensar o espaço de inteligibilidade do real histórico, da criação, da linguagem, das ideologias, e da ação humana, interpretando e dando sentido às estratégias múltiplas de conservação e de modernização que as sociedades e os indivíduos foram ensaiando ao logo do tempo.

Na atualidade, as mudanças profundas que marcam o alinhamento da produção de conhecimento em contexto global, e que atingem, em particular, as Humanidades, sublinham o papel imprescindível da Universidade na conservação, renovação e inovação desta área de saber. É portanto com justificado interesse que confiamos a publicação da Revista à Imprensa da Universidade de Coimbra, esperando inaugurar, a partir deste número, uma duradoura colaboração.

A Revista de História das Ideias inicia a segunda série de edição, com este número. Para melhor responder à necessidade de adaptação da Revista às exigências de regularização e monotorização internacionais, foram introduzidas algumas alterações no seu processo de edição. Sem perder identidade, a Revista manteve a publicação anual e modernizou, ligeiramente, o seu formato e estilo. Passou a contar com um alargado Conselho Editorial composto por reconhecidos especialistas internacionais. Os artigos propostos para publicação passaram a ser submetidos a um processo de arbitragem cega, em que intervêm, pelo menos, dois avaliadores científicos. Estas e outras alterações, associadas à disponibilização on line de todos os artigos, seis meses após a sua impressão em papel, colocam a Revista mais perto de novos públicos, tornando-a manuseável e acessível a um número mais vasto de leitores e autores, nacionais e estrangeiros.

Uma palavra final de reconhecimento é ainda devida aos autores de artigos e de recensões críticas e aos avaliadores científicos cujas críticas e apreciações possibilitaram a confirmação da valia de muitos dos estudos propostos para publicação e o enriquecimento dos respetivos textos finais.

A Coordenadora
Ana Cristina Araújo

**HISTÓRIA INTELLECTUAL E A LONGA DURAÇÃO:
A GUERRA CIVIL EM PERSPETIVA***
**INTELLECTUAL HISTORY AND THE LONGUE DURÉE:
CIVIL WAR IN PERSPECTIVE**

DAVID ARMITAGE
armitage@fas.harvard.edu
University of Harvard

Texto recebido em / Text submitted on: 08/06/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 21/07/2016

Resumo:

Após décadas de aversão e esquecimento, historiadores de todos os quadrantes começam a regressar aos estudos de grande escala temporal. Há até sinais de que os historiadores intelectuais estão a retomar a abordagem de *longa duração*. Quais serão as razões para este ressurgimento da história intelectual de grande alcance e de que modo pode ela tornar-se metodologicamente robusta e, ao mesmo tempo, historicamente convincente? Este artigo propõe um modelo de *história transtemporal* baseado num *contextualismo seriado* para criar uma «história nas ideias» («history in ideas») que englobe séculos ou até milénios. Alguns exemplos-chave são retirados de trabalhos em desenvolvimento focados em ideias sobre a guerra civil vista desde

* Este artigo é uma versão revista da *Annual Nicolai Rubinstein Lecture* sobre História do Pensamento Político e História Intelectual, apresentada na Queen Mary University of London a 29 de março de 2012. Agradeço em particular a Richard Bourke, Jo Guldi, Jim Kloppenberg, Darrin McMahon, Sophie Rosenfeld e Quentin Skinner pelos seus comentários e encorajamento. Tradução para português de Samuel Alexandre.

a Roma antiga até à atualidade. O artigo conclui com uma breve reflexão sobre o impacto potencial das humanidades digitais na prática da história intelectual.

Palavras-chave:

Escola de Cambridge, guerra civil, história conceptual, humanidades digitais, *longa duração*.

Abstract:

Historians of all kinds are beginning to return to temporally expansive studies after decades of aversion and neglect. There are even signs that intellectual historians are returning to the *longue durée*. What are the reasons for this revival of long-range intellectual history? And how might it be rendered methodologically robust as well as historically compelling? This article proposes a model of *transtemporal history*, proceeding via *serial contextualism* to create a *history in ideas* spanning centuries, even millennia: key examples come from work in progress on ideas of civil war from ancient Rome to the present. The article concludes with brief reflections on the potential impact of the digital humanities on the practice of intellectual history.

Keywords:

Cambridge School, civil war, conceptual history, digital humanities, *longue durée*.

Em muitos domínios da escrita histórica, retomou-se a abordagem de grande escala. Nalgumas áreas, tais como a arqueologia histórica, a sociologia comparativa ou a teoria de sistemas mundiais, esta abordagem nunca foi abandonada. Noutros ramos, ela desapareceu para não mais voltar: é pouco provável que voltem a ser imitadas as histórias universais e de alcance global associadas a Oswald Spengler e Arnold Toynbee, pelo menos sob a forma de projetos de uma vida e de vários volumes escritos por autores singulares motivados por uma visão abrangente da civilização⁽¹⁾. Em toda a profissão de historiador, o telescópio tem suplantado o microscópio como o instrumento de análise predileto e o plano geral tem vindo a substituir o primeiro plano como o tipo mais dominante de retrato do passado. Porém,

(1) David Christian, «The Return of Universal History», *History and Theory*, 49 (2010), p. 6-27.

a análise de primeiro plano não foi de modo algum abandonada, como bem o comprovam a popularidade continuada da biografia e a utilidade da micro-história. Ainda assim, este tipo de análise está a ser complementado por panoramas alargados no tempo e no espaço, e apresentados sob várias designações: «world history», «deep history» e «big history». Este regresso à *longa duração* coloca desafios e oferece oportunidades para todos os historiadores⁽²⁾. Neste artigo, analisarei as suas implicações na prática da história intelectual.

Na sua versão mais ambiciosa, a «big history» – assim designada pelos seus profissionais e responsáveis pela fundação da International Big History Association – remonta ao próprio Big Bang⁽³⁾. Esta é uma história universal consubstancial ao próprio universo e que se baseia nas descobertas da cosmologia, astronomia, geologia e da biologia evolutiva, bem como em disciplinas históricas mais convencionais como a arqueologia e a sociologia histórica. Em contrapartida, a «deep history» é relativamente estreita, no sentido em que apenas se foca na história dos seres *humanos*. Define-se como «profunda» sobretudo por quebrar a barreira entre a «pré-história» e a história no sentido convencional de história documentada, sendo o passado recuperável por meio de vários textos com significado produzidos por agentes que os legaram ao futuro⁽⁴⁾. Este tipo de história baseia-se na genética, na neurofisiologia e na biologia evolutiva, entre outros ramos do saber. Tal como a «big history», de ainda maior alcance, a «deep history» vê a história consciente dos seres humanos como um fenómeno relativamente breve e em continuidade com os desenvolvimentos que em muito antecederam a capacidade de a espécie humana se historiar. Por outro lado, os historiadores «globais» parecem relativamente pouco ambiciosos, visto que geralmente se limitam a um período de tempo ainda mais reduzido, abrangendo milhares em vez de dezenas de milhares ou mesmo milhares de milhões de anos.

(2) Para reflexões mais alargadas sobre as implicações deste movimento, veja-se Ignacio Olabarri, «'New' New History: A *Longue Durée* Structure», *History and Theory*, 34 (1995), p. 1-29; Barbara Weinstein, «History Without a Cause? Grand Narratives, World History, and the Postcolonial Dilemma», *International Review of Social History*, 50 (abril 2005), p. 71-93; David Armitage e Jo Guldi, «The Return of the *Longue Durée*» (no prelo).

(3) David Christian, *Maps of Time: An Introduction to Big History*, nova ed., Berkeley, University of California Press, 2011.

(4) Daniel Lord Smail, *On Deep History and the Brain*, Berkeley, University of California Press, 2008; Andrew Shryock e Daniel Lord Smail (eds.), *Deep History: The Architecture of Past and Present*, Berkeley, University of California Press, 2011.

Estes historiadores focam-se no Antropoceno, o período durante o qual os humanos moldaram e foram moldados pelo seu ambiente⁽⁵⁾.

Sob todas as suas formas, a «big history» tem-se revelado um terreno inóspito para as questões do significado e intenção que estão no centro da história intelectual. Tal não se deve simplesmente ao motivo banal de os historiadores da «big history» geralmente investigarem uma fatia mínima da história documentada no final das suas grandes análises; como Mark Twain notou humildemente: «Se a Torre Eiffel representasse agora a idade do mundo, a camada de tinta no extremo do seu pináculo representaria a fração humana dessa mesma idade»⁽⁶⁾. A justificação também não se encontra no facto de a ação humana perder significado face ao tempo cosmológico ou até arqueológico. A explicação reside, pelo menos neste momento, no materialismo na base das duas principais correntes da «big history», que poderemos designar como tendências biologistas e economicistas.

A tendência biologista, bem representada na obra *On Deep History and the Brain* (2008) de Daniel Lord Smail, meu colega de Harvard, é neurofisiologicamente redutora: ao afirmar que todas as ações humanas, incluindo o pensamento e a cultura, podem ser explicadas pela química cerebral, Smail aproxima as reflexões dos reflexos⁽⁷⁾. Na corrente economicista, exemplificada de modo esclarecedor na obra *Why the West Rules – For Now* (2010) de Ian Morris, um classicista da Universidade de Stanford, o intelecto é equiparado aos interesses. No estimulante relato de Morris sobre a «configuração» da história humana, abrangendo vários milénios, cada idade simplesmente «cria o pensamento de que necessita». Por exemplo, o Budismo, o Cristianismo e o Islão na Era Axial resumem-se da mesma maneira: são simplesmente o produto da capacidade de resolução de problemas de uma espécie de chimpanzés inteligentes, mas necessitados⁽⁸⁾. Neste sentido, pelo menos quando analisa as questões de

(5) Patrick Manning, *Navigating World History: A Guide for Researchers and Teachers*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2003; P. Manning (ed.), *World History: Global and Local Interactions*, Princeton, NJ, M. Wiener, 2006; Dipesh Chakrabarty, «Postcolonial Studies and the Challenge of Climate Change», *New Literary History*, 43 (2012), p. 1-18.

(6) Mark Twain, «The Damned Human Race» (1903), citado em Christian, *Maps of Time*, p. 5.

(7) Smail, *On Deep History and the Brain*; para um exemplo de história intelectual usada neste sentido, veja-se Lynn Hunt, *Inventing Human Rights: A History*, Nova Iorque, W. W. Norton, 2007, p. 32-34 et *passim*.

(8) Ian Morris, *Why the West Rules – For Now: The Patterns of History, and What They Reveal About the Future*, Londres, Profile Books, 2010, p. 420, 476, 568, 621.

maior importância para os historiadores intelectuais, a «deep history» pode parecer algo superficial.

Os franceses da escola dos *Annales*, os primeiros historiadores a adotar a abordagem da *longa duração*, não estavam muito mais recetivos às preocupações da história intelectual. Existiram exceções notáveis como a de Lucien Febvre, cuja obra *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle* (1942) abordava o impensável em detrimento da matéria pensada. Contudo, o mesmo Febvre mostrou-se muito crítico da história da filosofia elaborada por Ernst Cassirer, Raymond Klibansky e outros, referindo-se a esta como: «conceitos criados, pode supor-se, por intelectos incorpóreos vivendo uma vida completamente irreal na esfera das ideias puras»⁽⁹⁾. No seu ensaio clássico sobre a *longa duração*, Fernand Braudel expressou admiração por obras-primas escritas por historiadores culturais e literários como Ernst Robert Curtius e o próprio Febvre, embora as visse na prática como mitografias, estudos de continuidades imóveis e até imutáveis nas quais «os esquemas mentais eram também prisões da *longa duração*»⁽¹⁰⁾. A história intelectual teria de ser englobada numa história de *mentalidades* que fossem, por definição, coletivas – abordando os hábitos de um indivíduo «em comum com os de outros homens do seu tempo» – bem como diacrónicas e, conseqüentemente, «relativamente imóveis»⁽¹¹⁾.

Os exemplos fornecidos por Braudel para estes elementos duradouros da *aparelhagem mental* coletiva e imutável incluíam a ideia de cruzada, a prática do espaço pictórico geométrico e um «conceito aristotélico do universo» que só foi destronado com a Revolução Científica. Segundo Braudel, estes elementos estavam sujeitos ao mesmo imperativo de «permanência e sobrevivência» que caracterizava as vidas dos pastores transumantes, aprisionados pelos ciclos rítmicos dos seus rebanhos, ou de áreas urbanas fixadas pelas suas topografias e geografias. Do mesmo modo, considerou-os independentes das ruturas e inversões que tinham

(9) Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle, la religion de Rabelais*, Paris, A. Michel, 1942; «[...] concepts issus, pourrait-on croire, d'intelligences désincarnées et vivant, d'une vie toute irréelle, dans la sphère des idées pures»: Lucien Febvre, «Puissance et declin d'une croyance», *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 9 (1937), p. 89.

(10) «[...] les cadres mentaux, aussi, sont prisons de longue durée»: Fernand Braudel, «Histoire et Sciences sociales. La longue durée», *Annales E.S.C.*, 13 (1958), p. 731, 732.

(11) Roger Chartier, «Intellectual History or Sociocultural History? The French Trajectories», in Dominick LaCapra e Steven L. Kaplan (eds.), *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives*, Ithaca, Cornell University Press, 1982, p. 22 (citando Jacques Le Goff), 25.

lugar ao nível da história dos acontecimentos. Tal como definida pelos historiadores da escola dos *Annales*, a *longa duração* era, pois, terreno infértil para os historiadores intelectuais. Franco Venturi define a abordagem da *longa duração* da seguinte forma: «Examina-se toda a estrutura ‘geológica’ do passado, mas não o solo no qual as ideias germinam e crescem»⁽¹²⁾.

Ao mesmo tempo que os historiadores da *longa duração* rejeitavam a história intelectual, os historiadores intelectuais vacinavam-se contra a abordagem de *longa duração*. No seu artigo clássico de 1969, «Meaning and Understanding in the History of Ideas», Quentin Skinner criticou a história das ideias e outros projetos histórico-intelectuais de grande alcance defendidos por Arthur Lovejoy (como o ensino de clássicos da literatura na teoria política) por transformarem ideias em entidades com histórias de vida, mas desprovidas de substância, por ignorarem a ação humana e negarem a intenção e, acima de tudo, criarem «uma história não de ideias mas de abstrações: uma história de pensamentos que nunca ninguém conseguiu ter, a um nível de coerência que nunca ninguém atingiu». Uma metodologia tão inepta foi acusada de dar auxílio e alento a todos aqueles – em especial aos cientistas políticos – que abstraíam argumentos dos seus contextos para recuperar uma sabedoria intemporal: por um lado, por estar desvinculada de momentos específicos de utilização estratégica e, por outro lado, por ter perdurado por vastas extensões de tempo, muitas vezes desde a Antiguidade (ocidental) até ao presente. Skinner concluiu que «tais histórias podem correr mal, mas nunca correm bem». A solução que propôs para este conjunto de erros foi uma contextualização retórica e temporal ainda mais estrita, através de uma conceção das ideias como argumentos e dos argumentos como movimentos dentro de jogos de linguagem⁽¹³⁾.

Os historiadores intelectuais, pelo menos no mundo anglófono, passariam a focar-se nas abordagens sincrónicas e de curto prazo, em detrimento das abordagens diacrónicas e de longo prazo. O seu foco nos agentes individuais e suas intenções distanciava-se consideravelmente dos procedimentos agregadores e de anonimato de uma história seriada das mentalidades. A sua atenção crucial aos atos de fala, desenvolvida

(12) Braudel, «La longue durée», p. 732; Franco Venturi, *Utopia and Reform in the Enlightenment*, Cambridge, 1971, p. 14.

(13) Quentin Skinner, «Meaning and Understanding in the History of Ideas», *History and Theory*, 8 (1969), p. 18, 35.

dentro da tradição filosófica mais analítica de J. L. Austin e Ludwig Wittgenstein, impediu durante muito tempo qualquer intercâmbio com a escola da *Begriffsgeschichte*, de maior alcance temporal e baseada numa articulação fundamentalmente heideggeriana das continuidades entre passado, presente e futuro⁽¹⁴⁾. Assim, a separação entre a história intelectual e a *longa duração* parecia completa e irreversível, visto que os historiadores da *longa duração* renegavam a história intelectual e esta seria desde então praticada em oposição à *longa duração*.

* * * * *

Graças a esta repulsa mútua, a ideia de história intelectual de longa duração foi até há pouco tempo um oximoro, uma quase impossibilidade que encerrava um profundo erro moral. Contudo, a primeira lei da dinâmica académica dita que para cada ação há uma reação: deitam-se fora os bebés com a água do banho, mas eles têm uma capacidade fantástica de se porem de novo em pé. Nos últimos anos, começaram novamente a surgir histórias intelectuais de durações cada vez mais alargadas. Tenho em mente obras com registos muito diferentes, desde *Sources of the Self* (1989) de Charles Taylor, que põe levemente a história ao serviço de uma narrativa, passando por *Songs of Experience* (2005) de Martin Jay, *The Idea of the Self* (2005) de Jerrold Seigel, *Happiness: A History* (2006) de Darrin McMahon's, *Objectivity* (2007) de Lorraine Daston e Peter Galison, e *Thinking About Property* (2007) de Peter Garnsey⁽¹⁵⁾. Incluo ainda um grupo de obras mais recentes ou já no prelo, como por exemplo: *Common Sense: A*

(14) Todavia, para mais recentes aproximações entre a «Escola de Cambridge» e a história conceptual, veja-se em especial Melvin Richter, *The History of Political and Social Concepts: A Critical Introduction*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1995; Hartmut Lehmann e Melvin Richter (eds.), *The Meaning of Historical Terms and Concepts: New Studies on Begriffsgeschichte*, Washington, DC, German Historical Institute, 1996; Quentin Skinner, «Rhetoric and Conceptual Change», *Finnish Yearbook of Political Thought*, 2 (1998), p. 60-73.

(15) Charles Taylor, *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1989; Martin Jay, *Songs of Experience: Modern American and European Variations on a Universal Theme*, Berkeley, University of California Press, 2005; Jerrold Seigel, *The Idea of the Self: Thought and Experience in Western Europe since the Seventeenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005; Darrin M. McMahon, *Happiness: A History*, New York, Grove Press, 2006; Lorraine Daston e Peter Galison, *Objectivity*, New York, Zone Books, 2007; Peter Garnsey, *Thinking about Property: From Antiquity to the Age of Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Political History (2011) de Sophia Rosenfeld, *Toleration in Conflict* (2012) de Rainer Forst, *Tragic Irony: Democracy in European and American Thought* de James Kloppenberg, *Democracy: Representing Equality in History* de Richard Bourke e *Genius: A History* de McMahon, bem como o meu próprio trabalho sobre as concepções da guerra civil, ao qual voltarei mais adiante⁽¹⁶⁾.

Aquilo que une estas obras é a sua ambição de construir histórias diacrónicas focadas naquilo que intitulei informalmente de «grandes ideias»: isto é, conceitos centrais nos nossos vocabulários políticos, éticos e científicos, que possuem um longo passado e que, na maioria dos casos, foram decisivamente *transvalorizados* em algum momento dos últimos trezentos anos. A tendência assinalada por todos estes livros foi rotulada por Darrin McMahon em «The Return of the History of Ideas?» com um importante ponto de interrogação⁽¹⁷⁾. Pode falar-se de um «regresso» porque se assemelha à antiquada «história das ideias» associada a Lovejoy e seus seguidores: ela é diacrónica, ambiciosa no que respeita à escala temporal, interdisciplinar (pelo menos no sentido em que aborda diferentes géneros de produções intelectuais) e focada em conceitos fundamentais ligados sobretudo à história Euro-Americana.

De uma maneira geral, os paralelismos podem parecer sólidos mas uma análise mais atenta revela diferenças determinantes. Nenhum historiador intelectual usaria hoje as metáforas estridentes de Lovejoy de «ideias-unidade» como elementos químicos, nem assumiria que a biografia de uma ideia pode ser escrita como se possuísse uma continuidade e identidade quase biológicas ao longo do tempo, juntamente com um ciclo de vida mais longo que o de qualquer ser humano. Pode haver uma semelhança de família entre a original história das ideias e a sua descendente homónima, mas o parentesco é artificial tendo em conta que esta nova história das ideias surgiu como resposta às críticas profundas aos métodos de Lovejoy surgidas após a sua morte

(16) Sophia Rosenfeld, *Common Sense: A Political History*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2011; Rainer Forst, *Toleration in Conflict: Past and Present*, Cambridge, Cambridge University Press, 2013; James T. Kloppenberg, *Tragic Irony: Democracy in European and American Thought*, Nova Iorque, Oxford University Press, no prelo; Richard Bourke, *Democracy: Representing Equality in History*, Londres, Profile Books, no prelo; Darrin M. McMahon, *Genius: A History*, New York, Basic Books, no prelo.

(17) Darrin M. McMahon, «The Return of the History of Ideas?», in Darrin M. McMahon e Samuel Moyn (eds.), *Rethinking Modern European Intellectual History*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2013.

em 1962. De facto, mais do que um regresso, esta é uma reinvenção da história intelectual de longo alcance de modo a transformá-la em algo bastante diferente: um método robusto que apele a um público alargado de académicos e até de não-académicos, e que possa retomar o diálogo entre a história intelectual e outras formas de «big history». Com base nesta reinvenção, acredito que podemos conseguir a muito esperada aproximação entre a história intelectual e a *longa duração*.

Para justificar essa aproximação, proponho três vias que espero que ilustrem e esclareçam este novo tipo de história intelectual de longo alcance. A primeira via propõe que pensemos nesta história como uma *história transtemporal*, seguindo a analogia da história transnacional. A segunda via é a ideia de que esta história deve adotar um método de *contextualismo seriado* fazendo uso dos procedimentos característicos da história intelectual anglo-americana, embora de um modo simultaneamente diacrónico e sincrónico. A terceira via é uma proposta para pensar o resultado deste contextualismo seriado transtemporal como uma «história *nas* ideias», de modo a distingui-la da duvidosa e desacreditada «história *das* ideias» associada a Lovejoy e aos seus seguidores. Depois, procurarei dar uma breve explicação do significado de cada um destes termos para depois ilustrar o modo como tenho tentado pô-los em prática na escrita de uma história de concepções da guerra civil desde a Roma Antiga até ao século XXI.

Apliquei o termo *história transtemporal* ao modelo de história transnacional para sublinhar os elementos de ligação e comparação ao longo do tempo, do mesmo modo que a história transnacional aborda as mesmas ligações ao longo do espaço. (Ao contrário do termo «transnacional», originalmente usado no contexto humanista da filologia de meados do século XIX, o termo «transtemporal» pertencia originalmente à anatomia e significava «que cruza as ténporas; que atravessa o lobo temporal do cérebro»: um empréstimo talvez não totalmente despropositado quando usado para descrever um modo de história intelectual)⁽¹⁸⁾. A história transnacional é simultaneamente expansiva e controlada: é expansiva porque procura deliberadamente ultrapassar as histórias das nações ou estados limitados, e é controlada

(18) Pierre-Yves Saunier, «Transnational», in Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier (eds.), *The Palgrave Dictionary of Transnational History*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, p. 1047-1055; OED, s.v., «transtemporal».

porque geralmente aborda os processos, conjunturas e instituições que atravessaram as fronteiras destas unidades históricas⁽¹⁹⁾.

A história transnacional não nega a existência do nacional, pese embora o seu esforço por ultrapassar as determinantes deste espaço. Do mesmo modo, admito que a história transtemporal deve ser simultaneamente extensiva e delimitada: ela une contextos, momentos e períodos distintos preservando a especificidade sincrónica desses mesmos contextos. A história transtemporal não é transhistórica: não é atemporal mas está sujeita ao tempo para, deste modo, evitar os perigos da reificação e da negação da ação humana inerentes à história das ideias, abstrata e atemporal, defendida por Lovejoy, por exemplo. Assim, ao contrário da tradicional história das ideias que assumia mas não investigava o modo como as ideias viajavam material e institucionalmente ao longo do tempo, a história transtemporal sublinha os mecanismos de ligação entre diferentes momentos, preocupando-se com as questões da transmissão, tradição e receção concretas.

Esta história transtemporal atuará necessariamente por meio de um *contextualismo seriado*. Refiro-me à reconstrução de uma sequência de contextos distintos nos quais agentes identificáveis usaram estrategicamente linguagens existentes para atingir objetivos definíveis, tais como a legitimação e a deslegitimação, persuasão e dissuasão, construção de consensos e inovação radical, por exemplo. Pelo menos desde a revolução contextualista iniciada por Skinner em 1969, a maioria dos historiadores intelectuais que se assumem como contextualistas analisaram o contexto de um modo sincrónico e pontual, isto é, definiram-no de um modo cronologicamente estreito e implicitamente descontínuo com outros contextos. Um dos propósitos iniciais por detrás de uma interpretação tão rígida do contexto foi o de desencorajar o recurso à história das ideias baseada na abordagem de longa duração e exemplificada por Lovejoy, a qual ignorava o contexto e desvalorizava a ação dos utilizadores da linguagem. Este exercício salutar pode, contudo, ter tido como consequência não intencional o facto de os historiadores

(19) Patricia Clavin, «Defining Transnationalism», *Contemporary European History*, 14 (2005), p. 421-439; C. A. Bayly, Sven Beckert, Matthew Connelly, Isabel Hofmeyr, Wendy Kozol, e Patricia Seed, «AHR Conversation: On Transnational History», *American Historical Review*, 111 (2006), p. 1441-1464; David Armitage, «The International Turn in Intellectual History», in McMahon and Moyn, (eds.), *Rethinking Modern European Intellectual History*; Armitage, *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

intelectuais separarem contextos semelhantes que ocorreram antes ou depois uns dos outros para criar aquilo que um crítico do contextualismo imaginou como «o comboio-correio da história que puxa períodos autossincronizados em conjuntos semelhantes a vagões»⁽²⁰⁾.

Não há nenhuma razão válida para não conseguirmos ultrapassar essa objeção construindo passagens entre os vagões, isto é, formas de unir diacronicamente contextos reconstruídos ao longo do tempo – a um nível transtemporal – para produzir histórias de grande alcance que não sejam artificialmente vincadas nem ilusoriamente contínuas. Existem modelos para esta prática retirados, inclusive, do coração do projeto contextualista conhecido como «Escola de Cambridge». Não é, com efeito, *Machiavellian Moment* (1975) de John Pocock uma obra de contextualismo seriado? Ou *Rights of War and Peace* (1999) de Richard Tuck? Ou mesmo *Genealogy of the Modern State* (2009) de Quentin Skinner⁽²¹⁾? Pergunto-me agora se o contextualismo seriado não foi o método na base da minha obra *The Ideological Origins of the British Empire* (2000): talvez, como um historiador intelectual do tipo de M. Jourdain, eu possa agora admitir que sempre fui um contextualista seriado⁽²²⁾.

Estes e outros exemplos mostram que as próprias concepções de contexto se têm tornado cada vez mais transtemporais, embora raramente tenham sido explicitamente teorizadas em termos diacrónicos. Seleccionando apenas dois exemplos notáveis, o que era a tradição retórica desde Aristóteles, ou possivelmente desde o *Ad Herennium*, senão um contexto diacrónico e dinâmico a partir do qual Hobbes desenvolveu estrategicamente a sua concepção de linguagem?⁽²³⁾ Ou o que eram as longas tradições de exegese bíblica e do Hebraísmo Cristão a partir das quais os estudiosos do conceito de república hebraica construam os seus argumentos relativamente ao republicanismo exclusivista,

(20) Herbert F. Tucker, «Introduction», in Rita Felski and Herbert F. Tucker (eds.), «Context?», *New Literary History*, 42 (2011), p. ix.

(21) J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, 2ª ed., Princeton, NJ, Princeton University Press, 2003; Richard Tuck, *The Rights of War and Peace: Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, Clarendon Press, 1999; Quentin Skinner, «A Genealogy of the Modern State», *Proceedings of the British Academy*, 162 (2009), p. 325-370 (Tradução espanhola, «Una genealogía del Estado moderno», *Estudios Públicos*, 118 (2010), p. 5-56).

(22) David Armitage, *The Ideological Origins of the British Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

(23) Quentin Skinner, *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

distributismo equitativo e à tolerância religiosa?⁽²⁴⁾. As obras de Quentin Skinner e Eric Nelson que abordam estas tradições são tão rigorosamente contextualistas quanto se possa desejar. Contudo, cada uma delas estabelece elos sincrónicos com tradições diacrónicas seculares ou mesmo milenares ainda que não pretendam reconstruir cada passo na transmissão destas tradições, como faz um tipo de trabalho mais conscientemente contextualista seriado como o que pretendo realizar⁽²⁵⁾.

O resultado da adoção clara e consistente do contextualismo seriado seria aquilo a que chamei uma «história *nas* ideias». Vejo aqui um género de história intelectual na qual os episódios de luta pelo significado formam as bases de uma narrativa transtemporal construída durante um período de tempo que se estende por décadas ou até mesmo séculos. As «ideias» na base desta história não seriam entidades hipostasiadas, fazendo a sua entrada ocasional no mundo corrente a partir das esferas celestes do idealismo, mas antes pontos de foco de argumentos moldados e debatidos esporadicamente ao longo do tempo com uma ligação consciente – ou, pelo menos, demonstrável – a exemplos anteriores e posteriores de tais lutas. Assim como a história do mundo foi recentemente narrada de um modo sugestivo «em 100 objetos», também uma «história *nas* ideias» pode ser narrada num número finito de momentos⁽²⁶⁾. As ideias selecionadas devem interligar-se ao longo do tempo e também na carga de significados que transportam a partir do seu diálogo com o passado e, ocasionalmente, com o futuro. Tendo em mente estes princípios algo abstratos, procurarei agora dar uma ideia da minha tentativa continuada de escrever uma «história *nas* ideias», transtemporal e contextualista seriada em volta dos momentos-chave na história intelectual da guerra civil desde a Roma antiga até ao presente.

* * * * *

O conceito de «guerra civil» é um importante candidato a uma «história *nas* ideias» porque tem uma história com um princípio

(24) Eric Nelson, *The Hebrew Republic: Jewish Sources and the Transformation of European Political Thought*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2010.

(25) Veja-se também a obra *The Greek Tradition in Republican Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, de Eric Nelson, que vai de Platão a Tocqueville.

(26) Neil MacGregor, *A History of the World in 100 Objects*, Londres, Allen Lane, 2010.

identificável, no primeiro século a.C., mas nenhum final previsível⁽²⁷⁾. É um conceito que resiste à reificação porque é simultaneamente valorativo e descritivo: não se pode abstraí-lo – apesar de tentativas notáveis neste sentido – mas tem de ser historiado. É também um termo indispensável ao nosso vocabulário político, embora a sua aplicação aos acontecimentos nunca seja pacífica. Isto deve-se em parte ao facto de «guerra civil» surgir tanto em discursos técnicos como no discurso corrente: qualquer um de nós pode pensar que sabe o que é «guerra civil» quando a vê (ou quando lhe falam dela), mas há múltiplas comunidades de especialistas, tais como advogados internacionais, cientistas políticos e os próprios políticos, que não terão a mesma opinião. A história do modo como o termo «guerra civil» foi usado durante mais de dois milénios é feita de continuidades semânticas e de ruturas concetuais, tendo todas elas sido contestadas em algum momento. No entanto, a sua própria ubiquidade na linguagem contemporânea contrasta fortemente com a sua quase ausência no primeiro século após a sua invenção, e a sua circulação global – através de todas as línguas europeias e a partir destas para outros grupos linguísticos – trai a sua especificidade original no âmbito do discurso jurídico romano. Tanto o conflito em volta do seu significado como o significado do mesmo conflito caracterizaram a história deste termo desde o seu início, e este continua a ser um traço distintivo da força continuada dessa história até ao tempo presente.

A «guerra civil» assemelha-se a um conceito essencialmente contestado, nos famosos termos do filósofo e circunstancial historiador das ideias, W. B. Gallie. Digo que se «assemelha» porque, contrariamente aos exemplos de conceitos aduzidos por Gallie – justiça social, arte, democracia, doutrina cristã – a «guerra civil», embora parte dos conceitos que Gallie designava por «valorativos», não é uniformemente positiva como termo avaliativo. No entanto, é internamente complexa – na verdade, como veremos, é na sua origem um oximoro; pode ser descrita de várias maneiras porque não possui uma definição *a priori*; é passível de revisão em circunstâncias variáveis; e sempre foi usada de modo agressivo e defensivo tanto para fins de legitimação como de deslegitimação. A sua aplicação pode variar consoante falemos de um governante ou de um rebelde, de um vencedor ou de um vencido,

(27) David Armitage, *Civil War: A History in Ideas*, Nova Iorque, Knopf, no prelo.

de um governo estabelecido ou de uma terceira parte interessada⁽²⁸⁾. Aquilo que para um governante pode parecer uma rebelião contra a sua autoridade pode ser visto como uma guerra civil pelos insurgentes que procuram derrubar essa mesma autoridade. Do mesmo modo, aquilo que os combatentes veem como uma guerra civil pode ser visto pelos observadores externos como uma insurreição, uma revolução ou simplesmente como tempos «conturbados». Esta mesma contestabilidade ajudou a tornar a guerra civil naquilo que Michel Foucault designou por «a mais desacreditada de todas as guerras»⁽²⁹⁾.

Para mostrar a natureza essencialmente contestatória do conceito de «guerra civil» – e para demonstrar, pelo menos parcialmente, o que a minha «história nas ideias» da guerra civil significa – vejamos agora três exemplos transtemporais relativos ao modo como tem sido usado. O primeiro exemplo vem de Apiano de Alexandria, um historiador grego do séc. II d.C. que narrou as guerras civis de Roma. Apiano escreveu que, nos anos 80 a.C., o conflito entre Sula e Mário, generais concorrentes,

[...] foi o primeiro a ter lugar em Roma sem ser disfarçado de dissensão civil, mas abertamente, enquanto guerra [*polemos*], com trombetas e estandartes militares... Os episódios de conflito civil evoluíam da rivalidade e contendas para o assassinato e a guerra total. Este foi o primeiro exército composto por cidadãos romanos a atacar o seu próprio país como se de uma força hostil se tratasse⁽³⁰⁾.

A descrição de Apiano tem um valor especial visto tratar-se de um historiador que se expressa em grego, uma língua e cultura que não possuíam um equivalente preciso para a expressão «guerra civil»; este era um conceito específica e reconhecivelmente romano na sua origem⁽³¹⁾. Na

(28) W. B. Gallie, «Essentially Contested Concepts», *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56 (1955-1956), p. 171-180. Para um resumo útil e recente da literatura posterior a Gallie, veja-se a obra de David Collier, Fernando Daniel Hidalgo e Andra Olivia Maciuceanu, «Essentially Contested Concepts: Debates and Applications», *Journal of Political Ideologies*, 11 (2006), p. 211-246.

(29) «[...] la plus décriée des guerres [...] la guerre civile»: Michel Foucault, carta de dezembro de 1972, in Foucault, *Dits et Écrits*, ed. Daniel Defert e François Ewald, 4 vols., Paris, Editions Gallimard, 1994, I, p. 42.

(30) Apiano, *The Civil Wars*, trad. John Carter, Penguin, Harmondsworth, 1996, p. 32-33 (I. 59-60).

(31) Nicole Loraux, *The Divided City: On Memory and Forgetting in Ancient Athens*, trad. Corinne Pache e Jeff Fort, Nova Iorque, Zone Books, 2002, p. 24-25, 107-08.

genealogia intelectual da guerra civil, tal como em tantas outras coisas, todos os caminhos vão dar a Roma⁽³²⁾.

Os conceitos romanos de «guerra civil» foram matéria de discussão até finais do séc. XIX. Herman Melville escreveu o epítáfio tardio dos mesmos quando assinalou a rendição em Appomattox, em 1865, com um poema que começava assim:

As águias guerreiras batem as asas,
Mas não a mando de César;
Não cantamos Roma vencida pelas próprias armas,
Como no dia da batalha de Farsalos,
Mas antes a gigantesca traição destronada
E o grande triunfo da liberdade⁽³³⁾.

Assim sendo, o meu segundo exemplo é retirado do período em que as conceções romanas de «guerra civil» tinham dado lugar a um debate ainda mais confuso e polémico em torno das relações entre os conceitos de «revolução», «rebelião», «insurgência» e «guerra civil». Trata-se do trabalho de Francis Lieber, um advogado prussiano e o primeiro professor universitário norte-americano de ciência política que, em 1863, escreveu o seguinte:

Guerra civil é uma guerra entre duas ou mais zonas de um país ou estado, cada uma delas lutando pelo domínio do todo e alegando ser o seu governante legítimo. A expressão é, por vezes, também aplicada à guerra de rebelião, quando as províncias ou zonas rebeldes são contíguas às que acolhem a sede do governo⁽³⁴⁾.

Lieber tentou ser neutro na sua definição, que forjou em plena Guerra Civil Americana, com o objetivo de incluí-la na primeira

(32) Paul Jal, *La guerre civile à Rome. Étude littéraire et morale*, Paris, 1963; Robert Brown, «The Terms *Bellum Sociale* and *Bellum Civile* in the Late Republic», in Carl Deroux, ed., *Studies in Latin Literature and Roman History*, 11 (2003), p. 94-120; Brian Breed, Cynthia Damon e Andreola Rossi, eds., *Citizens of Discord: Rome and its Civil Wars*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

(33) Herman Melville, «The Surrender at Appomattox» (abril de 1865), cit. por Richard Thomas, «‘My brother got killed in the war’: Internecine Intertextuality», in Breed, Damon e Rossi, eds., *Citizens of Discord*, p. 302-03.

(34) [Francis Lieber,] *Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field*, Nova Iorque, D. Van Nostrand, 1863, p. 25.

codificação jurídica das leis da guerra: as famosas *General Orders no. 100* do Exército da União, mais conhecidas por Código Lieber, em homenagem ao seu autor. Esta definição não tinha precedentes na literatura jurídica e foi mais tendenciosa e controversa no seu tempo do que o próprio Lieber reconheceu. Apesar de pouco ter contribuído para evitar polémicas concetuais futuras, o Código Lieber veio a tornar-se, no devido tempo, o modelo das Convenções de Genebra e Haia, assim como de sucessivos manuais de campo do exército norte-americano nos sécs. XX e XXI⁽³⁵⁾.

O meu terceiro e último exemplo vem dos cientistas sociais norte-americanos Melvin Small e David Singer que, em 1972, definiram «guerra civil» do seguinte modo:

[...] combate militar prolongado, maioritariamente interno, que resulta em, pelo menos, mil mortes em combate por ano, opondo as forças do governo central a uma força insurgente capaz de [...] causar às forças governamentais, pelo menos, 5% das baixas dos insurgentes⁽³⁶⁾.

Esta definição surgiu na sequência de um debate aceso e de muita confusão entre os cientistas sociais durante a Guerra Fria em torno da diferença entre «guerra civil» e outros tipos de «guerra interna» (motim, rebelião, revolução, insurgência). Cada um dos elementos desta definição foi incluído para marcar fronteiras e evitar a imprecisão: teria de ser uma guerra (em vez de qualquer outro tipo de violência de larga escala); teria de ser interna a um estado existente, mas não exclusivamente, de modo a poder incluir também as guerras civis que arrastavam forças externas; teria de excluir massacres e genocídios unilaterais; e deixaria em aberto as motivações dos intervenientes, ainda que sugerisse que um dos lados fosse o legítimo («forças governamentais centrais»), por oposição ao outro («uma força insurgente»).

Cada uma destas três definições que se sobrepõem – uma do séc. II, outra de meados do XIX e a terceira de finais do XX, respetivamente – reflete uma era abrangente na história transtemporal da guerra civil: a

(35) Richard Shelly Hartigan, *Lieber's Code and the Law of War*, Chicago, Precedent Publishing, 1983; John Witt, *Lincoln's Code: The Laws of War in American History*, Nova Iorque, Free Press, 2012.

(36) Melvin Small e J. David Singer, *Resort to Arms: International and Civil Wars, 1816-1980*, Beverley Hills, Sage Publications, 1982, p. 210-20.

definição de Apiano é uma conceção romana, descritiva e histórica que foi produto de uma discussão de dois séculos entre historiadores, poetas, oradores e juristas romanos em torno dos conflitos sucessivos e repetitivos da própria Roma; a de Lieber é uma conceção euro-americana, jurídica e normativa que o autor tentou remendar, na esperança de clarificar a confusão à volta do tema; e, por fim, a de Small e Singer é uma definição americana mas, em última instância, é também global, empírica e de carácter científico-social, tendo nascido da necessidade que os cientistas sociais tinham de uma definição que os ajudasse a analisar grandes volumes de informação. Todas estas três definições deixaram a sua marca no modo como hoje entendemos a guerra civil, embora cada uma delas tenha gerado controvérsia e tenha sido sobejamente discutida.

O conceito de «guerra civil» foi sempre essencialmente questionado porque, desde a sua origem, vem sendo internamente contestado. Os romanos designavam geralmente as suas guerras pelos nomes dos seus adversários (guerras anibálicas, jugurtinas, servis...) e esta prática tornou o conceito de «guerra civil» particularmente problemático. O termo foi provavelmente cunhado – optei por usar a passiva uma vez que o seu autor é desconhecido – a partir da analogia com o direito civil (*ius civile*), mas uma *bellum civile* referia-se mais precisamente a uma guerra contra *cives* ou cidadãos. As guerras de Roma eram, por definição, travadas contra inimigos externos ou *hostes*, literalmente a antítese dos que estavam vinculados à *civitas* pelos laços comuns da cidadania. E para ser uma guerra (*bellum*) teria de ser justa, o que não era, por definição, o caso de uma contenda entre concidadãos⁽³⁷⁾.

A natureza paradoxal, oximorónica até, da *bellum civile* – uma guerra que não podia ser justificada enquanto tal, travada entre inimigos que não podiam ser chamados de inimigos – explica as enormes reservas dos romanos no que toca ao conceito de “guerra civil” e que se prolongaram pelo séc. I d.C. No entanto, na altura em que Apiano escreveu a história dos conflitos internos de Roma, as guerras entre concidadãos eram tão frequentes e a imagem das mesmas ficara tão claramente definida na sua memória que a descrição da marcha de Sula pela cidade reuniu unanimidade. As trombetas e os estandartes eram os sinais visíveis, a guerra

(37) Veit Rosenberger, *Bella et expeditiones. Die antike Terminologie der Kriege Roms*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1992; Brown, «The Terms *Bellum Sociale* and *Bellum Civile* in the Late Republic».

convencional o meio, e o controlo de Roma o objetivo: em geral, estas eram as marcas identificadoras de uma guerra civil e não os sinais de um mero tumulto, dissensão ou sedição. Apiano também sugeriu a existência de uma narrativa, na qual o ataque de Sula era o episódio original.

As obras de César, Salústio, Lucano, Tácito, Plutarco, Apiano, Floro e Agostinho, para mencionar apenas os nomes mais proeminentes, transmitiram versões dessa mesma narrativa por todo o mundo latino ocidental, pelo menos até finais do séc. XVIII. Existia o que se poderia chamar de narrativa republicana de guerras civis aparentemente intermináveis e recorrentes que eram consequência do próprio tecido da civilização romana: viver em civilização era estar sujeito a uma guerra civil, e sofrer uma guerra civil abria caminho a dissensões destrutivas posteriores no seio da comunidade. Paralelamente, havia também uma narrativa imperial ou augusta que seguia, em grande parte, o mesmo padrão, embora defendendo que a única cura para a patologia da guerra civil seria a restauração da monarquia ou a exaltação de um imperador. «Neste sentido», escreveu Apiano, «o Estado romano sobreviveu a todos os tipos de perturbações civis até alcançar a unidade e a monarquia»: «uma prova evidente» – concordou o tradutor para inglês em finais do séc. XVI – «de que a soberania do povo tem de acabar e ceder o lugar ao poder da monarquia»⁽³⁸⁾. Por fim, havia também uma narrativa cristã, celebradamente produzida por Agostinho, o último grande historiador romano, que apresentou a história pagã de Roma como um catálogo d'«aqueles males que eram mais infernais porque internos» (*quanto interiora, tanto miseriora*), uma série de «discórdias civis, ou melhor, incivis» (*discordiae civiles vel potius inciviles*)⁽³⁹⁾. A popularidade destas narrativas da guerra civil enquanto fenómeno repetitivo, cumulativo e transformador só diminuiu durante o período a que os historiadores chamam de «Era das Revoluções», quando outro tipo de narrativa – de revoluções igualmente recorrentes, sequenciais e transtemporais – começou a destroná-la⁽⁴⁰⁾. Ao mesmo tempo que revolucionários

(38) Apiano, *The Civil Wars*, trad. Carter, p. 4 (I. 6); [Apiano,] *An Auncient Historie and exquisite Chronicle of the Romane warres, both Civile and Foren*, London, Raufe Newbery e Henrie Bynniman, 1578, frontispício.

(39) Augustine, *The City of God against the Pagans*, ed. R. W. Dyson, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 132 (III. 23).

(40) Reinhart Koselleck, *et al.*, «Revolution, Rebellion, Aufruhr, Bürgerkrieg», in Otto Brunner, Werner Conze e Koselleck, (eds.), *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur*

autoconscientes renomeavam as guerras civis de revoluções, não era coincidência, por exemplo, que as edições do grande poeta romano da guerra civil, Lucano, tendo sido publicadas praticamente todos os anos durante o séc. XVIII, tivessem sido interrompidas, só ressurgindo numa era mais avançada das guerras civis, em finais do séc. XX⁽⁴¹⁾.

As conceções romanas da guerra civil começaram por ser meramente jurídicas, mas acabaram por se estender também à literatura e à história. A muito tardia redefinição jurídica de «guerra civil» criada por Francis Lieber ocorreu num contexto radicalmente diferente em meados do séc. XIX. Em 1863, o Tribunal Supremo dos E.U.A. deliberou sobre quatro casos, conhecidos coletivamente como Prize Cases, na sequência da ordem do presidente Abraham Lincoln, em abril de 1861, de bloquear os portos de Chesapeake Bay até à boca do Rio Grande devido ao facto de os estados da Confederação terem originado «uma insurreição contra o governo dos Estados Unidos». Os queixosos argumentaram que o Presidente tinha aplicado leis de guerra a uma situação em que as mesmas não eram pertinentes, uma vez que nenhuma guerra tinha sido declarada. Em nome da maioria, o juiz Robert Grier argumentou que os E.U.A. estavam, de facto, em guerra com a Confederação Sulista. «Uma guerra civil nunca é declarada abertamente; chega-se a ela acidentalmente, pelo número, poder e organização das pessoas que a causam e a levam em frente»⁽⁴²⁾. No rescaldo dessa decisão, o general Henry Halleck, chefe do Exército da União, incumbiu Francis Lieber de redigir o primeiro conjunto de normas codificadas para a guerra terrestre. Quando Lieber enviou uma primeira versão a Halleck em fevereiro de 1863, o general apontou a falta de um elemento crucial: a definição de um tipo específico de conflito interno no qual o seu Exército esteve envolvido durante mais de um ano. Como escreveu a Lieber, «para ser mais útil no tempo

politisch-sozialen Sprache in Deutschland, 8 vols., Estugarda, E. Klett, 1972-1997, V, p. 712-14, 726-27, 778-80; Roman Schnur, *Rivoluzione e guerra civile*, ed. Pier Paolo Portinaro, Milan, Giuffrè, 1986; David Armitage, «Every Great Revolution is a Civil War», in Keith Michael Baker e Dan Edelstein (eds.), *Scripting Revolution*, Stanford, Stanford University Press (no prelo).

(41) Sobre a história da receção de Lucano, *vide* os capítulos relevantes em Paolo Asso, ed., *Brill's Companion to Lucan*, Leiden, Brill, 2011.

(42) The Prize Cases, 67 E.U.A. 635 (1863); Brian McGinty, *Lincoln and the Court*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2008, p. 118-43; Thomas H. Lee e Michael D. Ramsey, «The Story of the Prize Cases: Executive Action and Judicial Review in Wartime», in Christopher H. Schroeder e Curtis A. Bradley, (eds.), *Presidential Power Stories*, Nova Iorque, Foundation Press, 2009, p. 53-92.

presente, [o Código] deve abarcar não só a guerra civil, mas também a guerra entre estados ou soberanias *distintas*»⁽⁴³⁾.

No entanto, de acordo com a definição final de Lieber – «guerra entre duas ou mais zonas de um país ou estado, lutando cada uma delas pelo domínio do todo e alegando ser o seu governante legítimo» – a «Guerra Civil» Americana não foi de todo uma guerra civil. Pode ter sido travada entre duas partes do país, mas só uma delas pretendia dominar todo o território ou alegava ser o seu governante legítimo. Segundo a própria definição de Lieber, a Guerra Civil foi, na verdade, uma *rebelião*: «uma insurreição em larga escala e, normalmente, uma guerra entre o governo legítimo de um país e zonas ou províncias do mesmo que pretendem terminar essa aliança, criando um governo próprio». De facto, Lieber praticamente admitiu isso na segunda parte da sua definição de «guerra civil»: «por vezes aplicada à guerra de rebelião, quando as zonas rebeldes são contíguas às que acolhem os órgãos do governo» – daí, presumivelmente, em finais do séc. XIX, a designação oficial usada pela União ser Guerra da Rebelião⁽⁴⁴⁾.

Não obstante as dificuldades em encontrar uma definição, o Código Lieber tornou-se a pedra angular de todo o direito humanitário internacional que se desenvolveu posteriormente, tendo sido reeditado na sua totalidade, incluindo as suas definições de «insurreição», «rebelião» e «guerra civil», para ser usado durante a guerra Filipino-Americana em 1902, e a sua discussão em torno da definição de «guerra civil» surgiu inúmeras vezes até 1940. Foi só em 1990 que o exército norte-americano propôs uma nova definição de «guerra civil». No seu Manual de Operações de 2008, o conceito foi reduzido ao absurdo no simples parágrafo que lhe foi dedicado, entre 180 páginas densas e compactas, mencionando apenas que as guerras civis «incluem muitas vezes operações de combate importantes» e que podem resultar em «baixas substanciais»⁽⁴⁵⁾. A separação entre a memória histórica norte-

(43) Anotação de Henry Halleck a Francis Lieber, *A Code for the Government of Armies in the Field, As Authorized by the Laws and Usages of War on Land*, «Printed as manuscript for the Board appointed by the Secretary of War» (fevereiro de 1863), p. 25-[6], The Henry E. Huntington Library, San Marino (doravante designada por HEH), 243077.

(44) [Lieber,] *Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field*, p. 25; [Estados Unidos, Departamento de Guerra,] *The War of the Rebellion: A Compilation of the Official Records of the Union and Confederate Armies*, 70 vols. (Washington, DC: US Government Printing Office, 1880-91).

(45) Departamento do Exército dos Estados Unidos, Manual de Campo 3-0 (27 de fevereiro de 2008), § 2-67: www.army.mil/fm3-0/fm3-0.pdf.

americana dos seus próprios conflitos internos e a sua experiência de guerras civis no estrangeiro estava concluída.

A transição global e progressiva de guerra interestadual para intraestadual após 1945, aliada à popularidade das ciências sociais positivistas e às crises de descolonização, conduziram a novas pressões para uma definição do que era, e do que não era, uma guerra civil. A partir dos anos 1960, os cientistas sociais norte-americanos empenharam-se cada vez mais na interpretação do que era geralmente chamado de «guerra interna», uma categoria que abrangia desde a guerrilha e as insurgências, às guerras civis, golpes e revoluções⁽⁴⁶⁾. A expansividade da categoria suscitou preocupação quanto à falta de foco teórico e uma insatisfação com os exemplos dados, que eram demasiado heterogêneos para serem codificados ou enumerados. Os dados não podiam ser teorizados e às teorias faltavam dados que as fundamentassem.

Foi para resolver este dilema que Melvin Small e David Singer criaram a terceira definição de «guerra civil» que citei anteriormente. Os dois estudiosos exigiam uma definição quantitativa em vez de qualitativa «para minimizar as tendências subjetivas» e, mais diretamente, para «facilitar a criação de um conjunto de dados», como forma de fugir ao que pensavam ser um labirinto concetual de definições inconsistentes e concorrentes de «guerra civil»⁽⁴⁷⁾. O grande problema desta definição é o número de conflitos que *não* abrange. A sua margem de 1000 mortos em batalha por ano excluiria o Conflito na Irlanda do Norte, no qual a taxa de mortalidade foi de cerca de 3500 baixas entre 1969 e 2001, com um pico de 479 em 1972. A condição de ser «principalmente interna» foi especificada como sendo «interna à *metrópole*», para excluir deliberadamente as guerras pós-coloniais de libertação nacional como a Guerra de Independência Argelina. Apesar do esforço em ser neutra e objetiva, esta ideia de guerra civil era, na realidade, extremamente contingente e questionável⁽⁴⁸⁾. Parafraseando Winston Churchill, esta era talvez a pior definição de «guerra civil» que

(46) Harry Eckstein, «On the Etiology of Internal Wars», *History and Theory*, 4 (1965), p. 33-63; Jesse Orlansky, *The State of Research on Internal War*, Research Paper P-565, Arlington, VA, Institute for Defense Analyses, Science and Technology Division, 1970.

(47) Small e Singer, *Resort to Arms*, p. 210.

(48) Jan Angstrom, «Towards a Typology of Internal Armed Conflict: Synthesising a Decade of Conceptual Turmoil», *Civil Wars* 4 (2001), pp. 93-116; Nicholas Sambanis, «What

se poderia imaginar, tirando todas as outras que foram sendo propostas nos últimos dois séculos. Isto seria praticamente irrelevante não fosse o facto de esta permanecer a definição padrão entre os cientistas sociais, estando por isso, na base da informação fornecida a instituições como o Banco Mundial e o Departamento de Estado Norte-Americano, na altura de determinar os níveis de risco nacional na distribuição de ajuda ou de considerar as possibilidades de uma intervenção humanitária em conflitos considerados «civis».

* * * * *

Escolhi estes três exemplos-chave a partir da minha «história nas ideias» para ilustrar as dimensões sincrónica e diacrónica deste género emergente. Cada instância está envolvida num diálogo consciente com a história concetual e experiencial da guerra civil. Por ter escrito em grego, Apiano foi compelido a assimilar semanticamente as guerras civis de Roma ao termo grego *emphyilia*, ainda que a sua descrição desses conflitos, talhada com precisão, mostre o enorme fosso entre a palavra e o conceito, e entre as visões grega e romana de luta civil⁽⁴⁹⁾. Francis Lieber investigou o *corpus* do direito internacional em busca de uma definição jurídica de «guerra civil», embora sem sucesso. Também ele teve de a distinguir de «revolução», «rebelião» e «insurreição» – que não são conceitos completamente assimétricos ao de «guerra civil»⁽⁵⁰⁾ – num esforço para melhorar a definição de um conflito específico, dentro de um contexto jurídico estreitamente definido, mas com vista à humanização da guerra no futuro. Por fim, Singer e Small procuraram transcender determinantes contextuais para criar uma definição transhistórica de «guerra civil» que revelasse apenas as marcas do seu nascimento altamente contingente. No entanto, a sua conceção permanece e floresce, até hoje, numa tensão

is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition», *Journal of Conflict Resolution*, 48 (2004), p. 814-58.

(49) Paula Botteri, «*Stásis*: Le Mot grec, la chose romaine», *Métis*, 4 (1989), p. 87-100.

(50) Reinhart Koselleck, «The Historical-Political Semantics of Asymmetric Counterconcepts», in Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, trad. Keith Tribe, Nova Iorque, Columbia University Press, 2004, p. 155-191; Kay Junge e Kirill Postoutenko (eds.), *Asymmetrical Concepts After Reinhart Koselleck: Historical Semantics and Beyond*, Bielefeld, transcript Verlag, 2011.

com conceções jurídicas de «guerra civil», em última instância originárias de Lieber, e também históricas, cujas raízes são marcadamente romanas.

Mas os exemplos não são mais do que isso mesmo e os sintomas não podem confundir-se com sistemas. Até a minha iniciativa de combinar uma contextualização próxima e sincrónica com análises diacrónicas mais amplas numa abordagem de longa duração pode bem parecer *demodé* e anacrónica, em vez de elegantemente *avant-garde*. A acumulação manual e a análise de fontes, às quais os historiadores intelectuais estiveram habituados durante um século (e outros historiadores por muito mais tempo), não estão a tornar-se obsoletas mas afiguram-se cada vez mais incompletas: uma «leitura distante» de largos volumes de fontes suplementa uma leitura próxima, embora não a possa substituir⁽⁵¹⁾. Os efeitos da revolução digital estão só a começar a notar-se entre os historiadores intelectuais, mas serão com toda a certeza transformadores no que toca à vasta quantidade de materiais disponíveis para análise e ao conjunto de tecnologias ao seu alcance para resolver problemas antigos e propor novas problemáticas.

Vastas coleções de fontes que, até há pouco tempo, teriam levado uma eternidade (ou mais) a um só estudioso a recolher estão hoje disponíveis a alunos de licenciatura e ao público geral sob a forma de coleções e bases de dados digitais. O *Google Books*, o *Internet Archive*, o *HathiTrust Digital Library*, a *Open Library* e em breve a *Digital Public Library of America* – mencionando apenas os mais extensos de entre as fontes em língua inglesa e de acesso livre – oferecem versões pesquisáveis de materiais históricos que anteriormente só estavam acessíveis a investigadores credenciados e disponíveis em repositórios físicos. Em breve, graças a estas iniciativas, ao projeto *Europeana* e a outras bibliotecas digitais nacionais, todos os materiais impressos – pelo menos, nas línguas ocidentais – entre 1455 e 1922, poderão ser lidos e, na sua maioria, pesquisados. Esta cornucópia de materiais digitais não se restringe apenas às línguas vivas dos últimos 500 anos: aproximadamente um bilião de palavras latinas entre 2000 a.C. e 1922 d.C. foram já digitalizadas, «eclipsando o *corpus* do latim clássico em várias ordens de grandeza» e «possivelmente abrangendo o maior intervalo histórico de qualquer coleção de textos principal conhecida até hoje». Esta coleção

(51) Franco Moretti, «Conjectures on World Literature», *New Left Review*, 1 (2000), p. 56-58; Moretti, *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for Literary History*, London, Verso, 2005.

não organizada não pode ser usada inocentemente ou levemente. Porém, a sua extensão e âmbito ilustram as possibilidades inesgotáveis para a investigação no âmbito da longa duração que o fenômeno da digitalização oferece⁽⁵²⁾.

Existem ferramentas digitais para a investigação na área das humanidades há mais de meio século: «Em cerca de 1955, Deus concedeu aos homens a graça de inventar a fita magnética», escreveu Roberto Busa, S.I., um pioneiro do humanismo computacional⁽⁵³⁾. Mas o seu poder e variedade expandiram-se, mais recentemente, para a categoria das «humanidades digitais», com novas técnicas para a quantificação de informação textual lado a lado com novos meios de visualização e análise espacial. As ferramentas mais populares até ao momento são o *N-gram Viewer*, que revela padrões gráficos de ocorrência de palavras no *corpus* da Google Books, com pelo menos 4% de todos os livros publicados em inglês, espanhol, hebraico e outras línguas, desde 1800, e o *Bookworm*, que permite uma análise semelhante dos acervos da *Open Library* e do *Internet Archive*⁽⁵⁴⁾. Até ao momento, estas ferramentas não são conclusivas, mas apenas indicativas. Podem sugerir questões mas não fornecem respostas isoladas a partir de outras formas de imersão e comparação textual. As bases de dados nas quais se apoiam não estão ainda completas, nem estão totalmente disponíveis para leitura, variando também em abrangência e credibilidade. Porém, desde que tratadas atentamente e suplementadas com leituras aprofundadas de amostras de fontes, as pesquisas por palavras-chave podem levar a conclusões sólidas e apontar o caminho para novas questões. Nesta base, outros procedimentos tradicionais da história intelectual – como a análise concetual e a contextualização – podem também ser postos em prática com ainda mais confiança na solidez das generalizações sobre mudanças qualitativas e quantitativas ao longo do tempo.

(52) David Bamman e David Smith, «Extracting Two Thousand Years of Latin from a Million Book Library», *Journal on Computing and Cultural Heritage* 5, no. 1 (1 abril 2012), p. 1-13.

(53) Roberto A. Busa, «Foreword: Perspectives on the Digital Humanities», in Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth, eds., *Companion to Digital Humanities*, Oxford, Blackwell Publishing, 2004, p. xvii.

(54) Michel, Jean-Baptiste, Yuan Kui Shen, Aviva Presser Aiden, Adrian Veres, Matthew K. Gray, Joseph P. Pickett, Dale Hoiberg, et al. «Quantitative Analysis of Culture Using Millions of Digitized Books», *Science*, 331, n° 6014 (14 jan. 2011), p. 176-182.

Até para os humanistas analógicos mais tradicionais, a promessa das humanidades digitais de transformar o trabalho dos historiadores intelectuais é fortíssima. A disponibilidade crescente de *corpora* textuais consideravelmente maiores, juntamente com as ferramentas para os analisar, permitem aos historiadores estabelecer as convenções que moldaram a inovação intelectual e, conseqüentemente, mostrar a atuação da vontade individual no contexto das estruturas coletivas. Com maior flexibilidade na pesquisa e recolha de informação contextual é possível descobrir mais precisa e claramente os momentos de rutura e os caminhos de continuidade. Em suma, hoje temos as ferramentas metodológicas e os meios tecnológicos para ultrapassar a maior parte, se não a totalidade, das objeções tradicionais ao casamento entre a história intelectual e a abordagem da longa duração. Podemos, pelo menos, voltar a estudar as grandes ideias a uma grande escala.

**A FILOSOFIA DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA DE
RICHARD RORTY: QUESTÕES HERMENÊUTICAS**
*RICHARD RORTY'S PHILOSOPHY OF HISTORY AND
HISTORIOGRAPHY: HERMENEUTICAL QUESTIONS*

HENRIQUE JALES RIBEIRO
jalesribeiro@gmail.com
Faculdade de Letras da UC

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 28/9/2016

Resumo:

As concepções de Rorty sobre a historiografia filosófica, expostas no famoso artigo «A historiografia da filosofia: quatro gêneros», são geralmente conhecidas e discutidas pelas comunidades dos filósofos e dos historiadores; o mesmo não se pode dizer da questão de saber se haverá uma filosofia da história propriamente dita subjacente a tais concepções, na perspectiva da qual as deveríamos enquadrar e interpretar. Neste artigo, analisa-se atentamente esta questão; defende-se que a filosofia *da* história de Rorty, despedida que foi por ele, em parte, a ideia de fundações para a filosofia e o historicismo associado, é essencialmente uma filosofia *na* história; e que esse autor progrediu de uma representação escatológica da história, que torna esta praticamente inútil como instrumento de transformação da práxis humana quer em termos individuais quer coletivos, para uma outra, semifundacionalista e semi-historicista, na perspectiva da qual é possível pensar a atualidade do pragmatismo como filosofia social, cultural e política.

Palavras-chave:

Contingência, filosofia da história, historiografia, pragmatismo, Rorty.

Abstract:

Rorty's views on philosophical historiography, expounded in his famous article «The historiography of philosophy: four genres», are generally known to, and discussed by, the communities of philosophers and historians; the same cannot be said of the question of knowing whether underlying such concepts there is a philosophy of history as such that should be used as a framework to contextualise and interpret them. This article provides a close discussion of these issues; my contention is that Rorty's philosophy of history, given that he partially dismisses the idea of the existence of foundations for philosophy and its associated historicism, is essentially a philosophy *in* history; and, further, that the author has progressed from a scatological representation of history, which renders it virtually ineffectual as a tool for transforming human praxis both individually and collectively, towards a semi-foundationalist and semi-historicist representation, from whose perspective it is possible to envisage the contemporary interest of pragmatism as social, cultural, and political philosophy.

Keywords:

Contingency, historiography, philosophy of history, pragmatism, Rorty.

1. Introdução

A filosofia de Rorty tem estado, nas últimas décadas, em primeiro plano nas discussões sobre o lugar da história e da filosofia no âmbito mais geral do que se tem vindo a designar como «pós-modernidade»⁽¹⁾. Essa filosofia é correntemente associada quer à ideia de que a história não existe, mas apenas as nossas representações sobre ela (a meta- ou as meta-histórias), quer à ideia de que a própria filosofia, como investigação sistemática, chegou ao fim, e de o que resta é uma terapia redentora que nos convença disso mesmo, abrindo as portas para pensarmos em novos termos as relações entre a história e a filosofia, por um lado, e as outras

(1) Sobre a filosofia de Rorty de maneira geral, veja-se: Randall E. Auxier and Lewis E. Hahn (ed.), *The philosophy of Richard Rorty*, vol. XXXII of The Library of Living Philosophers, Chicago, Open Court, 2009; Robert B. Brandom (ed.), *Rorty and his critics*, Oxford, Blackwell Publishing, 2000; Gideon Calder, *Rorty: And redescription*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2003; Herman J. Saatkamp (ed.), *Rorty and pragmatism: The philosopher responds to his critics*, Nashville (Tennessee), Vanderbilt University Press, 1995; Alan Malachowski (ed.), *Reading Rorty: Critical responses to 'Philosophy and the mirror of nature' and beyond*, Oxford, Basil Blackwell, 1990.

áreas da cultura, como a poesia e a literatura, por outro⁽²⁾. Nos dois casos, a filosofia de Rorty é vista geralmente como a derradeira metanarrativa na perspectiva da qual podemos compreender as razões do colapso das nossas concepções fundacionalistas e sistemáticas tradicionais, e começar a elaborar outras inteiramente novas. Tanto num como noutra, deixamos para trás o passado e instalamo-nos num futuro aparentemente mais promissor. Esta representação é estimulada pelo próprio filósofo americano, em obras como *Filosofia e o espelho da natureza*⁽³⁾. Uma investigação mais atenta, em particular, uma investigação sobre o papel que a filosofia da história e da historiografia⁽⁴⁾ tem na sua filosofia de maneira geral, sugere uma outra visão da mesma, que será neste artigo abordada; uma visão menos antifundacional e antissistemática do que é correntemente alegado. Quando se fala em «filosofia da história», depois de Hayden White e do próprio Rorty, falamos precisamente disso mesmo: da concepção ou metaconcepção da história que informa, à partida, o modo como esta é concetualmente elaborada por um dado filósofo e se entende a respetiva filosofia da historiografia. É uma tal concepção que, de uma forma ou de outra, está subjacente às teorias filosóficas defendidas por um autor qualquer. Surpreendentemente, Rorty escreveu muito e eloquentemente sobre filosofia da historiografia mas, diretamente pelo menos, pouco e de maneira ambígua sobre filosofia da história propriamente dita. É preciso lê-lo nas entrelinhas; e é preciso fazê-lo especialmente tendo como referência e enquadramento principal os outros autores da ideia de pós-modernidade.

2. A reconstrução racional da história da filosofia (Rorty e Heidegger)

Em *Filosofia e o espelho da natureza*, Rorty apresenta-nos uma reconstrução histórica e racional da história da filosofia ocidental, e

(2) Veja-se Keith Jenkins, *On 'What is history'? From Carr and Elton to Rorty and White*, London, Routledge, 1995, p. 79-133. Duas obras, que incluem referências à filosofia da história e da historiografia de Rorty, devem ser mencionadas: Allan J. Holland (ed.), *Philosophy, its history and historiography*, Dordrecht, Reidel Publishing Company, 1985; e Jonathan Rée, Michael Ayers, and Adam Westboy (ed.), *Philosophy and its past*, Brighton, Harvester; New Jersey, Humanities Press, 1978.

(3) Richard Rorty, *Philosophy and the mirror of nature*, Princeton (New Jersey), Princeton University Press, 1979.

(4) Sobre estes conceitos, veja-se Aviezer Tucker (ed.), *A companion to the philosophy of history and historiography*, West Sussex (UK), Wiley-Blackwell, 2009, p. 1-6.

particularmente da analítica no século XX, desde a época moderna. Na verdade, com esse livro a filosofia analítica entra pela primeira vez oficialmente na história da filosofia. As expressões «reconstrução histórica» e «reconstrução racional», como veremos mais à frente, só serão formalmente introduzidas cinco anos depois a propósito da historiografia filosófica⁽⁵⁾, mas o seu significado está já latente no livro referido: do que se trata, a partir do contexto da filosofia na época, e particularmente da presunção – comum às várias tendências e correntes, tanto continentais como analíticas – de que a filosofia, como investigação sistemática, terá chegado ao fim (era o que o segundo Wittgenstein e os filósofos ingleses da linguagem corrente, como Ryle e Austin, além de Quine, Putnam, Feyerabend e outros, do lado analítico, mas também Heidegger e Gadamer, da parte continental, estavam a dizer), é de conceber em que moldes ela continuará a ser possível⁽⁶⁾. No fundo, vê-lo-emos, com esta tese fundamental Rorty retoma as conclusões conjecturais da sua introdução, em 1967, à edição de *A viragem linguística*⁽⁷⁾. É por esta via – a da reconstrução – que a filosofia da história e da historiografia ocupa um lugar proeminente em *Filosofia e o espelho da natureza*, não porque o filósofo se ocupe expressamente dela nesse livro, mas porque tudo aquilo que diz pode ser reinterpretado na sua perspetiva. A reconstrução é *racional* no preciso sentido em que é feita a partir da premissa contextual, ou do «paradigma», de que uma investigação sobre a linguagem baseada na teoria da significação, deste ou daquele modo concetualizada não obstante todos os contrastes entre os filósofos envolvidos (Wittgenstein ou Quine, e Heidegger, designadamente), não tem mais viabilidade; e é *histórica*, na medida em que, à luz desse paradigma, se relê quer a história da filosofia analítica quer a da ocidental, no seu conjunto, particularmente desde Descartes, Locke e Kant. O que a reconstrução, de maneira geral, mostra, é a estreita relação entre a filosofia e a sua história: esta aparecem-nos como o enquadramento por excelência da primeira; e, na verdade,

(5) Veja-se Richard Rorty, «The historiography of philosophy: four genres», in Richard Rorty, J. B. Schneewind, and Quentin Skinner (ed.), *Philosophy in history: Essays on the historiography of philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 49-75. Em Richard Rorty, *Philosophy...*, cit., fala-se ocasionalmente em «rational reconstruction» (p. 169, 340, 345).

(6) Richard Rorty, *Philosophy...*, cit., p. 3-13.

(7) Veja-se Richard Rorty (ed.), *The linguistic turn: Essays in philosophical method, with two retrospective essays*, Chicago, The University of Chicago Press, 1992/1967, p. 1-39.

esta conexão fundamental vai caracterizar o pensamento de Rorty do princípio ao fim, como de resto caracterizou o de outros proeminentes filósofos no século XX, à cabeça dos quais Heidegger. A filosofia, ou o que resta dela, aparece-nos essencialmente como filosofia *na* história e *da* história, mesmo quando esta última (numa interpretação com a de Tucker) está aparentemente ausente. A premissa, a que aludimos acima, é meta-histórica e metafilosófica: a ideia é que uma concepção da filosofia – como aquela que é protagonizada na modernidade pelos filósofos referidos – assente no pressuposto de que lhe compete investigar como é que se pode representar ou «espelhar» o mundo a partir da subjetividade, qualquer que seja a forma como esta é concebida (o positivismo lógico, por exemplo, eliminou o sujeito de conhecimento, mas substituiu a sua função e papel pelos da própria ciência), fracassou completamente em termos intelectuais, e conduziu e conduz a consequências nefastas dos pontos de vista social, cultural e político, que estamos a viver ainda hoje em dia no âmbito do que se tornou corrente chamar, depois de Lyotard, a «pós-modernidade»⁽⁸⁾. É uma tal ideia que está na base, numa concepção como a de Rorty, do que chamamos «historicismo», isto é, da noção de que a história terá um «telos», uma finalidade qualquer a atingir⁽⁹⁾; e é por oposição a ela, em grande parte, que o filósofo americano conceberá, em termos históricos, a sua noção de contingência, em *Contingência, ironia e solidariedade*⁽¹⁰⁾. Mas na medida em que essa ideia tem a sua origem, em última análise, em Platão e Aristóteles, como Rorty virá a defender mais claramente depois de *Filosofia e o espelho da natureza* e ao encontro de filosofias como as de Heidegger, a mesma é escatológica: a história da filosofia é a história desse divórcio entre sujeito e objeto e seus corolários (realidade e aparência, conhecimento e opinião, etc.), ou, como dirá o filósofo alemão, a história da separação entre «ser» e «sendo», a história do «esquecimento do ser»⁽¹¹⁾. Não se pode dizer que haja propriamente

(8) Jean-François Lyotard, *La condition postmoderne. Rapport sur le savoir*, Paris, Éditions de Minuit, 1979.

(9) A abordagem do historicismo, por Popper, continua a ser atual: Karl Popper, *The poverty of historicism*, London, Routledge and Kegan Paul, 1957. Veja-se uma abordagem mais recente em Andrew Reynolds, "What is historicism?", *International Studies in the Philosophy of Science*, 13 (1999), p. 275-287.

(10) Veja-se Richard Rorty, *Contingency, irony and solidarity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, part I, p. 3-69.

(11) Veja-se Martin Heidegger, *Introduction to metaphysics*, transl. Gregory Fried and Richard Polt, New Haven (Connecticut), Yale Nota Bene, 2000, chap. 4, p. 98-222; e Richard

nem previsão nem evolução numa tal história; não se pode dizer que haja um *telos* a atingir, porque o fim da mesma, tal como na escatologia cristã, está antecipadamente dado ou contido no começo, de tal maneira que, filosoficamente falando, não há nada a fazer; mas também não se pode dizer que haja contingência, a possibilidade de o curso da história ter sido diferente do que foi ou vir a ser diferente do que prevemos: poderia mesmo afirmar-se, paradoxalmente, que o apogeu da ideia de história é simultaneamente o seu supremo sacrifício. Rorty parece subscrever a representação escatológica da história em *Filosofia e o espelho da natureza*; mas, como veremos, distancia-se claramente dela depois desse livro, aproximando-se de uma outra, ao abrigo da noção de contingência, semi-historicista e semifundacionalista, quando concebe a atualidade do pragmatismo como filosofia social, cultural e política.

2.1. A historiografia filosófica (da filosofia analítica a Kuhn e a Quine)

Uma das constatações mais surpreendentes que podemos fazer a respeito da história da filosofia analítica, na sequência de alguma historiografia especializada nas últimas décadas, é que essa história é relativamente recente, quer dizer, é uma «construção» do movimento analítico nas suas diferentes vertentes (positivismo lógico, filosofia inglesa da linguagem corrente, e o que Michael Dummett chamará a «escola americana», isto é, um grupo de filósofos que incluía, à cabeça, Quine e Putnam, designadamente) por volta dos anos setenta do século passado, quer dizer, já depois de publicada a edição de *A viragem linguística*⁽¹²⁾. Na verdade, a filosofia analítica ela mesma é uma construção meta-histórica e metafilosófica desse movimento a partir da altura referida e ao abrigo da história referida, e não, como somos levados a pensar desprevenidamente à primeira vista, uma entidade inofensiva e pacífica, virgem ou imune em relação às nossas interpretações. Como mostrou Georg H. von Wright, não havia «história da filosofia analítica», quer dizer, a expressão não era correntemente utilizada, por altura da publicação das *Investigações filosóficas* de Wittgenstein, ou até

Rorty, *Essays on Heidegger and others: Philosophical papers*, vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, part I, p. 9-84.

(12) Michael Dummett, *Truth and other enigmas*, London, Duckworth, 1978, p. 432-433.

mesmo, dezasseis anos mais tarde, da de *Relatividade ontológica e outros ensaios*, de Quine⁽¹³⁾. Expressão e conceito só entraram no vocabulário filosófico depois disso, e tal aconteceu, como mostrámos noutros lados, quando houve necessidade de reunir e unificar as diferentes e (entre si) conflituosas vertentes do movimento analítico sob uma bandeira comum, constituída precisamente por aquilo a que chamamos hoje em dia «teoria da significação»⁽¹⁴⁾. O movimento analítico, debaixo dessa bandeira, podia ter uma história, uma tradição, a sua própria história ou tradição em filosofia, no caso uma bem distinta da história da filosofia continental, e, por essa via, reclamar ou reivindicar uma legitimidade inteiramente nova e original. De onde, as várias proto-histórias desse movimento que apareceram depois dos anos setenta, umas assentando as suas fundações em Frege, Russell e no Wittgenstein do *Tractatus*, outras excluindo Russell desse período inicial, devido aos compromissos da sua filosofia com a teoria do conhecimento e a filosofia continental de maneira geral. Do que se tratava era de condensar num tal período, em germe ou potencialmente, o modelo mais ou menos ideal a que se deveria subordinar (com a «tradição analítica») o desenvolvimento da teoria da significação. É então e só então, como dissemos, *que nasce propriamente a história da filosofia analítica*. Esta aparece como um instrumento ideológico de justificação não tanto do que se entende programaticamente por «filosofia analítica» mas, em termos kuhnianos que Rorty subscreve, da própria comunidade ou comunidades filosóficas com ela institucionalmente envolvidas.

O que estamos a dizer, quanto a Kuhn, não é novo, mas é relativamente original quanto à aplicação das suas conceções à filosofia, considerada ideológica e institucionalmente: a ideia – ao encontro do que o próprio Rorty recorrentemente defende depois de *Filosofia e o espelho da natureza* – é que, tal como acontece com as ciências físico-naturais, não existindo uma definição constitucional, substantiva, da filosofia (como não existirá da «ciência»); não existindo, pois, um assunto ou questões mais ou menos

(13) Veja-se Georg H. von Wright, *The tree of knowledge and other essays*, Leiden/New York/Köln, E. J. Brill, 1993, p. 41 ss.; Ludwig Wittgenstein, *Philosophical investigations*, ed. G.E.M. Anscombe and R. Rhees, transl. G.E.M. Anscombe, Oxford, Blackwell, 1953; e Willard van O. Quine, *Ontological relativity and other essays*, New York, Columbia University Press, 1969.

(14) Veja-se Henrique Jales Ribeiro, *Para compreender a história da filosofia analítica*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2001.

perenes que nos permitam defini-la apriorística ou indutivamente, as quais seriam justamente matéria de investigação, em particular pelos filósofos profissionais, então uma abordagem possível e pertinente dela, aí incluindo a da sua história, terá de ser sociológica, como em grande parte é a abordagem de *A estrutura das revoluções científicas*. Sabe-se que o próprio Kuhn, quando colocado perante as questões de saber porque é que a física progrediu desde o paradigma de Copérnico e Galileu ao de Einstein, e – uma vez evacuadas as explicações metafísicas tradicionais, que têm a ver com a teoria da verdade como correspondência – em que é que finalmente assenta a verdade científica, defendeu – tendo em mente especialmente a filosofia – que a resposta passava pelo facto de as comunidades científicas, para se manterem e subsistirem, historicamente falando, ao longo da transição entre paradigmas, não poderem tolerar desacordos e divergências quanto à aplicação do paradigma que constitui o programa de investigação da «ciência normal» em cada uma das suas etapas; a verdade, deste ponto de vista sociológico, assenta num acordo intercomunitário e institucionalmente entendido⁽¹⁵⁾. A diferença crucial entre «ciência» e «filosofia» é que, desde Aristóteles, um tal tipo de acordo nunca foi possível quanto a esta última; de onde, e não obstante a sua importância indiscutível ao longo da história das ideias, a filosofia não poder aspirar a vir a constituir uma ciência. Mas sabe-se ainda que Kuhn mostrou que a chamada «história da ciência» é, em cada uma das etapas a que se aludiu, um instrumento de afirmação e legitimação (ideológico, portanto) de cada um dos paradigmas em causa⁽¹⁶⁾. O mesmo é dizer que não existe uma história da ciência virgem ou imune em relação às nossas interpretações, contexto a contexto (ou paradigma a paradigma). Se adaptarmos as concepções de Kuhn, com os cuidados que se impõem, à filosofia, como o próprio Rorty parece ter feito, há que encarar esta não como tendo por objeto um assunto atemporal ou um conjunto de problemas ou de questões que atravessariam a história, mas como uma comunidade (ou complexo de comunidades) de indivíduos que têm interesses comuns a defender em termos de exercício de poder no quadro universitário, nacional e internacionalmente falando, interesses esses em função dos quais se elegem e determinam as diferentes matérias de

(15) Thomas S. Kuhn, *The structure of scientific revolutions (second edition enlarged)*, Chicago, The University of Chicago, 1970, p. 164-169.

(16) Thomas S. Kuhn, *The structure...*, cit., p. 23-42, 136-142.

que essa comunidade ou comunidades se ocupam⁽¹⁷⁾. As comunidades filosóficas «continentais» são especialmente exemplos dos desacordos que Kuhn, quando escreveu *A estrutura das revoluções científicas* no início dos anos sessenta, tinha em vista quando contrastava entre ciência e filosofia; mas o mesmo, hoje em dia, não podemos dizer da filosofia analítica propriamente dita, que constitui uma comunidade no sentido sociológico do conceito e pode, pelo menos em parte, ser interpretada em termos kuhnianos; pertencer a uma tal comunidade significa não só partilhar de uma agenda intelectual comum (o que implica eventual oposição às agendas de comunidades rivais, como é o caso das continentais), mas também ter uma profissão remunerada, acesso a meios mais ou menos privilegiados de investigação e de publicação, prestígio social, entre outras coisas. Depois do que dissemos anteriormente, a «história da filosofia analítica», seguramente, pode (e deve) ser interpretada em termos kuhnianos. O ponto essencial da analogia é que uma tal história, como a história da ciência feita ao abrigo de cada paradigma, é uma reconstrução-reinterpretação do conjunto de problemas que são considerados filosoficamente relevantes para a comunidade filosófica (a analítica) ao abrigo do «paradigma» – quer dizer, do modelo a que normativamente se deve subordinar a análise filosófica – que prevalece contexto a contexto. É um tal enquadramento ou contexto a que pertence e de que faz parte o intérprete, filósofo ou historiador, não o contexto do autor que ele tem em vista nas suas interpretações, que constitui, pois, o fator decisivo ou fundamental da reconstrução-reinterpretação. Toda a interpretação, a esta luz, é inevitavelmente reconstrução, quer «histórica» quer «racional». Não é outra coisa – na perspetiva em que aqui nos colocamos – que Rorty quer dizer quando nos fala, no artigo «Historiografia filosófica», nas reconstruções «histórica» e «racional»⁽¹⁸⁾. É, de resto, isso que se segue da conceção holista da relação entre esquema conceitual (teoria) e objeto de investigação (história da filosofia) que Rorty desenvolve em *Filosofia e o espelho da natureza*, como temos vindo a dizer. Por outras palavras: contra as filosofias da historiografia tradicionais, não é o contexto histórico a interpretar o fator fundamental dessa interpretação, porque – como dirá

(17) Veja-se o que Rorty escreveu sobre o assunto no artigo «The historiography of philosophy...», cit., p. 66-67; e em «Professionalized philosophy and transcendentalist culture», in Richard Rorty, *Consequences of pragmatism*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982, p. 19-36.

(18) Richard Rorty, «The historiography of philosophy...», cit., p. 49-56.

Rorty – tudo o que dele conhecemos são textos, mas justamente o contexto em que se insere o intérprete (filósofo ou historiador), contexto esse que é ele mesmo, por sua vez, um texto (um *hipertexto*, se se preferir).

Uma vez dito isto, é claro que a concepção peregrina, segundo a qual a filosofia analítica ignoraria a história da filosofia, quer a continental e ocidental de maneira geral, quer a sua própria história, não pode ser aceite e deve ser completamente revista⁽¹⁹⁾. Numa perspectiva como essa, também para o filósofo americano na introdução à edição do seu primeiro livro, *A viragem linguística*, não haveria história da filosofia (no sentido usual, moderno ou fundacionalista, da expressão e conceito). Rorty poderia ser acusado daquele mesmo pecado que ele próprio, em alguns textos, *parece* atribuir à filosofia analítica de maneira geral: o de subscrever uma concepção anistórica da filosofia, que torna esta, para todos os efeitos, ininteligível (como aconteceria nessa introdução). (O pressuposto desta crítica, como já se sugeriu, é a ideia iluminista de que nós podemos efetivamente aprender com a história, e com a história da filosofia em particular, por mais remota que esta seja; de que, por detrás dessa história, existe um texto a ser descoberto e relido, que é precisamente aquele que é desocultado pela interpretação histórica)⁽²⁰⁾. Na verdade, o que acontece é que já nessa introdução, doze anos antes de *Filosofia e o espelho da natureza*, ele faz o que virá a chamar «reconstruções histórica e racional». A sua preocupação consiste em destacar as pressuposições meta-históricas e metafilosóficas da viragem linguística, mostrando que há um conflito interno insanável entre as mesmas, que tem a ver com o papel da epistemologia: a tese de Rorty é que esta motiva uma investigação sobre as fundações últimas da filosofia numa teoria da significação, numa teoria como aquela que Quine tinha contestado em «Le mythe de la signification»⁽²¹⁾, e que Michael Dummett, por exemplo, tinha subscrito em vários trabalhos – o que tem como consequência inevitável reestabelecer, em novos termos, a concepção tradicional da filosofia como investigação sistemática, mas agora não ao abrigo

(19) Sobre o assunto, na perspectiva da filosofia analítica, veja-se Hans-Johann Glock (ed.), *The rise of analytic philosophy*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.

(20) Sobre o assunto, veja-se Jonathan Rée, “Philosophy and the history of philosophy”, in Jonathan Rée, Michael Ayers, and Adam Westboy (ed.), *Philosophy and its past...*, cit., p. 1-38.

(21) Veja-se Willard van O. Quine, «Le mythe de la signification», in Jean Wahl *et al.* (ed.), *La philosophie analytique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1962, p. 138-169.

da ideia de conhecimento mas da de linguagem, quer dizer, continuar a trabalhar, apesar de tudo, em termos semânticos, na perspectiva do paradigma cartesiano e kantiano que era suposto ter sido definitivamente destronado. Uma tese como esta, que prefigura aquela que virá a ser amplamente desenvolvida em *Filosofia e o espelho da natureza*, só pode ser verdadeiramente apreciada e discutida no «contexto» da história da filosofia ocidental da modernidade aos nossos dias; mas é justamente essa contextualização que falta na introdução de Rorty a *A viragem linguística*. Ele abstrai completamente dessa história, *como se esta não existisse nem fosse relevante para a justificação da referida tese*. E deste modo, de acordo com a conceção a que se aludiu mais acima, Rorty – na introdução em apreço – parece ir ao encontro da filosofia analítica da época (dos anos trinta aos sessenta), que critica, porque também para esta, como se disse, o enquadramento das respetivas conceções na história da filosofia ocidental – aquela mesma história em que os filósofos continentais se baseiam para resumir e justificar o seu discurso – não se justificava a não ser por oposição ou contraste com a própria «história da filosofia analítica». Esta leitura, depois de tudo o que vimos até aqui, deve ser descartada. Embora Rorty, no artigo «A historiografia filosófica», distinga entre «reconstrução histórica» e «reconstrução racional», o facto é que a segunda pressupõe inevitavelmente como sua condição de possibilidade a primeira, mesmo quando esta não está patente de forma expressa ou explícita: não há reconstrução racional, como sugere o lugar da história da ciência numa abordagem como a de Kuhn, sem reconstrução histórica; e é justamente por esta razão que o filósofo, no artigo mencionado, as inscreve sob o mesmo tópico. Rejeitar a importância da história da filosofia para a avaliação do trabalho sistemático em filosofia (como rejeitar a importância da história da ciência para a avaliação das teorias científicas), qualquer que ele seja, é já fazer história da filosofia (como, por analogia, é já fazer história da ciência). Mas talvez a razão que levou Rorty a ignorar a história da filosofia ocidental na introdução a *A viragem linguística*, assente no seguinte: ele acreditava ainda no sucesso da viragem, e portanto não era razoável estar a fazer antecipadamente o seu obituário, projetando a filosofia analítica nessa história; como reconhecerá e lamentará no posfácio a esse livro vinte e cinco anos depois, ele próprio, na aludida introdução, alimentava o mito de que existiria qualquer coisa como *a linguagem*, que constituiria um campo autónomo e independente de investigação, uma terceira parte, intermediária, na

relação entre o homem e o mundo⁽²²⁾; é nesse mito, como mostra o artigo de Quine acima citado, que tem origem a conexão entre filosofia analítica da linguagem e epistemologia, e, em consequência, todos os inextrincáveis problemas e confusões que a caracterizam. Se isto é verdade, e é isso que Rorty concluirá posteriormente em *Filosofia e o espelho da natureza*, então é a própria novidade e originalidade da «revolução em filosofia» introduzida pela viragem linguística que fica irremediavelmente afetada. Seja como for, do ponto de vista da filosofia da historiografia em *A viragem linguística*, a consequência é a seguinte: os filósofos da viragem (positivismo lógico vienense, americano e inglês, filosofia inglesa da linguagem corrente, «escola americana») continuavam a trabalhar no âmbito do paradigma clássico – cartesiano e kantiano – em filosofia, e esse paradigma, apesar de todas as suas inconsistências meta-históricas e metafilosóficas, pode ter êxito; não há razão para fazer o seu funeral.

2.2. A historiografia filosófica como recontextualização (Rorty vs. Skinner)

Em «Historiografia filosófica» Rorty distingue entre quatro géneros, como é sabido: as reconstruções «histórica» e «racional», a *Geistesgeschichte*, a doxografia e a história intelectual. Mas, como se viu anteriormente e se segue já das teses de *Filosofia*, se toda a historiografia filosófica, à partida, é reconstrução ou histórica ou racional, que sentido haverá em fazer uma tal distinção e dar um lugar à parte a esse tipo de historiografia *ao lado* das outras, particularmente ao lado da doxografia, estabelecendo uma hierarquia? Por outro lado, dando como certo que essa distinção corresponde a uma boa descrição da prática historiográfica entre filósofos e historiadores (e até hoje, tanto quanto sabemos, o facto não foi decisivamente contestado), o que é que Rorty pretende com ela na perspectiva da sua própria filosofia (o pragmatismo)? Qual é a filosofia da história que está subjacente a essa descrição, se é que ela existe? Nos parágrafos que se seguem, vamos procurar responder resumidamente às duas primeiras questões, deixando a última para a secção derradeira deste artigo.

(22) Veja-se Richard Rorty (ed.), *The linguistic turn...*, cit., p. 371; e Richard Rorty, *Contingency...*, cit., p. 10 ss.

A reconstrução, como sublinhámos a propósito de Kuhn e temos vindo a dizer, é o próprio facto da interpretação histórica, qualquer que ela seja, como é o caso da doxografia (o tipo de historiografia mais afastada, aparentemente, das reconstruções histórica e racional). Numa conceção holista, antifundacionalista e antirrepresentacionista como a de Rorty, que evacuou a ideia de que o sujeito hermenêutico representa o quer que seja *fora dele*, não há lugar para distinguir substantivamente entre o texto ou textos do autor a interpretar, o contexto ou contextos desses textos, e o autor ele mesmo, em conjunto com as suas supostas intenções (o que é que ele quis dizer), a não ser em função do intérprete e do contexto da sua interpretação, *al incluindo o tipo de historiografia que elege para desenvolver a mesma*⁽²³⁾. A escolha da doxografia, por exemplo, como historiografia privilegiada, pressupõe um tal contexto. É só na perspectiva do mesmo, que é possível e legítimo falar, em termos relativos, de todos os outros fatores envolvidos na interpretação, que não existem objetivamente em si mesmos fora e independentemente dela; de resto, também o próprio contexto do intérprete e da sua interpretação não é qualquer coisa de substancialmente distinto desta e com a qual ele possa ser confrontado a não ser dialeticamente na perspectiva de outra interpretação ou interpretações. Pensar o contrário, como mostrava já a hermenêutica de Heidegger e de Gadamer, é continuar a laborar no âmbito da teoria da verdade como correspondência⁽²⁴⁾. O que Rorty nos diz, ao encontro da tese de que toda a interpretação é reconstrução e que vai mais longe do que essa hermenêutica, é que quer a doxografia, quer a *Geistesgeschichte*, quer a história intelectual, que se lhe seguem na «hierarquia» dos géneros, são os contextos historiográficos possíveis ao dispor do intérprete filósofo ou historiador; não que este possa arbitrariamente, como se disse, optar por um deles à sua escolha, depois de consideradas as respetivas vantagens, mas, como esclarece e propõe em «Investigação como recontextualização», que ele deve utilizar

(23) Veja-se «Texts and lumps» e «Inquiry as recontextualization: an anti-dualist account of interpretation», in Richard Rorty, *Objectivity, relativism, and truth: Philosophical papers*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, respetivamente, p. 78-92, e p. 93-110. Veja-se ainda «Nineteenth-century idealism and twentieth-century textualism», in Richard Rorty, *Consequences...*, cit., p. 139-159.

(24) De Gadamer, veja-se «Text and interpretation», in Hans-Georg Gadamer, *The Gadamer reader: A bouquet of the later writings*, ed. and transl. Richard E. Palmer, Evanston (Illinois) and London, Northwestern University Press, 2007, p. 156-191.

dialeticamente todos esses gêneros-contextos, um a um, começando, idealmente, pelas reconstruções histórica e racional, para *recontextualizar* o texto e o autor em estudo de diferentes perspectivas e assim, desde logo, dirimir a questão skinneriana de saber «o que é que o autor quis dizer»⁽²⁵⁾. (White, em *Meta-história*, defende algo similar a respeito dos seus gêneros historiográficos)⁽²⁶⁾. *Recontextualizar* significa reinterpretar autores e textos ao longo da escala: (1) O que é que nós, hoje em dia e nos nossos próprios termos, pensamos sobre o assunto de que se ocupam os textos do autor, quer dizer, o que é que podemos fazer com eles (reconstruções histórica e racional)? (2) Qual é o contributo decisivo que o autor dá para a história da filosofia, mediante o qual podemos eventualmente reinterpretar todos os outros autores que fazem parte da mesma, estabelecendo um cânone (*Geistesgeschichte*)? (3) O que é que o autor «quis dizer» e como é que o assunto a que se aludiu em (1) se enquadra nos temas ou questões perenes da filosofia ao longo da sua história (doxografia)? (4) Como é que autores e textos se inserem nos contextos das respetivas épocas, entendidos em termos sociais, culturais e políticos (história intelectual)? Como esta escala é dialética, segundo Rorty, a questão de saber qual é a historiografia por onde começamos a recontextualização é indiferente, porque o intérprete (filósofo ou historiador), escolhida uma, é sempre conduzido às restantes⁽²⁷⁾. Não há sombra de relativismo nesta conceção: não se trata de escolher arbitrariamente uma entre as várias historiografias, com exclusão das restantes. Ela, como já se sugeriu, tem como enquadramento as teorias de Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*, e principalmente as teorias da indeterminação da tradução e da indeterminação da referência, de Quine em *Relatividade ontológica e outros ensaios*, com a reserva de que nem umas nem outras foram pensadas, à partida, tendo em vista uma hermenêutica dos textos e da compreensão histórica em particular. Isso explicará porque é que Quine, nomeadamente, se focou sobretudo na incompatibilidade entre esquemas concetuais que tem a ver com diferenças *interculturais* e esquemas incomensuráveis, e não tanto – como acontece com a filosofia da historiografia de Rorty e os seus quatro

(25) Veja-se Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 88-89 e Quentin Skinner, «Meaning and understanding in the history of ideas», *History and Theory*, 8 (1969), p. 3-53.

(26) Veja-se Hayden White, *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1973, «Conclusion», p. 427-436.

(27) Richard Rorty, «The historiography of philosophy...», cit., p. 67-68.

gêneros – nas diferenças *intraculturais* que dizem respeito a esquemas alternativos mas comensuráveis entre si (como é precisamente o caso desses gêneros). Do ponto de vista dessa filosofia, «tudo o que temos perante nós» são textos, como se disse mais acima; e o restante – dir-se-á: a parte fundamental – são as categorias ou esquemas mediante as quais os procuramos compreender e interpretar. (É também este o ponto de partida de White na sua meta-história)⁽²⁸⁾. Mas mais uma vez: dizer que os textos estão «perante nós» não implica *representá-los*, em termos kantianos, como algo distinto do sujeito da representação nem que essas categorias sejam «condições transcendentais de possibilidade» da interpretação da história da filosofia (ao contrário do que uma concepção como a de White sugere). Os «textos», como se dirá em *Objetividade, relativismo e verdade*, são construções que fazemos a partir das relações de coerência e consistência que estabelecemos entre as nossas representações ou crenças tendo em vista este ou aquele fim; e as categorias ou esquemas, de que falamos, são justamente o meio dessa construção. O mesmo é dizer que essas categorias (aí incluindo os gêneros de Rorty) são, por natureza e definição, descartáveis, se não cumprem a sua finalidade, que é a de proporcionar a melhor inteligibilidade desses textos, não no sentido intelectual iluminista do nosso «enriquecimento espiritual», mas no pragmático, que é aquele em que nos interrogamos sobre a questão de saber *o que é que podemos fazer com eles*; que textos, dirá Rorty, é que podemos construir com eles tendo em vista, em última análise, os nossos objetivos políticos em sociedade⁽²⁹⁾. Uma vez que se compreendeu que as categorias hermenêuticas tradicionais (intérprete / autor-texto-intenções-contexto) reproduzem a seu modo o dualismo cartesiano e kantiano entre sujeito e objeto, e aplicam ao estudo dos textos a teoria da verdade como correspondência, que é o corolário dessa distinção, fica aberto o caminho para conjeturar e criar novas categorias e vocabulários mais aptos a se perceber o que é que acontece quando interpretamos. É o que Heidegger, Gadamer e Derrida, designadamente, estavam a fazer, em leituras como as de *Consequências do pragmatismo* e *Ensaio sobre Heidegger e outros escritos*. E é por aí que passa, em grande parte, o que Rorty, desde *Filosofia e o espelho da natureza*, entende como a procura de novos vocabulários e o que chama «conversaço» e «edificaço».

(28) Hayden White, *Metahistory...*, cit., p. 1-41.

(29) Veja-se Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 109-110.

A historiografia filosófica deve atestar dessa consciência hermenêutica radical; mas isso está longe de ser o caso. Skinner, por exemplo, pôs em destaque a importância fundamental dos contextos dos autores sob interpretação, mostrando que são as «convenções» que caracterizam esses contextos, caso a caso, que devem estar na base das respectivas interpretações, não, por si só, os próprios textos ou as ideias e intenções dos respectivos autores⁽³⁰⁾. Deste ponto de vista, foi conduzido a criticar o caráter meta-histórico e metafilosófico dos conceitos utilizados pela historiografia tradicional, quando confrontados com textos-autores-contextos mais ou menos remotos; não obstante, continuou a pensar como se todos estes elementos pudessem existir independentemente das suas interpretações; como se pudesse existir uma história das ideias e correlativa historiografia puras e virgens de interpretação. A consequência é que, se retermos o famoso artigo desse autor «Significação e compreensão» a esta luz, quer dizer, à luz da ideia de que é o tipo de historiografia que o filósofo ou historiador elege que determina as suas interpretações, então as objeções contundentes que dirige à historiografia tradicional não se justificam; a sua própria historiografia, embora certamente mais consciente e pertinente do que aquelas que critica, não é «melhor» nem «pior» do que as outras; é simplesmente diferente. Em contraste, para a recontextualização, como nos diz Rorty justamente a propósito de Skinner, não há contextos privilegiados e éticas ou valores associados mais ou menos importantes do que outros:

Assim, somos surdos perante os ataques skinnerianos a noções como «liberdade» e «dignidade»; surdos ao apelo para o «cientismo». Uma naturalização da teoria da investigação parecida com a de Skinner, mas holística, traz consigo a incapacidade de encarar seriamente um reducionismo como o dele. Ver a investigação como recontextualização, torna impossível encarar seriamente a noção de que alguns contextos seriam intrinsecamente privilegiados, como oposta à de serem úteis para algum propósito em especial⁽³¹⁾.

(30) Veja-se, de Quentin Skinner, «Meaning and understanding in the history of ideas», p. 39 ss.; e «Motives, intentions and interpretations», in Quentin Skinner, *Visions of politics*, vol. I: *Regarding method*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 90-102.

(31) Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 109-110.

3. Filosofia da história, contingência e pragmatismo (Rorty vs. Lyotard)

A filosofia da historiografia de Rorty, cujos traços gerais destacámos, está longe de poder inferir-se de uma filosofia *da* história como a de *Filosofia e o espelho da natureza*. Certamente, a tese de que toda a historiografia é reconstrução é amplamente justificada nesse livro com base nas teorias de Kuhn e de Quine; mas essa reconstrução e suas implicações para uma tal filosofia não são elas próprias meta-histórica e metafilosoficamente postas em questão. Numa conceção como a dessa historiografia nos anos oitenta, a história da filosofia – como a história da ciência, a história de Portugal ou dos Estados Unidos da América, a história da civilização romana, etc. – não existe como qualquer coisa que seria independente e dissociada das nossas representações a seu respeito, quer dizer, como um objeto de estudo ou matéria de investigação que existiria por si mesma. Não existe nenhum ponto de vista neutral, exterior, que nos permita decidir entre esquemas alternativos de representação o que a história será (ou seria). Mas, por outro lado, também não existe qualquer metanarrativa que possa ser encarada sem suspeição, aí incluindo a de *Filosofia e o espelho da natureza*. Rorty, como vimos, concede a White que a história não existe; só a meta-história, quer dizer, a forma como a representamos através destas ou daquelas categorias. Mas falar de «géneros historiográficos», e portanto de «meta-história», é construir uma metanarrativa ao abrigo da qual, apesar de tudo, o trabalho filosófico continua a ser possível – e até mesmo necessário – numa perspetiva como a do pragmatismo. Ora, por contraste, a filosofia da história de *Filosofia e o espelho da natureza*, como começámos por dizer neste artigo, é escatológica: a ideia de que a filosofia chegou ao fim como investigação sistemática está essencialmente dada no começo da própria filosofia; não há mais nada a fazer a não ser a terapia aparentemente redentora da conversação e edificação; não há lugar para uma discussão sobre a meta-história⁽³²⁾.

Com o que acabamos de dizer relaciona-se estreitamente uma outra questão, talvez mais imperativa. A rejeição da distinção entre sujeito e objeto e seus corolários metafísicos – como Rorty defende em *Contingência, ironia e solidariedade* – é indissociável da rejeição do historicismo: da rejeição da «ideia de que a história da cultura tem um *telos*, tal como a descoberta da verdade ou a emancipação da humanidade», e da defesa

(32) Veja-se Richard Rorty, *Philosophy...*, cit., p. 357 ss.

de uma «visão não teleológica da história intelectual, incluindo a história da ciência»⁽³³⁾. Por isso, a tese de que a história tem um sentido teleológico último que é possível prever e que competiria ao intérprete (filósofo ou historiador) descrever, não constitui, *em princípio*, uma tese de Rorty (embora seguramente faça parte da sua agenda), não obstante toda a sua simpatia pelo historicismo de Hegel, por exemplo, e o interesse óbvio do seu pragmatismo e liberalismo, em termos políticos, em se projetar na história desse modo. Dissemos «em princípio» porque não é completamente clara a questão de saber em que medida é que a filosofia de Rorty, que parece ter sido concebida à partida por oposição ao historicismo, não envolve, depois de *Filosofia e o espelho da natureza*, uma versão encoberta do mesmo, quer dizer, uma outra metanarrativa, de natureza teleológica, que contrasta com a propriamente escatológica. É através de uma metanarrativa deste último tipo que o pragmatismo pode ser posto ao serviço da ação política e fazer parte da história da civilização ocidental; é através dela que esta faz sentido. Na verdade, acontece ao filósofo, em diversos textos, namorar ostensivamente o historicismo a propósito do liberalismo na história das ideias desde o iluminismo, interpretando, de modo historicista, o pragmatismo⁽³⁴⁾. Foi o que ocorreu quando, a propósito de Lyotard, reclamou que, sendo certo que não podemos atribuir antecipadamente à história um fim ou uma direção, em função da qual a releríamos retrospectivamente, por outro lado, não era adequado rejeitar pura e simplesmente a ideia de uma “história universal”, na qual a sua noção de contingência e o pragmatismo de modo geral teriam um lugar proeminente; que necessitamos ainda de um conceito meta-histórico desse tipo para pensar aquilo que estamos a fazer hoje em dia em filosofia, e particularmente o que estamos a fazer em termos sociais, culturais e políticos⁽³⁵⁾. Este tipo de apelos historicistas, dir-se-á, é inevitável: a filosofia da contingência não seria ela própria contingente; a desconstrução de uma metanarrativa não poderia ser feita senão ao abrigo de uma outra qualquer. De onde a

(33) Richard Rorty, *Contingency...*, cit., p. 16-17.

(34) Veja-se, por exemplo, Richard Rorty, «The priority of philosophy to democracy», in Alan Malachowski (ed), *Reading Rorty...*, cit., p. 279-302; Richard Rorty, *Philosophy and social hope*, London, Penguin Books, 1990; e Richard Rorty, *Achieving our country: Leftist thought in twentieth-century America*, Cambridge (Massachusetts) and London (England), Harvard University Press, 1998.

(35) Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 220-221.

questão: em que medida é que a noção de contingência, quando aplicada à história (à história da civilização ocidental como à história da filosofia), é teleológica e historicista?

Os pressupostos histórico-filosóficos da visão escatológica da história e daquela que é possível almejar ao abrigo de uma noção como a de contingência são, em parte pelo menos, os mesmos, mas as consequências muito diferentes. Rorty, depois de *Filosofia e o espelho da natureza*, elaborou uma concepção holista e fiscalista da ciência, inspirada sobretudo pelo holismo e fiscalismo de Quine em obras como *Relatividade ontológica e outros ensaios*⁽³⁶⁾. Era necessário, para ele, justificar o pragmatismo como filosofia da ação política, uma filosofia que não se reduzisse à terapia pessimista, característica da visão escatológica, da conversação e edificação. E é precisamente o que ele faz retomando a epistemologia naturalizada do seu compatriota: o que existe à partida, para um filósofo de maneira geral, é um todo mais ou menos contínuo constituído pelas nossas crenças e desejos no seu conjunto, todo esse («the web of belief») em que devemos incluir, designadamente, o que chamamos «experiência», «ciência» ou «literatura», e que é causalmente afetado, de uma forma que a neurofisiologia ainda não consegue determinar, por estímulos provenientes de algo que não serão crenças e a que chamamos «mundo». Em certa medida, é com esse todo que uma epistemologia naturalizada trabalha, organizando-o e configurando-o desta ou daquela forma. Neste sentido, e como o filósofo diz, devemos pensar “a cultura no seu todo, da física à poesia, como uma única atividade contínua e sem costuras, na qual as divisões são apenas institucionais e pedagógicas”⁽³⁷⁾. O que faz uma crença verdadeira ou falsa, são as suas relações de coerência e consistência com outras crenças; uma reordenação ou reorganização da «web of belief» produz, por vezes dramaticamente, uma concepção inteiramente diferente daquilo a que chamamos «mundo», «realidade» ou «história»⁽³⁸⁾. Em contraste com o que acontecia no passado com a teoria da verdade como correspondência, não podemos jamais estar seguros do estatuto semântico de uma crença qualquer, porque esse estatuto é essencialmente contingente, quer dizer, varia de acordo com as referidas relações. Particularmente, não podemos estar adotando um

(36) Veja-se Willard van O. Quine, *Ontological relativity...*, cit., chap. 4, p. 114-138.

(37) Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 76.

(38) Veja-se, neste sentido, Richard Rorty, *Objectivity...*, cit., p. 65-66.

«ponto de vista exterior» à «web of belief», porque um tal ponto de vista é precisamente o mesmo que está na base da referida teoria. Seja como for, é possível pensar o pragmatismo precisamente como uma conceção reorganizadora dessa «web»; é possível entender o significado das nossas crenças, pessoais e comunitárias, em função da sua maior ou menor capacidade para influenciar o curso da ação, e, nesta perspectiva, reler a própria história da filosofia e da civilização ocidental. Não é pelo facto de reorganizarmos essas crenças deste ou daquele modo que elas deixam de ser contingentes: só sabemos do êxito ou fracasso das nossas crenças, quaisquer que elas sejam, como dirá Rorty na linha de Popper, se as mesmas forem bem ou mal sucedidas, não *a priori* ou antecipadamente⁽³⁹⁾. Por definição, a contingência é ela própria contingente. De onde a finitude radical do homem rortiano da pós-modernidade: contingência da linguagem, e daí a importância do uso metafórico desta para a sua própria desconstrução; do indivíduo, e daí a importância da conversação e edificação; da comunidade em que se insere, e daí a importância da solidariedade; e contingência da história, quer dizer, de uma «história universal» de que fazem parte indivíduos e comunidades, e em que se concretizarão os valores sociais, culturais e políticos do pragmatismo e do liberalismo. Deste último ponto de vista, como dissemos, podemos reinterpretar a história da civilização ocidental vendo-a como a história das contingências (isto é, dos sucessos e fracassos) das ideias liberais, como Rorty faz nos seus últimos textos.

4. Conclusão

A filosofia que é possível depois da viragem linguística e do colapso da ideia de uma investigação sistemática centrada na teoria da significação, é

(39) Rorty dirá a Lyotard, na perspectiva do historicismo mitigado que temos vindo a analisar: «that one's conception of the goal of history – of the nature of the future cosmopolitan society – constantly changes to accommodate the lessons learned from new experiences» (*Objectivity...*, cit., p. 219), e que «the determination of world-historical significance», por exemplo, de um acontecimento como o maio de 1968 em França», «should be postponed until a century or so after the event in question has taken place» (*Objectivity...*, cit., p. 221). Deste ponto de vista, «Pragmatists hope, but have no metaphysical justification for believing, that future universal histories of humanity will describe twentieth-century Western social democrats in favorable terms» (*Objectivity...*, cit., p. 219, s.n.).

indissociável da história da filosofia e é portanto, à partida, essencialmente histórica: é filosofia *na* história e, nessa medida, é filosofia *da* história. Nesta matéria, Rorty está essencialmente de acordo com outros filósofos associados às discussões sobre a chamada «pós-modernidade», como é o caso de Heidegger. Ele progrediu de uma representação escatológica da história, pessimista, que o conduz à ideia do fim da filosofia, como aquela que nos apresenta em *Filosofia e o espelho da natureza*, para uma outra, otimista e mais apropriada aos interesses do pragmatismo, que passa por aquilo que é possível salvar do historicismo uma vez decepado este da metafísica teleológica tradicional. É o que mostram as suas discussões com Lyotard. Na perspectiva da primeira, a história é um prolegômeno ao que resta depois de rejeitada toda a pretensão fundacionalista: a conversação e edificação; na da segunda, é possível concebê-la positivamente com um *telos* orientado para aquilo que, em princípio, é a negação de todo o *telos* no sentido usual do conceito: a contingência; é possível pensar o pragmatismo como uma filosofia da práxis política e restaurar em novos termos, prometedormente, a ideia de uma «história universal»; é possível, em consequência, uma investigação semifundacionalista em filosofia.

**ACERCA DE SILVA DIAS NO SEU CENTENÁRIO
EVOCAÇÃO EM JEITO DE HISTÓRIA E DE MEMÓRIA**
*EVOKING SILVA DIAS ON HIS CENTENARY:
HISTORY AND MEMORY*

LUÍS REIS TORGAL*
lreistorgal@gmail.com
Faculdade de Letras da UC/CEIS20

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 19/07/2016

Resumo:

Evocar um autor pode supor uma análise histórica objetiva e um recurso à memória, ou seja, ao testemunho pessoal do autor. Foi isso que se pretendeu fazer, ao escrever este artigo sobre José Sebastião da Silva Dias. Assim, analisou-se Silva Dias como ideólogo, que foi passando de uma perspetiva católica e integralista, com um lastro social, para uma perspetiva socialista democrática. Mas também se tentou mostrar que Silva Dias chegou a essa ideologia através de uma análise objetiva da História, em que se interligava o conhecimento do documento com a reflexão filosófica. Acima de tudo, como modernista e como contemporaneísta

* Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e fundador e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da UC (CEIS20). O autor – sem pretender defender qualquer sistema – não escreve de acordo com o novo Acordo Ortográfico. Todavia, perante as exigências institucionais, aceitou que este artigo fosse publicado em função da ortografia agora regulamentada oficialmente.

(neste caso mais como orientador de investigação) deve-se-lhe uma «escola» ou «escolas». No fundo renovou a historiografia, lançando as bases, desde os anos de 1960, dos estudos científicos da História Contemporânea.

Palavras-chave:

Silva Dias, Ideologia católica, Integralismo, Historiografia, História Moderna e Contemporânea.

Abstract:

To evoke an author may involve an objective historical analysis and the recourse to memory, i.e. to the author's personal testimony. Such was our intention by writing the present paper on José Sebastião da Silva Dias. Therefore, we studied Silva Dias as an ideologist, who shifted from Catholicism and integralism, with a social ballast, to a democratic socialist outlook. We have also tried to highlight that Silva Dias arrived at that ideology through an objective analysis of History, connecting the knowledge of the document to philosophical thinking. Above all, as a modernist and contemporanist (in this case mostly as a research supervisor) we owe him a «school» or «schools». Ultimately, he renewed historiography, laying the grounds, since the 1960s, of scientific Contemporary History Studies.

Keywords:

Silva Dias, Catholic Ideology, «Integralismo», Historiography, Modern and Contemporary History.

Silva Dias: morte, nascimento e seu centenário

José Sebastião da Silva Dias nasceu em Arcos de Valdevez no dia 9 de fevereiro de 1916, vindo a falecer em Lisboa a 23 de novembro de 1994⁽¹⁾. Encontrava-me eu em Paris e, infelizmente, não pude estar presente no seu funeral. Mas colaborei, assim como outros colegas, na homenagem que antes lhe foi prestada, por altura da sua jubilação, em dois números da *Revista de História das Ideias*⁽²⁾, enquanto era diretor dessa

(1) Ver *In Memoriam*, *Biblos*, LXX (1994), p. 635-638, e *Revista de História das Ideias*, 16 (1994), p. 577-580. Ver também, do autor: *Dicionário de Historiadores Portugueses* (Coord. Sérgio Campos Matos), http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_silva_dias.htm

(2) *Revista de História das Ideias*, 8 e 9, «O Sagrado e o Profano» (1986 e 1987). A revista teve, no n.º 9, 2 vols.

publicação por ele fundada, e em uma sessão realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 19 de setembro de 1997, onde fundou, primeiro, o Seminário de Cultura Portuguesa e, depois, em 1976, o Instituto de História e Teoria das Ideias, de onde sairia, em 1978, o primeiro número da referida revista.

Nessa sessão fez-se uma exposição das suas obras, na sala onde durante anos funcionou o Instituto⁽³⁾, e foi afixado na porta o seu nome: «Sala Silva Dias». Não recorro às palavras que, espontaneamente e do coração, então proferi, mas posso ou podemos lembrar-nos, através da sua publicação, da interessante intervenção do nosso colega António Resende de Oliveira, que coordenou esse número da revista, o qual, ao elogiar o seu trabalho, falou da «institucionalização da História da Cultura como saber histórico» por Silva Dias, alterando o trajeto que fundamentalmente vinha a percorrer graças ao trabalho de investigadores formados na área da literatura, como António José Saraiva (ao qual se poderia juntar Hernâni Cidade, que o antecedeu)⁽⁴⁾.

Idêntico tipo de celebração foi realizado pelo Centro de História da Cultura, que Silva Dias veio a criar na Universidade Nova de Lisboa, para onde se transferiu em 1979-1980, como sempre cheio de ideais de transformação que lhe provocavam grandes desilusões, e onde viria a criar uma nova revista, *Cultura. História e Filosofia*. Também esta publicação lhe dedicou um volume⁽⁵⁾.

Mais tarde, em dezembro de 2004, foi adquirida a maior parte da sua biblioteca. Finalmente, passados mais de dez anos a Direção da Faculdade de Letras, de acordo com o desejo dos seus discípulos e era a vontade da Dr.^a. Graça Silva Dias, propõe-se criar na “Sala Silva Dias” um núcleo com as suas obras. Espero também que se possa vir a publicar um catálogo dos seus livros, a fim de se poder estudar a composição da sua livraria, com todo o seu significado ou significados

(3) Ver «Para uma bibliografia de J. S. da Silva Dias», organizada por Maria do Rosário Azenha, *Revista de História das Ideias*, 8 (1986), p. 11-23. Nova edição: *Subsídios para uma bibliografia de J. S. da Silva Dias*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987. Pode ver-se, em versão atualizada: http://www.ci.uc.pt/ihti/portugues/ihti/silva_dias.html.

(4) Ver «José Sebastião da Silva Dias. Institucionalização da História da Cultura como saber histórico», *Revista de História das Ideias*, 19 (1998), p. 595-599. O tema deste número, coordenado por António Resende de Oliveira, foi «A cultura da Nobreza».

(5) *Cultura. História, Filosofia*, VI (1987).

Em tempo mais recente, 2014, foi dado o nome de Silva Dias a outra sala da cidade, desta vez na Casa Municipal da Cultura de Coimbra. Tal responsabilidade coube à Comissão de Toponímia, de que fazia parte uma sua discípula, Isabel Vargues. Seria melhor (a meu ver) ter-lhe sido atribuído o nome de uma rua (como sucedeu na sua terra natal, Arcos de Valdevez, e como aconteceu com outros professores e personalidades várias que se distinguiram em Coimbra), mas a verdade é que Silva Dias foi também, e principalmente, como se vê pela sua extensa obra, um homem de cultura. Todavia, o Município deveria ter melhor justificado esta opção e apresentado a sua obra, numa sessão pública realizada para o efeito, o que julgo não ter sucedido.

Obviamente, portanto, não poderia agora deixar de colaborar, com um texto, no centenário do seu nascimento (ocorrido exatamente no passado dia 9 de fevereiro de 2016), que foi recordado graças ao nosso colega Manuel Augusto Rodrigues, a quem se deve a Introdução e Coordenação da reedição, em 2006⁽⁶⁾, da primeira grande obra de História de Silva Dias, publicada na *Biblos*, em 1952⁽⁷⁾. Nessa altura a revista da Faculdade de Letras de Coimbra publicava grandes estudos, tais como teses de doutoramento, o que não era o caso⁽⁸⁾.

Tendo sido praticamente o seu primeiro discípulo⁽⁹⁾, aqui estou, com grande gosto – e só não digo com saudade, porque sou um pouco avesso a esse sentimento que dizem ser bem português – a «homenageá-lo», ao meu jeito de tentativa de análise objetiva, pois como escrevi, num artigo sobre José Luciano de Castro, «a História não presta homenagens». Entendo a vida e a história como uma espécie de espiral – daí a sua aparência por

(6) *Portugal e a cultura europeia do século XVI a XVIII*, Porto, Campo das Letras, 2006.

(7) *Biblos*, 28 (1952), p. 20-498.

(8) Silva Dias, que depois percorreu a carreira normal da docência, não realizou propriamente provas de doutoramento, tendo-lhe sido concedido – de acordo com a legislação em vigor – pelo então Conselho Escolar, em 5 de maio de 1961, devido às obras até então publicadas, o grau de doutor em Filosofia, cujas insígnias recebeu em ato solene no dia 20 de março de 1966 (José Sebastião da Silva Dias, *Curriculum Vitae*, 1969, p. 9).

(9) Verdadeiramente o primeiro assistente ligado ao Professor Silva Dias foi o meu colega Amândio Coxito. Licenciado e depois doutorado em Filosofia, foi docente de História da Filosofia em Portugal. Na área propriamente de História da Cultura, ministrando as aulas práticas de História da Cultura Moderna e tendo feito parte da criação do seu primeiro núcleo, o Seminário de Cultura Portuguesa, fui eu o primeiro assistente («Segundo Assistente», de acordo com a legislação do tempo, denominação logo depois alterada), tendo ingressado na Faculdade de Letras, na área das disciplinas «não agrupadas» e ligado à Filosofia, tomando posse em 21 de março de 1970.

vezes de circularidade –, em que nunca se volta ao mesmo ponto e em que por isso sentimentos de saudade e de fado são apenas afetos que nos parecem fazer voltar atrás ou ir para a frente com um destino marcado. Silva Dias criou uma «escola», ou várias, e acima de tudo o que devemos salientar é o futuro das Ciências Sociais, ou sobretudo da História, a que se dedicou, como cientista, em Coimbra e em Lisboa ou em Lisboa e em Coimbra, conforme a cronologia que se queira usar, da sua investigação pessoal ou da sua integração e criação institucional.

Silva Dias, filósofo ou ideólogo católico?

O meu colega Amadeu Carvalho Homem, que há muito possui um *blog*, nas suas crónicas, dedicou uma, em 10 de outubro de 2007, a Silva Dias⁽¹⁰⁾. Contava ele – com alguma ironia, humor e o sentido polémico que lhe é característico – que um dia perguntou a Silva Dias como se fazia investigação histórica (curiosamente um antigo aluno que trabalha num Município acabou de me fazer idêntica pergunta). O Mestre respondeu-lhe, com uma certa graça e aparente simplicidade, que investigar era como nadar: começa por se esbracejar e aprende-se a nadar ou se se afoga, o que significa que não se tem tendência para a investigação. E rematava Carvalho Homem:

Hoje um desses pseudo-pedagogos de plástico talvez tivesse respondido ao meu aflito inquérito com as seguintes considerações: – Investigar? [...] Vá à Internet, meu amigo. Vá lá e compre uma investigação já feita [...]. Como me orgulho de ter sido discípulo do saudosíssimo Doutor José Sebastião da Silva Dias! [...].

Além do caráter sugestivo desta homenagem, cito este texto porque fui à *Internet*, ao que hoje já se chama ironicamente «*Dr. Google*», ou melhor, à *Wikipédia*, ver o que se dizia de Silva Dias. Devo dizer que o texto está suficientemente correto, pois baseia-se na síntese biográfica e no levantamento das obras do autor realizados por Maria do Rosário Azenha, que o secretariou em Coimbra, mas inicia-se com uma afirmação discutível. Diz ter sido, além de professor na Faculdade de Letras da

(10) <http://livre-e-humano.blogspot.pt/2007/10/homenagem-j-s-da-silva-dias.html>

Universidade de Coimbra e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, «um filósofo».

Claro que a palavra «filósofo» pode ter várias aceções, até um significado pejorativo (o que não é, obviamente, o caso): pretendeu-se porventura salientar aqui que Silva Dias terá refletido sobre vários temas como pensador ou ensaísta, sem propriamente afirmar que se trata de um intelectual que criou – o que não sucedeu – um sistema de pensamento, um «sistema filosófico». Na verdade, olhando à primeira fase de Silva Dias em Coimbra e em Lisboa, será que foi verdadeiramente «um filósofo» ou foi antes um ideólogo? Com certeza que abordou temas vários, de ordem religiosa, política, social e cultural, com profundidade, mas o que vem ao de cima é, sem dúvida, a sua ideologia católica de tipo (por assim dizer) «integralista moderno», que acabou por se encontrar, no círculo de influências do Estado Novo, com outros pensadores, sem a ele expressamente se ligar.

Presidente do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã), em 1939-1940 e em 1940-1941, ano em que se formou em Direito e em que se deu o primeiro movimento académico que começou a reclamar contra o aumento das propinas⁽¹¹⁾, escreveu, na revista *Estudos* (a cujo corpo redatorial pertenceu), sobre temas gerais de reflexão espiritual ou de interpretação dos grandes acontecimentos que então se passavam no mundo, como o *Anschluss* ou a Guerra Civil de Espanha, ou acerca das ideias de iberismo ou de «génio da raça».

Quanto à «anexação» da Áustria pelo *Führer* (13 de março de 1938), entende-a como a defesa da etnia e da cultura alemãs (que se vinha a processar muito antes) – a qual Silva Dias criticava (de resto o nazismo esteve sempre na mira dos seus ataques, como todos os totalitarismos) –, em luta contra a «Internacional», mas desta vez contra a «Internacional Romana», que Hitler entendia, erradamente, como aliada da outra Internacional, a Comunista⁽¹²⁾. Por outro lado, no meio da violência bélica que se verificava em Espanha, Silva Dias só se

(11) Decreto-lei n.º 31.658, 21 de novembro de 1941. Alguns integralistas e católicos, como Henrique Barrilaro Ruas, que pertenceu à direção do CADC, tomaram também posição contra esse decreto, conforme Barrilaro veio a testemunhar (*Sobre a questão académica*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1945, p. 3-4).

(12) «*Tímeo danaos*», *Estudos*, 15 (170-171) (1938), p. 521-524. A expressão «*tímeo danaos*» faz parte de uma frase mais completa da *Eneida* de Virgílio (II, 49), «*tímeo danaos et dona ferentes*», querendo significar «temo os gregos, mesmo quando oferecem presentes»,

mostra como parcialmente defensor do franquismo, tendo em conta a sua batalha contra a ideologia comunista. Não recusa a realidade dos «crimes que se têm cometido na zona franquista», inclusivamente contra padres e freiras – «O crime deve sempre ser reprovado, venha donde vier», sublinha –, mas aceita, em nome do Catolicismo, que os seus prosélitos «não devem hostilizar a situação franquista». E conclui: «Por isso, a posição dos católicos é ao lado de Franco. Apenas auguramos que o Caudilho, ganhando a guerra, não perca a paz»⁽¹³⁾. A Espanha era, pois, para o jovem Silva Dias – de alguma forma como fora para António Sardinha e os integralistas originários –, a sua «segunda pátria», ou seja, significava, com Portugal, a ideia de Cristandade, «a alma ibérica, nervo da nossa peregrinação multissecular através da História», o «império» cultural que representava a «hispanidade», o «génio da Raça», não numa perspetiva temporal e racista, mas como um sentimento espiritual⁽¹⁴⁾.

Silva Dias alinhava então, portanto, numa conceção, pode dizer-se (como já afirmei), «integralista», mesmo quando discutia temas como o século XVII – recorde-se como era polémica desde há muito a questão do Seiscentismo, sobretudo após a publicação da tese de Manuel Múrias sobre o tema, nos inícios dos anos 20⁽¹⁵⁾, que encontrara a oposição de António Sérgio e de outros intelectuais democratas –, que trazia para a frente a discussão do papel da Inquisição e da Censura como eventuais causadoras do atraso da cultura portuguesa. Num artigo de 1940 sobre o tema, Silva Dias defendia mesmo a tese de Alfredo Pimenta de que ambas, ao contrário do que se dizia, haviam sido de grande benevolência, só não o sendo quando se pretendia «corromper» a teologia, «envenenar as almas»⁽¹⁶⁾, rematando desta forma:

Por tudo isto, podemos concluir que a Inquisição e a Censura, se uma vez ou outra, pelos excessos e pelos abusos dos homens, foram perniciosas

referindo-se ao caso do famoso cavalo de Tróia. Ou seja, significa que devemos temer os inimigos mesmo quando parecem defender uma boa causa.

(13) «A propósito da Guerra de Espanha», *Estudos*, 16 (175) (1939), p. 140-145.

(14) «El ibérico solar», *Estudos*, 17 (190) (1940), p. 263-380.

(15) *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923.

(16) *D. João III*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1936, p. 159 ss., e *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, p. 242-252. Silva Dias cita a p. 221 do texto sobre D. João III.

para a inteligência, – duma maneira geral é débil o seu contributo para o aviltamento intelectual do século XVII, se é que existiu⁽¹⁷⁾.

Na sequência destas ideias da sua juventude estudantil, mas renunciando já alguma viragem, o artigo «Toque de Clarim», publicado em 4 de setembro de 1941 no periódico *Acção. Semanário da Vida Portuguesa*⁽¹⁸⁾, dirigido por Manuel Múrias, gerou, segundo o seu próprio testemunho⁽¹⁹⁾, algum eco entre os intelectuais católicos, que o incitou a que saísse da sua terra natal, onde deveria exercer a advocacia, em direção a Lisboa e ao jornalismo.

Não se afastava do que escrevera nos *Estudos*, mas alertava de forma enérgica para a necessidade de criar mentores que orientariam a juventude, a qual ansiava por um mundo novo, por uma «nova forma de vida», no contexto de uma «revolução», «personalista comunitária», oposta ao «Velho Mundo, individualista e liberal». Curiosamente, afirmava que esses novos mentores nacionalistas e católicos deveriam afastar-se do «ensaio histórico» que caracterizara a forma de escrever dos nacionalistas e católicos do passado: «Impõe-se a criação de editoriais que actualizem o pensamento nacionalista. Mas, por Deus!, escolham-se colaboradores que, se forem historiógrafos, não escrevam História».

E, anunciando a necessidade de novas ideias católicas, terminava: «Só assim corresponderemos ao voto mais íntimo da era presente e ao apelo angustiado do Papa – que pede ‘uma Cristandade modelo e guia para este Mundo profundamente enfermo’».

Pouco se alterava, a não ser o tom do discurso, e, assim, segundo Amândio César⁽²⁰⁾, conhecido combatente nacionalista, fora este artigo que levava à formação do grupo dos «Amigos de Braga», onde pontificou o mestre da polémica e da direita portuguesas, Alfredo Pimenta, que Silva Dias seguira mas em relação ao qual se iria afastar, assim como relativamente ao nacionalista referido, seu conterrâneo e, sensivelmente, da sua geração⁽²¹⁾.

(17) «Um século decadente», *Estudos*, 17 (187) (1940), p. 220-230.

(18) *Artigo e jornal cits.*, p. 1 e 7.

(19) *Curriculum Vitae*, 1969, p. 6.

(20) «Os ‘Amigos de Braga’ de Alfredo Pimenta», *Boletim de Trabalhos Históricos*, 33 (1982).

(21) Amândio César (1921, Arcos de Valdevez – 1987, Lisboa), crítico literário, ficcionista e poeta, ideólogo nacionalista, seria um dos defensores mais denodados do «Ultramar Português», em diversas obras publicadas aquando da «Guerra Colonial».

Neste contexto de «novidade», os livros, opúsculos e artigos seguintes abordam questões de espiritualidade e de sociologia católicas⁽²²⁾, ou de defesa de uma posição católica de «Europa»⁽²³⁾ – que teve como textos de referência os escritos de Gonzague de Reynold⁽²⁴⁾ – e de crítica à conceção de intelectuais como Abel Salazar⁽²⁵⁾, ou de compilação de textos de escritores tradicionalistas católicos, como o teólogo tomista do século XIX Jaime Balmes⁽²⁶⁾ e Ramiro de Maeztu, que saiu do republicanismo e do socialismo e que acabou por ser assassinado no início da Guerra Civil de Espanha⁽²⁷⁾, ou ainda de introdução e notas a importantes escritos, como o do Cardeal Mercier, neo-tomista, defensor de uma reforma da Igreja e opositor à invasão da Bélgica por Hitler⁽²⁸⁾, e do Cardeal Emmanuel Suhard, arcebispo de Paris durante a invasão alemã e o governo de Vichy⁽²⁹⁾. E é então, nos inícios dos anos 40, que se inicia a sua intervenção regular no diário católico *Novidades*, a que veio a acrescentar também artigos para outro jornal católico, *A Voz*⁽³⁰⁾. Escreverá nestes periódicos, especialmente no primeiro, dezenas de artigos⁽³¹⁾.

Pode dizer-se, pois, que Silva Dias se encontrava – polemicamente, é certo, como muitos outros, e sem praticamente citar Salazar e sem quase se referir ao Estado Novo – num círculo que enquadrava (ou não punha

(22) Recorde-se, por exemplo, os livros e opúsculos *Escândalo da Verdade*, Leiria, Edições Juventude, 1943, *Humanismo social. Problemas da propriedade e do trabalho*, Lisboa, União Gráfica, 1949, *Trabalho e Propriedade*, Lisboa, União Gráfica, 1950, e *Responsabilidades sociais*, Lisboa Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1952, e os artigos «Acção Católica e cultura católica», *Primeira Decenal da Acção Católica Portuguesa*, Coimbra, 1946, vol. 2, p. 95-149, e «O cristão na encruzilhada», *Estudos*, 28 (290) (1950), pp. 449-465, 28 (291) (1950), p. 499-508, e 28 (292) (1950), p. 563-571. Pode acrescentar-se a comunicação «Mariologia e sociologia», apresentada no Congresso Mariano de Évora de 1946 (16 a 18 de outubro). De resto, alguns dos textos citados foram apresentados em outros encontros católicos e depois publicados.

(23) *O Problema da Europa*, Lisboa, Edições Gama, 1945.

(24) Ver, sobretudo, *L'Europe tragique. La Révolution moderne, la fin d'un monde*, Paris Éditions Spes, 1935.

(25) *A Crise da Europa*, Lisboa, Cosmos, 1942.

(26) *Balmes. Cem páginas*. Selec., trad. e pref. de J. S. da Silva Dias. Lisboa, Bertrand, 1945.

(27) *Maeztu. Cem páginas*. Selec. e pref. de J. S. da Silva Dias. Lisboa, Bertrand, 1948.

(28) *Código social de Malines*, Lisboa, Pro Domo, 1945.

(29) *Primavera ou decadência da Igreja? Pastoral do Cardeal Suhard*, Lisboa, 1947.

(30) Ver alguns títulos, do jornal *Novidades* e de *A Voz* (de 1942 a 1964), in *Revista de História das Ideias*, 8, «Colaboração na imprensa», p. 17-19.

(31) Ver os seus títulos em Maria do Rosário Azenha, http://www.ci.uc.pt/ihiti/portugues/ihiti/silva_dias.html, p. 2-7.

em causa) o regime nesses anos 40 e 50, como comprovam também outros escritos compilados em livros, como é o caso dos seus *Estudos Políticos*, obra publicada na católica editora Casa do Castelo, de Coimbra, em 1947, onde defendia uma Democracia Cristã, contra o Comunismo e o Fascismo, que considerava (como era comum também entre autores de concepção socialista) como a mais recente encarnação política do poder burguês⁽³²⁾.

O artigo em que regressa aos *Estudos* da sua juventude estudantil, «O cristão na encruzilhada», publicado em 1950 (tinha só cerca de 34 anos), é bem revelador dessa evolução na continuidade.

Então, ainda ocupa um lugar fundamental no seu pensamento cristão – marcado pela influência de Maritain (sobre o qual escreveu vários artigos no *Novidades*) – o anticomunismo, considerando a ideologia soviética uma «contra-Igreja». Por sua vez também fala da existência de um «desvio progressista» católico, que pensava tornar-se perigoso pelo facto de, por influência de Marx, poder cair numa concepção materialista. Um dos seus erros seria pensar que a fé e as virtudes cristãs floresceriam «automaticamente como vegetação espontânea numa sociedade liberta de pesadelos capitalistas». Assim, o cristianismo social de Silva Dias seria ao mesmo tempo anticomunista e anticapitalista, supondo que os cristãos, para o serem, pertencendo à Igreja, teriam «o direito de julgamento moral último dos costumes políticos e sociais não enquanto políticos mas enquanto costumes». E, nesta encruzilhada, por vezes pouco clara e até ambígua, voltava-se também Silva Dias contra os «conservadores vulgares», contra o «desvio integralista» (dirá mais tarde «integrista», na sua análise histórica), contra o «clericalismo», contra os «nacionalistas integrais». Era assim que defendia uma política que teria necessária conexão com a moral: «A frente moral e a frente política são solidárias. A eficácia temporal não vai sem a eficácia eterna e vice-versa».

Daí, pois, a sua teoria cristã social, que, nesses anos, se afastava do conservadorismo, mas não se aproximava também do progressismo. Por isso, se não mostrava ligação ao regime de Salazar, não se opunha a ele.

Nessa altura, de resto, desempenhava em Lisboa funções que não o podiam separar do Estado Novo, como assistente dos Serviços de Ação

(32) *Estudos Políticos*, Coimbra, Casa do Castelo, 1948. Curiosamente o exemplar que tenho deste livro contém uma dedicatória pessoal ao Padre Moreira das Neves, biógrafo do Cardeal Patriarca e que foi chefe de Redação do jornal *Novidades*.

Social do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (1942-1946), secretário do Tribunal de Execução de Penas (1949-1953), inspetor da Polícia Judiciária (1953-1956), diretor do Instituto de Assistência a Menores (1956) e provedor da Casa Pia (1956-1958). Se abordou, devido à sua formação e por via desses lugares que ocupou, algumas posições sociais mais avançadas, isso não era anormal no contexto político de então, em que a questão social fazia parte da ideologia corporativista. Recorde-se o caso do Padre Abel Varzim – ligado ao jornal *O Trabalhador*, que Silva Dias terá ajudado a fundar⁽³³⁾, e às organizações católicas do operariado – que, depois de ter sido deputado da União Nacional (de 1938 a 1942), manifestou, no seu caso claramente, posições contra o Estado Novo. Algo idêntico sucedeu também, por exemplo, com Sedas Nunes, que pertenceu ao Gabinete de Estudos Corporativos e que veio a ser a grande referência do Gabinete de Estudos Sociais (GIS), que originaria em 1974 o Instituto de Ciências Sociais⁽³⁴⁾. «Estado Social» será, por outro lado, o nome que Marcelo Caetano – com quem Silva Dias não simpatizava – dará ao «Estado Novo», tanto quanto possível como substituição ou modernização do conceito usado no fim da Ditadura Militar e de invenção fascista italiana (*Stato nuovo*)⁽³⁵⁾.

História... Que História?

Peço licença para usar o título de um dos meus últimos livros⁽³⁶⁾ – onde abordo o meu modo de pensar a História, de que sou devedor (com várias inflexões pessoais) ao meu Mestre – para refletir, à maneira de introdução ao próximo ponto, sobre o que pensava ou que ia pensando Silva Dias sobre a História.

(33) Ver Silva Dias, *Curriculum Vitae...*, cit., p. 6.

(34) Ver A. Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, n.º 100, terceira série, XXIV (1998), 1.º, p. 11-55.

(35) Ver o nosso texto *Marcello Caetano, Marcelismo e «Estado Social»*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013. Sobre o conceito de *Stato nuovo* no radicalismo nacionalista e no fascismo italiano, ver Giovanni Gentile, *Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al Fascismo*, Bari, Laterza, 1999.

(36) *História... Que História? Notas críticas de um historiador*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2015.

Embora com palavras hoje diferentes e, mesmo nesse tempo, ambíguas, talvez se possa captar o seu pensamento já nos inícios dos anos 40 no livro, já citado, em que reflete sobre o «rumo da Juventude», editado numa editora católica de Leiria apelidada exatamente «Edições Juventude» – a obra tem o título, já de si polémico, *Escândalo da Verdade*⁽³⁷⁾.

Ultrapassando as teses já genericamente referidas, de uma conceção de vida e de conhecimento de tipo católico social (o qual tanto poderia surgir na monarquia, como no regime republicano), opondo-se ao que considerava «heresias modernas», como o comunismo, o totalitarismo (sobre que disserta abundantemente), o nacionalismo, o liberalismo...⁽³⁸⁾, vejamos apenas o que nos diz sobre a História, no subtítulo que intitula «História e historicismo»⁽³⁹⁾.

Os principais autores criticados são dois dos nomes de ensaístas de História de ideologia integralista (diferentes, todavia): João Ameal (historiador do regime salazarista⁽⁴⁰⁾, mas também autor de um livro precisamente intitulado *Rumo da Juventude*⁽⁴¹⁾), e Alfredo Pimenta, num livro intitulado *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*⁽⁴²⁾.

Segundo Silva Dias, ainda que João Ameal tenha distinguido o que considerou «história-morta» e «história-viva» e aceitasse que esta fosse realizada, entendia-a, assim como (de outro modo) a de Oliveira Martins, como uma «história apologética», caracterizada por um «finalismo teleológico». Para ele, se, na qualidade de pensador católico, julgava que «o homem só pode ser explicado pela Teologia, no domínio da ciência revelada», defendia também que na área das «ciências culturais» só poderia ser explicado pela «antropologia filosófica». Se discutia o que considerava a falsa interpretação dos «jacobinos liberais», também afirmava que não se poderia cair num erro idêntico, mas ao contrário, ou seja, no que chama «sectarismo azul». Nesta medida, o historiador não

(37) *Escândalo da Verdade*, Leiria, Edições Juventude, 1943.

(38) Ver *Escândalo da Verdade...*, cit., sobretudo o título «Sentido do Totalitarismo», que termina com o subtítulo «Heresias Modernas», p. 65 ss.

(39) Este subtítulo (p. 130-138) faz parte de um título chamado «O rumo da Juventude» (p. 129 ss.).

(40) Recorde-se que Ameal foi o autor da *História de Portugal* (Porto, Livraria Tavares Martins, 1940), que obteve o prémio Alexandre Herculano, do Secretariado de Propaganda Nacional.

(41) *Rumo da Juventude*, Lisboa, Editorial Acção, 1942.

(42) *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

poderia partir de «preconceitos», mas precisava sim de se «apetrechar, não só com o conhecimento das ciências auxiliares da história, mas também com boa formação filosófica, social e política». Com isto – e tendo como apoio a posição manifestada pelo historiador alemão, perseguido pelo nazismo, Ernst Bernheim, numa edição espanhola, intitulada *Introducción al Estudio de la Historia* (1939)⁽⁴³⁾ – defendia Silva Dias que o historiador filósofo é fundamental para o conhecimento, considerando que a história, para ser entendida na sua complexidade, tem de supor uma ampla preparação nesse domínio da reflexão filosófica. Parecendo entrar em contradição com a crítica a Ameal e preparando já a sua reflexão sobre Pimenta, Silva Dias concluía: «A história pela história representa uma atitude tão absurda como a da arte pela arte. A ciência como tudo o que é humano, tem uma função finalista».

Mas isso não queria dizer que o historiador se devesse envolver apenas no domínio da filosofia, que se tratava de um terreno movediço. E, assim, concluía: «Antes de tentar qualquer filosofia da história importa fazer história ‘tout-court’. Só a partir deste trabalho ainda incipiente em Portugal⁽⁴⁴⁾, é possível ensaiar a elaboração fecunda de uma filosofia».

Por outro lado, Silva Dias critica o que chama o «historicismo», palavra que não coincide no seu significado com o termo usado mais tarde no conhecido e polémico livro de Karl Popper, que sempre por ele haveria de ser citado, *The poverty of the historicism* (1961), que procurava atacar as filosofias da História ou uma espécie de sociologia historicista, de tipo holístico, nomeadamente o marxismo entendido como sistema de interpretação da História.

Para ele o historicismo era outra coisa, era a «arqueologia da história», a «história objetiva» (de que falava Alfredo Pimenta) – conceito que pode também e deve ter outro sentido –, a história confundida com erudição. E, traduzindo para português, citava René Marans (um adepto de Maurras), num volume coordenado por Pierre Lasserre (que cortou com o maurrasianismo, para ser essencialmente crítico literário, professor e diretor da École Pratiques des Hautes Études) intitulado *La doctrine officielle de L'Université* (1912):

(43) *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Labor, 1937.

(44) Cita, a este propósito Herculano, Gama Barros, Martins Sarmento, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Caetano do Amaral...

Daríamos ideia muito justa da História, dizendo que ela repousa na confusão da erudição com a história. Obra de homens que não possuem as grandes qualidades do historiador, que não têm tão pouco a modéstia e a dignidade severa do erudito, mas que querem ser, ao mesmo tempo, uma e outra coisa sem distinguirem, nem sequer hierarquizarem o que cumpre a um e a outro, ela torna-se a ruína da verdadeira erudição como da verdadeira história.

E completava Silva Dias esta citação: «Por deformação mental o historicista não possui capacidade de compreender, como o historiador, nem de fantasiar e integrar, como o filósofo. Vê apenas factos e datas a averiguar».

Desta forma, o crítico deste tipo de «historicismo» ataca esta propensão, de «miopia intelectual», só para ver o «*factozinho*». Para Silva Dias, o «historicismo» era, pois, o que se veio a chamar “factualismo” ou mesmo, de forma menos correta, o «positivismo» historiográfico.

Ultrapassando Alfredo Pimenta, que passou, na sua vida polémica, pelas ideologias mais variadas e terminou numa conceção de radicalismo nacionalista, mas que foi também um erudito de arquivos (chegou a diretor da Torre do Tombo) com uma certa tendência para uma história que considerava ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e passando, de novo, a João Ameal, Silva Dias que, nessa altura, ainda estava sobretudo interessado no «rumo da juventude», terminava outra vez com uma reflexão crítica sobre o autor neo-integralista: «Não recusamos a ninguém o direito de praticar a história-morta ou a história-viva. Negamos somente que à história pertença o exclusivo das ciências culturais e que o seu estudo seja o mais urgente nesta hora»⁽⁴⁵⁾.

Estávamos, porém, nos anos 40 e Silva Dias – periodista e escrevendo ainda no tempo em que era sobretudo jornalista católico («num livro escrito à banca da redação de um diário», nos «poucos momentos livres deixados por uma vida profissional absorvente»⁽⁴⁶⁾) e que não abandonara por completo o integralismo, um certo pensamento «integralista» – ainda não se tornara historiador, o que só deveria suceder no final da década e no início dos anos 50. Então será historiador, sem nunca abandonar a reflexão sobre os vários problemas da sociedade. Falará sempre da necessidade de

(45) Cf. *Escândalo da Verdade...*, cit., p.130-138.

(46) *Escândalo da Verdade...*, cit., Advertência, p. 5.

o historiador desenvolver a sua cultura em várias áreas. Daí a sua troca de palavras, preferindo o conceito de «historiosofia» ao de «historiografia».

Nos anos 60, o Doutor José Sebastião da Silva Dias, já na Universidade, passará então a refletir de outro modo e sobre outras experiências filosóficas e sociológicas. Como dirá numa entrevista de modo mais ou menos informal, num passo já transcrito por António Resende de Oliveira:

Durante os anos sessenta andei às voltas com as leituras marxianas de Gramsci e Lukacs. Descobri, em simultâneo, a escola de Francfort. Acima de tudo, reflecti intensamente sobre a minha experiência e consciência do real histórico e na possibilidade de acesso dos saberes culturais à qualificação das ciências rigorosas. E assim, lenta mas progressivamente, avancei para a conclusão de que o conhecer compreensivo-comunicativo, a que os «cientistas» do sector empírico-analítico chamavam as «ciências do paleio», estava de facto a converter-se num conhecimento científico⁽⁴⁷⁾.

Na verdade, eram essas concepções filosóficas marxianas de que constantemente nos falava, o que não o impedia que atacasse as concepções marxistas ortodoxas, por vezes de forma exagerada e ilusória, como sucedeu em provas públicas com a minha dissertação de doutoramento, assim como não impedia que viessem ao de cima, no seu modo de ser, algumas formas de estar «catedráticas». Iguamente estavam nele sempre presentes, embora de forma crítica, as teorias e as práticas do grupo dos *Annales* e da «*Nouvelle Histoire*». Mas o que importa é que fomos seus discípulos no modo como aprendemos, de uma maneira ou de outra (e por vezes de forma bem independente), a «fazer história», enquanto, como diretor da linha 1 do Centro de História da Sociedade e da Cultura, assistíamos a vários seminários em que convidava professores estrangeiros, nomeadamente de França e de Espanha.

Não deixava mesmo de se afastar das suas correntes sociais-católicas, a que nos referimos: mantinha a sua linha socialista, mas agora seguia numa via de esquerda. Assim, em 1980 escrevia um artigo para *O Jornal* intitulado

(47) António Resende de Oliveira, texto citado na *Revista de História das Ideias*, 1986, p. 598. A entrevista de Silva Dias (esta entre outras concedidas a jornais) foi publicada com o seguinte título «Questões sobre a Cultura Portuguesa. Responde o Prof. Dr. José Sebastião da Silva Dias», *ICALP. Revista*, ago./dez, n.º 2-3, (1985), p. 45-57. Foi depois transcrita numa coletânea de textos com objetivos pedagógicos publicada na Universidade de Évora: *A Cultura em Portugal: História e teoria (...)* (Para uso dos alunos), Évora, 1993. p. 245

«Ser cristão e ser de esquerda» e, entre os intelectuais que nos visitaram, contou-se, por exemplo, José Luís Arangúren, um dos mais acutilantes escritores da causa católica progressista da Península Ibérica, que, todavia, fizera a sua caminhada a partir do franquismo⁽⁴⁸⁾. Afinal confirmava-se a sua ação agora decididamente progressista, manifestada desde os inícios dos anos 70, numa carta dirigida ao bispo de Porto, D. António Ferreira Gomes. Ali prometia a sua ida ao Porto para assistir a uma conferência do conhecido padre Yves Congar, conhecido eclesiólogo e ecumenista, e propunha a sua intervenção num colóquio a realizar na mesma cidade. Este encontro realizou-se, na verdade, na Torre da Marca, com a presença do prelado e de políticos liberais, como o professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto Joaquim Pinto Machado, em que estive também presente, como simples assistente, bem como outros seus discípulos, e onde apresentou uma comunicação sobre temas de história religiosa⁽⁴⁹⁾.

A História de Silva Dias assentava, com efeito, fundamentalmente, no estudo das correntes culturais, e nomeadamente das correntes culturais de espiritualidade, fossem elas quais fossem. Só daí passou para as questões da «razão política», que foram sempre marginais no seu estudo, até porque a sua inabilidade para «fazer política», e até para estabelecer relações cordiais (embora a sua ética de lealdade viesse normalmente ao de cima), se tornou sempre evidente.

A investigação da modernidade e dos inícios da contemporaneidade como meio de modernização do conhecimento e do pensamento

Silva Dias entrou para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1957-1958 para reger a cadeira de História da Cultura

(48) Dele foi traduzida para português uma das suas obras fundamentais: *A Crise do Catolicismo*, Coimbra, Almedina, 1971.

(49) Ver a referida carta ao bispo de Porto, datada de 29 de agosto de 1970, em Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, PIDE/DGS, José Sebastião da Silva Dias, processo CI (2) 6718, NT 7459. Nessa carta propunha-se, na verdade, estar presente em setembro seguinte na conferência do Padre Congar e participar num colóquio, que, com efeito, se realizou em data que não consigo precisar, onde desejava apresentar uma comunicação que estivesse de acordo com a as «limitações e compromissos de homem de ciência», citando três hipóteses temáticas: as «incidências do inquisitorialismo dos católicos e não-católicos portugueses até aos nossos dias»; a «fé e tipicidade das estruturas históricas do catolicismo português; e os 'mal-entendidos' de dois séculos de mentalidade católica portuguesa: 1770-1970».

Portuguesa, que fazia parte do plano de estudos da reforma das Faculdades de Letras que surgiu precisamente nesse ano de 1957⁽⁵⁰⁾. Ainda por essa altura, o Conselho Escolar encarregou-o de reger a cadeira de História da Filosofia em Portugal. Veio a suceder, na prática, ao conhecido pensador e historiador da filosofia e das ideias e defensor de princípios liberais, republicano e de oposição ao Estado Novo, Joaquim de Carvalho (1892-1958), administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, quando ela foi extinta por Salazar em 1934, e que faleceria em 27 de outubro de 1958, precisamente no início do ano escolar. No ano seguinte, em 1958, foi encarregado também da docência da disciplina de História da Cultura Moderna (note-se que, na legislação não se falava em «História da Cultura Contemporânea»).

Na verdade, é aqui que se inicia, no domínio da investigação e do ensino da História das Ideias, a fase mais interessante de Silva Dias do ponto de vista científico, embora as suas origens estejam no seu primeiro livro, resultante das suas pesquisas realizadas em Lisboa: a obra incompleta (como seria próprio do estilo do investigador, que prometia sempre mais um volume ou outra obra, que por vezes não chegavam a ser editados) e já referida, *Portugal e a cultura europeia. Sécs. XVI a XVIII*, publicada em 1952.

Através dos temas abordados ao longo dos anos, como os referentes às correntes de espiritualidade⁽⁵¹⁾, em que se releva as posições erasmianas, à Inquisição e à Censura e às suas vítimas⁽⁵²⁾, à política cultural da época de D. João III⁽⁵³⁾, freada nas suas posições mais avançadas pelo conservadorismo, e mesmo aos Descobrimentos⁽⁵⁴⁾, tomava historiograficamente – ou «historisoficamente», como gostava

(50) Decreto n.º 41.341, de 30 de outubro de 1957 (*Diário do Governo*, I série, da mesma data).

(51) *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

(52) Por exemplo, «Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII. Estudo de um processo inquisitorial», *Biblos*, 36 (1960), p. 201-264, «O primeiro rol de livros proibidos», *Biblos*, 39, (1963), p. 231-327, e «Frei Valentim da Luz e os conflitos ideológicos do século XVI», *Biblos*, 43 (1967), p. 409-709.

(53) *A política cultural da época de D. João III*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

(54) *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973. Seguiram-se outras edições (a 3.ª surgiu em Lisboa através da Presença, em 1988).

de dizer – uma posição mais avançada. Recorde-se que esses temas eram abordados por uma história oficial, e mesmo académica, de uma forma ideológica conservadora. Ou seja, enquanto as correntes institucionais da Igreja portuguesa, desde Manuel Gonçalves Cerejeira, e mesmo antes, tentavam mostrar que o Santo Ofício, apesar da sua crueldade, havia concorrido para a unidade católica de Portugal (posição que, como vimos, Silva Dias não enjeitou como ideólogo católico), e os Descobrimientos, sobretudo durante a Guerra Colonial, eram considerados como a grande gesta de Portugal uno, pluricontinental e plurirracial, Silva Dias – como, no que diz respeito à «Expansão», Vitorino Magalhães Godinho, numa perspectiva de História Económica –, tentava analisar, no domínio da História das Ideias, os temas numa perspectiva de investigação objetiva mas interpretativa. Desta forma, indiretamente, fazia-se uma crítica ao «sistema», que impossibilitava alterações de fundo na política salazarista de educação, ao mesmo tempo que se mostrava que a Universidade estava essencialmente à margem do desenvolvimento científico e técnico no tempo dos «Descobrimientos».

Mas nos anos 60, Silva Dias – que se ligava ao Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras e lecionava algumas cadeiras de História da Cultura que se designavam por “não agrupadas” – só ligeiramente se aproximava, como investigador, do século XVIII, considerado um tempo renovador, devido às práticas reformistas do Marquês de Pombal e do Iluminismo, que não era abordado nas cadeiras de História, com grande angústia dos estudantes. No domínio da sua pesquisa, só nos anos 70, em certos casos já depois do 25 de Abril de 1974 e na década de 80, em Coimbra e em Lisboa, na Universidade Nova, mergulhará nalguns temas setecentistas⁽⁵⁵⁾, bem como nas temáticas gerais do século XIX, neste caso geralmente em curtas, mas incisivas, comunicações em congressos, que começaram então a organizar-se⁽⁵⁶⁾.

(55) «O eclectismo em Portugal no século XVIII (Génese de uma atitude filosófica)», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 6 (1972), p. 3-24; «Avanço cultural e avanço maçónico na segunda metade do século XVIII», *Revista de História das Ideias*, 1 (1977), p. 395-417; com a sua esposa, Graça Silva Dias, *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols. em 4 tomos, Lisboa, INIC, 1980; «Pombalismo e teoria política», *Cultura. História, Filosofia*, 1, 1982, p. 45-114; e «Pombalismo e projecto político», *Cultura. História, Filosofia*, 2 (1983), p. 185-318, e 3 (1984), p. 27-151.

(56) *Individualismo e racionalismo em Portugal (1840-1870)*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973; «O Vintismo: realidades e estrangulamentos políticos», *Análise Social*, 16 (61/62) (1980), p. 273-278, e «A revolução liberal portuguesa: amálgama e não

Será, no entanto, como orientador de seminários do fim da licenciatura que, já nos anos 60 – fiz parte do seu primeiro seminário, em 1964-1965, e até do seu pré-seminário, de 1963-1964 (o que constituiu uma inovação) –, levará os seus alunos a tratar de temas quase tabu na Universidade portuguesa, como eram o Liberalismo e a Contrarrevolução tradicionalista e absolutista, ao mesmo tempo que fazia novas experiências pedagógicas e, por vezes de forma polémica, fazia implodir uma crítica cerrada ao ensino que se verificava na Universidade. Neste caso, salvo raras exceções, pouco se relacionava com Veiga Simão (que, contraditoriamente, nos atraía em certos casos com algumas reformas e nos afastava com outras medidas), assim como – conforme disse – não gostava de Marcello e da sua pseudo e ilusória «Primavera», por motivos de sensibilidade e também por verificar ali ambiguidades insanáveis.

O certo, porém, é que foram o marcelismo, as reformas de Veiga Simão, a nova orientação dos antigos órgãos de apoio à pesquisa (como o Instituto de Alta Cultura) e até as novas reitorias universitárias, como a de José Gouveia Monteiro na Universidade de Coimbra (1970-1971), que possibilitaram algumas alterações institucionais e talvez mesmo a publicação dessas teses de licenciatura sobre o século XIX, que foram editadas nos anos 70, no âmbito do que chamou «Seminário da Cultura Portuguesa»⁽⁵⁷⁾.

Disse já que tenho a honra de ter sido um dos primeiros discípulos de Silva Dias. Com ele, e com Albert Silbert em França, e os seus discípulos, bem como com autores mais ou menos marginais, como Joel Serrão, José Tengarrinha ou Costa Dias, inicia-se praticamente o estudo da História Contemporânea em Portugal, ao contrário do que se apregoa por vezes,

substituição de classes», in Miriam Halpern Pereira, *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, vol. I, p. 21-25.

(57) Recordem-se algumas dessas publicações, integradas no projeto sobre «História das Ideias em Portugal nos séculos XVIII e XIX», do Instituto de Alta Cultura, e apoiadas por ele e pela Direção-Geral do Ensino Superior: Luís Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973 (tese de licenciatura apresentada em 1966, policop., com o título *José da Gama e Castro. História do seu pensamento político*); José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1974; José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1974. Além destas obras publicadas (as primeiras), provenientes de teses de licenciatura, muitas outras foram apresentadas como dissertações policopiadas, antes e depois do 25 de Abril. Depois sucedeu-se a edição de teses de vários dos seus discípulos de História Contemporânea, que constituíram uma verdadeira «escola».

quando se esquece o passado da historiografia e se olha sobretudo para a atualidade dos últimos anos, num lamentável presentismo.

As várias alterações curriculares das Faculdades de Letras e de Ciências Sociais e Humanas, desde as autorreformas de 1974-1975 à reforma global de Sottomayor Cardia (ainda parente de Silva Dias, que com ele colaborou), de 1978⁽⁵⁸⁾, alteraram os objetivos do então criado Instituto de História e Teoria das Ideias. Em Coimbra as cadeiras de História da Cultura passaram a ligar-se ao curso de História e, com a reforma Cardia, esse Instituto passaria a lecionar História Cultural e das Mentalidades (conceito trazido de alguns historiadores franceses da *Nouvelle Histoire*, que se propunham abordar o tema complexo das Mentalidades), desde a Idade Média e da Época Moderna ao Mundo Contemporâneo, o que fez alargar o leque temporal da investigação, criando mesmo potencialidades para se chegar – como sucedeu – à história do mundo contemporâneo mais recente.

A ideia de uma Universidade modernizada

Como se viu sucintamente, e como se concluirá com este ponto, Silva Dias integrou-se na vida das universidades onde ensinou e investigou, e da sociedade em geral, ainda que nem sempre com grande sucesso do ponto de vista, por assim dizer, «político», ao invés do que se passou no campo científico. As suas propostas eram geralmente precursoras e avançadas, mas nem sempre eram assumidas de modo cordial e formalmente correto, sobretudo num tempo em que tudo se decidia num espaço de elite magistral, autoritário e secreto, e, noutro tempo,

(58) Decreto n.º 53/78, de 31 de maio. Apesar de os dois primeiros estudos que se vão referir visarem apenas o período anterior ao 25 de Abril e o ensino da Idade Média e o terceiro a História Económica tal como foi lecionada em Coimbra até 1974, têm interesse os trabalhos de Armando Luís Carvalho Homem, «Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em História (1957 e 1958)», *História. Revista da FLUP*, IV série, 1 (2011), p. 23-27, e «A Idade Média nas Universidades portuguesas (1911-1987). Legislação, ensino, investigação», *História. Revista da FLUP*, (1992), p. 351-361, e João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995. Importa também citar, com um carácter mais abrangente a obra de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 (2.ª ed.: 2 vols., Lisboa, Temas e Debates, 1998).

depois do 25 de Abril, em que fluía o movimento de reformas demasiado idealistas e, em certos casos, estereotipadas ou oportunistas. Mas, além disso, Silva Dias era uma personalidade difícil, colocada num ambiente difícil, a Universidade. As suas críticas ao que chamou o «simonismo» (com referência a Veiga Simão) ou o «neo-simonismo», assim como à «cartilha marxista-leninista» – por mais razão que tivesse –, deixavam marcas indeléveis. Destaque-se, nesse contexto, a breve passagem – no ano de 1974-1975 – pelo Conselho Diretivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como alguns conflitos que acabou por ter em Coimbra e em Lisboa.

Deve, porém, dizer-se – como se pode supor pelo que se referiu e se poderá antever de seguida – que as suas posições em política de ensino ou mesmo em política geral, independentemente da sua discutível forma pessoal, eram, em muitos casos, reveladoras de grande clarividência e atualidade, como por exemplo quando se referia à ideia de uma sociedade política «aberta», falando de uma das conhecidas obras de Karl Popper, e se opunha, citando Jacques Julliard, a uma «política profissional»⁽⁵⁹⁾.

A sua bibliografia sobre as universidades e o ensino datam de longe. No diário católico *Novidades*, escrevia, já em 1944, sobre «Universidade e Ensino»⁽⁶⁰⁾ e, em 1946, sobre as universidades católicas⁽⁶¹⁾, que começavam a mover os militantes, numa lógica diferente daquela que hoje move, porque o que estava acima de tudo em causa não era o sucesso escolar e profissional (quase diríamos empresarial), mas sim a formação de uma cultura e de uma espiritualidade católicas. Recorde-se que, de Braga, surgiria, no início dos anos 50, uma reivindicação repassada de conservadorismo católico⁽⁶²⁾, e movimentos mais evoluídos corporizados pela Juventude Universitária Católica (JUC) lutavam pela formação de uma verdadeira e polimorfa cultura cristã⁽⁶³⁾. Ao mesmo tempo, iam

(59) Ver Karl Popper, *The open society and its enemies*, Londres, G. Routledges & Sons, 1945 e Jacques Julliard, *Contre la politique professionnelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1977. Ver, de Silva Dias, o artigo infra-citado sobre a FRS (nota 69). De Popper cita uma edição dos anos 70.

(60) «Universidade e Ensino», *Novidades*, 1 jan. 1944.

(61) «Universidades católicas», *Novidades*, 8 set. 1946.

(62) Fernando de Aguiar, *Por uma Universidade Católica. Uma Campanha do Espírito*, Braga, Sigma Editora, 1951. O livro é constituído por artigos publicados no *Correio do Minho* em 1950-1951.

(63) *O pensamento católico e a Universidade*. 1º Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica. Lisboa, 1953.

surgindo livros sobre a crise da Universidade e nem sempre vindos da oposição democrática.

Mais tarde, em 1971, Silva Dias escrevia para a revista católica *Brotéria*, dois longos artigos sobre a Universidade. Em 1973, em artigos para os jornais, um, de grande significado, que nascera nesse ano, o *Expresso*, e outro que era o símbolo da oposição, *República*, dirigido então por Raul Rego, maçã e ex-seminarista, falava, respetivamente, sobre a reforma do sistema educativo⁽⁶⁴⁾ e sobre a anulação curricular das dissertações de licenciatura⁽⁶⁵⁾, o que parecia contraditório com a sua orientação. Só não o era porque, na prática, muitos alunos não cumpriam essa unidade curricular que lhes concederia o grau de «licenciados» e apenas concorriam ao ensino como «bacharéis», e porque Silva Dias há muito que defendia a continuidade da investigação pelos alunos com maiores aptidões, em cursos de pós-graduação.

Os textos sobre a Universidade e sobre o sistema de Ensino sucedem-se depois do 25 de Abril de 1974, em artigos distribuídos por vários periódicos, quase todos hoje desaparecidos, mas que constituíam então jornais nacionais de grande impacto: *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *A Luta*, *Expresso*, *Diário de Notícias*, *Portugal Hoje*, *O Jornal...*⁽⁶⁶⁾ Mais do que referir, em primeiro lugar, a temática dos artigos, quis salientar o seu labor diverso, a fim de confirmar a capacidade de intervenção pública de Silva Dias. Até porque, *mutatis mutandis*, os seus escritos não se distinguiam muito no seu espírito, nestes anos instáveis de 70 e 80 do século passado, embora as circunstâncias se fossem alterando. No meio das suas angústias – «o melhor é tratarmos do nosso jardim», dizia aos seus discípulos nos momentos mais pessimistas –, ia esperando que as «ciências humanas» provocassem

(64) «A reforma do sistema educativo», *Expresso*, 31 mar. 1973.

(65) «O problema das dissertações de licenciatura», *República*, 27 jul. 1973.

(66) «A reforma e as reformas na Universidade», *Diário de Lisboa*, 2 jul. 1974; «Políticas de educação», *A Capital*, 3 dez. 1974; «Quem acode ao ensino secundário?», *A Capital*, 26 jul. 1976; «A inércia dos MEIC's provisórios», *A Luta*, 8 jul. 1976; «As universidades regionais», *A Luta*, 9 jul. 1976; «A escola portuguesa à deriva», *A Capital*, 20 jul. 1976; «A Universidade que temos, a Universidade que queremos», *Expresso*, 3 set. 1976; «O obscurantismo à espreita da Universidade», *O Jornal*, 3 set. 1976; «Uma Universidade competente, uma Universidade eficiente», *Expresso*, 9 set. 1976; «Universidade, pluralismo, modernidade», *Diário de Notícias*, 18 nov. 1980; «Que ensino superior I? Universidade e cultura. Regime de austeridade, mas não de pobreza», e «Que ensino superior II? Democracia na Universidade: em defesa do diálogo e da participação», *Portugal Hoje*, 26 e 27 maio 1981; «Da carreira universitária à carreira da Universidade», *O Jornal*, 28 maio 1981; «Uma Universidade para o Portugal de hoje», *Diário de Notícias*, 17 jun. 1981.

desenvolvimento⁽⁶⁷⁾ (e falava dos sintomas da crise da cultura dos últimos anos⁽⁶⁸⁾), ao contrário do que muitas vezes se dizia e hoje ainda mais se diz ou se pensa mesmo sem o dizer. E também ia assumindo as suas posições políticas, por vezes com algum caráter polémico, como quando se referia aos conceitos de social-democracia e de socialismo democrático ou dava a sua opinião sobre o aparecimento da Frente Republicana e Socialista (FRS)⁽⁶⁹⁾. Neste caso, contra a corrente e contra o sentido meramente conjuntural dessa coligação, mas com certa coerência, afirmava, depois de combater o que chamava a «vulgata marxista-leninista», apelando para a atualização da reflexão sobre o socialismo, que a FRS seria a prefiguração de um compromisso histórico necessário entre o Partido Socialista, o Partido Comunista Português e o Partido Social Democrata⁽⁷⁰⁾.

De resto, desde o artigo da *Brotéria* (recorde-se: do início do marcelismo, 1971), Silva Dias defendia posições em tudo idênticas aos seus amigos Miller Guerra⁽⁷¹⁾ e Joaquim Pinto Machado, respetivamente das Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto, que se batiam na «ala liberal» da Assembleia Nacional, e seguia as reflexões que na França eram feitas por Edgar Faure⁽⁷²⁾, ao mesmo tempo que se aproximava dos colegas que defendiam na Universidade e na Faculdade de Letras concepções de esquerda ou, pelo menos, de reformismo⁽⁷³⁾, afastando-se, por outro lado, do setor mais à direita. Opunha-se – já então – a uma falsa

(67) «Ciências humanas e desenvolvimento», *O Jornal*, 12 jun. 1981.

(68) «Sintomas de crise na cultura dos últimos cinco anos», *Diário de Notícias*, 10 maio 1979.

(69) «Preconceito e social-democracia», *O Jornal*, 12-19 jun. 1980, p. 30; «FRS é prefiguração do compromisso histórico. Entrevista polémica do professor Silva Dias», *Portugal Hoje*, 22 jul. 1980, p. 3-4.

(70) A FRS, registada em Agosto de 1980, foi uma coligação conjuntural de partidos com fins eleitorais, que se extinguiu dois anos depois, formada pelo PS, pela União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e a Acção Democrática Independente (ASDI), em oposição à coligação de centro-direita (Aliança Democrática. AD).

(71) Além das intervenções parlamentares de Miller Guerra e contendo a sua essência, ver a obra, citada por Silva Dias, *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.

(72) *Philosophie d'une réforme*, Paris, Plon, 1969. Faure fora *ministre de l'Éducation Nationale* de 12 de julho de 1968 a 20 de junho de 1969.

(73) Recordo sempre as relações, nem sempre concordantes, que teve com colegas que pertenciam ao sector católico social, social-democrata, genericamente aos meios democráticos ou que se colocavam mesmo mais à esquerda. Entre eles, poderia citar Carlos Mota Pinto, António Barbosa de Melo, Victor de Matos, Miguel Baptista Pereira, Joaquim Ferreira Gomes, Graciano de Oliveira...

ideia de desenvolvimento integrada exclusivamente na «problemática do capitalismo fabril e tecnocrático». Assim afirma:

E não parece que a renovação deva processar-se – pelo menos que deva processar-se simplesmente – à luz da problemática sócio-económica do capitalismo fabril e tecnocrático. Seria a modelação da universidade pelos critérios de uma certa teoria do desenvolvimento. Esgotava os seus objectivos nos de uma escola sem rosto humano: uma escola para a investigação científico-natural e tecnológica e para a formação de tecnocratas integrados na realidade social existente⁽⁷⁴⁾.

A reforma da Universidade teria, pois, de ser «solidária» com a reforma da sociedade – uma não poderia viver sem a outra –, assim como a reforma da Universidade teria de ser «solidária» com a reforma do Ensino em geral⁽⁷⁵⁾. E essa reforma não deveria ser apenas curricular (com novos planos de estudos, com a possibilidade de o aluno frequentar disciplinas diversas, com diferenças entre a preparação no bacharelato e na licenciatura, com a criação de cursos de pós-graduação...), mas abranger todas as áreas: a autonomia e a gestão (retomando e recriando órgãos de gestão central, com professores e estudantes, e dando maior autonomia aos Grupos e não apenas às Faculdades), a qualidade dos professores e da sua carreira, as práticas pedagógicas, etc. E Silva Dias apresentava propostas concretas sobre o documento ministerial do início desse ano de 1971, intitulado *Linhas gerais da reforma do Ensino Superior*⁽⁷⁶⁾.

Concluindo: o meu objetivo não foi entrar no âmago das reformas de ensino apresentadas por Silva Dias, mas mostrar como esteve desde o início – sobretudo desde que se começaram a agitar as águas na Universidade, acompanhando o movimento estudantil (que considerava, em parte, uma consequência do estado de crise da Universidade e da sociedade) – ao lado das reformas mais arrojadas. Reformas já «velhas», dado que desde há muito se falava de «reformas», nomeadamente em períodos de crise (o final da Monarquia e o início da República, os anos 30 e 40 do século XX, os anos 60, já com outras dimensões)? Mas mesmo

(74) *Artigos citados*, analisados pela separata da *Brotéria*, intitulada *A reforma da Universidade e os seus problemas*, Lisboa, 1971, p. 14-15.

(75) Cf. *A reforma da Universidade...*, cit., p. 16-17.

(76) *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Janeiro de 1971.

assim *reformas sempre novas*, mesmo hoje em que a Universidade, apesar dos seus desenvolvimentos, tem criado uma burocracia que mata as inovações pedagógicas e científicas, o sentido democrático da gestão e em que a massificação do ensino e o desemprego jovem têm enfermado as potencialidades de verdadeiras reformas, que se devem integrar num mundo ecuménico e não num «mundo plano», pautado pela força do capital. A universidade e o ensino, como a sociedade, são como uma espiral, que por vezes parecem voltar atrás. Criticá-las – mesmo sabendo que nos restam pouco mais do que as utopias – foi uma das lições que Silva Dias me deu, mesmo que muitas vezes com ele tivesse estado em desacordo. Por isso também me perguntei num dos últimos livros escrito com um colega brasileiro: *Que universidade?*⁽⁷⁷⁾.

Silva Dias, a Censura e a PIDE/DGS

Pouco ainda se sabe da Censura, nomeadamente aos livros, pensando-se, pela prática política e cultural que se conhece, que ela se exerceria mais posteriormente à publicação do que previamente, como sucedia com as publicações periódicas. Mas não seria assim de todo, especialmente quando as editoras ou os autores enviavam os manuscritos à Censura para exercer a sua função, o que só sucedia em situação excecional.

No caso de Silva Dias, conhece-se a censura feita à obra *Escândalo da Verdade* (1943), acabada de se imprimir em 2 de junho de 1943, tendo o Relatório da Censura o despacho «Autorizado», com a data de 21 de julho do mesmo ano. O censor era um militar, como sucedia em muitos casos – o major Ávila Madruga. O que nos diz era bem simples e expectável.

Ali se afirma que Silva Dias combatia pelas «novas idéias [sic] sociais-cristãs», demonstrava uma «vasta erudição filosófica» e focava «com rudeza a crise social, política e moral do Mundo», revelando-se um «doutrinário audaz da política da Acção católica». Nesse sentido, fazia «afirmações arrojadas que poderia [sic] ser interpretadas por extremistas, a não ser encarada a sua tese como um estudo filosófico, baseado num socialismo cristão inspirado na ‘Rerum Novarum’ de

(77) *Que Universidade? Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil*, em co-autoria com Angelo Brigato Ésther, Juiz de Fora, Studio Editora UFJF, 2013. Edição em Portugal: Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014.

Leão XIII e encíclicas de Pio XI». Místico cristão e defensor da doutrina social da Igreja, fora elogiado, no jornal *Novidades* (27.6.1943), pelo padre Moreira das Neves. Nota, finalmente, que na última parte do livro Silva Dias refutava afirmações de João Ameal e de Alfredo Pimenta, neste último caso, relativamente à sua ligação do catolicismo à posição político-monárquica. Ou seja, o censor não deixava de notar que o autor considerava, ao contrário de Pimenta, que a Igreja não condenava as instituições republicanas, proclamando que ela deveria «fugir da tentação» de estar «ao serviço da monarquia».

O major Ávila Madruga concluía com estas palavras: «Apesar da crueza de algumas afirmações do autor, do seu entusiasmo socialista e da maneira como encara os problemas sociais (sempre com uma base evangélica), não considero de proibir a sua obra, não achando inconveniente a publicação deste livro»⁽⁷⁸⁾.

Quanto à ação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), pode dizer-se que Silva Dias quase não foi vigiado por ela. Foi sim pela DGS (Direcção Geral de Segurança) em que Marcelo Caetano converteu, em 1969⁽⁷⁹⁾, a polícia política, em uma das suas várias operações de cosmética. Compreende-se os motivos, dado que – conforme vimos – a sua posição ideológica manteve-se essencialmente numa linha católica social, que nem sequer assumia um carácter progressista, até aos anos 60. De resto, foi essa a posição sempre manifestada por Silva Dias e por si afirmada, como se pode ver, de uma forma sintomática num dos primeiros documentos apreendidos pela DGS e cuja cópia se encontra no seu processo dos Serviços Centrais.

Trata-se de uma carta enviada da sua casa da Figueira de Foz, datada de 29 de agosto de 1970, ao bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes⁽⁸⁰⁾. Nela

(78) Despacho dos Serviços da Censura de 21/7/1943, tendo como base o Relatório n.º 2795, assinado por Ávila Madruga, maj. [major]. Este Relatório foi dado a conhecer por António Tavares Proença, nas suas pesquisas para a tese de mestrado *A Censura durante o "Estado Novo" e a sua execução à Imprensa Periódica na Região Tradicional, Histórica e Cultural da Beira Baixa, segundo os documentos existentes na Censura*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Mestrado em História Cultural e Política, [1992].

(79) Decreto-lei n.º 49.401, de 24 novembro de 1969.

(80) Ver a referida carta ao bispo de Porto, datada de 29 de agosto de 1970, em Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, PIDE/DGS, José Sebastião da Silva Dias, Serviços Centrais, processo SC/CI (2) 6718, NT 7459, carta que foi enviada ao Director Geral de Segurança – Serviços Centrais, em Lisboa, por Armindo Ferreira da Silva, da Delegação de Coimbra, em 31 de agosto de 1970.

louva o prelado ex-exilado, que Marcello, no ano anterior, no âmbito da sua efémera «Primavera», autorizara o regresso do estrangeiro, de onde fora obrigado a não voltar desde que em Julho de 1959 saíra da sua diocese para umas férias forçadas em Espanha, depois de ter sido publicitada a sua famosa «carta» ou «pró-memória» a Salazar, de 13 de julho de 1958. Depois de louvar o «ato de coragem» de D. António, «indispensável e oportuno, do ponto de vista do Evangelho e da História», ao denunciar o «inquisitorialismo» – além de estar presente no seu espírito a citada «carta», falava expressamente da «prisão do Abade da Lixa»⁽⁸¹⁾ –, afirmava mesmo que os «modos de ver» de ambos confluíam «nas questões essenciais». Assim, propunha-se deixar o seu «exílio» para com ele colaborar, na condição de cientista: «exílio voluntário em que vivo há cerca de um vinténio», acentuava.

Antes dessa epístola apenas encontramos: a cópia de uma carta, um pouco hermética e reveladora de algumas «entrelinhas», datada de 22 de setembro de 1966 (ainda vigorava a PIDE), do escritor brasileiro e militante católico social-democrata Alceu Amoroso Lima, para a Professora Maria de Lourdes Belchior Pontes, da Faculdade de Letras de Lisboa e ligada ao movimento católico, que envia cumprimentos ao «querido e saudoso amigo José Sebastião da Silva Dias»⁽⁸²⁾; uma notícia das provas de Silva Dias para professor agregado, sem qualquer comentário da polícia, extraída do *Diário de Coimbra* de 13 de dezembro de 1969⁽⁸³⁾; e um esclarecimento de Silva Dias no jornal *A Capital*, de 10 de outubro de 1969, dirigido a Amândio César, a corrigir uma afirmação sua de que, entre os nomes dos potenciais candidatos das «listas independentes», pelos «nacionalistas», estaria ele, considerando «insidiosa» essa informação, que não tinha nenhuma «verosimilhança»⁽⁸⁴⁾.

(81) Padre Mário de Oliveira, que fora pároco de Macieira da Lixa (Felgueiras), cujos sermões teriam sido denunciados à DGS devido à sua crítica à «Guerra Colonial», que continuaram as práticas nas missas por ele rezadas em Mansoa, na Guiné, a que tive ocasião de assistir. Note-se que D. António Ferreira Gomes esteve presente no julgamento político do Padre Mário de Oliveira, realizado em 7 e 8 de janeiro de 1971. Ver sobre o tema o livro do advogado do Padre Mário de Oliveira, José da Silva, *Subversão ou evangelho?*, Porto, 1971.

(82) Ver a citada carta no referido processo SC/CI (2) 6718, NT 7459.

(83) Ver Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, PIDE/DGS, José Sebastião da Silva Dias, Delegação de Coimbra, processo 41516, NT 4916.

(84) Ver o artigo «Um esclarecimento do Professor José Sebastião da Silva Dias» em *A Capital*, de 10/10/1969, no qual se opõe à citada afirmação de Amândio César, contida num artigo publicado anteriormente, intitulado «Nomes conhecidos nos meios políticos formam as lista dos nacionalistas independentes». Ver o citado processo SC/CI (2) 6718, NT 7459.

A partir da carta ao bispo de Porto sucedem-se as informações sobre Silva Dias, tendo como fundamento razões mais ou menos significativas ou insignificantes (mas significantes para uma polícia que queria tudo saber): a presença (como outros colegas) nas conferências de Eduardo Lourenço, sobre o tema «Centenário da Geração de 1870», em abril de 1971⁽⁸⁵⁾; um cartão dirigido ao Professor Luís Filipe Lindley Cintra, da oposição democrática, a pedir uma entrevista, de janeiro de 1972⁽⁸⁶⁾; a resposta de Francisco Sá Carneiro, de 2 de fevereiro de 1973, à manifestação de solidariedade que lhe enviara Silva Dias (em 17 de novembro de 1972), juntando ainda o documento de renúncia do mandato de deputado à Assembleia Nacional, datado de 25 de janeiro de 1973⁽⁸⁷⁾; uma carta, de maio de 1973, ao ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, sobre as eventuais mudanças de direção da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁽⁸⁸⁾; a cópia do voto de Silva Dias, apresentado no Conselho Escolar de 22 de maio de 1973, sobre «O problema da dissertação de Licenciatura nas Faculdades de Letras», que foi publicado (como se viu) no jornal *República* e que lhe trouxe grandes complicações (mesmo a ameaça de um processo disciplinar) devido ao carácter secreto das suas sessões⁽⁸⁹⁾. Sobretudo depois da prisão do seu filho, José Vicente, em abril de 1972, a vigilância de Silva Dias e de sua Esposa, Graça Silva Dias, ia-se tornando permanente. Era feita em relação à sua residência, como às saídas do seu automóvel Peugeot 403, como aos seus passeios e encontros em cafés ou por altura de manifestações de apoio aos estudantes em luta ou mesmo de afirmações de Silva Dias contra o Governo⁽⁹⁰⁾.

(85) As conferências realizaram-se em 16 de abril de 1971 (Informação de 21 de abril) numa das salas da Fundação Gulbenkian, e no Teatro Académico Gil Vicente de Coimbra, em 18 do mesmo mês, tendo assistido (segundo informação da DGS), à primeira, os professores Paulo Quintela, Orlando de Carvalho, Victor de Matos, Américo da Costa Ramalho e José Sebastião da Silva Dias, e, à segunda, Orlando de Carvalho, Víctor de Matos e Silva Dias. Ver processo 41516, NT 4916.

(86) Pócesso SC/CI (2) 6718, NT 7459.

(87) Ver *processo cit.*

(88) Ver *processo cit.*... O envio dessa carta pelo inspetor-adjunto Armindo Ferreira da Silva, da Delegação da DGS de Coimbra, ao Diretor Geral, datada de 7 de maio de 1973, já refere o que se verá a seguir, ou seja, que o autor da carta era «pai de José Vicente de Sousa da Silva Dias, que se encontra a cumprir pena de prisão por atividades subversivas».

(89) Ver *processo cit.*

(90) Ver em especial o processo citado da Delegação de Coimbra da DGS 41516, NT 4916. As vigilâncias verificavam-se por acção da DGS, mas também da Polícia de

Como se vê, Silva Dias acabou por ser constantemente vigiado e só o 25 de Abril de 1974 terminou com a prisão do seu filho e com a sua luta contra o sistema, sem, todavia, se ter integrado propriamente num grupo específico de oposição. Daí que a revolução o levasse quase de imediato à direção da Faculdade de Letras, onde esteve por breves meses, depois de algumas desilusões quanto à possibilidade de subir a voos maiores de ordem política.

A concluir

Deixei aqui, neste ano do centenário do nascimento de José Sebastião da Silva Dias, não mais do que um esboço, continuando, e quiçá aprofundando, outros esboços, mais formais, que anteriormente foram produzidos – um esboço que poderá ser um ponto de partida para um livro que a sua complexa personalidade justificava. Como se viu, não me limitei a um simples panegírico, não omitindo alguns aspetos mais polémicos de Silva Dias. «Fazer História» significa, como nos ensinava o nosso mestre, analisar criticamente o objeto que nos é apresentado, reinterpretando-o sempre, à medida que o vamos «lendo», com base em outras fontes que vamos encontrando e utilizando novos conhecimentos que vamos adquirindo. Mas fica a ideia – assim o espero – que poucos mestres como Silva Dias tiveram uma vida tão intensa e criativa, nos seus vários aspetos, ideológicos, científicos, pedagógicos e institucionais. Acima de tudo – com todas as ambiguidades e contradições que lhe encontremos – o que não se pode esquecer é que foi um homem de intervenção permanente. Esta é a faceta mais interessante de Silva Dias, que acabou por morrer perturbado com o que conseguiu realizar, mas sobretudo com o que não conseguiu concretizar. E foi muito. E hoje estaria uma vez mais em debate sobre a Ciência que se faz e em relação às instituições existentes. Estaria sempre a favor das «Ciências Humanas» ou «Sociais» (questionando os seus resultados) e, em especial, da História, como estaria lutando por uma nova Universidade e por uma nova Sociedade...

Segurança Pública (PSP). Numa dada altura, em 18 de outubro de 1972, Silva Dias lera na rua um panfleto dos estudantes (onde se podia ler «Unamos a nossa luta à dos estudantes de Lisboa. Reunião hoje à 1.30 horas todos no átrio das cantinas») e rasgara-o, perante a vigilância de um sub-chefe da PSP, que o identificara. Silva Dias terá então gritado: «Se quiserem prendam-me. Já lá tenho um filho!...».

**LA CULTURA HISTÓRICA SOBRE EL «AÑO MIL» EN SUS
DIFERENTES HISTORIOGRAFÍAS**
**THE HISTORICAL CULTURE OF «YEAR 1000» IN ITS
DIFFERENT HISTORIOGRAPHIES**

ISRAEL SANMARTÍN
israel.sanmartin@usc.es
Universidad de Santiago de Compostela

Texto recebido em / Text submitted on: 29/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 30/9/2016

Resumen:

El «año mil» es un tema de investigación importante en la Edad Media, sobre todo en la historiografía francesa. Su interés está vinculado a los llamados terrores del «año mil» y sobre su posible existencia. Además, el «año mil» forma parte de lo que algunos historiadores marxistas han denominado como la «revolución feudal». En este artículo se reflexiona sobre la cultura histórica en relación al año mil. Para ello, se estudiará cómo ha evolucionado la escritura sobre el «año mil» a lo largo del tiempo. Con esta premisa, comenzaremos por dotar de significado a lo que se denominará como «año mil». Después describiremos y analizaremos cómo las interpretaciones sobre el «año mil» han ido cambiando y transformándose a lo largo de la historia hasta la actualidad. Por último, haremos conclusiones de contenido e historiográficas con el fin de demostrar que el «año mil» ha sido un tema que ha cambiado en relación con la historia del momento y con la evolución historiográfica.

Palabras clave:

Historiografía, año mil, milenarismo, apocaliptismo, revolución feudal.

Abstract:

The «year 1000» is an important topic of research in the Middle Ages, especially in French historiography. Its interest lies in the connection with the so-called terrors of «the year 1000» and their possible existence. Furthermore, «the year 1000» is part of what some Marxist historians have labelled the «Feudal Revolution». This paper reflects on the historical culture regarding the year 1000. To this end, attention will be paid to the manner in which the writing on «the year 1000» has evolved through time. With this in mind, we will begin by giving meaning to what will come to be known as «the year 1000». Subsequently, we will describe and analyse how the interpretations of «the year 1000» have gradually changed and evolved throughout history up to the present time. Lastly, conclusions will be reached regarding both content and historiography in order to demonstrate that «the year 1000» has been a topic that has changed alongside the history of the time and the historiographic evolution.

Keywords:

Historiography, the year 1000, millenarianism, apocalypticism, Feudal Revolution.

El conocimiento historiográfico está basado en la escritura historiográfica más que en el relato construido desde la bibliográfica. La historiografía no es exactamente un compendio bibliográfico. Los estudios bibliográficos están basados más en la descripción de las obras, su contenido y su autoría. Por el contrario, la historiografía está sostenida en el análisis teórico, en la problematización de conceptos, en el estudio de las relaciones con el contexto temporal y espacial y en la aproximación crítica a los autores. Por otro lado, y sobre todo, la historiografía está emparentada directamente con la historia. Es una obviedad que el ejercicio historiográfico es historia porque construye un relato del pasado. Al mismo tiempo, la historia es historiográfica porque es una narración con una intencionalidad histórica⁽¹⁾. Por tanto, toda historia es historiografía y toda historia constituye una figuración del pasado que funciona como artefacto en el presente. En la historiografía casi tan importante como el análisis de un argumento es la narración que expone como dicho argumento fue construido y desarrollado⁽²⁾. Lo

(1) Ver Fernando Catroga, *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 105-119.

(2) Claudio Canaparo, *Imaginación, mapas y escritura*, Buenos Aires, Zibaldone, 2000.

que sirve de puente entre historia e historiografía es la metodología y los estudios concretos (empíricos o teóricos), que tienen como una de sus tareas habilitar «interfaces» entre ambas.

Este trabajo parte del análisis de dos estratos temporales⁽³⁾. El propiamente medieval (relativo al «año mil») y los discursos por ese acontecimiento en diferentes épocas. Fundamentalmente, nos centraremos en este trabajo en la historiografía sobre el milenarismo del «año mil» desde el propio Plenomedievo hasta la Edad Contemporánea, aunque hemos recurrido también a reflejar cómo el milenarismo se va configurando desde la antigüedad con el objetivo de entender mejor el propio «año mil» como las reflexiones sobre él. Definiremos como «año mil» a todo lo asociado con todos los relatos construidos sobre esa fecha, en la que se creó un argumentario sostenido en la segunda llegada de Cristo para iniciar el recorrido hacia el juicio final, el milenarismo, que fue asociado a determinados símbolos premonitorios (terrores, símbolos astrológicos, etc.). Para darle un carácter más inclusivo a este «año mil» adjuntaremos otros elementos que suelen ir asociados y confundidos con ese milenarismo, como son el apocaliptismo, al mesianismo y al fin del mundo. De tal forma, denominaremos «año mil» a la construcción historiográfica milenarista que se ha construido con el Milenarismo, el Apocaliptismo y el Mesianismo, además de la propia historia (datos empíricos) y su metodología (elemento de unión entre historia e historiografía).

Teniendo todo esto en cuenta, vincularemos el milenarismo a las ideas relacionadas con el fin del mundo o los acontecimientos que conducen a su conclusión en el Juicio Final. Entenderemos por milenarismo cualquier tipo de promesa o de esperanza con connotaciones religiosas que aspira a ver realizado el advenimiento sobre la tierra de un orden perfecto o paradisiaco. Haciendo un poco de historia, en los primeros tiempos del cristianismo las aspiraciones milenaristas estaban muy extendidas sobre todo a partir de la circulación del Apocalipsis de San Juan en el Siglo I. Aunque cuando alcanzó más relevancia fue en el siglo IV cuando San Agustín de Hipona escribió su Ciudad de Dios, en donde declaraba que la Iglesia de ese momento ya era ese horizonte buscado, al mismo tiempo que estigmatizaba el milenarismo como herejía. Pero

(3) Ver Reinhart Koselleck, *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Barcelona, Paidós, 2001.

las ideas apocalípticas se refuerzan con la llegada del «año mil», y con la creencia, sobre todo en el mundo de los monjes, de la llegada del Anticristo y del propio fin del mundo⁽⁴⁾.

También como hemos relatado, existen diferentes estratos temporales en la historiografía sobre el «año mil». Las fundamentales son: la historiografía contemporánea sobre la Edad Media, la historiografía medieval propia de la época y la historiografía moderna de su propio tiempo. Para llevarlo a cabo, negociaremos con dos sistemas naturales. Un sistema institucional (que es sistemático y que deviene de una evolución historiográfica) y un sistema imaginario (menos sistemático y más conceptual). El objetivo es agrupar, analizar y sistematizar algunas problemáticas en torno al «año mil», siendo conscientes que es un debate que pertenece, al menos en un inicio, a la historiografía francesa. En la medida de lo posible, intentaremos ser conscientes de ello puesto que la historiografía forma parte de un canon que se ha desarrollado a partir de una ciencia colonizada desde los centros de poder historiográfico (Francia, Reino Unido y EE.UU)⁽⁵⁾. La historiografía sobre el milenarismo del «año mil» desde la Edad Media a la Edad Contemporánea nos lleva a identificar cómo fluyen las obras y los debates históricos, y cómo desde un lugar periférico del debate (Galicia y España) podemos estudiar su evolución y el cambio en el tiempo. La historiografía medieval actual se escribe bajo las coordenadas espacio-tiempo desde los grandes centros historiográficos y se construye desde una distancia que crea un campo de recepción nuevo en cada lugar (los conceptos emergen de forma diferente en cada territorio). En definitiva, la historiografía medieval en la que insertamos este trabajo es un espacio (periférico) que se puede acotar teóricamente para identificar y analizar la historiografía del año mil, que a la vez nos permite estudiar identidades y pertenencias teóricas.

Para lograr este objetivo nos basaremos en fuentes propias de cada época, tanto crónicas como en ediciones posteriores o libros que traten la temática de la que es objeto el trabajo. El objetivo es localizar, identificar, analizar y clasificar la construcción del relato sobre el año mil en cada de uno de los estratos temporales como en su conjunto, alejándonos

(4) En la Primera cruzada se puede ver alguna influencia de todo esto. Véase Jay Rubenstein, *Los ejércitos del cielo. La Primera Cruzada y la búsqueda del Apocalipsis*, Barcelona, Pasado & Presente, 2012.

(5) Claudio Canaparo, *The Manufacture of an Author*, London, King's College, 2000.

de estereotipos y de lecturas sostenidas en un único autor. Con este objetivo, haremos primero una aproximación conceptual a los diferentes elementos que englobaremos como historiografía milenarista del «año mil» (milenarismo, apocaliptismo y mesianismo) y luego estudiaremos esos conceptos en las diferentes temporalidades sobre el año mil. Finalizaremos con unas conclusiones que nos llevarán a reflexionar cuáles han sido las continuidades y las rupturas en el tiempo de esta temática.

1. La historiografía sobre el «año mil»: milenarismo, apocaliptismo y mesianismo

Comenzaremos con lo apocalíptico y su relación con lo escatológico. Lo apocalíptico, en un sentido general, es sinónimo de escatología. Lo apocalíptico está vinculado a la relación de los sucesos que pondrán fin a la existencia de este mundo y los acontecimientos que seguirán dentro de una cronología predeterminada. Lo apocalíptico se centra más en los acontecimientos de carácter cósmico y universal, mientras que la escatología prefiere referirse a los sucesos individuales. Hay discusiones si lo apocalíptico es: a) un género literario; b) un modo de pensar; c) una corriente de pensamiento religioso que origina una producción literaria, propio del judaísmo tardío

Sea como fuere, el paradigma apocalíptico contiene los siguientes elementos: a) el mundo está abocado a un proceso de destrucción final; b) la destrucción del mundo está precedida de una serie de catástrofes cósmicas; c) el tiempo del mundo aparece dividido en periodos cuyo desarrollo está predeterminado por divinidades; d) la catástrofe final del mundo estará seguida por la aparición de un mundo u orden nuevo del que participarán todos los que hayan tenido buen comportamiento; e) los que tengan mala conducta tendrán castigo eterno. A esto hay que añadirle algunos elementos contextuales: a) es literatura que tiene su origen en el seno de conmociones políticas y religiosas; b) tiene una dimensión más allá de lo histórico porque está proyectada a un futuro; c) está revelada por Dios a videntes o mediante sueños, arrebatos o a través de símbolos crípticos; d) su finalidad es universal y exhorta al creyente para que haga frente a la crisis universal⁽⁶⁾.

(6) Jacinto Lozano Escribano y Lucinio Anaya Acebes, *Literatura apocalíptica cristiana (hasta el año 1000)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2002, p. 26-27.

Por otro lado, está el milenarismo. De la referencia de Juan al reino de mil años de Cristo sobre la tierra toma su origen el milenio o quiliasmismo, que suplantaría hasta ese momento al escatologismo o apocalípticismo. El concepto de milenarismo, definido por Juan en el Apocalipsis, procede la interpretación que Pedro hace en la epístola II, 3, 8, según la cual: «un día es como mil años, y mil años como un día»⁽⁷⁾. La cifra de mil carece de todo significado desde el punto de los ciclos naturales. En la teología cristiana clásica el milenio no designa un periodo de la historia humana sino un reino de felicidad que debe durar mil años, desde el retorno de Cristo hasta el día del Juicio Final. El advenimiento de ese milenio comienza por el apocalipsis o fin del mundo y es importante saber cuándo va a llegar para prepararse⁽⁸⁾.

Por tanto, el milenarismo es una estrategia del hombre para procurarse seguridad psicológica frente a la indeterminación del futuro. El concepto de milenio vendría justificado por una estrategia para buscar una regularidad numérica que libere de incertidumbres. El milenarismo surge de la vinculación del apocalípticismo general con una teoría numérica concreta, la del fin del mundo que se avecina. La forma particular de apocalípticismo, que es el milenarismo, es arbitraria y se caracteriza por la creencia de que el número mil es el fundamento oculto para comprender tanto el orden natural como la salvación de las almas. El milenio nació fundamentalmente como una idea o mitologema en el campo de la escatología de las visiones futuristas relativas a un fin beatífico del tiempo, contenidas en los dos grandes libros apocalípticos de la Biblia, el de Daniel en el Antiguo Testamento y el Apocalipsis de Juan en el Nuevo Testamento. A partir de esas ideas del fin del mundo, el cristianismo elaboró su propio mitologema, según el cual el reinado de Cristo sería una época beatífica futura que duraría mil años y acabaría con una batalla definitiva y un juicio final⁽⁹⁾.

Los cristianos de la primera época adoptaron el milenarismo porque la expectativa mesiánica estaba arraigada en la mentalidad judía desde la época de Cristo, y por el grave peligro de las persecuciones. Se

(7) Jacinto Lozano Escribano y Lucinio Anaya Acebes, *Literatura apocalíptica cristiana...*, cit., p. 117-118.

(8) Frederic J. Baumgartner, *Longing for the End. A history of Millennialism in Western civilization*, New York, Palgrave, 1999.

(9) Ver Brett Edward Whalen, *Dominion of God. Christendom and Apocalypse in the Middle Ages*, Cambridge, Harvard University Press, 2009.

invitaba a los mártires a creer en el apocalipsis. Y a su muerte seguiría la resurrección y reinarían con Cristo sobre la tierra. En el proyecto milenarista se superponían en forma contradictoria dos imágenes que tendrían consecuencias: el retorno al paraíso terrenal original y la anticipación de la ciudad celeste (la primera de naturaleza terrenal y espiritual la segunda).

Haciendo un aclarado de ideas diríamos que el Apocalipsis es un término literario del judaísmo tardío y del cristianismo primitivo rico en visiones, figuras y parábolas. La literatura apocalíptica tiene una gran diversidad en autores (Isaías, Ezequiel), visiones oraculares, libros de Sibilas, apocalipsis apócrifos y oficiales (San Juan). El apocalipsis lleva asociado el juicio final precedido de un reino particular, con la promesa del advenimiento del milenio⁽¹⁰⁾.

Por otro lado, la escatología sería una serie de doctrinas o teorías concernientes a los fines últimos tanto del hombre ante la muerte (escatología individual) como del mundo ante su desaparición (escatología universal). En otro sentido, el mesianismo es la creencia en la vuelta y en el retorno de un mesías y un liberador investido con una misión divina que llevará a la humanidad a la salvación (el milenarismo es la espera más indefinida y el mesianismo está asociado a una figura). Por último, el milenarismo representa una de las doctrinas más destacadas de movimientos escatológicos. Está caracterizado por la aparición de un Reino terrestre que facilitaría la restauración de la Edad de Oro original a la vez que trata de establecer el reinado de Cristo mil años. Estará acompañado de episodios más o menos catastróficos⁽¹¹⁾. Además consta de otros elementos como la idea de Jerusalén celeste, que es la ciudad del final de los tiempos que descenderá de los cielos después del Juicio y reunirá a todos los elegidos en el momento de la parusía. Y también consta de un Juicio final universal que instaura el fin de los tiempos.

Por tanto, escatología, apocaliptismo, milenarismo, mesianismo y fin del mundo son conceptos que están presentes en el recorrido historiográfico sobre el «año mil» que abordamos a continuación.

(10) Ver Eugen Weber, *Apocalypses et millénarismes. Prophéties, cultes et croyances millénaristes à travers les âges*, Paris, Fayard, 1999.

(11) Ver François L'Yvonnet (dir), *La grande mutation. Enquête sur la fin d'un millénaire*, Paris, Albin Michel, 1998.

2. El «año mil» a través de las diferentes estratos temporales

La escatología tradicional era parte de la doctrina eclesiástica medieval. Anunciaba la venida del anticristo en un momento indeterminado antes del Juicio Final. Desde finales de la antigüedad (San Agustín), las ideas escatológicas que entrañan un componente milenarista se sitúan fuera de la tradición doctrinal de la Iglesia. Desde el siglo XII, sobre todo después de Fiore, las profecías milenaristas se inclinarán hacia la crítica del orden eclesiástico. Algunos representantes de estas ideas proféticas se sitúan todavía en el marco de la Iglesia pero muchos dan ovillo para que prendan determinadas ideas heréticas, sobre toda las derivadas de la tradición franciscana que encuentran en el joaquinismo una cobertura teórica ideal para la difusión de las doctrinas de tono milenarista⁽¹²⁾ y de configuración de nuevos espacios utópicos basados en la edad del espíritu santo de Fiore. Pero, ¿qué pasa con el milenarismo y apocaliptismo vinculados al «año mil»? ¿tienen ese carácter performativo?

2.1. Elementos de la antigüedad que ayudaron a configurar el «año mil»

Antes de Cristo destacan un gran número de apocalipsis vinculados a épocas de crisis tanto políticas como religiosas. En el siglo VIII-VII a.C. tenemos el profeta Isaías, el Deuteronomio, el Apocalipsis de Daniel o el libro 1 de Enoc, el libro 4 de Esdras. Antes del «año mil» también tenemos en el Antiguo Testamento la relación de Jesús con el fin de los tiempos. Su muerte y resurrección representaba un anuncio del fin de los tiempos encarnados en el juicio final (Mateo y Lucas) y el inicio de la creación de un tiempo de espera para la instauración del Reino de Dios. También están las profecías de Daniel, Isaías, Ezequiel (Gog y Magog), y la interpretación de numerosos acontecimientos proféticos (como el cuerno, el número 33, el número 7, etc.)⁽¹³⁾.

En cuanto al Nuevo Testamento, nos encontramos con Juan el Bautista, profeta escatológico, que predicaba el reino futuro de Dios. El propio Jesús,

(12) Bernard Töpfer, «Escatología y Milenarismo» en Jacques Le Goff y Jean-Claude Schmitt (eds.), *Diccionario razonado del Occidente Medieval*, Madrid, Akal, 2003, p. 259.

(13) Para algunos sólo fueron interpretadas como fin de los tiempos desde el XII. Jean Flori, *El islam y el fin de los tiempos. La interpretación profética de las invasiones musulmanas en la cristiandad medieval*, Madrid, Akal, 2010, p. 23.

que fue bautizado por Juan, ofrecía un robusto mesianismo reforzado en su resurrección y en las interpretaciones de su mensaje. También tenemos elementos apocalípticos en las primeras comunidades cristianas (Juan Apóstol) o la Segunda carta a los Tesalonicenses. Es decisivo, sin embargo, el Apocalipsis de Juan, que lleva al encadenamiento de Satanás en el infierno, la entronización del reinado de Cristo durante mil años y la primera resurrección. El Apocalipsis de San Juan se ocupa de los acontecimientos que sucederán antes del fin de los tiempos. Escrito en el siglo I, habla de los siete sellos, del mesías de los cristianos, del ángel y la trompeta, de la bestia y la sucesión de reyes del final de los tiempos. Adquiere importancia porque introduce los 1000 años del reinado del Mesías y de los santos mientras el diablo esté encadenado. Ese texto es clave para entender todo lo relativo al «año mil». No obstante, hay otros textos apocalípticos como las letras paulinas (epístolas atribuidas a Pablo de Tarso) o las epístolas de Juan y de Pedro⁽¹⁴⁾.

Cerinto, recogido por Eusebio de Cesarea, habla de la vuelta al paraíso terrenal desde la heterodoxia. Eso cambia hacia una imagen más espiritual y ortodoxa con *La Didaché*, que es una especie de catecismo que incluye contenidos espirituales que hablan de una venida futura del Señor y de un fin del mundo aplazado. Más tarde, a finales del siglo I, surge la Carta de Bernabé que establece el razonamiento de los seis mil años y la inmanencia del fin del mundo. Luego está el Pastor de Hermas, aunque se trata de un Apocalipsis apócrifo. Lo mismo que Clemente de Roma y Papías de Hierápolis. A mediados del siglo II Montano hablaba del fin de la historia y del mundo en un lugar de Frigia. Otro texto apocalíptico fue Justino, más ortodoxo, igual que Ireneo, el Obispo de Lyon que luchó contra la herejía gnóstica, quien escribe del carácter terrenal del reino milenarista de Cristo y rechaza cualquier interpretación alegórica.

Después de los dos primeros siglos después de Cristo donde hubo muchas ideas milenaristas, hicieron su aparición las doctrinas de la iglesia, que incidieron en el distanciamiento de la inmediatez del fin. El alejamiento se produjo mediante la introducción de un lenguaje simbólico que había que interpretar de forma espiritual y liberarlo del contexto histórico. Empieza así una preocupación por la introducción de cálculos cronológicos con la finalidad de determinar la fecha del fin

(14) Ver Martha Himmelfarb, *The Apocalypse. A Brief History*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2010.

del mundo. De tal forma Ireneo introduce los siete días de la creación y el principio y el fin del mundo; Hipólito de Roma aduce que Cristo vino al mundo en el 5500 después de Adán y Sexto Julio Africano habla de que el mundo tenía que existir 6000 años.

En cuanto a la interpretación simbólica y espiritualista del milenarismo, Orígenes es el primero que hace una interpretación alegórica o espiritual. Anuncia que la llegada de Cristo se producirá dos veces, y que la segunda será para juzgar a los mortales y establecer su Reino que no será de este mundo⁽¹⁵⁾.

Lactancio, por su parte, muestra que habrá un fin del mundo que ocurrirá por causas internas y será precedido por manifestaciones externas. Cita al Anticristo el cual será derrotado. Luego ocurrirá una primera resurrección y el primer Juicio donde los buenos vivirán todavía mil años en cuerpo carnal en medio de una gran felicidad y el milenio será un reino de paz, de bonanza y felicidad. Cuando acabe el reinado de los mil años el demonio quedará libre y declarará la guerra a los justos y tendrá lugar el fin del mundo definitivo. Como consecuencia, los justos saldrán de sus refugios y encontrarán todo cubierto de cadáveres y huesos. Luego las armas de los pueblos serán quemadas y no habrá guerra sino paz y tranquilidad eternas. Lactancio continuó fiel a la tradición. Por su parte, Eusebio de Cesarea introduce nuevas variaciones. Así, rechazó la tesis del quilibrio según la cual la resurrección de los muertos estaría seguida de un periodo de mil años⁽¹⁶⁾.

Victorino de Pettau establece una relación con el Apocalipsis de San Juan; Comodiano de Gaza realiza poemas con preocupación escatológica. Y luego aparecen San Ambrosio de Milán en el siglo IV, Jerónimo (IV-V) y Agustín de Hipona. Este último, en *De civitate dei* traza una enorme relato cuyo tema central es el juicio final. Refuta el milenarismo interpretando los mil años como un periodo temporal ya en desarrollo desde el nacimiento de Cristo y no como una edad dorada de un futuro imprevisible. Con su autoridad elimina cualquier fabulación y fija la postura de la Iglesia frente a las ensoñaciones heterodoxas (Montano, Papías, Ireneo o Justino). Las migraciones bárbaras, el inicio de la ruralización de la sociedad y la ruptura de occidente con el imperio romano de Constantinopla es el marco histórico en el que surge Agustín de Hipona, quien trazará

(15) Jacinto Lozano Escribano y Lucinio Anaya Acebes, *Literatura apocalíptica cristiana...*, cit., p. 143-156.

(16) Jean Flori, *El islam y el fin de los tiempos...*, cit., p. 62-69.

las líneas maestras de la ortodoxia cristiana sobre el pensamiento milenarista. Defendía, como hemos dicho, que el tiempo del final era el propio presente y que Cristo ya reinaba en la iglesia, con lo que cualquier especulación sobre la fecha del final del mundo o cualquier estudio sobre los signos que anuncian ese final era algo inútil⁽¹⁷⁾.

Después de San Agustín el milenarismo ya no aparece bajo la fórmula de una doctrina popular y vulgarizada y el quiliasmo caricaturizado y condenado. Aún así, después de San Agustín hay diferentes tendencias: a) los que siguen a San Agustín desplazando el milenio hacia un presente indefinido iniciado por el nacimiento de Jesús (Genadio de Marsella, Apingio de Beja o Isidoro de Sevilla); b) aquellos que tienen alguna lectura historizante de los signos y los símbolos proféticos (Quodvultdeus asociaba Nerón al Anticristo en su carácter y a un judío de la tribu de Dan a Gog y Magog); c) los que permanecen fieles a la lectura antigua (Comodiano).

En los siglos IV y V hay una gran relación entre la escatología cristiana y el destino del Imperio Romano. La tradición apocalíptica rechazada por la Iglesia se refugió en la cultura popular, que consideró a los cristianos como los herederos del milenio. Así surgen los Oráculos Sibilinos o la Profecía de la Sibila Tiburtina, que habla de las edades del mundo y su degeneración. La Tiburtina introduce por primera vez la figura del emperador de los últimos días. Otro texto es el Pseudo Metodio o la Carta de Adsón a la reina Gerberga sobre la aparición y el tiempo del anticristo

Después del siglo V hay diferentes referencias al apocalipsis como los del comentarios del Beato, los apocalipsis mozárabes y carolingios y las grandes escenas apocalípticas pintadas en los muros de las iglesias en el siglo XI. Como vemos, la idea del apocalipsis escolta toda la edad media.

Con esta cobertura teórica, se creó un ambiente que anunciaba la segunda venida de Cristo. Así en los primeros años del cristianismo se crearon los fundamentos de la interpretación escatológica que se impondrá a lo largo del tiempo en la Iglesia⁽¹⁸⁾. Así surgen los 6000 años de cristo; la séptima edad del mundo o el anticristo que reinará al final de los tiempos y que perseguirá a los fieles de Dios durante tres años y medio⁽¹⁹⁾. Y que morirá a manos de un Mesías aniquilado por el Mesías

(17) Para más desarrollo, ver: Fernando Catroga, *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Quarteto, 2003.

(18) Ver Fernando Catroga, *Caminhos do fim da História...*, cit., p. 15-26.

(19) Para la cuestión métrica, ver: Guillermo Fatás, *El fin del mundo. Apocalipsis y milenio*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

retornado que establecerá el reino milenar sobre este mundo. El señor vivirá con los resucitados y Satán quedará encadenado durante esos mil años. Luego vendrá la derrota del diablo y el juicio final, donde habrá una vida eterna con Dios. El resultado es que nadie puede conocer la fecha y hora del Juicio Final. Y tampoco se puede predecir cuándo tendrá lugar la segunda venida de Cristo ni la aparición del anticristo. Todo este envoltorio vivencial pasa a ser una profecía, cuya función era reconocer los acontecimientos cuando llegara el momento⁽²⁰⁾.

En el año mil era rey de Francia Roberto, que tenía por esposa a Constanza hija del conde de Arlés. Eran sofisticados y de modales muy rebuscados. También los vikingos continuaban sus incursiones y Gerberto de Aurillac era el Papa con Oton III. El otro emperador Basilio II de Bizancio estaba en su expedición militar en el Cáucaso.

El desorden climático fue característico en el tránsito entre los dos siglos. En 987 hubo lluvias torrenciales entre Lorena y Renania con destrucción de cosechas. En el año 988 se produjo una ola de calor y el año 990 trajo una primavera y verano secos, además de un otoño de epidemias y tormentas. En 1002 se constató una crecida del Loira, que se repitió en el año 1031. El paisaje del año mil eran bosques alternados con viejas ciudades romanas parcialmente abandonadas y nuevos centros hechos de madera y paja⁽²¹⁾.

2.2. El «año mil» medieval

Existen diferentes formas de entender lo que sucedió en el año mil. Uno de los debates fundamentales es su interés como tiempo fundamental para entender el feudalismo. Para unos, el año mil es un punto más en un proceso gradualista (Barthelemy, Toubert)⁽²²⁾, para otros un eje fundamental en una estructura mutacionista (Bois, Bisson, Poly y Bournazel así como Bonassie)⁽²³⁾ y no faltan aquellos que buscan un

(20) Jean Flori, *El islam y el fin de los tiempos...*, cit., p. 55.

(21) Franco Cardini, *Europa año Mil. Las raíces de Occidente*, Madrid, Anaya, 1995, p. 26-32.

(22) Dominique Barthelemy, *L'an mil et la Paix de Dieu: la France chrétienne et féodale (980-1060)*, Paris, Fayard, 1999 y Pierre Toubert, *L'Europe dans sa première croissance. De Charlemagne à l'an mil*, Paris, Fayard, 2004.

(23) Thomas Bisson, «The Feudal Revolution», *Past and Present*, 142. (Feb., 1994), p. 6-42; Pierre Bonassie, *Les Sociétés de l'an mil: un monde entre deux âges*, Bruxelles, De Boeck

encaje institucional para justificar la aparición del feudalismo⁽²⁴⁾. Este debate se desplazó más tarde a la geografía sobre la que se aplicaban los análisis⁽²⁵⁾. Sea como fuere, parece que el año mil era una época de crisis para la iglesia, tanto internamente como en su organización eclesiástica. La iglesia estaba perturbada por las rivalidades civiles, las guerras y las usurpaciones. Y aunque la iglesia estimuló la reforma monástica y fue capaz de innovar y de reformarse de manera decisiva, hubo nuevos conflictos y nuevas crisis (como la reforma gregoriana)⁽²⁶⁾.

Diferentes autores hicieron mención a elementos milenaristas en la propia Edad Media. De tal forma, tenemos a Abbon de Fleury (940-1004), quien habla del Anticristo, los mil años y del fin del mundo. Y aseguraba que la idea fue predicada en París. En Inglaterra, Wulstano de York anuncia la inminencia del fin del mundo en sus cartas. En el 1014 ante las invasiones danesas compuso su «Sermón del lobo a los anglos» donde habla que la humanidad cruzaba un pavoroso umbral. Anunciaba las desgracias que acaecerían sobre Inglaterra con la complicidad de Gerberto de Aurillac⁽²⁷⁾. Thiethlando constataba la aparición del Anticristo hacia 1033, y hay una falsa carta atribuida a Remigno de Auxerre, que se hacía eco del terror extendido por los húngaros en relación a la espera de un violento fin del mundo en el año 1000⁽²⁸⁾. Paralelamente, tenemos también a Odon de Cluny (abad de 927 a 942), el citado Abbon de Fleury (940/945-1004), Raoul Glaber (985-1046) o Thietmar de Merseboug (975-1018) entre otros. Sigebert de Gembloux y Guillaume Godel también dibujan una atmósfera apocalíptica. Gembloux habla de

Universit , 2000; Pierre Bonnassie, *Del esclavismo al feudalismo en Europa occidental*, Barcelona, Crítica, 1992. Poly y Bournazel serán citados más adelante en el trabajo.

(24) François Louis Ganshof, *Feudalism*, Toronto, University of Toronto Press, 1964.

(25) Ver Carlos Astarita, «La primera de las mutaciones feudales», *Anales de historia antigua, medieval y moderna*, 33 (2000), p. 75-106; Carlos Astarita, «Conferencia inaugural. I Jornadas de Reflexión Histórica: problemas de la Antigüedad Tardía y Altomedioevo», *Anales de historia antigua, medieval y moderna*, 37-38 (2004-2005), p. 219-222.

(26) Thomas Head and Richard Landes, *The Peace of God. Social Violence and Religious Response in France around the Year 1000*, London, Cornell University Press, 1992.

(27) Robert Lacey y Danny Danziger, *El año 1000. Formas de vida y temores ante el cambio de milenio*, Barcelona, Ediciones B, 1999, p. 184-88.

(28) William Prideaux-Collins, «Satan's Bonds are Extremer Loose. Apocalyptic Expectation in Anglo Saxon England During the Millennial Era» en Richard Landes, Andrew Gow y David c. Van Meter (eds.), *The Apocalyptic Year 1000. Religious Expectation and Social Change, 950-1050*, New York, Oxford University Press, 2003, p. 289-310.

sucesos catastróficos en el año 1000 (1030-1112) relatando las antorchas que caen del cielo en un ambiente de cometas y terremotos⁽²⁹⁾.

Tomando un ejemplo, Raúl Glaber fue un monje rebelde que fue concebido en pecado y que vagabundó por diferentes fundaciones cluniacenses del territorio francés del siglo XI. Su obra fundamental es *Las Historias del Primer milenio*. Éste consta de un total de cinco libros, del que existen cuatro manuscritos del mismo, lo que hace pensar en que tuvo poca difusión en su época (hay tres manuscritos conservados en la Biblioteca Nacional de París de los siglos XI, XII y XVI, y uno en la ciudad del Vaticano del XV)⁽³⁰⁾. *Las Historias del Primer milenio* es una obra que aborda cuestiones de mentalidad y psicología colectiva: visiones: sueños, prodigios y milagros a partir de fuentes como la patrística, la hagiografía o autores como Juan Scoto, Máximo el Confesor o Beda. En ese desfile de nombres también tiene importancia el propio Glaber, quien introduce en el texto lo contemplado por él y lo que le llega oralmente. Metodológicamente, Glaber pretende hacer una recopilación de la historia universal. A tal efecto, selecciona acontecimientos desde el año 900 hasta el 1020 sucedidos en los territorios de las actuales Francia y Alemania. El capítulo I habla del emperador de la Galia y Germania desde el 900. El capítulo II se centra en las calamidades y prodigios del año 1000 y en las carestías, muertes, hambrunas, etc. Por su parte, el capítulo III aborda del año 1000 en adelante: presagios, cometas, herejías, etc. El capítulo IV desarrolla la paz y prosperidad ocurrida después de hablar de espíritus malignos, herejías y hambre. Por último, el capítulo V refleja cuestiones más concretas del autor. Glaber es uno

(29) Ver Claude Carozzi et Huguette Taviana-Carozzi, *La fin des temps. Terreurs et prophéties au Moyen Âge*, Paris, Flammarion, 1999.

(30) En cuanto a las ediciones de la Crónica, hay una realizada en 1596 por Pithou (Franckfurt) hasta que pasó a formar parte de la Patrología Latina (ver Juana Torres, *Raúl Glaber. Historias del primer milenio*, CSIC, Madrid, 2004, p. XXIV) Después, ya en el siglo XIX existe una versión de 1824 realizada por M. Guizot (François Guizot, *Chronique de Raoul Glaber*, Paris, J. Brière, 1824), aunque es más completa la realizada por Maurice Prou en 1886 (Maurice Prou, *Raoul Glaber: les cinq livres de ses histoires (900-1044)*, Paris, A. Picard, 1886). Más tarde tendremos la interesante obra de recopilación de Edmond Pognon (Edmond Pognon, *L'an mille. Œuvres de Liutprand, Raoul Glaber, Adémar de Chabannes, Adalbéron, Helgaud*, Paris, Gallimard, 1947) y la ya reciente edición de Arnoux (Mathieu Arnoux, *Raoul Glaber, Histoires*, Turnhout, Brepols, 1999) Y también está la imprescindible Guglielmo Cavallo e Giovanni Orlandi, *Rodolfo il Glabro, Cronache dell'anno Mille: Storie*, Milano, Fond Lorenzo Vallea-Mondadori, 1989.

de los ejemplos más representativos y «acabados» de lo que significó el año mil en la edad media⁽³¹⁾.

Fuera del arco de los años 950-1050 nos encontramos a algunos textos derivados de los construidos en ese momento. Así, de interpretación apocalíptica es Guillaume Godel en el siglo XII, quien se aprovecha de otro de los grandes elucubradores del año mil que fue Ademar de Chabannes (988-1034). Ambos hacen referencia a Saint-Martial de Limoges, aunque, Godel anuncia la destrucción del santo sepulcro y Ademar no⁽³²⁾.

También derivados de los escritos medievales está Jean Trithem, quien recuerda en el siglo XVI los diferentes terrores y populariza los fenómenos extraordinarios y profecías milenaristas en los *Annales d'Hirsau*, que fueron editados por Georg Schelegel en el siglo XVII. En el mismo estrato temporal, el cardenal César Baronius fue uno de los grandes maestros de la contrarreforma del siglo XVI. Hace referencia al año 1001 y una visión de pánico inspirada en San Juan. A la vez, defiende la credulidad de las multitudes alrededor de las ideas milenaristas y los temores y terrores, y se basa en Guillaume Godel y en algunos pasajes de Glaber para escribir sus *Annales Ecclesiastiques*⁽³³⁾. Baronius tiene sus réplicas en el siglo XVII y XVIII, donde se reanuda y se amplifica el mito del «año mil». Eruditos como Mabillon se apoyan en los mitos de los fines del tiempo de Glaber Sigebert de Gembloux, Abbon de Fleury, etc. Y se fijan históricamente en Otón III y la vida de la iglesia⁽³⁴⁾. Paralelamente, también es importante el Abad Claude Fleury (ya en el siglo XVII)⁽³⁵⁾ igual que Henri Sauval, que en 1724 escribió un libro⁽³⁶⁾ utilizando a Glaber y los terrores milenarios, especialmente el pasaje del manto blanco de iglesias. Por su parte, Jacques Longueval evoca creencias milenaristas apoyándose en Glaber y Chabannes y citando a Mabillon y Baronius⁽³⁷⁾.

(31) Ver Barbara Garofani, *Le Eresie Medievali*, Roma, Carocci, 2008.

(32) Para más desarrollo ver: André Vauchez (dir.), *Les textes prophétiques et la prophétie en Occident (XII-XVI siècle)*, Rome, École Française de Rome, 1990.

(33) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terrores de l'an mil. Attente de la fin des temps ou approfondissement de la foi?*, Paris, Picard, 1999, p. 30.

(34) Mabillon, *Annales Ordinis. S. Benedicti occidentalism monachorum patriarchae*, Paris, 1707.

(35) Abad Claude Fleury, *Maeurs des chrétiens*, Paris, 1683.

(36) Henri Sauval, que en 1724 escribió un libro: *Histoire et recherches des antiquités de la ville de Paris*, Paris, 1724.

(37) Jacques Longueval, *Histoire de l'Église gallicane*, Paris, 1734.

2.3. El «año mil» de los románticos y positivistas

El milenarismo medieval es un momento de inquietudes constantes sobre todo en el mundo romántico, que es cuando renace el interés por la edad media con motivo de las preocupaciones románticas y las construcciones de los Estados-nación en Europa. Todo lo ocurrido entre 950-960 y desde 1040 a 1050 se ha prestado a diferentes interpretaciones milenaristas sobre los supuestos terrores del año mil y a sus inquietudes apocalípticas. San Agustín al intentar cerrar la cuestión del milenarismo y sostener que estamos en la última era de la historia, desató la idea de que a los 6000 años más 1000 correspondería al fin de la historia y la aparición de la nueva parusía de Cristo. Esta tomo cuerpo el siglo XIX, donde se reflexionó (distorsionadamente) sobre las imágenes del «año mil» y sobre si hubo apocalipsis o no.

Concretamente, la idea de los terrores se popularizó en los años 1830-33. La historiografía romántica estaba convencida de esas angustias. Uno de sus defensores más acérrimos fue Michelet⁽³⁸⁾ que se apoyó en el inglés William Robertson⁽³⁹⁾ y en Simonde de Sismondi⁽⁴⁰⁾. Un poco más tarde Emile Gebhart⁽⁴¹⁾ publicó en 1898 otro texto referido al año mil. En general, hablan de un año mil en el que hay pánicos y donde la idea del fin del mundo se aproxima⁽⁴²⁾. Las fuentes son inexistentes, pero el romanticismo hizo de motor para que ese siglo XIX supusiese no sólo el renacimiento del mundo medieval sino también del milenarismo. Incluso, algunos autores como C. Amalvi o F. Lot⁽⁴³⁾ acusaron a la iglesia de propagar los terrores apocalípticos a fin de alcanzar los bienes de los laicos ante la proximidad del fin de los tiempos. Así, los terrores serían artificialmente provocados por

(38) Jules Michelet, *Histoire de France*, Paris, 1881.

(39) William Robertson, *History of the Reign of the Emperor Charles V*, London, 1769.

(40) Simonde de Sismondi, *Histoire de la chute de l'Empire romain et du déclin de la civilisation de l'an 250 à l'an mille*, Paris, 1835.

(41) Emile Gebhart, *Au Son des cloches. Contes et légendes*, Paris, 1898.

(42) Jean Flori, *La fin du monde au moyen âge*, Paris, Guisserto, 2008.

(43) Ferdinand Lot, «Le Mythe des terreurs de l'an mille», *Marcure de France*, 300 (1947), p. 639-655; Ferdinand Lot, *Recueil des travaux historiques de F. Lot*, Paris, Genève, 1968. Ver también: Y E. Süe, *Les mystères du peuple ou histoire d'une famille de prolétaires à travers les âges*, Paris, 1849-56. Lo mismo dijo: Henri Martin, *Histoire de France depuis les temps les plus reculés jusqu'en 1789*, 2 ed., Paris, 1855.

los clérigos, orquestando un complot⁽⁴⁴⁾. Después de la victoria de los republicanos en 1877, se desarrolló una historiografía que denunciaba la opresión de los feudales que llevaron a la construcción de las supersticiones milenaristas⁽⁴⁵⁾.

A principios del siglo XX se empieza a destruir el mito. Cuando llegaron los historiadores positivistas y comenzaron a ver los documentos y cotejar las Crónicas, todo cambió⁽⁴⁶⁾. Paralelamente, los historiadores católicos trataban de disculpar a la iglesia por las acusaciones que se vertían sobre ella. Así, incidían en la poca consistencia de las fuentes para justificar los terrores y sostenían que los pánicos eran incompatibles con la continuidad de la vida que tuviesen los hombres de la época y con lo que anunciaban autores como Michelet⁽⁴⁷⁾. Convergiéron los intereses de la iglesia y el nuevo racionalismo positivista para desterrar los terrores de la historiografía y las visiones escatológicas del fin del siglo X. Dos autores claves en esa tarea fueron Ferdinand Lot y Edmon Pognon. En estos textos defienden de que era difícil pensar que los hombres medievales fueran conscientes del año en el que vivían. Y que de la lectura de fuentes y crónicas no se deduce el pensamiento de inquietudes escatológicas. A la vez, precisan que las fórmulas escatológicas presentes en las cartas y documentos dirigidas a los monjes beneficiarios de donaciones de tierras («*appropinquante fine mundi*») y otras fórmulas eran propias de varias épocas y no sólo del mundo medieval («*appropinquante mundi termino*» o «*ruinis crescentibus*»)⁽⁴⁸⁾.

(44) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil...*, cit., p. 39. Sobre el complot de los clérigos ver también Camille Flammarion, *La fin du monde*, Paris, 1894.

(45) Alexandre Bérard, *De la situation des agriculteurs en France sous l'ancien régime*, Lyon, 1881 y Alexandre Bérard, *Les paysans: histoire d'un villae avant la Révolution*, Paris, 1882.

(46) Jules Roy, *Bibliothèque des Merveilles. L'an mille. Formation de la légende de l'an mille*, Paris, 1885. Lo mismo para Alemania con H. Von Eicken o para Italia con Pietro Orsi, *L'Anno Mille. Saggio di critica storica*, 1887.

(47) Dom François Plaine, «Les Prétendues terreurs de l'an mille», *Revue des Questions Historiques*, XIII (1873), p. 145-164; Frederic Duval, *Les terreurs de l'An Mille*, Paris, 1908 o duque de La Salle De Rochemaure, *Gerbert-Silvestre II. Le savant, le Faiseur de rois*, Paris, Le Pontife, 1914.

(48) Ferdinand Lot, «Le mythe des 'Terreurs de l'an mille'», *Mercur de France*, 300 (1947), p. 639-55 y, Edmon Pognon, *L'An Mille. Œuvres de Liutprand, Raoul Glaber, Adémar de Chabannes, Adalbéron, Helgaud*, Paris, Gallimard, 1947. Lo mismo hace Karl-Ferdinand Werner, *Les origines (avant l'an mil)* en Jean Favier (dir.), *l'Histoire de France*, tomo 1, Paris, 1984.

2.4. El «año mil» contemporáneo

La visión de los historiadores románticos (Jules Michelet) y positivistas fue modificada por el libro de Duby, *L'An mil* en 1967⁽⁴⁹⁾, que sustituyó la tesis de los terrores por una inquietud difusa, que es una idea aprovechada de Focillón, quien sostenía que el «año mil» es un año de cambio y que se los propios mitos entorno a ese año son mitos en sí mismos. Los años 60 fueron los años que supusieron el gran cambio de perspectiva sobre los terrores, algo que se volvió a reactivar con la llegada del año 2000. Independientemente de los años, el debate sobre si el «año mil» supuso un momento de continuidad, de cambio o de revolución, está continuamente en discusión⁽⁵⁰⁾. Al calor de ese debate surgen las tesis de Bournazel y Poly sobre la mutación feudal y la mutación del año mil de Barthelemy.

Las ansiedades de una sociedad en mutación las recupera George Duby⁽⁵¹⁾, quien en su libro *L'An mil* rechaza la idea de un fragor milenarista en el año mil, aunque sostiene la hipótesis de la existencia de una escatología de larga duración que estaría conformada por inquietudes difusas. Para Duby hay signos de una presencia escatológica en conexión con la mutación feudal, que está acompañada por la evolución de la religión cristiana, que pasa de ser una religión ritual y litúrgica a una religión de acción (por ejemplo en los peregrinos de Roma o en Santiago). Por tanto, Duby explica un cambio asociado a la revolución feudal que llevaría a la presencia de inquietudes milenaristas. En ese plan tiene importancia el año 1033 aunque en un tono muy diferente al que le dan los románticos. Duby argumenta una pulsión misteriosa para el gran peregrinaje a Jerusalén en 1033 o para la apertura de la tumba de Carlomagno por Otón III. Escribe que el silencio de las fuentes no significa gran cosa y refleja un sentido de expectativa que ya había demostrado Focillon⁽⁵²⁾. Duby rechaza la idea de los miedos del

(49) Georges Duby, *El año mil*, Barcelona, Gedisa, 1988.

(50) La revista *Revue Médiévales* publicó un especial sobre el año mil en 1991: Monique Bourrin, «L'an mil, rythmes et acteurs de la croissance», *Médiévales*, 21 (1991), (http://www.persee.fr/issue/medi_0751-2708_1991_num_10_21, consultado el 27 de julio de 2016), p. 5-114. Ver específicamente: Monique Bourrin, «L'an mil: continuité, tournant ou révolution? Discussions autour d'un livre controversé», *Médiévales*, 21 (1991), (http://www.persee.fr/issue/medi_0751-2708_1991_num_10_21, consultado el 27 de julio de 2016), p. 5-10.

(51) Para debatir las ideas de Duby, ver Claude Carozzi et Huguette Taviana-Carozzi (dirs.), *Année mille An Mil*, Marsella, Université de Provence, 2002.

(52) Henri Focillon, *L'an mil*, Paris, Armand Colin, 1952.

año mil en sentido estricto, aunque admite que desde esa fecha existió una espera del fin del mundo que atribuye tanto a los hombres de la élite social como a los del pueblo común⁽⁵³⁾.

Pero, ¿tuvo lugar la crisis del siglo X?, ¿podemos afirmar que fue universal y que duró todo el siglo?, ¿cuál es la función de la paz de Dios?⁽⁵⁴⁾. Estas preocupaciones, más sofisticadas que las ofrecidas por Duby, reconectan la revolución feudal con los terrores milenaristas. De tal forma, Poly vincula el año mil y los movimientos mesiánicos que le acompañan. Propone la conexión de los fenómenos milenaristas en el año mil con la explosión de una crisis institucional y social, que denomina «revolución feudal». Poly dice que los temores apocalípticos existieron pero que la gente no era tonta. Los problemas de la población engendraron sentimientos de inseguridad y de revuelta que impregnaron a las creencias y a las fiebres apocalípticas⁽⁵⁵⁾. Pierre Bonnassie también piensa que los problemas sociales llevaron a engendrar los temores religiosos. Los hombres vivían la crisis social (la mutación feudal) y descubrían la acción del anticristo. Su lectura de la mutación feudal es la de un período catastrófico⁽⁵⁶⁾.

La revolución feudal fue múltiple en sus manifestaciones concretas: un semillero de transformaciones locales con distintas cronologías. Fue un período de desorganización de la vida social en un marco geográfico extenso. Una nueva relación de explotación inscrita en el marco jurídico del señorío sustituyó a la antigua esclavitud que quedó reducida a una pervivencia del pasado. Unas nuevas formas de control político que atribuían gran importancia a los vínculos personales, sustituyeron a las agonizantes instituciones públicas. El signo de desorganización fue el aumento generalizado de la violencia a partir de 980-990. Esta época estuvo caracterizada por una agresividad contra campesinos e iglesia y por el movimiento resultante que fue «la paz de Dios»⁽⁵⁷⁾.

(53) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil...*, cit., p. 43-45.

(54) R. H. Bautier, *L'historiographie en France aux Xe et XIe siècles (France du Nord et de l'Est)* en *La storiografia altomedievale*, Spolète, 1970, t. II, p. 793-850.

(55) Jean Pierre Poly, «Le commencement et la fin. La crise de l'an mil chez ses contemporains» in Claudie Duhamel-Amado et Guy Lobrichon, *Georges Duby. L'écriture de l'histoire*, Bruxelles, De Boeck Université, 1996, p. 191-216.

(56) Pierre Bonnassie, *Les sociétés de l'an mil: un monde entre deux âges*, Bruxelles, De Boeck Université, 2001.

(57) Jean Pierre Poly y Eric. Bournazel, *La mutation féodale, X-XII siècles*, París, Puf, 1984 y Georges Duby, *Les trois ordres ou le imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978; Guy Bois, *La revolución del año mil*, Barcelona, Crítica, 1991.

Cluny es el laboratorio ideológico de la revolución feudal. Los cluniacienses buscaron la espalda a la estructura político religiosa del mundo carolingio al establecer una distancia entre el monacato y los obispos y al exaltar comportamientos de aristócratas laicos (Geraldo de Aurillac). Odilón (994-1049) fue el gran reformador y en el modelo tripartito de sociedad que establece Adalberón de Laon alaba a los campesinos y defiende las asambleas de paz frente al orden antiguo.

La instalación de los monjes de Cluny modificó la distribución local de los poderes. Se establecen perfectamente en la sociedad y entraron a formar parte de lo más alto del establishment carolingio mediante su discurso, el cual tenía un carácter social y asistencial⁽⁵⁸⁾. Además tuvieron la habilidad para concentrar las inquietudes de los que amenazaban el orden social. En 960-980 hay un ingreso masivo de propietarios de alodios en la dependencia de Cluny. La inflexión del año mil fue la violencia y es característica la naturaleza de sus protagonistas, que fue la masa. De un lado estaban los monjes y del otro los guerreros con el obispo. La masa intervino con Cluny. El resultado de esta revolución fue la instauración del señorío⁽⁵⁹⁾.

Independientemente de estas consideraciones, las ideas originalmente impulsadas por Duby y continuadas críticamente por otros autores, fueron bien recibidas y rápidamente se expandieron por todas las historiografías. También en el mundo alemán tuvo éxito el debate, aunque vinculado a la aparición de un Estado y de nuevas categorías sociales. En ese marco, la fecha clave es 962 cuando Otón I restaura la idea de Imperio en el mundo medieval. Otro aspecto en el que se insertó el debate es en los cambios referidos al reinado de Enrique II (1002-1024)⁽⁶⁰⁾.

Años después, Johannes Fried⁽⁶¹⁾ y Richard Landes⁽⁶²⁾ presentaron una nueva visión sobre el período 950-1040. Ambos especifican una

(58) Ver Tom Holland, *Millennium*, London, Abacus, 2009.

(59) Guy Bois, *La revolución del año mil*, Barcelona, Crítica, 1991, p. 179.

(60) Ver Gerd Althoff, (Hg.), *Die Deutschen und ihr Mittelalter. Themen und Funktionen moderner Geschichtsbilder vom Mittelalter*, Darmstadt 1992 y Brühl Carlrichard, *Deutschland Frankreich. Die Geburt zweier Völker*, Wien, Köln, 1990.

(61) Johannes Fried, «Endzeiterwartung um die Jahrtausendwende», *Deutsches Archiv*, 45 (1989), p. 381-473; Johannes Fried, *Les fruits de l'Apocalypse. Origines de la pensée scientifique moderne au Moyen Âge*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004.

(62) Richard Landes, «Lest the millennium be fulfilled: apocalyptic expectations and the patterns of western chronography» in W. Verbeke, D. Verhelst and A. Welkenhuysen (eds.), *The use and abuse of eschatology in the Middle Ages*, Louvani, Mediaevalia Lovaniensia,

sociedad presa de la cercanía del fin de los tiempos e insisten en la dimensión apocalíptica de los textos, tanto a través del silencio de las fuentes como de la existencia de una atmósfera escatológica omnipresente. Landes le atribuye un significado escatológico milenarista a la mayoría de las manifestaciones sobre tensiones sociales, miedos o conmociones vinculadas con fenómenos celestes o con movimientos heréticos. En sus primeros escritos hablaba de una «conspiración del silencio»; en sus escritos posteriores fue corrigiendo su diagnóstico y pasó a denominarla la situación como un «consenso o pacto de silencio» respetado por los eclesiásticos⁽⁶³⁾. El pensamiento único impuesto por la iglesia católica dominante desde San Agustín tuvo como consecuencia que los textos considerados oficialmente como subversivos fueran poco copiados o destruidos.

Landes se esfuerza en mostrar que los temores apocalípticos tan repudiados por una parte de la historiografía han sido ocultados por la censura eclesiástica y que hay una lectura oculta de esos textos. Como hemos dicho, habla de una «conspiración del silencio»⁽⁶⁴⁾. Según Landes, los clérigos siguen las instrucciones antimilenaristas impuestas por San Agustín, donde el milenarismo no es parte del relato oficial. Landes piensa que los teólogos e historiadores no pueden reflejar los miedos generales de la multitud. Para Landes: «Les sources se révèlent comme les vestiges d'une vaste croyance millénariste occultée par le complot des clercs [...] Landes pense retrouver telles quelles aux X et XI siècles: censure de textes millénaristes, changements de computs pour reculer la date de la fin des temps»⁽⁶⁵⁾. Landes rechaza el esquema establecido historiográficamente a partir de dos niveles sociales. Uno, que correspondería a un nivel cultural alto y con estructuras políticas claras; y otro de tipología tribal y de cultura oral. Para Landes esa estructura no funciona exactamente en la edad media. Para él, el sentimiento

1988, p. 137-211; Richard Landes, «Millenarismos absconditus», *Le moyen Age*, 98 (1992), p. 355-377; Richard Landes, «Sur les traces du Millennium: La via negative», *Le Moyen Age*, 99 (1993), p. 5-26; Richard Landes, *Relics, apocalypse and the deceits of History. Ademar of Chabannes, 989-1034*, Cambridge, Harvard University Press, 1995; Richard Landes, «Rodolfus Glaber and the dawn of the new millennium: eschatology, historiography, and the year 1000», *Revue Mabillon*, 7, 68 (1996), p. 57-77.

(63) Richard Landes, «The Fear of an Apocalyptic Year 1000: Augustinian Historiography, Medieval and Modern», *Speculum*, 75, 1 (2000), p. 97-145.

(64) Richard Landes, «Sur les traces del Millenium», *Le Moyen Age*, 99 (1992), p. 5-27.

(65) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil...*, cit., p. 58.

escatológico sería transversal. La oposición entre la gente supersticiosa y milenarista y un clero elitista y agustiniano sería esquemática. El culto de los santos y de las reliquias es producido tanto por la devoción popular como por la voluntad clerical.

Por su lado, Fried habla de una atmósfera apocalíptica en Europa entre 940-50 y 1040. Es la aportación alemana al debate. Habla de una escatología presente en lo cotidiano pero no inminente. En la misma línea, Patrick Henriët señala que hay una mentalidad religiosa de dimensión apocalíptica⁽⁶⁶⁾. Frente a estos, están los negacionistas, como Sylvain Gouguenheim⁽⁶⁷⁾, que intenta minimizar la tensión escatológica que detecta en torno al año mil y rechaza la interpretación milenarista y escatológica.

Algunos críticos de Landes, señalan que confunde terrores paralizantes del año mil y espera del fin de los tiempos, que es una preocupación que estará presente a lo largo de toda la edad media (es la idea de que el fin del mundo estaría precedido por la aparición de un anticristo, etc.). Para Flori la espera escatológica no era una respuesta a un período de crisis de la iglesia o de mutación social como dice Gouguenheim. Y tampoco implicaría una actitud de pánico o de retraimiento paralizante sino que puede ser una consecuencia de una actitud de acción pastoral intensa⁽⁶⁸⁾. Para Gouguenheim hay un cristianismo con milenarismo (el agustinismo construye una escatología sin milenarismo) pero eso no se tiene que dar necesariamente. En definitiva, se ha usado el nombre del año mil en muchos sentidos y para algunos fines concretos⁽⁶⁹⁾: a) vinculado al apocalipsis que es un texto que anuncia lo que ha de venir; b) se ha emparentado con la aparición del anticristo que ha sido usado de forma política⁽⁷⁰⁾.

Flori defiende que la idea de fin de los tiempos era algo común en la población y no sólo algo propio de unos cuantos monjes: a) el número

(66) Patrick Henriët, «L'espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IXe-XIIIe siècle)», *Annexes des Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, 15, 1 (2003), p. 81-127.

(67) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil. Attente de la fin des tempos ou approfondissement de la foi?*, Picard, París, 1999.

(68) Jean Flori, *El islam y el fin de los tiempos...*, cit., p. 166.

(69) Incluso más extravagantes, ver: Frank G. Rubio y Enrique Freire, *Protocolos para un apocalipsis*, Madrid, Editorial Manuscritos, 2009.

(70) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil...*, cit., p. 65-72.

de alusiones al final de los tiempos era constante; b) las masas era más sensibles a ese tipo de predicciones que a las sutilidades teológicas y; c) el tema del fin del mundo era popular, tal como demuestra el éxito de sus predicadores; d) la espera escatológica era algo que formaba parte del universo mental de la gente de esa época⁽⁷¹⁾.

Conclusiones

Más allá de todas estas cuestiones temporales e historiográficas, hay algunos temas que tenemos que tener presentes:

a) Hay un gran número de señales astronómicas entre 950 y 1050 y más entre 1000 y 1009. Esos señales pueden ser entendidas como comunicación de Dios con los hombres y síntomas del acercamiento del fin del mundo⁽⁷²⁾; con lo que no es raro que surgieran esos temores milenaristas y apocalípticos;

b) La espera escatológica no se concentra únicamente alrededor del año 1000, hay «nuevas esperas posteriores» entre el 1150 y 1250⁽⁷³⁾ y después, sobre todo con la aparición de Joaquín de Fiore;

c) las especulaciones sobre el año mil está matizada por el hecho de que los intelectuales europeos pueden verse afectados por su mentalidad laica y/o agnóstica, que les hace no entender el sentido religioso atribuido a la mayoría de los acontecimientos que los testigos de aquellos tiempos consideraban dignos de ser relatados⁽⁷⁴⁾;

d) Los temores, las angustias y la obsesión con el fin de los tiempos ha sido realizada por clérigos, príncipes y por el pueblo⁽⁷⁵⁾, pero es algo difícil

(71) Ver André Vauchez, «Omniprésence de l'Apocalyptisme dans l'histoire» en André Vauchez (dir), *L'Attente des temps nouveaux. Eschatologie, millénarismes et visions du futur, du moyen âge au xx siècle*, Turnhout, Brepols, 2002, p 143-148

(72) Bradley. E. Schaefer, «The Astronomical Situation around the Year 1000» in Richard Landes, Andrew Gow and David C. Van Meter (eds.), *The Apocalyptic Year 1000. Religious Expectation and Social Change, 950-1050*, New York, Oxford University Press, 2003, p. 329-337

(73) Bernard McGinn, *El anticristo: dos milenios de fascinación humana por el mal*, Barcelona, Paidós, 1997.

(74) Paul Rousset, «Les sens du merveilleux à l'époque féodale», *Le Moyen Âge*, 72 (1956), p. 25-37; Paul Rousset, *La conception de l'histoire à l'époque féodale*, Paris, Presses universitaires de France, 1951; Jean Flori, *El islam y el fin de los tiempos. La interpretación profética de las invasiones musulmanas en la cristiandad medieval*, Madrid, Akal, 2010, p. 315-321.

(75) Sylvain Gouguenheim, *Les Fausses Terreurs de l'an mil...*, cit., p. 55-56.

de manejar y explicar en su conjunto, por eso se ha desviado siempre a una cuestión de que eran cosas de élites intelectuales;

e) El apocalipsis de San Juan y muchos textos previos al año mil son fundamentales para entender la idea de «año mil», puesto que van calcetando lo que será la idea de perfección que alumbrará al final de los tiempos, pese al ejercicio de coerción que realizaban los textos de San Agustín;

f) El «año mil» también está conformado por acontecimientos reales y maravillosos que llevan a la conformación de realidades compensatorias, optimistas y de perfección;

g) El «año mil» significa ordenar la escatología en una temporalidad ciclolínea con el fin de alcanzar la salvación. El tiempo circular sería el tiempo de espera, con idas y venidas sobre el fin del mundo y el tiempo lineal sería la propia introducción de un principio y un fin en la historia. La escatología es una forma de proyectar el presente hacia el futuro;

h) El relato historiográfico y la propia historia sobre el «año mil» están al servicio de los diferentes presentes históricos y de los avatares políticos y de interés historiográfico de los diferentes historiadores. El sentido del relato histórico se construye desde cada generación que tiene sus propios intereses. Así el año mil pasa a ser un mito creado por una serie de monjes a tener carácter performativo y formar parte de la llamada «revolución feudal»;

i) Los relatos históricos e historiográficos están vinculados a la cronología y al relato oficial que se construye no sólo desde los intelectuales (San Agustín, Michelet, etc.) sino desde el discurso oficial de cada momento, con lo que son importantes tanto el contexto histórico como político;

j) La mayoría de los relatos sobre el «año mil» responden a una concepción teleológica, donde conocemos el resultado por anticipado según un plan previo. Eso lleva a la inmovilidad de la estructura narrativa y lleva a reflexionar sobre su significado pero no sobre su sentido. Recordemos que en mayoría son relatos basados en unos textos medievales que tienen que dar sentido a las grandes ideas de la Iglesia y para defender un *statu quo*. La capacidad performativa de los textos puede existir en algunos casos (como muchos pasajes de Glaber) pero se obvia porque el texto tiene otra intencionalidad y está inscrito en un proceso de interacción con una audiencia «cautiva»;

l) Conviene reivindicar el análisis dialógico en el que los elementos contradictorios de lo real coexisten antagónicamente unos con otros y encuentran en la persistencia de la contradicción su razón de ser y la plenitud de su sentido;

m) Estamos ante un debate historiográfico fundamentalmente francés, pero existen textos alejados de esa tradición histórica en los que hay elementos milenaristas. ¿Tienen algo que aportar en el debate las historiografías y los textos periféricos?;

n) No hay una corriente dominante en la interpretación del «año mil». Podemos decir que la mayoría de sus intérpretes son negacionistas en relación a que no existieron temores y terrores colectivos en relación al fin del mundo. Dentro de esos negacionistas los hay de diferentes intensidades dependiendo de la época y de su interés historiográfico. La renovación de las lecturas sobre la cuestión se da por matrices historiográficas, temáticas o generacionales;

o) Llama la atención en el debate la falta de interdisciplinariedad y la falta, como hemos dicho, de aportaciones desde historiografías periféricas, pero como hemos dicho es un debate que tiene un ángulo eminentemente francés.

En cuanto a conclusiones más propias de las interioridades de los textos, podemos señalar que el milenarismo se mueve en un carácter metahistórico trasladado hacia un futuro donde Dios consumará la salvación de los hombres; a) como es metahistórico tiene que ser revelado por Dios; b) hay profetas apocalípticos que son personajes arrebatados al cielo; su finalidad es parenética, trata de amonestar y preparar al creyente para hacer frente a las situaciones de crisis que se avecinan; c) su lenguaje presenta lo humano como divino. En otro sentido, está preñado de mitologemas: a) nacimiento de dioses; b) creación del hombre, paraíso, diluvio, salvador; c) escatológicos explicativos del fin del mundo y del tiempo; d) morales que instruyen al hombre por el buen camino; e) soteriológicos referentes a la salvación de los hombres gracias a la intermediación de Dios o por intermediación del Mesías⁽⁷⁶⁾.

Hay un debate sobre si el apocaliptismo es un género literario o una corriente de pensamiento. Aunque hay una serie de características para que el texto sea apocalíptico: a) lenguaje apocalíptico, que introduzca simbolismos numéricos o referencias a aves, bestias o dragones; recurrir a la pseudonimia (grandes narraciones donde se van introduciendo símbolos críticos); b) argumento escatológico; c) elementos proféticos⁽⁷⁷⁾.

(76) Jacinto Lozano Escribano y Lucinio Anaya Acebes, *Literatura apocalíptica cristiana...*, cit., p. 58-59.

(77) Jacinto Lozano Escribano y Lucinio Anaya Acebes, *Literatura apocalíptica cristiana...*, cit., p. 60.

**MORTE DO REI, INCORPORAÇÃO DO PODER E
REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA: ENTRE UMA POÉTICA DA
AUSÊNCIA E UMA POÉTICA DO SABER?**
*DEATH OF THE KING, INCORPORATION OF POWER AND
HISTORICAL REPRESENTATION: BETWEEN A POETICS OF
ABSENCE AND A POETICS OF KNOWLEDGE?*

DOUGLAS ATILA MARCELINO*
douglasattila@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Texto recebido em / Text submitted on: 23/05/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 28/07/2016

Resumo:

Este artigo analisa estudos sobre temas como os da morte do rei, das formas de incorporação do poder e dos modos de representação histórica. Eles servem de ponto de partida para uma reflexão sobre a historiografia como forma de discurso caracterizada por certa configuração poética e por seus fundamentos como rito de recordação. O primeiro aspecto a relaciona a um imaginário político e o segundo a práticas por meio das quais os homens conferem sentido às demandas pelo pertencimento a corpos coletivos imaginários. Apesar do diálogo estabelecido

* As ideias apresentadas neste artigo são parte de um estudo mais amplo sobre a história da historiografia da morte. A pesquisa se beneficiou do auxílio financeiro do CNPq e do Programa Santander Universidades - Bolsas Ibero-Americanas para Jovens Professores e Pesquisadores, por meio do qual permaneci dois meses (entre janeiro e março de 2016) como investigador estrangeiro na Universidade de Coimbra.

com autores diversos, como Louis Marin, Claude Lefort e Mona Ozouf, tornam-se centrais as interrogações de Jacques Rancière sobre uma «poética do saber» e de Fernando Catroga sobre uma «poética da ausência».

Palavras-chave:

Historiografia, imaginário político, representação histórica, poética do saber, poética da ausência.

Abstract:

The present article analyzes studies about themes such as the death of the king, the ways for incorporating power and the forms of historical representation. These serve as a starting point for a reflection about historiography as a form of discourse characterized by certain poetic configuration and by its fundamentals as rite of remembrance. The first aspect relates it to political imagination and the second one to practices through which man attributes sense to demands by belonging to imaginary collective bodies. Despite the dialogue established with diverse authors, such as Louis Marin, Claude Lefort and Mona Ozouf, the interrogations by Jacques Rancière about a «poetics of knowledge» and by Fernando Catroga about a «poetics of absence» become central.

Keywords:

Historiography, political imagination, historical representation, poetics of knowledge, poetics of absence.

Poucos estudos foram tão profundos no tratamento dos modos de incorporação do poder característicos de um imaginário político, suas vinculações com os rituais que dramatizavam a presença do corpo real na França do absolutismo e com as formas da representação histórica quanto o de Louis Marin⁽¹⁾. Seu investimento analítico nos dispositivos narrativos por meio dos quais o *Projet de l'histoire de Louis XIV*, endereçado a Colbert por Pellison-Fontanier, fazia não apenas o elogio do rei, mas repercutia as estruturas imaginárias de um poder que se desejava absoluto, tratava da relação entre corpo e política por meio de uma análise das formas de teatralização do poder e suas vinculações com as especificidades da escrita da história como gênero de discurso marcado pelo valor então conferido ao estudo da retórica.

Elaborado visando obter a subvenção real, o texto de Pellison descrevia diretamente as estratégias retóricas que deveriam ser utilizadas

(1) Louis Marin, *Le portrait du roi*, Paris, Minuit, 1981.

para louvar o rei sem que o discurso narrativo se evidenciasse como um discurso de louvor, reenviando para os três gêneros de discurso público definidos por Aristóteles na *Retórica*, embora enfatizasse sua diferença em relação às formas do elogio e do panegírico⁽²⁾. Marin exploraria à exaustão todas as filigranas que compunham o dispositivo discursivo por meio do qual Pellison regularia, em «golpes sucessivos», a «composição progressiva» dos «efeitos de força» da estratégia narrativa colocada em jogo, visando obter um «efeito de louvor» que não poderia ser alcançado senão de forma dissimulada. Fazer o leitor comparar sem saber que o estava fazendo e compor a narrativa à forma de uma pintura, em que cada palavra é devidamente escolhida para formar um quadro e pôr diante dos olhos do público as ações relatadas, eram alguns dos dispositivos retóricos que fundamentavam um modo de representação histórica que, tal como uma encenação teatral, montada peça por peça, simulava a própria presença real. Tratava-se de um dispositivo pelo qual «contar é pintar, narrar é fazer ver à imaginação do expectador porque este momento da história é o presente fulgurante e permanente onde a substância real faz ver suas perfeições»⁽³⁾.

Nessa perspectiva, as formas da enunciação analisadas por Emile Benveniste deveriam ser compreendidas em sua realização histórica, além de tornarem-se um problema não apenas teórico, mas político, tendo em vista a relação entre o modo de construção de uma narrativa em que não existem sujeitos da história contada e a pressuposição de que havia um «único sujeito universal», um «único ator absoluto da história», ou seja, o próprio rei. Implicações semelhantes poderiam ser percebidas no modo de construção da temporalidade que caracterizava o discurso, já que a crítica ao mero registro e à crônica ficava também submetida ao imaginário do poder absoluto, com seu estabelecimento de uma lógica de causalidade ou sua busca das forças da história nas ações do monarca, «pois o sujeito absoluto da História é necessariamente por sua ação mesma o princípio produtor da temporalidade histórica»⁽⁴⁾. Numa concepção pela qual a história não seria feita por uma pluralidade de sujeitos independentes uns dos outros ou interagindo entre si, mas por um único sujeito universal,

(2) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 49-115. Todas as traduções neste artigo são livres.

(3) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 106.

(4) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 59.

torna-se «evidente que o fator de unificação temporal das ações e dos eventos não pode ser outro que a temporalidade desse sujeito»⁽⁵⁾.

O mais importante é que, por trás das intenções do discurso político, com suas estratégias de deslocamento em relação aos modos retóricos do elogio e do panegírico, estava um imaginário do poder no qual essas racionalizações que calculavam a distribuição e a composição progressiva dos efeitos de força que a escrita deveria mobilizar estavam enraizadas. Ou seja, a própria racionalização política se fundamentava num desejo, num imaginário do absolutismo:

O que nos interrogamos aqui é sobre uma operação mais complexa e de outra natureza: como se pensa um poder que se deseja absoluto? Qual é a fantasmática na e pela qual se racionaliza a política deste desejo? Qual é o imaginário do absolutismo, e o papel e a função do historiógrafo na constituição desta fantasmática e na construção deste imaginário?⁽⁶⁾.

As próprias racionalizações em torno dos dispositivos retóricos que deveriam compor o simulacro da presença real estavam submetidas ao imaginário de «um poder que se pensa absoluto», remetendo para as formas específicas de incorporação do poder que caracterizavam uma teologia política centrada na dupla natureza do corpo do monarca. A reflexão de Marin sobre o projeto historiográfico de Pellison estava, portanto, vinculada a interrogações sobre o modo de funcionamento do dispositivo da representação, compreendida esta última como substituição do ausente e como efeito de presença, tendo em vista a relação estabelecida entre o modelo eucarístico que fundamentou a teoria do signo dos lógicos e gramáticos de Port-Royal e o imaginário em torno do monarca absolutista. Tal como a representação pictórica (o retrato do rei), a elaboração historiográfica remetia simultaneamente para a «representação de um corpo histórico ausente, a ficção de um corpo simbólico (o reino no lugar da Igreja) e a presença real de um corpo sacramental, visível sob tantas espécies que o dissimulam»⁽⁷⁾.

Num plano mais profundo, Marin produzia uma reflexão não apenas sobre as formas de representação do poder relacionadas ao imaginário do absolutismo e suas vinculações com um projeto de escrita

(5) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 49.

(6) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 59.

(7) Roger Chartier, *À beira da falésia*, Porto Alegre, UFRGS, 2002, p. 167.

da história, mas se interrogava sobre o modo como sua própria análise dos discursos (historiográfico e pictórico) era também uma forma de representação, tendo em vista as relações entre *força*, *justiça* e *efeitos de sentido* estabelecidas por meio do diálogo com o pensamento de Pascal. Ao indicar que, fundamentando a justiça, havia sempre a força que instituíam um imaginário por meio dos discursos e seus efeitos de sentido, Pascal produziu um pensamento crítico da representação que, operando pela construção-desconstrução como forma de produção de sentido, apostou no caráter contraditório de todo discurso de verdade, já que o saber humano sobre Deus ou sobre si mesmo seria marcado por oposições irreduzíveis⁽⁸⁾. Seu discurso não se constituía como um metadiscorso ou como um modelo teórico centrado nos princípios da representação, aproximando-se mais de uma prática de escrita cujas operações de produção de sentido funcionavam como «condição negativa de possibilidade da verdade do discurso em geral»⁽⁹⁾.

Na leitura de Marin, se o discurso de Pascal não anulava a força como fundamento da construção de sentido, tendia a neutralizá-la por meio da forma com que se apresentava: fragmentária, dispersiva, na qual, constantemente, a «força recebe uma direção contrária àquela que ela tinha na produção de seu efeito»⁽¹⁰⁾. Inviabilizando qualquer «síntese dialética» ou «totalização progressiva» do saber, a escrita pascaliana operava por um deslocamento interminável, não se fixando numa posição e configurando um *entre-deux* como lugar de indeterminação do sujeito da enunciação:

A posição fixa, de um lado, e o pensamento ao infinito do infinito, de outro, marcam a dissolução de todo lugar da verdade, teórico ou prático. Trata-se, de uma só vez, do lugar do evento do sentido na consciência e da impossibilidade de dizer este sentido como tal num discurso que seria aquele do sentido. O sentido se retira infinitamente de seu discurso⁽¹¹⁾.

Essa fragmentação da força como origem do sentido, para Marin, guardaria relação com a própria forma com que o pensamento pascaliano

(8) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 23-46; *La critique du discours: sur la «Logique de Port-Royal» et les «Pensées» de Pascal*, Paris, Minuit, 1975. Blaise Pascal, *Pensées*, Paris, Gallimard, 1962. Blaise Pascal, *Pensamentos sobre a política*, São Paulo, M. Fontes, 1994.

(9) Louis Marin, *La critique...*, cit., p. 400.

(10) Louis Marin, *La critique...*, cit., p. 372.

(11) Louis Marin, *Le portrait...*, cit., p. 32.

era apresentado, por meio do caráter dispersivo de suas parábolas, conformando uma «ausência significante» na qual o lugar da verdade era inalcançável ao homem e as oposições permaneciam insolúveis⁽¹²⁾. Embora não rompesse totalmente com o discurso ordinário, compreendido como a origem de todos os discursos, a escrita de Pascal caracterizava-se por uma «ironia infinita» e desconfiava das certezas daquele e de outros discursos. Suas formulações, que apontavam para reflexões teológicas mais profundas sobre a condição humana⁽¹³⁾, seriam retomadas de forma crítica por Marin em suas análises das representações pictóricas e do projeto historiográfico de glorificação do rei na monarquia absolutista.

Talvez seja nesse sentido que possamos compreender o fato de Paul Ricoeur, ao tratar do livro de Marin, colocar suas reflexões sobre a categoria «grandeza» nos planos do antropológico e do político, o que permitiria pensar a perenidade do poder e, portanto, a possível persistência de uma retórica do louvor na própria historiografia da época democrática:

A questão, para nós, será saber se, com o fim da monarquia de Antigo Regime e a transferência para o povo da soberania e de seus atributos, a historiografia pode eliminar da representação todo traço do discurso de louvor. Será perguntar, ao mesmo tempo, se a categoria grandeza e aquela que lhe é conexas, de glória, podem desaparecer sem deixar traço do horizonte da história do poder. [...] A democracia moderna pôs fim ao elogio do rei e à fantasmática colocada a serviço deste elogio?⁽¹⁴⁾.

De fato, a categoria «grandeza», no pensamento pascaliano, remetia não apenas para as três «ordens de grandeza», que incluíam a política⁽¹⁵⁾, mas para uma leitura da natureza do homem e sua relação com o plano divino, fundamentando uma espécie de «ontologia da diferença cujas manifestações são os teologemas da Eucaristia e do Deus escondido»⁽¹⁶⁾.

(12) Louis Marin, *La critique...*, cit., p. 375.

(13) Os limites do saber indicados guardam relação com a percepção de Pascal sobre a natureza do homem, caracterizado pela *grandeza*, de origem divina, e pela *miséria*, proveniente do pecado original. Franklin Leopoldo e Silva, "Introdução" in Blaise Pascal, *Pensamentos*, São Paulo, M. Fontes, 2000, p. VIII.

(14) Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil, 2000, p. 348.

(15) A política estava referida à ordem da carne, havendo ainda os ordens do espírito (da razão) e da caridade (do coração). Conferir o fragmento 111 (p. 65) e o Prefácio de André Comte-Sponville (p. 55 ss.) em Blaise Pascal, *Pensamentos sobre...*, cit.

(16) Louis Marin, *La critique...*, cit., p. 418.

Partindo de outros pressupostos, Marin produziu uma leitura crítica que não deixou de colocar num plano utópico a pretensão de elaborar um discurso que produz sentido sem qualquer determinação de um lugar: o próprio pensamento de Pascal «está em um ponto, mesmo se este ponto se desloca ao infinito ou com uma velocidade infinita; ele está em um lugar, mesmo se este lugar é indeterminado e indeterminável [...]»⁽¹⁷⁾. Seria difícil duvidar de que, para Marin, aspectos de uma retórica do louvor permaneceriam nas formas de representação histórica da época democrática. Estando a força na base da produção do sentido, a justificação de qualquer discurso se fundamentaria em critérios que são estabelecidos de forma histórica e, portanto, arbitrária: as próprias leis de uma ordem determinada de grandeza, nos termos pascalianos. Trata-se, por outro lado, de se interrogar sobre a tensão produzida em relação aos critérios de grandeza por um discurso que buscava justamente colocá-los em questão, assim como suas novas conformações na época democrática, tendo em vista possíveis alterações nas formas da representação histórica e suas relações com reconfigurações mais profundas nos modos de incorporação do poder e nas formas de experiência sensível.

Morte do rei e poética da história na era democrática

A mobilização intencional dos dispositivos retóricos indicada por Pellison visando obter a subvenção real para a realização de seu projeto historiográfico estava relacionada com um uso marcadamente regrado dos discursos, em que, à lógica de estabelecimento de grandes classificações hierárquicas dos gêneros literários e oratórios, correspondia uma concepção organicista da sociedade, caracterizada pela teologia política que fundamentava um modo determinado de incorporação do poder e, portanto, de vinculação entre o monarca e seus súditos. Um dos estudos que tentaram compreender como as transformações simbólicas nos modos de incorporação do poder características do fim do regime monárquico afetaram a própria representação histórica foi o ensaio de Jacques Rancière sobre uma «poética do saber»⁽¹⁸⁾.

(17) Louis Marin, *La critique...*, cit., p. 400.

(18) Jacques Rancière, *Les noms de l'histoire. Essai de poétique du savoir*, Paris, Seuil, 1992.

As interrogações do autor sobre o estabelecimento de uma nova lógica do regime de representação, suas relações com a construção imaginária de comunidades políticas e com as transformações poéticas que reconfiguraram as formas de racionalidade histórica no pós-1800 podem ser aproximadas dos questionamentos de Louis Marin e Paul Ricoeur. O mesmo pode ser dito em relação às suas reflexões sobre uma «partilha do sensível»⁽¹⁹⁾, segundo as quais a estética, estando na própria base da política, remeteria para «um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o jogo da política como forma de experiência». Assim, «a política volta-se para o que se vê e o que se pode dizer, para quem tem a competência para ver e a qualidade para dizer, para as propriedades dos espaços e os possíveis do tempo»⁽²⁰⁾. Foi esse pressuposto de uma indissociabilidade entre estética e política, inclusive, que permitiu colocar em questão as clássicas teses benjaminianas sobre uma estetização da política na era das massas⁽²¹⁾.

Em termos históricos, Rancière indicava toda uma reconfiguração do mapa da experiência sensível na época democrática, inexoravelmente relacionada às transformações na ordem simbólica que confere sentido ao poder e ao estabelecimento do que chamaria de «regime estético das artes»⁽²²⁾. Tratava-se, de fato, de uma verdadeira revolução nas estruturas poéticas que, manifestando-se primeiramente na literatura, rompia com uma lógica da representação fundada numa rígida hierarquia dos gêneros pela suposta dignidade dos temas, embora estivesse relacionada também com a maior autonomia conferida ao campo da arte. Subvertia-se, assim, um regime de experiência sensível intimamente vinculado a uma visão hierárquica da sociedade, em que a lógica da representação do poder remetia ao corpo do rei como incorporação da comunidade política, ou seja, com todo um imaginário político que, conforme analisado por Louis Marin, fundamentava formas determinadas de representação histórica.

Assim, partindo do pressuposto de que os modos de configuração poética de um sistema representativo remetem sempre para figuras de comunidades imaginadas, tendo em vista os fundamentos subjetivos

(19) Jacques Rancière, *Le partage du sensible*, Paris, La Fabrique-Éditions, 2000.

(20) Jacques Rancière, *Le partage...*, cit., p. 13-14.

(21) Jacques Rancière, *Le partage...*, cit., p. 13.

(22) Jacques Rancière, *Le partage...*, cit.

da política, Rancière podia utilizar o problema da reformulação das formas de representação do poder advinda da crise de legitimidade pós-Revolução Francesa para colocar em evidência uma suposta transformação nas estruturas poéticas da representação histórica⁽²³⁾. Michelet apareceria, então, como o autor inaugural desse novo regime de composição poética, subvertendo os modos de enunciação histórica ao introduzir o relato no sistema do discurso e conjugar em sua própria escrita formas discursivas vinculadas a sistemas diversos no livro clássico de Emile Benveniste⁽²⁴⁾. Os novos usos dos tempos e formas pessoais do verbo estariam em conformidade com as desordens da arte e as arbitrariedades da época democrática, fundamentando um rompimento com os modelos rígidos de representação que se tornaria matriz das formas de representação histórica da «nova história» no século XX.

Apesar dessa enorme generalização acerca das estruturas poéticas da nova história, o estudo de Rancière visava indicar que os modos recém-inaugurados de representação histórica expressavam os fundamentos simbólicos de uma nova ordem de representação do poder, pois os critérios de sentido que buscavam os significados mais profundos de acontecimentos como a Revolução Francesa figuravam entidades abstratas como o povo, a nação, ou mesmo a França como sujeitos que se originavam daquela experiência. Tratava-se, portanto, de uma reestruturação da experiência sensível como fundamento simbólico de uma ordem política, tendo em vista que a impossibilidade de incorporação do poder afetava tanto o indivíduo, em seu recém-inaugurado ser junto sem lugar nem corpo, quanto os atributos da soberania, dispersos no anonimato de entidades incorpóreas que substituíam o corpo do rei nesse novo contrato simbólico da época democrática.

Ao tentar preencher esse vazio do poder com uma nova estrutura poética de representação histórica, entretanto, Michelet não apenas dava visibilidade ao povo como novo sujeito do discurso histórico, mas selava o contrato simbólico que calava este mesmo povo, figurado numa entidade abstrata sem dissenso e sem palavra, pelo menos se a tomada da palavra for compreendida como lugar dos excessos que permitem pôr continuamente em causa o corpo político. Eliminando as palavras sem corpo e apaziguando o passado, Michelet representava o passo

(23) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit.

(24) Emile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966.

fundamental em direção ao contrato narrativo, político e científico da época democrática, pelo qual a historiografia tentava suprimir qualquer relação com a literatura e a política. A figuração das massas anônimas como sujeito da história não apenas permitia estabelecer uma continuidade entre a escrita histórica de Michelet e a «nova história», mas também tomá-la como sintoma de uma revolução das formas de experiência sensível que, como manifestação estético-política da época democrática, se expressou antes na literatura do que na história, numa atitude paradoxal pela qual visibilidade e emudecimento poderiam andar conjugados.

Foi justamente nesse sentido que o problema da morte ganhou espaço no texto de Rancière, funcionando como pretexto para a elaboração de metáforas que colocavam em jogo a necessidade de uma reestruturação poética da historiografia. Na verdade, todo o ensaio *Les noms de l'histoire* se organiza metaforicamente em torno da morte do rei, cuja discreta presença na obra máxima de Fernand Braudel figuraria não apenas seu descentramento como lugar de encarnação do poder e, portanto, de força explicativa da história, mas também seu correlato historiográfico como crônica de feitos dos grandes personagens (os «nomes» da história). À busca braudeliiana por conferir uma morte republicana ao rei corresponderia o silenciamento da historiografia francesa acerca da violência do regicídio e, de um modo irônico, todo o dispositivo teórico rigoroso do qual os anseios necrófilos de Michelet seriam sintomas. Assim, além da metáfora mais evidente que relacionava a configuração de uma história do povo com a ocupação do lugar do morto (o rei como fundamento do corpo político), tratava-se de uma escrita histórica que, ela também, acabou por ocupar o lugar do morto que trazia como novo personagem de sua narrativa, silenciando o tumulto de vozes que caracterizava esse segundo morto: em última instância, a própria política como campo do dissenso.

Retirando à história a imprevisibilidade dos acontecimentos e preenchendo as lacunas e ausências do saber com uma escrita em que tudo fala e tudo tem sentido, Michelet ocupava o lugar dos sujeitos do passado e suas experiências, mortificados «por não saber e por não saber dizer o que viver quer dizer»⁽²⁵⁾. Nenhum traço de incerteza, morte e inessencialidade como «aparências do passado» figuravam nessa narrativa de um autor cuja paixão pelo túmulo podia «reduzir-se à sobriedade do jogo lógico pelo qual as produções do ser falante são

(25) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 127.

curadas de toda ferida da ausência»⁽²⁶⁾. Sem interrogar-se sobre suas próprias lacunas, Michelet estabelecia a certeza do saber que conferia novo significado ao contrato científico relativo à ordem democrática, pois «a inclusão da morte e a teoria do testemunho mudo são uma só e mesma teoria: uma teoria do lugar da fala»⁽²⁷⁾. As referências a Michel de Certeau são evidentes, assim como a busca por critérios para uma recomposição poética da historiografia.

Na verdade, o anseio por uma reconfiguração poética da historiografia aparecia em tensão com a constatação histórica das bases de seu próprio estabelecimento. Isto porque o deslocamento em relação à história dos grandes personagens e seus feitos faria parte da mesma revolução estética que estabeleceu uma nova ficcionalidade, pela qual a soberania estética da literatura teria desconstruído as fronteiras entre «razões dos fatos» e «razões da ficção», dada a impossibilidade de separar modelos de inteligibilidade e causalidade dos próprios eventos⁽²⁸⁾. Rompendo com os critérios da distinção aristotélica entre história e poesia, que separavam a lógica da necessidade ou da verosimilhança da simples narração do que aconteceu em sua singularidade, a época romântica teria intensificado a percepção de que o real tem que ser ficcionalizado para ser pensado, tornando mais evidente que os enunciados políticos e literários têm efeitos sobre o real. Atuando sobre os corpos coletivos imaginários, os enunciados, nessa perspectiva, desenham:

comunidades aleatórias que contribuem para a formação de coletivos de enunciação que recolocam em questão a distribuição dos papéis, dos territórios e das linguagens – em síntese, desses sujeitos políticos que colocam novamente em causa a partilha dada do sensível. Mas, precisamente um coletivo político não é um organismo ou um corpo comunitário. As vias da subjetivação política não são as da identificação imaginária, mas as da desincorporação «literária»⁽²⁹⁾.

Essa finalidade atribuída por Rancière aos enunciados, como vias de fragilização dos corpos coletivos imaginários, parece sintonizada com as propostas implícitas de uma nova poética da historiografia adequada às

(26) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 133.

(27) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 133.

(28) Jacques Rancière, *Le partage...*, cit., p. 61 ss.

(29) Jacques Rancière, *Le partage...*, cit., p. 61 ss.

demandas da experiência democrática. A retomada da democracia como tema em *La haine de la démocratie*, em que seria pensada não como forma de governo, mas relacionada a novos modos de subjetivação política, parece sintomática. Significando a própria impureza na política, a democracia conformaria um jogo perpétuo de invenção de formas de subjetivação que contrariariam as tendências sempre existentes de privatização do poder, remetendo justamente para o impedimento da encarnação de seus princípios num governante, da mesma forma que os enunciados literários e políticos⁽³⁰⁾. A caracterização da democracia como o movimento que deslocaria sem cessar os limites do público e do privado corresponderia às necessidades estético-políticas de uma historiografia cujas próprias estruturas poéticas deveriam estar sintonizadas com formas novas de subjetivação que não impedissem o surgimento do dissenso pelo estabelecimento da unidade de novas comunidades imaginárias:

[...] ou a história se dedica primeiro a consolidar seu reconhecimento «científico» sob o risco de liquidar sua aventura própria fornecendo às sociedades dos vencedores a enciclopédia de sua pré-história. Ou se interessa primeiro pela exploração dos múltiplos caminhos com cruzamentos imprevistos pelos quais podem ser apreendidas as formas da experiência do visível e do dizível que constituem a singularidade da época democrática e permitem também repensar outras épocas. [...] nada ameaça tanto a história quanto sua lassidão em relação ao tempo que a fez ou seu medo diante do que fez a matéria sensível de seu objeto: o tempo, as palavras e a morte⁽³¹⁾.

Formas de sacralização do político e representação histórica pós-Revolução Francesa

Apesar da originalidade do entendimento de Rancière acerca dessas novas demandas poéticas do discurso histórico, caberia perguntar sobre as semelhanças entre as características do que chamaria de «regime estético das artes» e as definições de «democracia moderna» de Claude

(30) Jacques Rancière, *La haine de la démocratie*, Paris, La Fabrique, 2005, p. 69 ss.

(31) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 207-208.

Lefort, autor possivelmente mais preocupado em não projetar aspectos considerados típicos das *formas de sociedade* pós-Revolução Francesa para épocas anteriores. Isto porque as interrogações de Lefort sobre os modos de instituição do social já colocavam em questão os princípios de interiorização que, conferindo um lugar ao poder, fundamentavam formas determinadas de experiência sensível⁽³²⁾. Nos próprios estudos de Lefort, portanto, estava pressuposta uma estreita relação entre estética e política, já que se tratava também do estabelecimento daquilo que se tornava visível e invisível, das formas de ler e nomear que enraizariam a própria natureza simbólica da existência humana e determinariam uma específica relação entre o político e o religioso⁽³³⁾. Além da vinculação implícita entre estética e política, as elaborações teóricas de Lefort buscavam as especificidades das sociedades constituídas a partir de fins do século XVIII e XIX, nas quais a *revolução democrática* (expressão de Tocqueville) teria operado a impossibilidade de incorporação do poder, tornando-as irrepresentáveis na figura de uma comunidade e passíveis de questionamentos intermináveis.

A impossibilidade da formulação de um enunciado como fundamento da comunidade política, portanto, apareceria como mais claramente característica das democracias modernas em Lefort, não obstante a proposta de Rancière de uma nova poética da historiografia já guardasse vínculos com sua conceituação da democracia. Talvez mais atento à historicidade, Lefort o compreenderia por relação à crise dos fundamentos teológico-políticos que permitiam a encarnação do poder na figura monárquica, ressaltando a democracia moderna como o único regime em que a representação do poder o atestava como «lugar vazio», não passível de incorporação por aquele que governa. Num regime em que a instituição do social se daria sob a forma de um questionamento interminável, o impedimento da apropriação (e, portanto, da privatização) do poder estaria inscrito nos próprios princípios geradores da igualdade que fundamentavam uma específica configuração da relação entre estética e política.

Seria possível argumentar pela diferença da perspectiva de Rancière devido à colocação dos problemas no plano da poética e não da filosofia política, da qual resguardaria suspeita, mas não se deveria esquecer que

(32) Claude Lefort, *Essais sur le politique (XIXe-XXe siècles)*, Paris, Seuil, 1986; *L'invention démocratique*, Paris, Fayard, 1994.

(33) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 260 ss.

as teses de Lefort foram também elaboradas numa perspectiva crítica em relação ao campo científico, particularmente no que diz respeito às tendências da ciência e da sociologia políticas de compreender a *política* como uma entre outras esferas da realidade, sem refletir sobre a própria natureza do *político*⁽³⁴⁾. Para Lefort, os novos sentidos alcançados nas democracias modernas por noções como Estado, povo, nação, pátria e humanidade já seriam indicativos da impossibilidade de incorporação do poder e sua não percepção corresponderia à fragilidade da atitude científica: «Desinteressar-se dessas noções ou não se deter na função que podem assumir no processo de legitimação do poder seria adotar o ponto de vista artificialista que nos parece característico da ciência»⁽³⁵⁾.

Ainda é possível argumentar que as concepções de Rancière seriam singulares por estarem referidas à própria escrita da história ao problematizar sua especificidade poética. Não se deveria esquecer, no entanto, que as análises de Lefort se voltaram igualmente para a historiografia de Michelet ao tratar das novas relações entre o político e o religioso que teriam configurado o lugar específico do poder na democracia moderna⁽³⁶⁾. Em última instância, trata-se novamente da vinculação entre certo imaginário político como forma de representação do poder e a escrita da história, tendo em vista que a recusa de Michelet do fundamento teológico-político identificado como forma de encarnação do poder no Antigo Regime não impediu sua permanência em novos moldes em seus próprios escritos, indicando, inclusive, a fragilidade da oposição que ele mesmo havia estabelecido entre o cristianismo e a Revolução Francesa.

A permanência de formas de religiosidade que vigoravam sob o Antigo Regime não impediria Lefort de ressaltar aspectos novos na escrita histórica de Michelet, na qual a figuração do povo e outras entidades como a pátria, a nação e a humanidade era vista como indicativa da impossibilidade de incorporação do poder característica das formas de instituição do social da *revolução democrática*. Lefort buscaria uma leitura mais matizada ao destacar a enorme sensibilidade da análise de Michelet sobre o «mistério da encarnação da monarquia», capaz de evidenciar, até mesmo, os limites da aplicação empírica do modelo de Ernst Kantorowicz

(34) Claude Lefort, *Essais...*, cit.

(35) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 270.

(36) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 251-300.

sobre os dois corpos do rei, por reconstituir todo um «registro erótico-político» de identificação dos súditos com o monarca. Esse registro, em Michelet, obedeceria não apenas à retomada dos termos jurídicos ou teológico-jurídicos das teorias medievais sobre o duplo corpo de Cristo, mas o conjugaria com a percepção da humanidade do soberano, do caráter sexuado de seu corpo como «corpo amoroso», «corpo falível», que efetuaría uma «mediação inconsciente entre o divino e o humano»⁽³⁷⁾. A descrição de Michelet do julgamento de Luís XVI, seu sofrimento, sua aparição como um qualquer, apanhado na insignificância do cotidiano, ao mesmo tempo em que indicava um modo específico de sua reintrodução na figura do monarca, seria também o principal exemplo dessa capacidade de Michelet de ser «um dos raros pensadores de seu tempo a reconhecer a função simbólica do poder na *mise en forme* das relações sociais»⁽³⁸⁾.

Assim como no caso de Rancière, a interpretação de Lefort formulava uma crítica, mesmo que implícita, a concepções como a de François Furet sobre a Revolução Francesa, indicando que não se deveria opor a escrita histórica de Michelet, tomada como ideológica, a uma história conceitual, presente na obra de Tocqueville⁽³⁹⁾. Colocado na esteira de uma tradição que, remontando a Michelet, seria denominada de forma genérica como «nova história», Furet foi também um dos principais alvos da crítica de Rancière às conformações poéticas de uma historiografia supostamente conservadora, que emudecia o excesso de palavras característico da época democrática, falando em nome dos sujeitos do passado e, portanto, os silenciando (os mortos). Não se poderia deixar de questionar, entretanto, se a tentativa de Rancière de relativizar o olhar que busca no passado as condições de possibilidade dos acontecimentos, retirando qualquer imprevisibilidade do esforço poético de interpretação, quando levado ao extremo, não tenderia justamente a negligenciar as condições de incerteza vivenciadas pelos sujeitos históricos, principalmente quando confrontados com eventos extraordinários como os da Revolução Francesa.

Desse ponto de vista, a análise de Michelet não pareceria, em pontos determinados, até mais atenta do que a de Rancière à imprevisibilidade dos eventos revolucionários? Fortemente crítica das interpretações

(37) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 287.

(38) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 284.

(39) Claude Lefort, *Essais...*, cit., p. 284; François Furet, *Pensando a Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 28; Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 79 ss.

centradas nas intenções dos agentes, assim como Furet, Mona Ozouf analisou as festas revolucionárias também exploradas por Michelet e não deixou de reconhecer que o historiador francês teria sido o único a perceber a relação entre aquelas festividades e o sentimento de angústia⁽⁴⁰⁾. Dialogando com a antropologia e a psicanálise, Ozouf analisou as festas com o objetivo de reconstruir o sentido de imprevisibilidade vivenciado pelos próprios sujeitos da experiência passada, ressaltando não o controle da história pela formulação de narrativas explícitas ou as projeções de futuro conscientes de seus organizadores, mas os desejos de controle da imponderabilidade dos acontecimentos que se expressavam, por exemplo, na repetição do ritual, na valorização do discurso em relação às representações cênicas e na elaboração de um cerimonial de juramento de ódio à realeza somente compreensível pelo medo de um retorno à época da monarquia. Assim, todo um vocabulário de conceitos como «ruminação», «neurose» e «histeria» fundamentaria a análise de Ozouf da festa de comemoração do julgamento de Luís XVI, deslocando para o plano do imaginário aquilo que poderia ser explicado pelos projetos políticos dos planejadores das festividades⁽⁴¹⁾.

Caberia perguntar, como Rancière, repercutindo as críticas de Michel de Certeau à história das mentalidades, qual o lugar de fala dessa historiografia que, tratando das condições de possibilidade que reconstituem todo um imaginário, retira qualquer grau de novidade do evento revolucionário. Nesse caso, talvez fosse importante diferenciar a valorização da imprevisibilidade como ponto de partida da interpretação dos acontecimentos passados, que configura uma forma específica de composição poética (ou teórica?) da narrativa histórica, do enfoque nas incertezas experimentadas pelos próprios agentes, sem o qual o anacronismo que é condição da escrita da história poderia assumir colorações impeditivas justamente da busca de uma relação com o outro (o passado) atenta à radicalidade de sua diferença, aspecto tão caro a Michel de Certeau. Torna-se um desafio, portanto, a elaboração de uma escrita histórica não apenas que valorize o «choque perturbador» que torna os eventos do presente imprevisíveis para os homens do passado, mas que o faça considerando as estruturas de sua própria composição

(40) Mona Ozouf, «A Festa Sob a Revolução Francesa», in Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *História: novos objetos*, Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 223.

(41) Ver também Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire, 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976.

poética (ou teórica) como elementos que permitem formular um olhar atento à imprevisibilidade daquele mesmo passado, sem o que qualquer possibilidade de irrupção do novo se tornaria obscurecida, conformando uma escrita que, sempre em busca apenas das condições de possibilidade da ocorrência dos eventos, correria o risco de apagar seu próprio lugar de fala⁽⁴²⁾.

Entre uma «poética do saber» e uma «poética da ausência»?

As comparações entre as obras de Rancière e Lefort permitem perguntar se aquele último não pareceu mais atento às complexas relações entre descontinuidades e permanências, indicando tanto a novidade quanto a presença de antigos fundamentos teológico-políticos na escrita micheletiana sobre a Revolução. As análises de Lefort sobre a presença do religioso nas democracias modernas, entretanto, parecerão bastante amplas se confrontadas com estudos mais atentos às particularidades nacionais. Fernando Catroga, por exemplo, comparou o caso francês com as formas de religiosidade cívica desenvolvidas em vários países ocidentais⁽⁴³⁾. O historiador português tratou também das complexas relações entre morte política e formas de incorporação do poder em seu estudo sobre o tiranicídio, além de ter produzido reflexões diversas sobre as relações entre a escrita histórica e os ritos de recordação⁽⁴⁴⁾. As comparações entre a historiografia e as práticas de natureza tanatológica, sintetizadas na fórmula «poética da ausência», podem ser confrontadas com proveito com aquilo que Jacques Rancière chamou de «poética do saber»⁽⁴⁵⁾.

Tratando do tiranicídio na longa duração, desde a apropriação e do teor pejorativo conferido à palavra *tiranía* (de origem oriental) pelo mundo

(42) Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

(43) Fernando Catroga, *Nação, mito e rito*, Fortaleza, Museu do Ceará, 2005; *Entre Deuses e Césares*, Coimbra, Almedina, 2006.

(44) Fernando Catroga, «Em nome... A heroização do tiranicídio», in Fernando A. Machado et al. (orgs.), *Caminhos de Cultura em Portugal. Homenagem ao Professor Doutor Norberto Cunha*, Ribeirão/Húmus, Universidade do Minho, 2010, p. 125-166. Sobre as relações entre história e cultos dos mortos, conferir *O céu da memória*, Coimbra, Minerva, 1999; *História, memória e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001; *Os passos do homem como restolho do tempo*, Coimbra, Almedina, 2009. Sobre o tema, Catroga também orientou a tese de Joana Duarte Bernardes, *Para além da imaginação histórica: memória, morte, phantasia*, Coimbra, 2014.

(45) Sobre uma «poética da ausência», conferir Fernando Catroga, *Os passos...*, cit., p. 9 ss.

greco-romano até suas conformações modernas, Catroga analisou a morte de Luís XVI por meio dos novos vínculos estabelecidos entre o político e o religioso⁽⁴⁶⁾. A conformação das filosofias da história, a republicanização dos valores *res publicanos*, entre outros, foram alguns dos elementos que produziram a convergência entre tiranicídio e regicídio, que permitiu a condenação da própria monarquia como instituição. Nessa interpretação, também não se tratava apenas da morte física do rei, mas da tentativa de desconstrução simbólica de uma forma determinada de incorporação do poder, que caracterizou as religiosidades cívicas ligadas ao chamado processo de «secularização». Não cabe analisar este último tema, objeto de vários estudos de Catroga⁽⁴⁷⁾, mas apontar os vínculos entre sua atenção às religiões civis secularizadas e suas interpretações da modernidade, que podem ser importantes na retomada das questões indicadas por Rancière.

Em seu *Entre Deuses e Césares*, Catroga buscou matizar as teses sobre a modernidade que, numa perspectiva cientificista, postularam um paulatino e inexorável declínio do religioso, assim como aquelas que apostaram num regresso de formas anteriores de sacralidade. Ainda que não estivesse mais amparado num discurso cuja crença no julgamento final e na imortalidade da alma permitia invocar deidades (como aquelas presentes tanto na religião civil de Rousseau quanto nas festas da Revolução, com a figura de Robespierre e o culto do Ser Supremo), o Estado, em vários casos nacionais, continuou a colocar em cena uma espécie de religiosidade cívica, que se mesclaria com a ênfase na educação nacional e que, na França, por exemplo, conformou uma cultura republicana com forte teor laico, mas que não deixou de recorrer a formas de sacralização de entidades imanentes da política.

O mais importante é que a indicação da permanência de fundamentos religiosos na cultura republicana não impediu Catroga de ressaltar formas novas de sacralização do político, criticando, inclusive, as leituras que, fundamentadas na noção de invenção das tradições, apostaram numa «antropologia em que a condição humana fica excessivamente reduzida à sua dimensão racional, o que empobrece a compreensão das suas múltiplas expressões históricas»⁽⁴⁸⁾. Caberia

(46) Fernando Catroga, «Em nome...», cit., p. 125-166.

(47) Para uma síntese, conferir Fernando Catroga, «Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual», *Revista de História das Ideias*, 25 (2004), p. 51-127.

(48) Fernando Catroga, *Entre Deuses...*, cit., p. 98.

perguntar se a configuração de uma nova poética da historiografia proposta por Rancière, pela qual a escrita histórica funcionaria como meio de desincorporação das comunidades imaginárias, não esbarraria justamente nessa dimensão existencial (poderíamos dizer, memorial) que a aproxima de outros ritos de recordação com fundamento identitário. Ainda que tomada como meta, tal fundamentação não ultrapassaria suas potencialidades críticas, sobrevalorizando seu componente racional em detrimento da função de atender às demandas ontológicas do homem pela criação de corpos coletivos imaginários que permitam justamente lidar com as inseguranças do tempo, da palavra e da morte ressaltadas pelo próprio Rancière?

A especificidade da proposta de Rancière se relaciona com a descontinuidade estabelecida entre corpos coletivos imaginados e comunidades políticas, pela qual estas últimas pareceriam mais autênticas por serem fruto de um trabalho de subjetivação política visando a desincorporação que permite a crítica de construções culturais de natureza mais espontânea. É o que se pode perceber na sua caracterização da identidade de «combatente social»:

Uma identidade de combatente social não é, assim, a expressão de nenhuma «cultura» de algum grupo ou subgrupo. Ela é a invenção de um nome para a tomada em consideração de alguns atos de fala que afirmam ou recusam uma configuração simbólica das relações entre a ordem dos discursos e a ordem dos estados. [...] O conceito de cultura, seja quando o aplicamos ao conhecimento dos clássicos ou à fabricação dos sapatos, só tem como efeito apagar este movimento de subjetivação que se opera no intervalo entre várias nomeações e sua fragilidade constitutiva: a ausência de corpo no lugar da voz, a ausência de voz no lugar do corpo, a falha ou intervalo nos quais passam sujeitos de história. Ele identifica e localiza o que apenas tem seu ser no desvio dos lugares e das identidades⁽⁴⁹⁾.

Essa leitura de Rancière parece um pouco distinta daquela de Fernando Catroga. Nos estudos do historiador português, as continuidades entre as práticas culturais que conferem sentido às coletividades e aquelas de natureza política constituem pressupostos teóricos importantes, que poderiam contradizer a ênfase de Rancière na atividade do «combatente

(49) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 197.

social» como caracterizada apenas pela desincorporação do poder. Os estudos de Catroga sobre os ritos tanatológicos e as comemorações cívicas servem para exemplificá-lo, pois manifestam uma preocupação com as supostas raízes metafísicas dos impulsos que impelem o homem a cultuar os mortos, tendo em vista sua natureza como ser construtor de cultura e de memória. A sensibilidade aos fundamentos familiares das práticas simbólicas de exaltação dos «grandes homens» que alcançaram relevância a partir da segunda metade do século XVIII são indicativas nesse sentido⁽⁵⁰⁾. Ao analisar o tema, o historiador considerou não apenas que haveria certa continuidade entre o culto familiar dos mortos e o estabelecimento do novo “imaginário do Panteão”, mas que a própria sepultura seria um símbolo referido à perpetuação das famílias, permitindo exemplificar a continuidade existente entre as novas práticas de visita aos cemitérios e as comemorações políticas:

Defende-se assim que, mesmo à escala familiar da «visita ao cemitério», é possível surpreender as características que, numa evidente transferência analógica, as comemorações políticas de raiz tanatológica explicitarão de uma maneira ainda mais evidente. A comemoração é herdeira, não só da solenidade da cerimônia pública de elogio e de menção de um nome, como implica a sacralização do evocado, desenrolando-se, em similitude com a sua matriz – o ato religioso do culto dos mortos –, num rito eficaz para a memória e, principalmente, para o destino dos vivos⁽⁵¹⁾.

Note-se que, num plano mais profundo, não se trata apenas de considerar a continuidade entre práticas coexistentes em termos históricos, mas de uma compreensão dos fundamentos culturais dos mecanismos de enraizamento em formações coletivas por meio de construções simbólicas e imaginárias. Até porque a noção de família remeteria, em última instância, àquela de *pátria*, tomada em outro texto do autor como uma «espécie de alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para

(50) Fernando Catroga, «Ritualizações da história», in Fernando Catroga, Luís Reis Torgal e José Amado Mendes, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 547-671.

(51) Fernando Catroga, *O céu...*, cit., p. 23.

contornos escatológicos»⁽⁵²⁾. Presente ainda nos poemas homéricos como forma originária de identificação coletiva, quando resguardava um sentido predominantemente relacionado à população e ao território, a noção de *pátria* deveria ser diferenciada de outras como *patriotismo*, *nação* e *nacionalismo* justamente considerando o maior ou menor grau de institucionalização e uso político dessas construções imaginadas em relação às demandas afetivas e identitárias do homem pela homogeneização dos sentimentos de pertença⁽⁵³⁾.

A pressuposição de certa continuidade entre o culto familiar dos mortos e as comemorações políticas de natureza tanatológica deve ser compreendida em sua ligação com a forma relacional e não dicotômica de tratamento de pares conceituais como *recordação* e *comemoração*, *memória individual* e *memória coletiva*, ou mesmo *história* e *memória*. Nesse caso, o afastamento da tendência cientificista presente em determinadas obras de Maurice Halbwachs, propensas a certa reificação da «memória coletiva», não impediu Catroga de entender a recordação como um ato de alteridade, que tomaria de empréstimo formas públicas de produção narrativa de sentido, dialogando com a perspectiva de Paul Ricoeur, para quem a memória do indivíduo deveria ser entendida como um fenômeno relacional e intersubjetivo⁽⁵⁴⁾. Daí a importância da linguagem pública do rito, fenômeno que, por sua natureza memorial, guardaria as mesmas características *pragmáticas* e *normativas* de outras práticas culturais dissimuladoras da morte, como a própria historiografia, também caracterizada por suas funções existenciais de *distinção*, *filiação* e *identificação*⁽⁵⁵⁾.

Trata-se também, portanto, da valorização de uma tradição sociológica para a qual os ritos, como condicionantes antropológicos fundados na natureza do homem como animal simbólico, possuiriam sempre uma função «instituinte de sociabilidades», sacralizando e sancionando um estado de coisas por meio da naturalização das diferenças, que se tornam duráveis porque reconhecidas. A releitura proposta por Pierre Bourdieu da noção de «rito de passagem», de Arnold van Gennep, acentuando

(52) Fernando Catroga, «Pátria, nação e nacionalismo», in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (orgs.), *Comunidades imaginadas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008, p. 21.

(53) Fernando Catroga, «Pátria...», cit., p. 20.

(54) Fernando Catroga, *O céu...*, cit., p. 13-14.

(55) Fernando Catroga, *O céu...*, cit., p. 24 ss.

sua dimensão de construção simbólica de uma ordem social, permitiu a Fernando Catroga entender a própria historiografia como prática cultural com uma função de «rito de instituição»⁽⁵⁶⁾. Esse tipo de leitura, de fato, parece relevante à compreensão de certas diferenças em relação a Rancière, tendo em vista uma possível maior desconfiança deste último das análises sociológicas e também suas incisivas críticas aos usos da categoria cultura, já que essas duas formas de tratamento histórico guardariam semelhanças por desconsiderarem os fundamentos poéticos das próprias categorias que empregam⁽⁵⁷⁾.

Tal fato não impediria a existência de certas semelhanças entre os autores, ou mesmo que Catroga estivesse atento à dimensão crítica que confere especificidade à história como rito de recordação, tendo em vista o «imperativo ético e deontológico» que obriga o historiador a interrogar-se sobre o que ficou esquecido, desenterrando «os ‘esqueletos’ escondidos nos armários da memória»⁽⁵⁸⁾. Talvez se possa perguntar se a ênfase na dimensão poética da historiografia não levou Rancière a subvalorizar sua função existencial como rito de recordação, certamente mais enfocada por Catroga. A crítica de Rancière à ingênua crença de Michelet de que não existiriam vozes sem corpo (já que o esquecimento do caráter linguístico da categoria «povo» permitiria dotar de sentido a História da França), embora procedente, não correria o risco de tornar-se parte do excesso de racionalismo que acompanhou a constituição de novas formas de religiosidade cívica secularizadas? Qual a verdadeira capacidade do discurso histórico de desconstrução das comunidades políticas imaginárias e de promoção de certo ideal de emancipação intelectual?

Sem dúvida, as interrogações de ambos os autores sobre as relações entre a história e a morte remetem para a vocação crítica da historiografia e seu papel na fragilização dos modos diversos de incorporação do poder, permitindo, apesar dos diferentes enfoques, colocar em questão as próprias formas da representação histórica. Estaria a historiografia condicionada por uma complexa relação entre uma «poética da ausência» e uma «poética do saber»? Talvez reflexões sobre a memória, a morte e o poder possam ajudar a pensá-lo, abrindo caminho para uma reflexão sobre o lugar da

(56) Fernando Catroga, *Os passos...*, cit., p. 15. Pierre Bourdieu, *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil, 2001, p. 175-186.

(57) Jacques Rancière, *Les noms...*, cit., p. 198 ss.

(58) Fernando Catroga, «Memória e História», in Sandra Pesavento, *Fronteiras do Milênio*, Porto Alegre, UFRGS, 2001, p. 67.

teoria na escrita da história e permitindo elaborar respostas que, jamais sendo tomadas com as únicas possíveis (afinal, são históricas), poderiam ser conduzidas a partir do diálogo entre diversos campos disciplinares. Afinal, o que significaria o estabelecimento de fronteiras muito restritas entre os campos de saber se não uma tentativa de imposição de limites e, portanto, de evitar nada mais do que a própria morte?

**A MEMÓRIA HISTÓRICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONTROLO
DURANTE O ESTADO NOVO. O EXEMPLO DO ANTISSEMITISMO⁽¹⁾**
*HISTORICAL MEMORY AS A CONTROLLING INSTRUMENT DURING
THE ESTADO NOVO PERIOD. THE ANTI-SEMITISM EXAMPLE*

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
jpavelas@fl.uc.pt
FLUC e CEIS20/UC

Texto recebido em / Text submitted on: 31/03/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 14/07/2016

Resumo:

Viso analisar as modalidades e as consequências da utilização da historiografia e da memória histórica enquanto instrumentos de controlo. Considerar-se-ão vetores de estruturação da identidade histórico-cultural que o Estado Novo tentou impor e dar-se-á atenção à problemática do antissemitismo. Procurar-se-á correlacionar estas questões com o debate acerca da natureza da ditadura lusa.

Parto do pressuposto de que, devido à personalidade dos dirigentes e aos equilíbrios internos do regime, às características do país e do respetivo contexto internacional, também na regionalidade cultural o Estado Novo optou por impor uma solução formalmente moderada. Tratar-se-ia, na aparência, de uma memória histórica pouco ideológica, escassamente diferenciada das narrativas

(1) Texto da comunicação proferida no âmbito do Colóquio Internacional «O controlo dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários» (Rio de Janeiro, LEER/USP e Arquivo Nacional, 21/10/15).

antes dominantes e não marcada pelo antissemitismo. Foi consubstanciada através do historicismo neometódico.

Defendo, ainda, que, partindo de uma Ditadura Militar, opondo-se à Primeira República e, quer a uma solução democrática, quer a um figurino «socialista», o Estado Novo configurou-se enquanto fascismo. Essa mesma classificação é válida apesar de António de Oliveira Salazar e de a maioria dos dirigentes intermédios do regime terem proclamado a existência de limites religiosos, éticos e legais no que concerne ao exercício da violência e à operacionalização de modalidades de enquadramento da «sociedade civil».

Palavras-chave:

Estado Novo, memória histórica, antissemitismo, darwinismo social, nacionalismo.

Abstract:

I aim to outline the consequences of the use of historiography and historical memory as mind-controlling instruments. It will address aspects of the historical-cultural identity that the Estado Novo tried to impose, and pay attention to the problem of anti-Semitism. We will seek to correlate these issues with the discussion about the nature of the Portuguese dictatorship.

I propose that, due to the personality of the leaders and to the balances of the regime, to the characteristics of the country and of the international context, also in the cultural sphere did the Estado Novo chose to impose formally moderate solutions. This would be a historical memory short of ideology that could scarcely be distinguished from the prior dominating narratives not marked by anti-Semitism. It was embodied through neo-methodical historicism.

It is further argued that from a military dictatorship, against the First Republic, against a democratic solution or «socialist» model, the Estado Novo took shape as fascism. This very classification is valid despite António de Oliveira Salazar and the intermediate leaders of the regime having claimed that there were religious, ethical and legal limits to the exercise of violence and to the operationalisation of modalities of controlling the «civil society».

Keywords:

Estado Novo, historical memory, anti-semitism, social darwinism, nationalism.

Introdução

Viso, neste artigo, analisar as modalidades concretas e as consequências da utilização da historiografia e da memória histórica enquanto

instrumentos de controlo das mentes pelo Estado Novo português. Considerar-se-ão diversos vetores de estruturação da identidade histórico-cultural que o salazarismo tentou impor e dar-se-á particular atenção à problemática do antissemitismo. Procurar-se-á, ainda, correlacionar estas questões com o debate acerca da natureza da ditadura lusa: regime autoritário ou totalitário, conservador e católico ou fascista? O caso português será comparado com outros exemplos nacionais.

Parto do pressuposto de que, devido à personalidade dos principais dirigentes e aos equilíbrios internos do regime, às características do país e do respetivo contexto internacional, tal como em outros âmbitos, também na regionalidade cultural o Estado Novo optou por impor uma solução formalmente moderada. Tratar-se-ia, na aparência, de uma memória histórica pouco ideológica, escassamente diferenciada das narrativas antes dominantes e não marcada pelo antissemitismo. Foi consubstanciada através do historicismo neo-metódico, hegemónico nas décadas de 1930 a 1960 e prevalecente até ao final da ditadura.

Defendo, ainda, que, partindo de uma Ditadura Militar (autoritarismo de direita), opondo-se radicalmente à Primeira República demoliberal com vetores de autoritarismo e, quer a uma possível solução democrática, quer a um eventual figurino socialista (social-democrata, anarquista e/ou comunista), o Estado Novo configurou-se enquanto fascismo, ou seja, como ditadura totalitária de direita. Essa mesma classificação é válida apesar de António de Oliveira Salazar e de a maioria dos dirigentes intermédios do regime terem proclamado a existência de limites religiosos, éticos e legais no que concerne ao exercício da violência e à operacionalização de modalidades de enquadramento da «sociedade civil».

No contexto de um regime de tipo fascista e tendencialmente totalitário, a identidade histórico-cultural descrita como indiscutível teria, assim, assumido diferenças significativas face ao sucedido em etapas anteriores. Resultaria, quer de um esforço sistemático de imposição por parte dos Órgãos de Soberania, do aparelho de Estado e das organizações oficiosas da ditadura, quer da repressão – punitiva e preventiva – exercida sobre os defensores das propostas alternativas. Para além de «o passado» ser apresentado como exemplo (positivo ou negativo) e como fator de legitimação da ditadura, a «portugalidade» decorreria somente de especificidades ráticas e geográficas, da integração na «Civilização Ocidental» e da ligação exclusiva ao catolicismo, da concretização de um organicismo hierárquico e de um imperativo colonizador, do predomínio

de uma ruralidade frugal e do respeito pelas chefiãs naturais (no âmbito do Estado-Nação, das instituições e organizações, da família).

Através do discurso historiográfico e dos outros vetores de estruturação da memória histórica – o ensino e a divulgação científica, o património cultural e a museologia, as comemorações histórico-patrióticas e a propaganda (política, sindical e religiosa), a comunicação social e a publicidade, a arquitetura e o urbanismo, a produção artística em geral e a estatuária em particular, a toponímia e a numismática, as organizações da «sociedade civil» e os contextos familiares ou vicinais, etc. –, o salazarismo fundamentou, por um lado, a recusa em adotar uma postura explícita e ativamente antisemita. Por outro lado, terá recorrido à rememoração e ao elogio do anti-judaísmo dominante na época moderna para legitimar um antisemitismo preventivo e de cariz mais político-administrativo do que sociocultural.

Identificada, ao longo da Idade Média, a ameaça associada à presença em «terras lusas» de um grande número de judeus – recusa da «religião verdadeira» e da integração na «comunidade nacional», características ráticas não europeias e ambição de domínio sobre os «cristãos e ocidentais», deformações físicas e culturais –, durante a Idade Moderna o Estado, a Igreja Católica e a «sociedade civil» convergiram para aplicar uma mundividência antisemita. Conseguiu-se extirpar o problema em causa através da expulsão e da conversão forçada dos judeus, da repressão de práticas judaicas clandestinas, da segregação entre «cristãos velhos» e «cristãos novos». Na Idade Contemporânea, mau grado a ligação entre os judeus e os aspetos negativos da modernização introduzidos com o «interregno pombalino», com a Revolução Liberal de 1820 e com a Revolução Republicana de 1910 – racionalismo e agnosticismo, ateísmo e internacionalismo, materialismo e individualismo ou igualitarismo –, Portugal teria conseguido evitar a entrada de «quantitativos excessivos» de judeus, promover a integração parcial e a neutralização dos judeus presentes em «solo pátrio», consolidar a estratégia global de regeneração consubstanciada pelo Estado Novo⁽²⁾.

(2) Cf., nomeadamente, Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001; Manuel Loff, *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*, Florença, 2004, vol. 3 (policop.); Jorge Martins, «O moderno anti-semitismo em Portugal», *Vária Escrita*, 11 (2004), p. 291-336; Elvira de Azevedo Mea e Inácio Steinhardt, *Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o «apóstolo dos marranos»*, Porto, Edições Afrontamento, 1997; Avraham Milgram, *Portugal, Salazar e os judeus*, Lisboa, Gradiva, 2010; Lúcia Liba

Face à relativa exiguidade da investigação monográfica já realizada sobre a presença ou a ausência de anti-judaísmo, antissemitismo e filosemitismo na historiografia e na memória histórica produzida e divulgada em Portugal nas primeiras décadas do Estado Novo, optei por elaborar este texto partindo de sondagens não aleatórias no universo de documentação potencialmente relevante. Embora pense que o peso do antissemitismo na produção e na divulgação de discursos historiográficos e outros elementos configuradores da memória histórica oficiosa do salazarismo foi bastante maior do que até agora tem sido reconhecido – sob a forma de um antissemitismo difuso e da apologia sistemática do anti-judaísmo vigente entre nós na Época Moderna –, não pude realizar, nem o rastreio e a análise integrais dos núcleos documentais existentes, nem sequer a delimitação e o estudo de amostras proporcionalmente representativas.

Estado Novo e ideologia

Devido à presença endémica de condicionalismos estruturais e à intervenção de vetores conjunturais ou pontuais, tanto no salazarismo como, de forma acrescida, durante o marcelismo, o nível de radicalismo ideológico patenteados foi inferior, tanto ao grau de violência da sua própria *praxis* político-administrativa e social, como à explicitude ideológica verificada em outros países com regimes fascistas. Importante será, pois, averiguar se a aparente moderação ideológica do Estado Novo não encobre uma sistematicidade e uma firmeza bem maiores do que as respetivas elites proclamaram e do que por vezes se tem reconstituído e analisado⁽³⁾.

Muczniak e outros (coord.), *Dicionário do judaísmo português*, Lisboa, Editorial Presença, 2009; João Paulo Avelãs Nunes, «A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia», in Irene Flunser Pimentel e Maria Inácia Rezola (ed.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 363-384; João Paulo Avelãs Nunes, «Darwinismo social e antissemitismo: o caso português», *Cultura, Espaço & Memória*, 5 (2014), p. 117-132; Livia Parnes, *Présences juives dans le Portugal contemporain (1820-1939)*, 2 vols., Paris, 2002 (polycop.); Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001; Irene Flunser Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, 3ª ed.; Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, 2013; Ansgar Schaefer, *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*, Coimbra, IUC, 2014.

(3) Cf., entre outros, Susana Chalante, «O discurso do Estado salazarista perante o 'indesejável' (1933-1939)», *Análise Social*, 198 (2011), p. 41-63; Ernesto Castro Leal, *Nação e*

Quanto aos condicionalismos estruturais que podem ter influenciado no sentido da adoção de uma estratégia de moderação formal, também no plano ideológico, por parte do Estado Novo, referem-se, habitualmente, a não substituível integração de Portugal na «zona de influência» do Reino Unido no âmbito do sistema de relações internacionais (garante da independência, da manutenção de territórios coloniais, do fornecimento de capitais e de bens/serviços essenciais); os baixos níveis de envolvimento cívico e de participação política por parte da maioria da população; o predomínio de um nacionalismo defensivo e não irredentista nos planos metropolitano e colonial; a inexistência de grandes organizações políticas de massas de extrema-direita.

Em relação aos vetores conjunturais ou pontuais geradores de contenção ideológica aparente, citam-se, frequentemente, a postura não-beligerante ou, mesmo, neutralista assumida pelos setores da direita lusa durante a Primeira Grande Guerra; o peso na “sociedade civil” portuguesa de uma Igreja Católica e de uma «ação católica» que se pautaram, sobretudo, pela democracia-cristã conservadora; as personalidades e os percursos biográficos, entre outros, de Óscar Fragoso Carmona, António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves

nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938), Lisboa, Edições Cosmos, 1999; Manuel Loff, *O novo século é fascista! O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008; Riccardo Marchi, *As direitas radicais em Portugal durante o Estado Novo (1945-1974)*, Lisboa, 2007 (policop.); João Paulo Avelãs Nunes, «Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)», *Vértice*, II série, 56, set./out. 1993, p. 13-23; João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993; João Paulo Avelãs Nunes, «As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949)», *Anais/História [UAL]* (1996/1997), p. 235-275; João Paulo Avelãs Nunes, «Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*», *População e Sociedade*, 8 (2002), p. 73-101; João Paulo Avelãs Nunes, «Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974)», in Nilson Borges Filho e Fernando Filgueiras (ed.), *Estado, direito e ética. Ensaios sobre questões da nossa época*, Juiz de Fora, Granbery Edições, 2007, p. 31-50; Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1939)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; António Costa Pinto, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, Lisboa, História Crítica, 1980; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; Gabriel de Jesus Pita, *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo. A revista Lumen (1937-1945)*, 2 vols., Lisboa, 1995 (policop.); Fernando Rosas, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2015; Luís Reis Torgal, *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*, 2 vols., Coimbra, IUC, 2010; Miguel Dias Santos, *A contra-revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, IUC, 2010.

Cerejeira; as fraturas potenciais que colocavam em risco a unidade das elites apoiantes da ditadura (republicanos *versus* monárquicos, católicos *versus* maçons, conservadores e tradicionalistas *versus* modernizadores, moderados *versus* radicais, etc.).

Considero que o salazarismo optou por construir uma estrutura ideológica formalmente defensiva ou de mera continuidade mas na realidade totalizante e, quer laudatória do regime e do respetivo Chefe, quer absolutamente condenatória das alternativas (das experiências passadas e de eventuais soluções futuras). Para além da consolidação de um amplo argumentário simbólico, ocorreu a implantação de um multifacetado aparelho de controlo e de repressão, a concretização de sucessivas iniciativas de mobilização e de comemoração. Lembra-se, ainda, que parte substancial da população portuguesa não era alvo deste esforço, uma vez que só conheceria uma vivência pré-cívica, que estaria ainda enquadrada através das modalidades tradicionais de tutela e de neutralização sociopolítica.

Fruto, até à década de 1950, da prevalência dos setores conservadores sobre as componentes modernizadoras e tradicionalistas, o Estado Novo apresentou-se como tentativa bem sucedida de «regeneração nacional» por poder aplicar conhecimento acumulado sobre fatores e períodos de «apogeu» e de «decadência», acerca da forma como Portugal se foi integrando nos sistemas de relações internacionais. Esta aparente moderação e indiscutibilidade da mensagem ideológica nuclear do regime ampliava a credibilidade, tanto dos elogios às respetivas propostas e elites – supostamente abertas a todos os «contributos patrióticos» –, como da deslegitimação e diabolização das oposições (apresentados como fatores patológicos de desagregação induzidos a partir do exterior).

A própria natureza simultaneamente omnipresente e autolimitada, negociada e sincrética do sistema de propaganda e de repressão implantado acabou por reforçar aquela imagem de contenção e de adaptabilidade. Deparamos, por um lado, com a existência de estruturas especializadas e generalistas do aparelho de Estado (Secretariado de Propaganda Nacional, Ministério da Instrução Pública – Ministério da Educação Nacional desde 1936 – e Serviços de Censura; Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, etc.); de estruturas oficiosas de cariz generalista – União Nacional e Legião Portuguesa, Ação Escolar Vanguarda e, depois, Mocidade

Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, Obra das Mães pela Educação Nacional e «Organização Corporativa» –; de organizações generalistas da «sociedade civil» (Igreja e Acção Católica Portuguesa, associações empresariais transversais e clubes desportivos, etc.). Por outro lado, observamos a focalização das atividades de propaganda nas zonas urbanas da «Metrópole», das «Ilhas Adjacentes» e das «Colónias»; nas áreas rurais do Ribatejo e do Alentejo.

Identifica-se, também, a presença de valores e de estéticas tanto tradicionalistas e conservadores como modernizadores, assumindo os mesmos, no entanto, configurações e pesos relativos diferentes de acordo com os protagonistas e com as conjunturas em causa (antes e depois da Guerra Civil de Espanha, durante a Segunda Guerra Mundial, no início da «Guerra Fria»). Elenca-se, finalmente, a realização de múltiplos eventos públicos – por norma centrados na figura de António de Oliveira Salazar – de natureza militar e política, corporativa e religiosa, histórico-patriótica e desportiva.

Estado Novo, historiografia e «identidade nacional»

Edificado como resposta aos impasses da Ditadura Militar e por contraposição, quer à Primeira República, quer a potenciais figurinos democráticos ou comunistas, o Estado Novo configurou e impôs o historicismo neometódico como narrativa oficiosa acerca da evolução do país ao longo de séculos, enquanto vetor fundamental da leitura do regime sobre as implicações «do passado» na atualidade e perante o futuro. Em termos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos, aquela corrente científico-ideológica apresentou-se na qualidade de guia imperativo de orientação para a compreensão da e para a intervenção na realidade nacional porque súpula do catolicismo e da ética, da filosofia e da ciência, do senso comum e do «instinto da Raça»; como misto de subjetivismo providencialista e de objetivismo neo-empirista; enquanto recusa da validade dos conceitos teóricos em historiografia, substituídos pela autossuficiência de uma metodologia baseada na verificação da autenticidade e na exegese de documentação escrita narrativa, iconográfica ou arqueológica.

Os cultores do historicismo neometódico procuraram, assim, substituir ou impedir a implantação no Portugal chefiado por António

de Oliveira Salazar de concepções historiográficas caracterizadas como demasiado explícitas quanto à sua militância em favor da «Revolução Nacional» (irracionalismo providencialista), como eventualmente promotoras de mundividências «reviralhistas» (escola metódica, historicismo romântico, positivismo, idealismo crítico, história institucional e política clássica, história económica e social clássica) ou como elementos de legitimação de ideologias oposicionistas (marxismo, história nova, história estruturalista). Nas duas primeiras décadas de ditadura, mesmo alguns estudiosos da história apoiantes do novo regime foram afastados de funções que desempenhavam em instituições de ensino superior e de apoio à investigação por continuarem a defender as virtualidades de perspetivas historiográficas – irracionalismo providencialista, positivismo, idealismo crítico, história institucional e política clássica, história económica e social clássica – diferentes do emergente historicismo neo-metódico⁽⁴⁾.

Pelo menos desde 1930, nas Faculdades de Letras e nas Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra, a investigação e o ensino da história atribuíram preferência à história de Portugal, às regionalidades política e militar, à intervenção das elites e a manifestações da cultura erudita. Deixaram, no essencial, de abarcar o período contemporâneo e a regionalidade económica e social, a história das mentalidades e das «temáticas marginais» (mulheres e pobres, escravatura e heresias, culturas populares e cultura de massas, etc.), as ligações interdisciplinares à sociologia e à economia. Verificou-se, ainda, a quase extinção da área de saber tecnológico da didática da História, transformada na mera afirmação dos pressupostos e dos objetivos do sistema de ensino do salazarismo (seleção de professores tendo em conta critérios também políticos, presença de

(4) Cf., nomeadamente, Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia...*, cit., p. 6; Marc Ferro, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985; Sérgio Campos Matos, *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE, 1995; João Paulo Avelãs Nunes, «O Estado, a historiografia e outras ciências / tecnologias sociais», in João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013, p. 53-79; João Paulo Avelãs Nunes, «A memória histórica enquanto tecnologia...», cit., p. 6; Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989; Luís Reis Torgal e outros, *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; Enzo Traverso, *O passado, modos de usar* (trad. do francês), Lisboa, Edições Unipop, 2012.

vetores ideológicos explícitos nos programas, manuais únicos obrigatórios, pedagogia diretiva e baseada na memorização).

Segundo o historicismo neo-metódico, Portugal nasceu como Estado-Nação coerente na primeira metade do século XII, resultado de um processo de fusão de povos do sul e do centro da Europa, de adaptação dessas populações às características geoclimáticas do ocidente da Península Ibérica, de integração na «Civilização Ocidental» por intermédio da «Romanização», de consolidação das diferenças relativamente aos outros povos hispânicos durante a Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média. Teria mantido desde a Idade Média um conjunto de características fundamentais (identitárias), nomeadamente, a unidade nacional e a estabilidade territorial, o equilíbrio entre Governo central e poderes locais, o catolicismo e a organização corporativa, a hierarquização social e a convergência entre «elites» e «classes populares», o predomínio da ruralidade e a «responsabilidade colonizadora» («civilizadora e cristianizadora»).

Depois de um processo inicial de conquista territorial e de reforço da «coesão da Metrópole» – perante Leão e Castela, face aos Estados dos «invasores islâmicos», relativamente às comunidades de muçulmanos e de judeus –, ter-se-ia seguido um esforço de afirmação internacional enquanto «potência ocidental e cristã» (povoamento das Ilhas Adjacentes e construção de um Império pluricontinental). Os períodos de apogeu ocorreram sempre que, sob a «tutela espiritual» da Santa Sé e com o apoio da Inglaterra, os «Chefes da Pátria» respeitaram e defenderam as características e os interesses «da Nação». As etapas de decadência resultaram de agressões por parte de outros países – Espanha, França, Holanda, Alemanha –; da infiltração de ideários e comportamentos, organizações e soluções inorgânicos ou malignos através da ação de «estrangeirados».

Com algumas exceções – miguelismo, democracia-cristã conservadora, «Campanhas de Pacificação» em Angola e Moçambique, autoritarismo monárquico, Integralismo Lusitano, sidonismo –, até ao 28 de maio de 1926 a história contemporânea de Portugal consistiria numa sucessão de lideranças e de práticas mais ou menos disfuncionais, decorrentes do aumento da influência de ideologias alheias e/ou patológicas. A Ditadura Militar, António de Oliveira Salazar e o Estado Novo representariam, em sentido inverso, «a regeneração nacional» através da reconstituição e da revalorização das «verdadeiras tradições pátrias», da introdução de elementos de modernização compatível, do extirpar das conceções e das atuações desagregadoras.

Estado Novo e memória histórica

Uma vez argumentada a legitimidade exclusiva da narrativa oficiosa sobre a história de Portugal (por intermédio do historicismo neometódico), depois de fixado um perfil coerente de «identidade histórico-cultural nacional» e de vinculação do presente e do futuro ao passado – através da depuração e da reformulação dos mitemas do «nacionalismo luso» –, uma vez anuladas as dissonâncias existentes na base de apoio da ditadura e de afirmado o carácter erróneo das leituras divergentes, o salazarismo empenhou-se na disseminação da nova ortodoxia. Procurou mobilizar para o efeito, de modo sistémico, a totalidade dos instrumentos complementares de consolidação de uma memória histórica única mas de geometria variável, isto é, ajustável às necessidades específicas das elites, do grupo socioprofissional dos historiadores e professores de História, dos outros segmentos das «classes médias», dos jovens que frequentavam o ensino médio e superior, «das crianças e do povo»⁽⁵⁾.

No âmbito do ensino não superior e da divulgação científica, o discurso sobre história foi semelhante ao elaborado e reproduzido nas Faculdades de Letras, ocorrendo, no entanto, alguma diferenciação. Concedeu-se maior peso à “história geral” (quase exclusivamente história da Europa e, nesta, de Leão e Castela/Espanha, França, Inglaterra/Grã-Bretanha) e caracterizou-se a época contemporânea, apresentada como período globalmente negativo porque marcado pelos «princípios funestos» da Revolução Francesa: racionalismo e filo-semitismo, individualismo e materialismo, plutocracia ou igualitarismo, liberalismo ou democracia e socialismos, laicismo e agnosticismo ou ateísmo, nacionalismo pagão ou internacionalismo, capitalismo ou coletivismo.

(5) Cf., entre outros, Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia...*, cit., p. 6 e 10; Marc Ferro, *L'histoire sous surveillance...*, cit., p. 10; Sérgio Campos Matos, *História, mitologia e imaginário nacional...*, cit., p. 10; João Paulo Avelãs Nunes, «Ideologia e história no Estado Novo...», cit., p. 6; João Paulo Avelãs Nunes, «As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo...», cit., p. 6; João Paulo Avelãs Nunes, «O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais...», cit., p. 10; Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro...*, cit., p. 7; António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (dir.), *História Contemporânea de Portugal (1808-2010)*, 5 vols., Lisboa, Fundação MAPFRE e Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal, Lda., 2013-2015; Fernando Rosas (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7; Luís Reis Torgal, *História e ideologia...*, cit., p. 10; Luís Reis Torgal e outros, *História da história em Portugal...*, cit., p. 10.

Tratando-se de tecnologias de grande longevidade, muito exigentes em termos de investimento inicial e de cariz eminentemente público, de particular eficácia quanto à capacidade de influenciar transversalmente nacionais e visitantes ou observadores estrangeiros, a arquitetura e o urbanismo, o património cultural e a museologia mereceram atenção redobrada por parte do salazarismo. Para além de se estabelecer um perfil de remodelação indiscutivelmente associável ao regime – misto de modernismo e de neoclassicismo monumentalista, de historicismo e de regionalismo –, aumentou-se o número, a visibilidade e os tipos de utilização dados às «zonas históricas», aos monumentos e aos outros edifícios intervencionados (reutilizados, restaurados e construídos) ou construídos de raiz.

Quanto às épocas, correntes estéticas e funções sociais adotadas como modelo inspirador da modernização nacionalista e historicista do espaço urbano, depara-se com as Idades Média e Moderna; com o românico e o gótico, o manuelino e o barroco; com edifícios – político-administrativos, militares e religiosos – da Coroa, da nobreza e do clero católico, dos concelhos e da burguesia. Relativamente ao património cultural móvel, classificado e salvaguardado em espaços de museologia tradicional, resumiu-se, no essencial, a vestígios arqueológicos comprovativos das «nobres origens da Nação», à arte erudita ilustrativa da «grandeza da Pátria», a vestígios etnológicos (nacionais ou regionais/locais) e etnográficos (coloniais), à história das ciências da natureza. As principais exclusões tiveram a ver com os «não europeus» e com «outras religiões» – magrebinos e negros, muçulmanos ou judeus, escravos, «cristãos novos» e «marranos» –, com a cultura material (mesmo das épocas moderna e contemporânea), com o novo património cultural e a nova museologia.

Pretendendo influenciar e regenerar, desativar e mobilizar, exclusiva e permanentemente, tanto as elites como os grupos intermédios e parte substancial das «classes populares», o salazarismo organizou, com regularidade, elaboradas e coerentes comemorações histórico-patrióticas. Promoveu, ainda, a convergência sistemática entre a sua narrativa sobre «o passado» e a propaganda – política e sindical, religiosa e associativa –, a comunicação social e a publicidade, a produção artística em geral e a estatuária em particular, a toponímia e a numismática. Será, assim, operatório afirmar que a estratégia de configuração da memória histórica (sob a forma do historicismo neo-metódico) foi um dos vetores nucleares da mundividência do Estado Novo.

De entre as múltiplas iniciativas de «encenação do passado», evoco, a partir de 1934, as comemorações anuais do «Dia da Raça» (10 de junho), ou seja, das supostas características identitárias do «Povo Português» e da respetiva capacidade para se expandir pelo Mundo (como descobridores e colonizadores/civilizadores, enquanto agentes económicos ou emigrantes). Desde o ano de 1940, em Coimbra, o Portugal dos Pequenitos, espaço «lúdico-pedagógico» de inculcação de vertentes da ideologia – nacionalismo e historicismo, ruralismo e colonialismo – do Estado Novo junto «das crianças e do povo». Em 1947, as Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (1147), momento, tanto de reafirmação da matriz «Católica e Ocidental da Nação Portuguesa», como de exclusão dos muçulmanos e judeus (inimigos do catolicismo e Orientais). No ano de 1960, as Comemorações Henriquinas, integradas no esforço de relegitimação do colonialismo português no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, nomeadamente recorrendo à perspetiva «lusu-tropicalista».

O principal destaque é, no entanto, devido às massivas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração (1640), ocorridas, em 1940 – de junho a dezembro –, sobretudo em Lisboa mas, também, no resto «da Metrópole, nas Ilhas Adjacentes e nas Colónias». Significativamente, o programa das comemorações foi iniciado e concluído com dois *Te Deum* na Sé Catedral de Lisboa (2 de junho e 1 de dezembro). Seguiram-se, entre outras, as cerimónias alusivas à «Fundação de Portugal» (a 4 de junho, na «cidade berço» de Guimarães); a Exposição do Mundo Português (Lisboa, 23 de junho a 2 de dezembro); o Congresso do Mundo Português⁽⁶⁾ e o Congresso Internacional da Mocidade (Lisboa); o desfile alusivo à «Restauração da Independência» (a 1 de dezembro, em Lisboa), com «os estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa».

(6) Congresso de Pré e Proto-História de Portugal (Universidade do Porto), Congresso de História Medieval de Portugal (Universidade de Coimbra), Congresso de História dos Descobrimentos e Colonização Portugueses (Universidade de Lisboa), Congresso de História da Monarquia Dualista e da Restauração (Universidade de Lisboa), Congresso de História Moderna de Portugal (Universidade de Lisboa), Congresso de História Contemporânea de Portugal (Universidade de Lisboa), Congresso Luso-Brasileiro de História (Universidade de Lisboa), Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa (Universidade de Coimbra), Congresso Colonial (Universidade de Lisboa) e Congresso Nacional de Ciências da População (Universidade do Porto), cujas atas foram publicadas na íntegra (Cf. *Congresso do Mundo Português*, 19 vols., Porto, Imprensa Portuguesa, 1940).

Estado Novo e antissemitismo⁽⁷⁾

Tanto ao longo da ditadura como após o Golpe Militar e a Revolução do 25 de Abril de 1974, o discurso político e muita da produção historiografia têm coincidido no balanço segundo o qual o salazarismo evitou promover conceções darwinistas sociais e não adotou posturas antissemitas ativas. Antes da e durante a Segunda Guerra Mundial, quaisquer afirmações ou práticas eventualmente classificáveis como antissemitas, ocorridas em Portugal, decorreriam, apenas, de resquícios de antijudaísmo atávico, instintivamente mantido, nas classes populares rurais, devido à luta travada, contra mouros e judeus, na Idade Média e na Idade Moderna; as tensões nacionalistas face a cidadãos estrangeiros; ao esforço para não provocar reações agressivas por parte de grandes potências como a Alemanha durante o Terceiro Reich.

Resolvida a «ameaça judaica» nos séculos XVI a XVIII, tendo herdado uma pequena comunidade israelita – integrada na «Nação Lusa» e sobretudo concentrada em Lisboa, posicionada nas «classes altas» e com ligações ao Reino Unido –, o Estado Novo ter-se-ia limitado a evitar o regresso «do problema judaico», o qual seria necessariamente gerado pela entrada no país de quantitativos significativos de indivíduos de origem judaica. Daí as vantagens de impedir, a título preventivo, por um lado, a emergência de ideologias antissemitas radicais; por outro, a reconversão dos «marranos» ao judaísmo e o aumento do número

(7) Cf., nomeadamente, Maria das Graças Ataíde de Almeida, *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*, São Paulo, USP/Humanistas, 2001; David Bankier (ed.), *Probing the depths of german antisemitism*, Jerusalém, Yad Vashem, 2001; David Bankier e Israel Gutman (ed.), *Nazi Europe and the final solution*, Jerusalém, Yad Vashem, 2009; David Bankier e Dan Michan (ed.), *Holocaust and justice*, Jerusalém, Yad Vashem, 2010; Richard Breitman, *Os segredos do Reich que os Aliados sabiam* (trad. do inglês), Lisboa, Âncora Editora, 2001; Christopher Robert Browning, *The origins of the Final Solution*, Jerusalém, Yad Vashem, 2004; Maria Luíza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na Era Vargas*, São Paulo, Perspectiva, 2001, 3ª ed.; Susana Chalante, «O discurso do Estado salazarista perante o 'indesejável'...», cit., p. 6; Manuela Franco, «Judeus em Portugal», in Maria Filomena Mónica e António Barreto (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, p. 314-324; Manuela Franco, «Uma influência portuguesa no Levante? A diplomacia ao serviço da propaganda do prestígio da República», *Política Internacional*, Outono/Inverno 2002, p. 187-206; Saul Friedländer, *The years of persecution. Nazi Germany and the jews (1933-1939)*, Londres, Phoenix, 2007; Saul Friedländer, *The years of extermination. Nazi Germany and the jews (1939-1945)*, Nova Iorque, Harper Perennial, 2007; Israel Gutman, *Holocausto*

de judeus estrangeiros (imigrantes, refugiados ou exilados) a viver «na Metrópole, nas Ilhas Adjacentes ou nas Colónias».

Confirmando a reconstituição e interpretação em causa estariam o comportamento moderado da Igreja e da «ação católica» nacionais perante o aumento da influência, à escala europeia e mundial, de concepções darwinistas sociais e antissemitas; a quase ausência de violência ideológica ou social contra judeus, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940; as boas relações políticas e pessoais existentes entre Moisés Bensabat Amzalak (Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, professor universitário de economia e dirigente da Associação Comercial de Lisboa, administrador do jornal *O Século* e Procurador à Câmara Corporativa, etc.) e António de Oliveira Salazar – ou entre a comunidade judaica lusa e o Estado Novo –; a recusa do Governo de Lisboa em ceder às exigências de Berlim no que concerne à introdução de legislação que discriminasse cidadãos de origem judaica e a permanência do nosso país na «área de influência» britânica; a atitude relativamente benigna mantida, face aos refugiados de origem judaica, durante a Segunda Guerra Mundial.

Nas últimas duas década foram, entretanto, publicados diversos estudos que tendem a questionar em parte os consensos estabelecidos. Perante a realidade portuguesa e por comparação com o ocorrido em outros países até 1939 (na Europa Ocidental e no Continente Americano

y memoria (trad. do hebraico), Jerusalém, Yad Vashem, 2003; Mike Hawkins, *Social darwinism in european and american thought (1860-1945)*, Cambridge, CUP, 1998, 2ª ed.; Helena Pinto Janeiro, *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998; Manuel Loff, *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista...*, cit., p. 6; António Louçã e Isabel Paccaud, *O segredo da Rua d'O Século*, Lisboa, Fim de Século, 2007; Lina Madeira, *Alberto da Veiga Simões. Esboço de uma biografia política*, Coimbra, 2000 (policopiado); Lina Madeira, *O mecanismo de (des)promoções do MNE. O caso paradigmático de Aristides de Sousa Mendes*, 2 vols., Coimbra, 2013 (policop.); Jorge Martins, «O moderno anti-semitismo em Portugal...», cit., p. 6; Jorge Martins, *Portugal e os judeus*, 3 vols., Lisboa, Editorial Vega, 2006; Jorge Martins, *A República e os judeus*, Lisboa, Nova Vega, 2010; Elvira de Azevedo Mea e Inácio Steinhardt, *Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto...*, cit., p. 6; João Medina e Joel Barromi, «O projecto de colonização judaica em Angola», *Clío*, 6 (1987/1988), p. 79-105; João Medina, «António Sardinha, anti-semita», *A Cidade*, 2, jul-dez. 1988, p. 45-122; João Medina, «O caso Dreyfus em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras [UL]*, V série, 16/17 (1994), p. 115-231; Avraham Milgram (ed.), *Entre la aceptación y el rechazo. América Latina y los refugiados judíos del nazismo*, Jerusalém, Yad Vashem, 2003; Avraham Milgram, *Portugal, Salazar e os judeus...*, cit., p. 6; Lúcia Liba Mucznik e outros (coord.), *Dicionário do judaísmo português...*, cit., p. 6; Patrick von zur Mühlen, *Caminho de fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*, Coimbra, IUC, 2012; João Paulo Avelãs Nunes,

de modo parcelar, na Europa de Leste de forma extremada), confirma-se a avaliação segundo a qual o salazarismo não dinamizou nem tolerou discursos, legislação ou práticas – político-administrativas e sociais – antissemitas de cariz sistémico e explícito. Propõe-se, ao mesmo tempo, ser operatório afirmar que a ditadura lusa cultivou e autorizou leituras darwinistas sociais, mundividências antissemitas (algumas sob a capa de «meras memorações antijudaicas»), estratégias político-administrativas e interações sociais encapotada ou controladamente antissemitas.

Segundo os partidários desta hipótese, entre os quais me encontro, não só a investigação historiográfica recentemente concretizada permite sustentar a natureza objetivante da abordagem citada, como se identificaram as potencialidades, por um lado, de rastrear e de analisar novas séries de vestígios relevantes; por outro, de visitar núcleos documentais já considerados para estudar outras problemáticas. Elencam-se, a este propósito, publicações periódicas generalistas e de organizações políticas, da Igreja e da «ação católica», de associações empresariais e sindicais, etc; manuais de História dos vários níveis de ensino e obras de divulgação cultural ou científica; monografias, coletâneas de discursos e de outras intervenções públicas de personalidades significativas, atas de eventos políticos e religiosos, económicos e culturais (nacionais ou internacionais)⁽⁸⁾.

A história económica e social na FLUC..., cit., p. 10; João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Coimbra, IUC, 2010; João Paulo Avelãs Nunes, «Neo-darwinism and politico-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th century», in Ana Leonor Pereira e outros (ed.), *Darwin, evolution, evolutionisms*, Coimbra, IUC, 2011, p. 151-155; João Paulo Avelãs Nunes, «Darwinismo social e antisemitismo...», cit., p. 6; Livia Parnes, *Présences juïves dans le Portugal contemporain...*, cit., p. 6; Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal...*, cit., p. 6; Michael Phayer, *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*, Bloomington, Indiana University Press, 2000; Irene Flunser Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial...*, cit., p. 6; Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar, Portugal e o Holocausto...*, cit., p. 6; Gabriel de Jesus Pita, *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo...*, cit., p. 7; Isabelle Rohr, *The spanish right and the jews (1898-1945)*, Londres, Sussex Academic Press, 2008; Bernd Rother, *Franco y el Holocausto* (trad. do inglês), Madrid, Marcial Pons, 2005; Ansgar Schaefer, *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão...*, cit., p. 6; David Vital, *A people apart. The jews in Europe (1789-1939)*, Oxford, OUP, 2009, 2ª ed.; Bernard Wasserstein, *On the eve. The jews of Europe before the Second World War*, Londres, Profile Books, 2012; Michel Winock, *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*, Paris, Éditions du Seuil, 1982.

(8) Cf., por exemplo, Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras pastorais*, 7 vols., Lisboa, União Gráfica, 1936-1970; *Dez anos de política externa (1936-1948). A nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 15 vols., Lisboa, MNE/IN, 1961-1993; Lina Madeira, *Correspondência de um diplomata no III Reich*, Coimbra, Mar da Palavra, 2005; Manuel Homem de Mello, *Eu*

Para caracterizar e explicar a correlação entre nacionalismo, darwinismo social e antissemitismo no Estado Novo, começo por lembrar a ocorrência, em momentos ao longo do século XIX e no primeiro quartel do século XX, de situações de violência contra «marranos», apontados como corresponsáveis pelas Invasões Francesas⁽⁹⁾, e de tentativas de afastar agentes económicos concorrentes denunciando a respetiva origem judaica (sinónimo de imoralidade). A reprodução de preconceitos antissemitas – a propósito de realidades nacionais ou estrangeiras, passadas ou presentes – em textos literários e jornalísticos⁽¹⁰⁾. O amplo envolvimento português nas polémicas a propósito do *Affaire Dreyfus* (ano 1894 e seguintes) e a intensa condenação da suposta ligação entre «os judeus», a Maçonaria e o republicanismo.

Indico, ainda, a publicação e divulgação, por setores monárquicos autoritários, da obra *Protocolos dos Sábios de Sião*⁽¹¹⁾ e o ressurgimento de uma produção historiográfica com elementos de antissemitismo (ver,

vi morrer o III Reich, Lisboa, Editorial Vega, 1982; António da Silva Pena Peralta [Paulo de Tarso], *Crimes da franco-maçonaria judaica*, Guarda, Empresa *Veritas*, 1928; Mário Saa, *A invasão dos judeus*, Lisboa, Libânio da Silva, 1925; António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, 6 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 1945-1967; António Sardinha, *O valor da raça*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, 1915.

(9) «A insurreição popular não só revestiu inequívocas motivações sociais como permitiu agitar ancestrais representações sócio-religiosas. O anti-semitismo ressurgiu com surpreendente força em enclaves geográficos de tradição cristã-nova como Bragança, Moncorvo, Guarda, Viseu, Covilhã, Fundão e Vila Nova de Foz Coa. Nesta vila, a população manteve-se levantada contra os Franceses e ‘os judeus que os protegiam’ durante 15 dias. A imagem do satânico opressor, aplicada ao ocupante francês, desdobrou-se, internamente, na do jacobino e do judeu, ambos potenciais subversores da ordem pública e religiosa. Naturalmente que o clero não foi alheio a este processo de clivagem social e cultural». (Cf. Ana Cristina Araújo, «Política e diplomacia na Era das Revoluções», in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, p. 35/36)

(10) «A antiga lenda do israelita, magro, esguio, adunco, caminhando cosido com a parede, e coando por entre pálpebras um olhar turvo e desconfiado, pertence ao passado. O judeu hoje é um gordo. Traz a cabeça alta, tem a pança ostentosa e enche a rua. É necessário vê-los em Londres, em Berlim, ou em Viena: nas menores coisas, entrando em um café ou ocupando uma cadeira num teatro, têm um ar arrogante e ricoço, que escandaliza. A sua pompa espectacular de Salomões parvenus ofende o nosso gosto contemporâneo, que é sóbrio. Falam sempre alto, como em país vencido, e num restaurante de Londres ou de Berlim nada há mais intolerável que a gralhada semítica. Cobrem-se de jóias, todos os arreios das carruagens são de ouro, e amam o luxo grosso. Tudo isto irrita». (Cf. Elza Miné e Neuma Cavalcante (ed.), *Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de imprensa*, Lisboa, IN-CM, 2002, vol. IV, p. 110)

(11) Cf. Francisco Pereira de Sequeira e José de Lemos Peixoto, *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*, Porto, Livraria Portuguesa, 1923.

por exemplo, *História dos cristãos novos portugueses*⁽¹²⁾). O argumentário antissemita presente nos debates acerca de um projeto de instalação de colonos de origem judaica em Angola e sobre a concessão da nacionalidade portuguesa a judeus de origem lusa residentes no Mediterrâneo Oriental. O peso do antissemitismo nas ideologias e na atividade do Integralismo Lusitano e do Movimento Nacional-Sindicalista.

Relativamente ao salazarismo propriamente dito, deparamos com vetores de antissemitismo antes e após o eclodir da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. Acerca dos anos trinta, saliento a defesa sistemática da legitimidade, da necessidade e das vantagens da «guerra contra os judeus» – expulsão e conversão forçada, condenação e perseguição de vivências religiosas e de outras práticas culturais, diferenciação entre «cristãos velhos» e «cristãos novos» – concretizada, nos séculos XVI a XVIII, pela «Nação Lusa» (Estado, Igreja Católica e «sociedade civil»). A recusa em promover o conhecimento e a divulgação da cultura judaica em geral e do ladino em particular; em estabelecer contatos e em rentabilizar a subsequente cooperação com as comunidades de sefarditas existentes noutros Estados, descendentes dos judeus expulsos ou fugidos do nosso país e de Espanha na Idade Moderna.

Considero, também, a reação do Governo e do aparelho de Estado, da Igreja e da «ação católica» contra o «Resgate dos Marranos», iniciativa liderada por Artur Barros Basto, a partir da Sinagoga do Porto, com os objetivos de identificar e de valorizar os «cripo-judeus» portugueses, de viabilizar o restabelecimento das ligações entre os mesmos e a diáspora judaica. A presença de tópicos de antissemitismo em várias das frentes da luta pela consolidação da hegemonia ideológica da ditadura, nomeadamente perante as dúvidas acerca do regime político a adotar⁽¹³⁾, face à «questão social» e sobre a escolha entre «arte nacional» e «arte cosmopolita».

(12) Cf. João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos novos portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1921.

(13) Segundo a Redação do católico *O Trabalhador*, estaria «provado por documentos encontrados na Hungria e em outros países da Europa Central que foi o dinheiro judaico que fomentou diversos levantamentos comunistas que ensanguentaram esses países após a Guerra: Trotsky, Zinoviev, Kamenef, Litvinof, Radek, Karl Marx, Liebknecht, Rosenthal, Rosa Luxemburg, Bela-Kuhn, Borodin... são judeus. Rosenberg, o embaixador da Rússia que dirigiu a revolução marxista na Espanha, é semita. Do que os algozes de Cristo são capazes vê-se pela seguinte carta da Sinagoga, escrita no século XV: 'Fingi aceitar o cristianismo para que maior dano possais causar aos cristãos. Dedicar-vos-eis às letras, e com a vossa teologia subvertereis a fé dos cristãos; com vossa jurisprudência os despojareis; com

Evoco a responsabilização «dos judeus» – conspirativos e ambiciosos, plutocratas mas financiadores de revolucionários, anticristãos e inimigos das Nações – pela violência, de Estado e social, que contra os mesmos era perpetrada na Alemanha e em outros países europeus, apesar das críticas aos «excessos praticados» e, sobretudo, ao desrespeito pelos indivíduos que se tinham convertido ao catolicismo⁽¹⁴⁾. Lembro, finalmente, a partir de meados da década de 1930, o esforço para impedir a entrada em Portugal de refugiados alemães de origem judaica, impedidos de regressar ao seu país pelo Terceiro Reich; acusados de serem portadores de concepções e de comportamentos subversivos e imorais, de serem inimigos do catolicismo e dos «países com Governos de ordem», de serem aliados da «Rússia comunista» e da «América plutocrática». A orientação em causa foi imposta por António de Oliveira Salazar enquanto Chefe do Estado Novo e defendida, quer pela PVDE, quer por muitos quadros superiores do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante o conflito de 1939 a 1945, confrontada com a heterodoxa iniciativa de Aristides de Sousa Mendes, a ditadura lusa exigiu que o custear das despesas com os refugiados judeus fosse assegurado pela Comunidade Israelita de Lisboa ou por organizações estrangeiras; estabeleceu o propósito de que todos os «refugiados israelitas» abandonassem o país, abdicando,

medicina matareis impunemente; abusareis dos benefícios eclesiásticos e dos sacramentos e à Igreja pertencereis. Entrando nos mosteiros, perturbareis a paz e a concórdia. Finalmente, ocupareis discretamente os lugares seculares e dedicar-vos-eis às artes para devorar os bens dos cristãos sem trabalho'. O trabalho judaico vai tomando, dia e noite, maior importância devido à autêntica invasão dos emigrados alemães. Não se pode combater o comunismo sem combater os seus aliados da franco-maçonaria e do judaísmo internacional». (Cf. Redacção, «Os judeus e o comunismo», *O Trabalhador*, Ano III, 69, 1 mar. 1937, p. 4)

(14) De acordo com a Direção da Associação Industrial Portuguesa, «os judeus da Alemanha tinham invadido as universidades, os tribunais, a imprensa, o teatro, o cinematógrafo, a medicina, as letras e as artes, a banca e a Bolsa, o grande comércio. Isto prova a sua inteligência e as suas capacidades. Eis algumas cifras: dos 3450 advogados de Berlim, 1925 eram judeus e 1525 arianos [...]. Em 1914, 30% das cátedras universitárias eram já ocupadas por judeus; em 1932, na Faculdade de Medicina de Berlim, a percentagem era de 45% [...]. Dos 29 empresários de teatros de Berlim, 23 eram judeus, ou seja 80%; 75% das peças de teatro representadas nestes últimos anos foram escritas por judeus. Os bancos judaicos são os mais importantes da Alemanha [...]. Enfim, os grandes chefes revolucionários, desde Karl Marx [...], foram ou são judeus. Em resumo, era um facto que a influência judaica predominava cada vez mais e por toda a Alemanha, ao ponto de os cristãos se sentirem pouco a pouco eliminados. Uma reacção era necessária. Foi espontânea. Foi brutal. Foi imprudente. Produziu-se então e ainda hoje se dão em toda a Alemanha actos de anti-semitismo repreensíveis». (Cf. Redacção, «Os judeus na Alemanha», *Indústria Portuguesa*, 12º ano, 132, (Fev. 1939), p. 14)

ao mesmo tempo, de procurar fixar indivíduos de origem portuguesa e/ou com competências profissionais pouco frequentes. Respondeu, ainda, negativamente à maioria das perguntas de Berlim sobre se Portugal estava interessado em acolher judeus que afirmavam ter cidadania e/ou origens portuguesas, mesmo quando reivindicou o direito de gerir os respetivos bens em territórios ocupados pela «Grande Alemanha».

Ao longo da década de 1940 (mesmo depois dos Julgamentos de Nuremberga), o Governo de Lisboa evitou condenar o Terceiro Reich e outros Estados corresponsáveis pelo Holocausto, mau grado ter acompanhado a escalada de antissemitismo desde 1933 e ter tido conhecimento, pelo menos desde o Outono de 1941, do genocídio desencadeado desde o início da invasão da URSS (a 22 de junho de 1941). Podendo, embora, ser explicável a partir de múltiplos condicionalismos – um dos quais dificilmente será a defesa do direito do povo palestino à autodeterminação e à independência –, não deixa de ser significativo que Portugal só tenha aceitado estabelecer relações diplomáticas com Israel em 1977, já depois do Golpe Militar e da Revolução de 25 de Abril de 1974, bem como da consolidação de um regime democrático.

Antijudaísmo e antissemitismo na memória histórica do Estado Novo

Coerentemente com o propósito de naturalização e de consensualização de uma ideologia totalitária, com a estratégia de consolidação e de reprodução do regime tendo em conta alguns constrangimentos internos e externos, o salazarismo escolheu, pois, o louvor do antijudaísmo português dos séculos XVI a XVIII como a concretização mais operatória da sua componente de antissemitismo. Partindo de nacionalismos tradicionalistas, conservadores e modernizadores, da democracia-cristã neotomista e de um darwinismo social difuso, a ditadura lusa preferiu a abordagem historicista, tanto pelos respetivos prestígio e eficácia legitimadora, como pelo seu carácter relativamente distanciado e preventivo, moderado e controlado⁽¹⁵⁾.

(15) Cf., entre outros, Manuel Löff, *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista...*, cit., p. 6 e 14; João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo...*, cit., p. 6; João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na FLUC...*, cit., p. 10 e 15; João Paulo Avelãs Nunes, «As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo...», cit., p. 6 e 12; João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o volfrâmio...*, cit., p. 15; João Paulo Avelãs Nunes, «O Estado, a historiografia e outras

Na perspetiva do dirigente e do apoiante-tipo do Estado Novo, «os judeus» eram uma ameaça permanente enquanto praticantes de uma religião e, em geral, de uma cultura malignas (ou, pelo menos, exóticas e inferiores); enquanto Nação sem território nem Estado; enquanto «raça oriental» (não europeia nem ocidental). Ao contrário de outros países europeus e americanos, Portugal teria resolvido o seu «problema judaico» durante a idade moderna. Apesar dos erros cometidos desde 1807 ou 1820 – fim da identificação, da segregação e do controlo (preventivo e punitivo) dos judeus –, mesmo na época contemporânea o «perigo judaico» estaria contido porque se assistiu ao manter da caracterização do judaísmo como realidade exótica e da condenação do mesmo, à aparente ou efetiva integração dos membros da pequena comunidade judaica na «Nação Lusa», à segmentação e neutralização dos dispersos e aculturados grupos de «marranos». Bastaria, assim, manter o *status quo* vigente, evitar a entrada ou a (re)conversão de mais judeus e impedir o eclodir de novas polémicas públicas sobre «os israelitas» (despoletadas por fenómenos nacionais ou internacionais).

Prolongando níveis de explicitude e de radicalismo típicos do último quartel do século XIX e do primeiro quartel do século XX, alguns intelectuais continuaram, no entanto, nas décadas de 1930 e de 1940, em âmbitos mais ou menos restritos, a defender posições abertamente antissemitas. «Os judeus» seriam uma «raça» e uma Nação orientais e não assimiláveis, cultivariam um atavismo religioso e o ódio ao catolicismo, utilizariam, sistematicamente, todas as modalidades de desagregação da «ordem» social e política. Recorria-se, também, com frequência, a exemplos e a argumentos retirados «do passado», afirmando-se que «os judeus» sempre odiaram «os cristãos» e tentaram dominar o Mundo, utilizando, para o efeito, múltiplos «estratagemas ínvios». Adicionavam-se, pois, os mitemas do antijudaísmo medieval e moderno às narrativas do antissemitismo contemporâneo.

A título meramente ilustrativo, assinalo e procuro analisar alguns exemplos de produção intelectual que correspondem aos dois perfis que acabei de propor. Coloco a hipótese de se tratar de posturas bem mais numerosas e relevantes entre nós do que é habitual considerar, justificando-

ciências/tecnologias sociais..., cit., p. 10 e 12; Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar, Portugal e o Holocausto...*, cit., p. 6 e 15; Luís Reis Torgal e outros, *História da história em Portugal...*, cit., p. 10 e 12.

se um estudo sistemático desta problemática. Chamo a atenção para a explicitude e para a naturalidade, para o rigor terminológico e para a abundância de estratégias argumentativas antissemitas presentes – incluindo a remissão para obras dos principais historiadores portugueses da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX –, durante a Ditadura Militar e durante a primeira década do Estado Novo, nos vetores de construção de memória histórica citados.

Começo por salientar a *História de Portugal* de Fernando Falcão Machado, editada em 1928 enquanto resumo «das lições magistrais de História de Portugal (1º Ano) pelo Exmo. Professor Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano letivo de 1927/1928 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra»⁽¹⁶⁾. Só pareceu necessário evocar «os judeus» nas vésperas da respetiva expulsão e conversão forçada, pouco antes da implantação do Tribunal do Santo Ofício. De acordo com o autor da «sebenta» e com o futuro Cardeal Patriarca de Lisboa,

no século XVI há uma purificação da Raça pela expulsão dos Judeus, bem como a dos Mouros.

Havia a opinião de que a unidade religiosa havia de ser a base da unidade nacional. Os judeus converteram-se ao cristianismo, mas foi uma falsa conversão. Praticam a ocultas o rito da sua religião. O problema agrava-se do século XVI em diante. Os Judeus eram indignos. Ameaçavam corromper a alma nacional. Usavam de simulação. Era a traição das virtudes do apanágio da nossa civilização: coragem, lealdade, sinceridade. Ocupavam postos superiores no Estado, mediante o fingimento de professarem uma religião que, no fundo, detestavam. Feita a purificação no interior, a cruzada projecta-se além fronteiras. (p. 8)

Observemos, em segundo lugar, a obra *Portugal na história da Civilização*, publicada em 1928 por António Serras Pereira, professor do Ensino Liceal⁽¹⁷⁾. Pretendeu-se, essencialmente, reafirmar a natureza negativa «dos judeus» e lembrar o eterno projeto daquele «povo oriental»

(16) Cf. Fernando Falcão Machado e Júlio Catarino Nunes, *História de Portugal. Síntese das lições magistrais de História de Portugal (1º Ano) pelo Exmo. Professor Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927/1928 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Tipografia da Gráfica Conimbricense, 1928.

(17) Cf. António Serras Pereira, *Portugal na história da civilização*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1928.

de destruição da “Civilização Cristã e Ocidental”, de concretização de uma estratégia de domínio a nível mundial. Quis-se caracterizar a situação política portuguesa, nos reinados de D. Fernando I a D. João III, à luz de um pretenso conflito entre a «Nação Portuguesa» e a «Raça Judaica»; demonstrar a centralidade de Portugal como “defensor do Ocidente” na luta contra a «Internacional judaica».

Referindo-se aos judeus, A. Serras Pereira afirmava que o

seu anti-nacionalismo (em relação às outras nacionalidades), filho de um nacionalismo ferrenho, obrigava-os a organizar-se em uma vasta Internacional [...]. Destituídos, todavia, das vulgares garantias, e tendo de arcar com os riscos da vida capitalista e comercial, eram levados pela dura necessidade a procurar no açambarcamento, no monopólio e na usura, a única garantia preventiva, susceptível de ser por eles adquirida. Mas, o ódio que desta maneira fomentavam nas populações, deles economicamente dependentes, agravava-lhes o precário da situação.

Os judeus defendiam-se dando as mãos aos inimigos externos e internos, assim como a todos os elementos dissolventes da sociedade [...]. Nisto tivera o perigo judaico a sua máxima gravidade. Verdadeiro estado dentro de outro estado, e portador duma civilização antagónica, irredutível e inassimilável, o judeu representava sempre um perigo excepcional. Daí o seu carácter congenitamente revolucionário e subversivo. Por outro lado a função preponderante da sua Internacional, especulando com os destinos e interdependência dos povos, era de molde a alimentar-lhes a esperança de domínio exclusivo do mundo, uma vez posta em prática a projectada e para eles indispensável ruína geral. (p. 107/108)

Utilizando uma linguagem marcada por um certo «radicalismo anti-plutocrático» e por um elevado grau de anacronismo, o autor de *Portugal na história da Civilização*, invocando o reinado de D. Fernando I, defendeu que numa

altura em que o capitalismo internacional com a finança judaica à frente, reinava em absoluto, por intervenção da praça de Lisboa sobre Portugal, minando por completo toda a possibilidade duma política de fomento eficaz, urgia consolidar o Estado dentro duma base territorial mais vasta para ficar à altura de desempenhar a sua função protectora. Só dentro dessa nova situação surgiria um poder real suficientemente forte para efectivar essa política que ressaltasse as vilas e a conservadora

nobreza rural dos gravames da parasitária, dissolvente e revolucionária nobreza cavaleiresca dos filhos segundos, dos sem terra, não associados, portanto, à produção interna. (p. 52)

Depois de, nos reinados de D. João I a D. Afonso V, supostamente «os judeus» terem voltado a dominar no nosso país, verificando

que em Portugal tinham entrado clandestinamente maior número de judeus que os do pactuado, D. João II providenciou contra essa gente suspeita, reduzindo-os à escravidão. Terminado o prazo, os judeus admitidos são embarcados e entregues à discricção dos comandantes dos navios, destituídos de todas as garantias, como era natural. Assim, mais uma vez, pudera D. João II conciliar os interesses do país com os mais altos sentimentos de humanidade. Tirando as crianças a essa raça proscrita, D. João II salvaguardava-as da tragédia que inevitavelmente lhes vitimaria os pais. Por outro lado, povoava com eles São Tomé [...], entregando-os aos cuidados dos colonos aí estabelecidos. (p. 139/140)

Finalmente, face à proclamada reconstituição da hegemonia judaica no reinado de D. Manuel I, D. João III procurou salvar o país exigindo a criação do Tribunal do Santo Ofício:

Tendo bem presente o carácter teocrático, exclusivista e autocrático do Estado judaico, negação de toda a possibilidade de independência económica, civil e moral e lembrando-nos de quanto desse Estado dependeria intimamente a vida económica e o meneio da política internacional portuguesa, avaliar-se-á a gravidade desse momento excepcional. Tolerar o judeu era tolerar, além da teocracia, o seu feroz domínio. Aniquilá-lo seria, por outro lado, aniquilar a nossa mais importante força económica. Como conciliar semelhante paradoxo? Ora foi precisamente para o conjurar, salvando-nos dessa situação desesperada, que agora nos vai aparecer a Inquisição. (p. 232/233)

É verdade que nos momentos críticos de terrorismo declarado, a Inquisição não poderia usar de muitas delongas em procurar, pelos meios de correcção, poupar o conspirador à jurisdição penal da época. Todavia o número de condenados à pena capital ficou sendo uma fracção insignificantíssima, e tanto mais e nos lembrarmos do que sucederia, se em certos momentos de terror faltasse a moderadora acção inquisitorial. Então se veria quantas execuções os governos

seriam forçados a fazer para darem uma satisfação às populações aterrorizadas e prestes, em caso contrário, a precipitarem-se em convulsões das mais sangrentas da história de todos os tempos. Isto a não triunfar o calamitoso despotismo político, económico e religioso do judeu, o qual, uma vez realizadas as suas esperanças messiânicas, reduziria a Cristandade a uma implacável escravidão. A Inquisição, contendo o judeu debaixo de uma rigorosa vigilância, debelou, logo de princípio, por um lado, a sua tremenda revolução social, por outro, a possibilidade do país ser por ele abandonado subitamente – o que também representaria um grau de ameaça para a vida económica da nação. (p. 235/236)

Consideremos, num terceiro momento, o manual escolar *Elementos de História de Portugal*, «elaborado para uso do Ensino Secundário, absolutamente de acordo com o respetivo Programa», da autoria de Alfredo Pimenta – figura marcante da intelectualidade lusa na primeira metade do século XX – e com primeira edição em 1934⁽¹⁸⁾. As únicas referências «aos judeus» são feitas a propósito dos reinados de D. Manuel e de D. João III, ou seja, no contexto de introdução da Inquisição:

Na Península hispânica, lutava-se desde há muito tempo contra o predomínio dos judeus na vida económica do Estado e dos particulares, e contra o perigo que eles e outros hereges constituíam para a pureza da Fé católica. (p. 238)

Os abusos a que os tribunais da Inquisição por ventura deram aso; as violências praticadas; as injustiças e precipitações nas sentenças; as paixões exacerbadas – tudo quanto é possível encontrar nesses tribunais e é inerente a qualquer tribunal, júri de concursos, tribunal judicial, de arbitragem, etc. – ficam muito aquém dos altíssimos serviços que eles prestaram à civilização portuguesa, à pureza do nosso sangue e da nossa fé, e à ordem pública. Sem eles, o perigo judaico ter-nos-ia arruinado, porque a população portuguesa ver-se-ia impelida para grandes e tumultuosas revoltas contra os judeus. (p. 252)

Também no *Compêndio de História Universal*, de António Gonçalves Mattoso – eventualmente o mais importante autor de manuais de História

(18) Cf. Alfredo Pimenta, *Elementos de história de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

do salazarismo –, livro obrigatório para os 4º e 5º Anos dos Liceus⁽¹⁹⁾, «os judeus» só são alvo de atenção aquando da referência à criação das Inquisições espanhola e portuguesa (Capítulo «Expulsão dos judeus»). Uma vez mais, tanto a «violência popular» como a «intervenção punitiva» das instituições são apresentadas como decorrendo «das características e ações inaceitáveis dos israelitas».

Depois de invocar as «revoltas populares e as chacinas» que se teriam repetido ao longo da Idade Média enquanto «resposta caótica» às «ofensas perpetradas pelos israelitas», António G. Mattoso afirma que em

1491 foram condenados à morte vários judeus, que haviam sacrificado uma criança cristã, em simulacro da paixão de Cristo. E embora as comunidades judaicas censurassem tais actos de fanatismo, a verdade é que o povo, convencido de que aquela «morte ritual» era prática corrente entre os judeus, exigia castigos severos contra a sua raça. Os Reis Católicos resolveram a questão, ordenando a sua expulsão, por Decreto de 31 de Março de 1492.

Deviam partir no prazo de 3 meses todos os que não se baptizassem, com seus filhos, criados e familiares; podiam alienar os seus bens, mas era-lhes proibido transportar ouro ou prata. Segundo os melhores cálculos, deixaram a Espanha 165 000 judeus, que partiram para África, Itália, Grécia, Turquia, etc. Os de Castela e da Estremadura fixaram-se, na sua maioria, em Portugal, onde foram acolhidos por D. João II, mediante o pagamento de um tributo. Mas pouco tempo aqui permaneceram, visto D. Manuel ter ordenado a sua expulsão em 15 de Novembro de 1496. De Navarra, que ainda estava fora da unidade hispânica, só saíram em 1508. (p. 291/292)

Escrita e divulgada, no seguimento de António Sardinha e Alfredo Pimenta, enquanto contributo para a consolidação da hegemonia intelectual do Estado Novo, a *História de Portugal* de João Ameal é uma obra de divulgação da memória histórica do salazarismo⁽²⁰⁾. De novo, as referências «aos judeus» ocorrem, apenas, em ligação com os reinados de D. Manuel I e de D. João III. Sendo a população portuguesa «predominantemente de origem lusitana», «cartagineses,

(19) Cf. António G. Mattoso, *Compêndio de História Universal (4º e 5º Anos dos Liceus)*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1939.

(20) Cf. João Ameal, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940.

romanos, bárbaros, árabes e berberes, judeus, normandos, negros, etc.» constituiriam minorias pouco significativas ou «comunidades hostis». No final do século XV, o avolumar da «ameaça judaica» teria exigido uma intervenção global e definitiva por parte «do Estado, da Igreja Católica e do povo».

Nas palavras de João Ameal, somos

os últimos a lançar mão de tão radicais providências. E, no entanto, o fermento de ódio ao parasitismo hebraico, persistente no nosso povo, reclama acção pronta por parte do poder, a fim de solucionar a questão [...]. Quanto aos benefícios da Inquisição, esses são evidentes e incontestáveis: livra-nos das terríveis guerras de Religião que assolaram o centro da Europa e as Ilhas Britânicas; sobrepõe a justiça e o prestígio do Estado às caóticas e bárbaras represálias populares; desintegra o núcleo hebraico, ameaçador da unidade nacional; zela eficazmente pela observância dos preceitos da Fé e das regras da moral. Bem haja D. João III pelo empenho que mostra em nos dar a Inquisição e por conseguir, com o êxito das suas diligências, ministrar à sociedade portuguesa o antídoto eficaz contra os venenos do luteranismo e contra os abusos de Israel. (p. 300 e 305/306)

Por sua vez,

do lado do elemento semita, multiplicam-se insolências e desafios que contribuem para envenenar os ânimos [...]. Poder-se-iam mencionar grande número de episódios que mostram os judeus na sua tarefa de provocadores, de insultadores das crenças e símbolos católicos. Resultado: em muitos casos, a gente miúda, desvairada pela cólera, entrega-se a violentas represálias. O que é preferível? Deixar o povo fazer justiça – ou injustiça – por suas mãos (como nas horríveis jornadas de 1506) ou confiar tal missão a um tribunal idóneo, ligado à Coroa, que intervirá na escolha dos juízes? (p. 300)

Diretor do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Joaquim Alberto Pires de Lima publicou em 1940 *Mouros, Judeus e Negros na história de Portugal*⁽²¹⁾. Tratar-se-ia de um

(21) Cf. Joaquim Alberto Pires de Lima, *Mouros, Judeus e Negros na história de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940.

«contributo para a comemoração do VIII Centenário do nascimento do Reino de Portugal» e, mais especificamente, para a preparação do Congresso Nacional de Ciências da População. Apoiar, na referida obra, a perspectiva segundo a qual «a raça portuguesa» derivaria «dos Celtiberos, Romanos, Germânicos, Judeus, Mouros e Negros», sendo os três primeiros contributos decisivos e os três últimos «povos intrusos». Afirma, ainda,

que o nosso povo vê sempre de soslaio os elementos estranhos, desconfiando dos Mouros, odiando os Judeus, a cuja raça não perdoa a Paixão de Cristo nem a exploração usurária, e mostrando às vezes certa simpatia pelos Negros, apesar da sua maior inferioridade étnica [...]. (p. 14)

No resto da Europa e na América contemporâneas, os

Judeus não se dedicam à agricultura, nem à vida militar. Mas têm nas suas mãos os bancos, onde se acumula o capital; são deles as fábricas de material de guerra; têm por si a opinião pública, pois que a dirigem e subjugam por meio da imprensa; ocupam cátedras universitárias, sobem à tribuna como representantes do povo e sobraçam pastas de ministro – legislam, governam, dominam. (p. 35)

Em Portugal, ao longo da Idade Média, os

Judeus nunca foram lavradores, nem marinheiros, nem soldados, mas viviam alimentando-se do trabalho alheio. Eram mercadores, médicos, boticários, clérigos advogados, escrivães. Os médicos e farmacêuticos eram acusados de matar legalmente os inimigos cristãos, que, por outro lado, eram explorados e roubados pelos Judeus das outras profissões. (p. 46)

Sob a forma de «conclusão moralizante», invoca Joaquim Pires de Lima que, em

Bragança e na Beira Baixa, onde abundavam os Cristãos Novos, persiste ainda a tradição dos afogadores ou abafadores, Judeus que tinham por missão estrangular os seus irmãos em crença, quando moribundos. Parece que não se tratava de práticas de eutanásia, mas sim de impedir que os doentes denunciassem, na hora da morte, os seus correligionários. Se não fosse a resistência tenaz dos Cristãos e a brutal defesa de que usaram, tudo leva a crer que os Judeus, com

a sua vitalidade de raça prolífica e a fé inabalável nos seus destinos, transformassem a Península numa colónia de Israel. (p. 45)

Escrito em 1943 e publicado em 1944, dois dos anos durante os quais ocorreu a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, em *Rumos da arte portuguesa*⁽²²⁾ Fernando de Pamplona associa inequivocamente «os judeus», «a arte moderna» e a degradação intencional, quer da «Civilização Ocidental» em geral, quer da «arte portuguesa» em particular. Comparados com «os filhos da África negra», «os israelitas» patenteariam as suas «raízes orientais» e uma pretendida incapacidade de produção estética figurativa:

Não há que iludir-nos! É a invasão da arte europeia pelo Oriente brumoso e pela África negra – o primeiro quase órfão de tradições plásticas, a segunda a debater-se em plena selvajaria. É a sorrateira infiltração dos novos bárbaros, dos criadores de monstros, que proliferam como gafanhotos... (p. 79)

Segundo o autor, compreende-se

que uma raça de iconoclastas, dada à abstracção nebulosa e a especulações confusas, traga no sangue a incompreensão e o horror da curva harmoniosa, apta como nenhuma outra a representar os corpos vivos, e que, ao tentar esta representação, difícil entre todas, procure grosseiramente esquematizar e deformar, resvalando num geometrismo sumário e ou numa visão caricatural. Outra característica oriental, e esta eminentemente judaica: o hermetismo, que vai do Talmude ao «Apocalipse». Ora a maioria dos expressionistas, cubistas, surrealistas são de proveniência oriental, judeus ou discípulos de judeus. (p. 67)

Negando quaisquer «preconceitos injustificados», Fernando de Pamplona proclama:

Apenas registamos a sua [dos judeus] inferioridade manifesta no domínio das artes plásticas e portanto a sua rotunda incompetência para, neste particular, darem lições aos europeus, que, através de mais de dois milénios, plasmaram obras primas sem conta e sem par. Apenas

(22) Cf. Fernando de Pamplona, *Rumos da arte portuguesa*, Porto, Portucalense Editora, 1944.

verificamos objectivamente (e nada temos a fazer-lhes...) que um abismo os separa da tradição europeia e do seu espírito e que representam a negação intolerável e brutal de tudo quanto temos sido e somos, de tudo quanto conquistámos e amamos. Submetermo-nos a estes estrangeiros do interior, a estes bárbaros da sensibilidade equivale a demitirmo-nos. A Europa estará madura para a servidão? (p. 70/71)

Conclusão

Argumentei, neste texto, sobre as características totalitárias e fascistas do Estado Novo português, acerca da compatibilidade entre a natureza do salazarismo e um discurso propagandístico na aparência moderado, com muitas semelhanças face aos períodos anteriores (Monarquia Constitucional, Primeira República e Ditadura Militar). A ditadura teria procurado concretizar uma estratégia de propaganda ao mesmo tempo sistémica e controlada, preventiva e mobilizadora mas diferenciadora de diferentes segmentos da população (elites, classes médias e classes populares; ativos e absentistas em termos cívicos), absolutamente condenatória das alternativas e fundamentadora do regime / do seu Chefe.

Afirmei que o Estado Novo encontrou na relação com «o passado» um dos seus principais vetores de legitimação, que configurou e tentou impor o historicismo neo-metódico como a leitura oficiosa acerca da «história pátria», que optou por construir uma «identidade nacional» e por se apresentar como legítimo continuador da mesma. Recorreu a antigas e a modernas modalidades de condicionamento do processo de reprodução da memória histórica, com destaque para o ensino e as «comemorações histórico-patrióticas», o património cultural e a museologia, a arquitetura e o urbanismo, a comunicação social e a atividade de organizações de enquadramento de massas.

Concordando com os investigadores que classificam o salazarismo como regime que não promoveu soluções radicais de discriminação dos e de perseguição aos judeus, discordo da avaliação segundo a qual Portugal teria desconhecido, na primeira metade do século XX, formas significativas de darwinismo social e de antisemitismo. Referimos, a este propósito, a reafirmação da natureza «estrangeira e negativa», para a «Nação Lusa» e, em geral, para a «Civilização Ocidental», da religião

e da cultura judaicas, bem como o sistemático louvor do antijudaísmo verificado na Época Moderna; o argumentário invocado e medidas político-administrativas adotadas, contra os refugiados de origem judaica, na segunda metade da década de 1930 e durante o período da Segunda Guerra Mundial/ do Holocausto.

Tentei, igualmente, rastrear e interpretar, de forma contextualizada, exemplos avulso de modalidades de construção de memória histórica – da mundividência oficial ou oficiosa do Estado Novo – nos quais o antissemitismo desempenhasse uma função relevante ou, mesmo, nuclear. Coerentemente com a estratégia de mobilização contida adotada pelo salazarismo, observou-se uma focalização maioritária nos períodos medieval e moderno. A quase ausência de referências à Época Contemporânea resultaria do facto de Portugal ter resolvido o seu «problema judaico» nos séculos XVI a XVIII.

No fim do presente artigo, chamo a atenção para as dificuldades de interpretação da realidade portuguesa (e de outros objetos de estudo) que decorrem de uma utilização redutora dos conceitos de antijudaísmo e de antissemitismo. Talvez se justifique deixar de pressupor que existe uma distância inultrapassável entre a primeira categoria – supostamente válida para os períodos medieval e moderno, bem como para a generalidade dos setores católicos na época contemporânea – e a segunda, aplicável somente ao período contemporâneo (e, neste, antes de mais, aos cultores das várias modalidades de darwinismo social).

À semelhança do ocorrido nos séculos XIX e XX, também na época moderna, para além da condenação da crença na religião judaica e da prática de outros rituais da cultura em causa, da atribuição aos indivíduos que recusam converter-se ao cristianismo de lacunas morais e de objetivos malignos limitados, houve quem considerasse que «os judeus» – os seus corpos e almas deformados – não eram recuperáveis e tendiam necessariamente à concretização de conspirações globais. Daí que o Tribunal do Santo Ofício assegurasse, quer a investigação de ideias e de práticas judaizantes, quer a emissão dos «atestados de limpeza de sangue», garantes da segregação e da hierarquização entre «cristãos velhos» e «cristãos novos».

Eventualmente, as principais diferenças estarão, não nos vetores nucleares de ambas as posturas condenatórias de judeus – o antijudaísmo e o antissemitismo –, mas nas características estruturantes das sociedades de Antigo Regime e das economias-mundo contemporâneas.

Segmentados (em termos sociojurídicos e geográficos), fundados na ligação entre política e religião, mais fechados sobre si mesmos, os Estados da época moderna geraram mundividências parcelares e focalizadas em indicadores religiosos. Integradas, laicizadas e mais internacionalizadas, marcadas pela afirmação do(s) cientismo(s), as sociedades da idade contemporânea construíram ideologias sistêmicas e baseadas em fatores rácicos ou genéticos.

**O ESTADO NOVO BRASILEIRO COMO ESPELHO DO
SALAZARISMO: AUTORITARISMO E CORPORATIVISMO NA
SEÇÃO «CRÍTICA» DA REVISTA BRASÍLIA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS BRASILEIROS DA FLUC (1942-1944)**
**THE BRASILIAN NEW STATE AS A MIRROR OF SALAZARISM:
AUTHORITARIANISM AND CORPORATIVISM IN THE
«CRITICAL» SECTION OF BRASÍLIA MAGAZINE FROM FLUC'S
BRAZILIAN STUDIES INSTITUTE**

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO⁽¹⁾
marcellofma@gmail.com
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Texto recebido em / Text submitted on: 03/04/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 05/07/2016

Resumo:

Nesse texto pretendemos analisar a leitura que os intelectuais portugueses faziam do Estado Novo brasileiro (1937-1945), perscrutando essas visões por meio de algumas críticas da Revista *Brasília* (1942-1944), publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da FLUC. Essa leitura, segundo nossa tese, esteve vinculada a certo espelhamento político entre o salazarismo e o varguismo que os intelectuais portugueses legitimaram a partir da comparação entre o

(1) Mestre e Doutorando pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com tempo «sanduíche» no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor António Costa Pinto.

autoritarismo e corporativismo de ambos Estados Novos no Brasil e em Portugal. Inicialmente, para melhor compreender essa construção, daremos um painel geral da Universidade de Coimbra em tempos de autoritarismo: o espaço social formativo dos intelectuais antiliberais, antissocialistas, corporativos e autoritários da revista *Brasília*. Para em seguida, analisar a imagem do Estado Novo brasileiro construída nas críticas a livros brasileiros por meio de três áreas do conhecimento em particular: Pedagogia, Direito e História.

Palavras-chave:

Revista Brasília, Salazarismo, Varguismo, Autoritarismo, Corporativismo.

Abstract:

In this paper we intend to analyze the reading that the Portuguese intellectuals were of the Brazilian Estado Novo, peering these visions through some reviews of the *Brasília* magazine (1942-1944), published by the Instituto de Estudos Brasileiros of FLUC. This interpretation relies on the political mimesis between Salazarism and Varguism which Portuguese intellectuals legitimated by comparing the authoritarianism and corporatism on the Brazilian and Portuguese Estado Novo. First, to better understand this construction, we will give a general panel of the University of Coimbra in authoritarian times: the formative social space of the anti-liberal, anti socialists, corporativist and authoritarian intellectuals of *Brasília* magazine. To then analyze the Brazilian Estado Novo image built on the criticism of Brazilian books through three particular knowledge areas: Education, Law and History.

Keywords:

Brasília Magazine, Salazarism, Varguism, Authoritarianism, Corporatism.

Introdução

Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto, dois importantes interpretes do corporativismo e autoritarismo, na introdução de um livro relativamente recente sobre o corporativismo no Brasil e em Portugal⁽²⁾, explicitaram a necessidade de contornar o vácuo em torno dos estudos comparados entre o salazarismo e o varguismo. Além deste vácuo, citam a importância de analisar esses regimes por meio de suas

(2) Francisco Carlos Martinho e António Costa Pinto (ed.), *Corporativismo em Português*, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2007.

respectivas dinâmicas internas, compreendendo como estes expressam diferentes respostas a crise do liberalismo.

Diante deste vácuo comparativo, tentamos compreender nesse artigo a leitura/escrita que certos intelectuais portugueses contemporâneos ao varguismo, faziam do Estado Novo Brasileiro, dando ênfase na comparação que estes faziam entre o autoritarismo e corporativismo no Brasil e em Portugal. Desta forma, buscaremos perscrutar como e porque os intelectuais portugueses, no seio da universidade de Coimbra, realizavam uma série de leituras espelhadas sobre o Estado Novo no Brasil, em um período em que ambos detinham regimes de «terceira via». Essas comparações, nascidas ainda na primeira dobra do acontecimento (no tempo da memória), visavam demonstrar, como tentaremos evidenciar mais a frente, que Brasil e Portugal estavam em uma mesma «realidade política», identificada pelo corporativismo e autoritarismo.

Este espelhamento, vai ser perscrutado ao longo deste texto a partir das críticas da revista *Brasília* nos anos de 1942-44, esta que foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁽³⁾. A partir da análise da seção «resenhas», no período de vivência conjunta do Estado Novo no Brasil e em Portugal, mapearemos as visões e leituras sobre o corporativismo e autoritarismo, em um diálogo que encontrou respaldo por uma grande diversidade de instituições e produções culturais nas duas margens do Atlântico. Desta forma, teremos como critério metodológico o confronto entre o conteúdo das críticas e a concepção de mundo autoritária e corporativa hegemônica em Portugal nos anos do salazarismo. Daremos foco, em particular, a três campos de conhecimento, no interior da *Brasília*, que são portas de acesso para compreensão da escrita/leitura que estes intelectuais portugueses faziam dos intelectuais brasileiros, e, portanto, do Estado Novo no Brasil, a saber: pedagogia, direito e história.

Todavia, para abordamos a inserção desses intelectuais no interior de uma perspectiva autoritária e corporativa por meio das críticas, é preciso antes explorar sua materialidade institucional, ou seja, a relação entre a Universidade de Coimbra, espaço dos intelectuais que publicam na revista, e o projeto oficial do salazarismo de criação do “novo homem” português.

(3) Sobre as diversas nuances da revista *Brasília*, ver Marcello Felisberto Morais de Assunção, «Ver o outro nos próprios olhos»: *A revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul*, Dissertação de Mestrado, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2014.

O espaço social dos intelectuais da revista *Brasília*: a universidade de Coimbra em tempos de autoritarismo

A Universidade de Coimbra foi o espaço intelectual por excelência de produção e reprodução de uma concepção de mundo autoritária e corporativista. Em nenhuma outra Universidade de Portugal as relações entre produção intelectual e o salazarismo foram tão explícitas. Em um folheto sem autor, divulgado em Coimbra no início dos anos 30, discutindo o problema universitário em Portugal, encontramos claramente o sentido instrumentalizado que a Universidade deveria ter em um momento de «ressurgimento»:

Dentro do Estado Novo, não há, e não pode haver duas opiniões: Estado de tendências totalitárias, o problema universitário terá que subordinar-se, na sua solução, às diretrizes ideológicas que inspiram o Estado Novo. A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo, e não à margem do Estado, alheio ao Estado, e quando Deus quer, inimigo do Estado. A Universidade, vivendo integrada no Estado, tem que pôr as suas atividades, todas as suas conversas ao serviço do Estado, no campo que lhe é próprio. Dentro da atmosfera do Estado Novo ela tem que ser nacionalista, e não internacionalista; corporativa e não liberalista; organicista e não democrática⁽⁴⁾.

Como aponta o estudo de António Costa Pinto⁽⁵⁾, não é por mero acaso que um amplo espectro da elite ministerial do salazarismo fosse formada por professores universitários de Coimbra (fundamentalmente do direito). A maioria destes, como é o caso do próprio Salazar, tiveram a sua formação em Coimbra, que desde a década de 20, tornou-se espaço de uma maioria católica, monárquica, integralista e também de alguns núcleos do nacional-sindicalismo⁽⁶⁾.

A Universidade de Coimbra foi alvo de uma tentativa sistemática de controle por parte do regime, a partir do domínio da imprensa da

(4) «O problema Universitário em Portugal», in Luís Reis Torgal, *A universidade e o Estado Novo: O caso de Coimbra*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 88.

(5) António Costa Pinto, «O Império do professor Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social*, XXV, 157 (2000).

(6) António Costa Pinto, *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 25.

Universidade (extinta em 1934), no controle do conteúdo ensinado e na demissão e na perseguição de professores críticos ao regime, o que também ocorre de forma mais branda em Lisboa e no Porto⁽⁷⁾. Tal perseguição se institucionaliza a partir de dois decretos-lei: o de nº 22.469 de 11 de abril de 1933 e no nº 27.00314 de dezembro de 1936. O primeiro explicita o objetivo da censura⁽⁸⁾:

A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade⁽⁹⁾.

Já o segundo decreto-lei se refere mais diretamente aos funcionários públicos, e por extensão aos professores universitários, que eram obrigados a fazer o seguinte juramento público: «Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas»⁽¹⁰⁾. A militância anticomunista foi um fato rotineiro da vida de Coimbra, sendo um elemento agregador e mobilizador de uma série de grupos.

É no seio deste espaço social imerso em um nacionalismo ufanista que se formula o ambiente para comícios anticomunistas em Coimbra, mobilizações de instituições com imbricadas relações com a direita radical (Cruzada D. Nuno Álvares Perreira e a Legião Portuguesa) e na consagração de diversos intelectuais (dois reitores de posição falangista

(7) Luís Reis Torgal, «Estado Novo e intolerância: repressão e reprodução ideológica», in Maria Luíza Tucci Carneiro (ed.), *Tempos de fascismos: ideologia-intolerância-imaginário*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 75.

(8) Censura que como mostra Luís Reis Torgal, em diversos trabalhos, se expande para uma série de instituições da sociedade civil, editoras, a literatura oficial (consagrada através de prêmios), as casas do povo, os sindicatos nacionais, as bibliotecas do povo, os jornais (*A Verdade*, *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*), o rádio (Emissora Nacional), o cinema. A censura também ocorre dentro da sociedade política: no Secretariado de Propaganda Nacional, nos tribunais militares especiais, o PVDE (Polícia de Vigilância do Estado), PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), etc.

(9) Artigo n. 3 do decreto-lei n. 22.469 in Luís Reis Torgal, «Estado Novo e intolerância...», cit., p. 112-113.

(10) Decreto-lei n. 27.00314 in Luís Reis Torgal, «Estado Novo e intolerância...», cit., p. 115.

são consagrados com *doutor honoris*: Felipe Gil Casares e Leonardo Perro) e estadistas (o próprio Franco) que estão de acordo com uma perspectiva de «terceira via»⁽¹¹⁾.

Há, portanto, uma identificação muito clara e ativa entre a concepção de mundo oficial do salazarismo (autoritária e corporativa) e aquela que aparece na grande maioria dos intelectuais de Coimbra⁽¹²⁾. A identificação da Universidade de Coimbra com a concepção de mundo oficial (autoritária, corporativa, imperialista e cristã) pode ser visibilizada em uma série de produções culturais do período, como é o caso da *Revista Portuguesa de História*, o *Boletim da Faculdade de Direito*, a revista *Biblos*, o *Boletim do Instituto de Estudos Germânicos* e o *Boletim do Instituto de Estudos Franceses*, e, por fim, a própria revista *Brasília*. Poderíamos dizer que estas produções, e grande parte da intelectualidade da Universidade de Coimbra, estão imersas em um projeto de hegemonização cultural que a política do espírito institucionaliza desde a fundação do Secretariado de Propaganda Nacional em 1933, que tem António Ferro como seu principal protagonista.

A política cultural oficial salazarista, verbalizada por Ferro em diversos momentos, pensava o espírito lusitano como matéria-prima a ser moldada segundo a defesa de um «ressurgimento», concepção tão cara aos fascismos. Tal política busca instituir, em um âmbito estritamente estético, uma concepção harmônica e corporativista das relações sociais que supostamente dissolve o conflito de classe. Para realizar tal pretensão, o Estado Novo português projeta em seus discursos ao longo dos anos 30 e 40 um *ethos* português, condizente com essa perspectiva da harmonia social. Difunde no período um discurso agressivo e combativo, apesar das suas fissuras e nuances internas, que produz e institui uma memória histórica, de tipo nacional, que pretende ser ontológica e científica frente a qualquer memória desviante⁽¹³⁾.

Essa pretensão totalizante do projeto cultural do Estado Novo será materializada a partir da atração e adesão de agentes e também da montagem de um dispositivo cultural que exerce o papel fundamental

(11) Luís Reis Torgal, *Estado Novo, Estados Novos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 114.

(12) Luís Reis Torgal, *Estado Novo...*, cit., p. 112.

(13) Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, XXXV, 157 (2001), p. 1033.

de organização da propaganda nacional e da cultura⁽¹⁴⁾. Esse dispositivo cultural buscou criar um processo de «regeneração nacional», a fim de reconduzir os portugueses à sua «ordem natural», combatendo toda e qualquer «degenerescência do espírito», a partir da «reeducação», fazendo-os encontrar com a sua «essência natural»⁽¹⁵⁾.

A construção de um ser nacional lusitano foi, portanto, uma peça chave no discurso da *intelligentsia* portuguesa desde a crise institucional que se arrastou desde o fim do século XIX, e, em particular, a partir do *Ultimatum* de 1890. A regeneração das glórias lusitanas por meio da reconstrução nacional, através do império, do corporativismo e do autoritarismo, esteve presente nesse processo de «olhar para dentro» nos tempos da política do espírito salazarista. Este engajamento e adesão dos intelectuais à realidade nacional por meio da invocação de um Estado capaz de unificar e harmonizar as distintas perspectivas é um indício de uma certa homologia do campo político e intelectual.

Estas representações do político encontram-se em Portugal, e, também no Brasil, em tempos de autoritarismos, como aspectos de uma cultura política que competia uma grande responsabilidade aos intelectuais na sua intervenção pública na construção da nação. A figura paradigmática deste momento é, portanto, a do «intelectual profeta», aquele que detém como «vocalização» o desvelar do «subconsciente coletivo», como afirmavam um Azevedo de Amaral, Oliveira Viana e outros pensadores do período⁽¹⁶⁾.

Desta forma, não é arbitrário que em uma revista de cultura luso-brasileira como a *Brasília*, e, também a *Atlântico*, apareçam intelectuais, portugueses e brasileiros, de diversas matizes na busca por forjar uma cultura nacional que trata de forma elogiosa as práticas do autoritarismo de ambos regimes. Na realidade, não há só elogios no caso particular

(14) Jorge Ramos do Ó, *Os anos de ferro: dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*, 1ª ed., Lisboa, Estampa, 1999, p. 74.

(15) Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo...», cit., p. 1034.

(16) Azevedo de Amaral (1881-1942), intelectual de perspectiva autoritária e corporativa do período, expressa muito bem essa visão dos intelectuais: «Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas sob forma clara e compreensiva o que nelas é apenas uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim a elite cultural do país tornou-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena» (Azevedo de Amaral in Monica Pimenta Velloso, *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1987, p. 18).

destes Estados Novos, mas, uma concepção de mundo comum no que concerne aos diagnósticos e soluções para os «problemas nacionais», a saber: a) a rejeição ao liberalismo e da democracia política, b) a ideia de que os intelectuais são uma elite dirigente acima do social, c) a invocação sistemática da ação do estado na cultura, política e economia; d) uma concepção de mundo corporativista própria de um ideário vincado na utopia conservadora das “harmonias sociais”. Esta unidade das representações do fenómeno político, tendem a ser compartilhadas pela *intelligentsia* no Brasil e em Portugal nos anos da vaga autoritária (décadas de 1920-40)⁽¹⁷⁾, e se reproduzem institucionalmente, como veremos logo a frente, no caso da própria revista *Brasília*.

Em defesa dos Estados Novos: representações do Brasil nas resenhas da *intelligentsia* «autoritária» e «corporativa» da revista *Brasília* (1942-1944)

Nas resenhas produzidas na revista *Brasília*, encontramos uma presença recorrente de livros brasileiros selecionados que defendem em diversos âmbitos uma concepção de mundo «autoritária» e «corporativa». Entre os temas deparamos com textos sobre a pedagogia «renovada» do Estado Novo no Brasil em autores como Francisco Campos e Fernando Azevedo, até temas como a política eugenista ou estudos sobre a ascensão de Vargas e as suas transformações em um âmbito económico e político. Dentre estas críticas, daremos ênfase às três grandes áreas discutidas no seio da *Brasília*: Pedagogia, Direito e História.

O projeto pedagógico varguista foi amplamente discutido ao longo das críticas da revista *Brasília*. Um aspecto recorrente na discussão dos livros resenhados, foi a questão da «escola nova» no Brasil, e, portanto, o projeto de formação de uma elite técnica, capaz de «guiar» a nação para a sua modernização institucional, identificada tanto pela racionalização da burocracia como pela criação de infraestruturas. Para estes intelectuais no Brasil e em Portugal, a educação era também um instrumento para a moralização cívica de um «novo homem» moldado, pelo Estado.

(17) Para uma análise global da vaga autoritária dos anos 20-40 em Portugal, ver António Costa Pinto, «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos de 1930 do século XX», in Francisco Carlos Matinho e António Costa Pinto, *Corporativismo em Português*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

Um exemplo claro desta visão pedagógica, pode ser encontrada na resenha de Emile Planchard ao livro de Humberto Grande *A pedagogia no Estado Novo*, como o mesmo reitera:

A pedagogia no Estado Novo é a educação dirigida, capaz de renovar e organizar uma sociedade pela cultura; é a pedagogia da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante, desejando esclarecer a inteligência brasileira para a compreensão exacta dos grandes problemas nacionais⁽¹⁸⁾.

A exortação das práticas pedagógicas no Brasil por Emile Planchard, revelam a proximidade entre o conceito de pedagogia reproduzido por intelectuais no Brasil e os pressupostos da «Política do Espírito» salazarista, fundamentalmente, no que concerne a sua visão das massas como uma matéria-prima a ser moldada, por meio de políticas culturais. Para Planchard, em sua leitura do livro de Humberto Grande, a pedagogia de ambos Estado Novos buscava os fundamentos científicos para a realização de uma ampla intervenção pública, com o intuito de transformar os pressupostos da antiga prática pedagógica, ainda muito liberal e individualista⁽¹⁹⁾. A despeito de criticar o livro de Humberto por não trazer nenhuma novidade significativa, elogia a sua capacidade de explicar sinteticamente as inovações que o conceito de pedagogia moderna, oriundo da «Escola Nova», traz ao público brasileiro⁽²⁰⁾. A retórica pedagógica «bacharelesca», própria do período liberal, deveria desaparecer em prol de práticas, por meio do Estado, que direcione uma verdadeira «renovação nacional» da educação desde a infância até a fase adulta⁽²¹⁾.

A mesma crítica a pedagogia liberal e o elogio com relação as práticas pedagógicas no Brasil, aparece em uma outra resenha de Emile Planchard ao livro *A educação pública em S. Paulo* de Fernando de Azevedo, um dos principais idealizadores da renovação pedagógica do varguismo. Planchard elogia a grande capacidade analítica de Azevedo, exortando as suas propostas para a transformação da educação pública no Brasil

(18) Humberto Grande in Emile Planchard, «A pedagogia no Estado Novo (Humberto Grande)», *Revista Brasília*, Crítica, II (1943), p. 877.

(19) Emile Planchard, «A pedagogia no Estado Novo...», cit., p. 877.

(20) Emile Planchard, «A pedagogia no Estado Novo...», cit., p. 879.

(21) Emile Planchard, «A pedagogia no Estado Novo...», cit., p. 880.

por meio da invocação de uma proposta unitária para a organização pedagógica, que teria o Estado como seu maior protagonista.

Afirma ainda, que as deficiências educacionais que Azevedo encontra em seu estudo da instrução nacional, estão em processo de transformação em razão da institucionalização da «revolução nacional que se completou no Brasil» desde a emergência do Estado Novo em 1937⁽²²⁾. Explicita que o maior mérito do trabalho de Azevedo é a conciliação entre a sua prática como diretor geral da instrução e os seus escritos pedagógicos. Finaliza sua resenha considerando Azevedo um dos principais protagonistas da renovação pedagógica estado-novista⁽²³⁾. Aliás, essa laudação de Emile Planchard, belga radicado em Portugal, à renovação pedagógica no Brasil não é arbitrária, o mesmo foi o principal divulgador da Escola Nova em Portugal, introduzindo uma pedagogia que buscasse fomentar as «solidariedades sociais», como é próprio de sua matriz corporativista de inspiração durkheimiana.

Em uma outra resenha no mesmo volume, Duque Vieira analisa a obra de Francisco Campos *Educação e Cultura*, outro arauto da renovação pedagógica do Estado Novo no Brasil. Inicia sua resenha elogiando as virtudes de Campos como «homem público», que são refletidas em suas intervenções publicadas nesse livro ofertado pela Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional ao Instituto de Estudos Brasileiros. Segundo Vieira os discursos de Campos enquanto diretor da Secretaria da Instrução, e os mais contemporâneos como Ministro da Educação Federal, são páginas de verdadeiro brilhantismo de um estadista-escritor pois, os seus escritos não são mera retórica mas, espelhos de sua própria prática enquanto homem de Estado⁽²⁴⁾. Ainda sobre o livro de Campos, Vieira cita a importância que a «formação moral e patriótica» deve ter na reforma da instrução nacional no Brasil. Essa reforma, segundo Vieira em sua interpretação de Campos, deveria criar uma educação que não forme meramente «bacharéis» (como é próprio da pedagogia de até então), mas quadros da elite capazes de orientar os rumos da nação⁽²⁵⁾.

(22) Emile Planchard, «A educação pública em São Paulo (Fernando de Azevedo)», *Revista Brasília, Crítica*, I (1942) p. 824.

(23) Emile Planchard, «A educação pública em São Paulo...», cit., p. 824.

(24) Duque Vieira, *Educação e cultura* (Francisco Campos), *Revista Brasília, Crítica*, III (1946), p. 909.

(25) Duque Vieira, «Educação e cultura...», cit., p. 911.

Para o crítico, a renovação pedagógica orientada no Brasil, e, também em Portugal, ao orientar-se a partir de suas respectivas particularidades nacionais e culturais, gera por si uma autonomia destas nações, até então muito presas aos «estrangeirismos», que eram, para Vieira, verdadeiros empecilhos à autonomia nacional⁽²⁶⁾. Encerra sua resenha, explicitando que essa autonomia faria com que Brasil e Portugal fossem capazes de ocupar o seu lugar de protagonistas de um «novo eixo mundial» que teria como epicentro o Atlântico e a língua e a cultura luso-brasileira como constitutivas desta nova civilização⁽²⁷⁾.

A apologia ao projeto pedagógico destes autores pelos resenhistas portugueses, tem uma estrutura comum: a defesa intransigente de um modelo de «instrução nacional» arregimentado pelo estado com um forte teor elitista e corporativista. Este projeto autoritário e corporativo, é visto por estes autores como um «desdobramento natural do tempo», portanto, como uma realidade dos regimes que buscam uma modernização institucional por meio daquilo que existe como mais «científico» no período. Entretanto, não é somente no campo pedagógico que estas noções aparecem, no campo jurídico e historiográfico há uma repetição recorrente das «soluções» aos problemas nacionais pelos brasileiros lidos pelos portugueses, como o elogio apologético a estas mesmas resoluções.

Em uma crítica de José de Alberto Reis ao Código do Processo Civil Brasileiro de 1937 redigido por Pedro Batista e revisado por Francisco Campos, há uma análise laudatória do autoritarismo das resoluções estado-novistas no âmbito jurídico, e, em particular, uma exortação explícita a constituição 1937 («Polaca»). Inicia sua crítica avaliando positivamente a substituição de «um regime da pluralidade para a unidade do código civil» orquestrada pelo Estado Novo de Vargas, sobre o protagonismo de Francisco Campos⁽²⁸⁾. Reitera sua defesa a estas mudanças constitucionais citando uma série de reflexões de Francisco Campos que em um relatório afirma que o processo civil deixou de ser «instrumento das classes privilegiadas» para assim «assumir uma feição de cunho eminentemente popular»⁽²⁹⁾.

(26) Duque Vieira, «Educação e cultura...», cit., p. 912.

(27) Duque Vieira, «Educação e cultura...», cit., p. 912.

(28) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro (Francisco Campos)», *Revista Brasília*, Crítica, I (1942), p. 830.

(29) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 830.

Segundo o crítico essas mudanças visavam a simplificação e universalização do processo jurídico, superando os entraves de uma institucionalidade burocrática que propiciava, em sua lentidão, a vitória das «classes dominantes» frente as massas, almejando por meio desta transformação a harmonização entre as partes⁽³⁰⁾. Essa «harmonia» seria alcançada por meio de um maior fortalecimento da figura do juiz que agora deve intervir contra o «privatismo» e «individualismo» para assim ter uma solução de fato «harmônica»⁽³¹⁾. Esta concepção das «harmonias sociais», implícita no discurso e na constituição, analisada por Reis, aparece ainda de forma mais explícita na citação que o mesmo destaca do relatório supracitado de Campos:

A concepção duelística substitui-se a concepção autoritária: o processo deixou de ser encarado como um instrumento de luta entre particulares e passou a ser considerado como instrumento de investigação da verdade e da distribuição da justiça. E como distribuição da justiça é uma das funções e uma prerrogativa do estado, daí vem que este não pode assistir, impassível e inerte, o desenrola do drama judiciário: tem de intervir nele activamente como interessado, para que o resultado corresponda ao fim, para que triunfe a verdade e a justiça, em vez de triunfar a força ou a astúcia⁽³²⁾.

Desta forma, a «verdade» constituída no processo jurídico, não seria mais como era no processo duelístico a cargo das partes, mas da intervenção do juiz, representante do Estado, o único capaz, segundo Reis, de harmonizar os conflitos segundo «uma construção científica»⁽³³⁾. Essa justiça distributiva, superaria, portanto, a «ficção liberal» que fazia uso do «poder público» para interesses «privados», «individuais». Ainda afirma, que esta concepção «autoritária» e erroneamente enquadrada como «fascista», pois apesar de sua proximidade a aquilo que se encontrava nos Estados «totalitários» há algumas diferenças que devem ser resguardadas⁽³⁴⁾.

Reitera que a despeito da figura do juiz forte e ativo este só deve intervir, nos regimes ditos autoritários, para impedir «desequilíbrios

(30) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 830.

(31) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 830.

(32) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 831.

(33) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 832.

(34) José Alberto Reis, «Código de processo civil brasileiro...», cit., p. 833.

aplicando a justiça». Na verdade, para este o código civil, em particular, era tributário, e, portanto, mais próximo, do Código Civil português de 1936, afirmando que certos artigos são diretamente inspirados, apesar de não citá-los comparativamente na crítica. Entretanto, entra em dissenso quando Campos afirma a sua interpretação do processo jurídico sobre a herança dos publicistas americanos, não afirmando a autoridade dos portugueses na construção do código português.

A despeito destes desvios pontuais, a leitura de Reis é otimista se sobressaindo a defesa intransigente ao autoritarismo e corporativismo que a Constituição de 1937 representava no Brasil, espelhando até uma certa proximidade entre Portugal e Brasil no âmbito jurídico. Esta laudação não é arbitrária, Reis foi autor do Código de Processo Português, de 1939, e era também professor de Direito da Faculdade de Coimbra e Presidente da Assembleia Nacional. O que o coloca em um lugar institucional bastante propício para uma leitura positiva da institucionalidade proposta pelo Estado Novo no Brasil, em clara, consonância com o regime português. Esta proximidade é ainda mais clara no âmbito historiográfico.

A historiografia publicada na *Brasília* não só afirmou um «olhar comum» em um passado longínquo, mas também buscou no presente aspectos que vinculassem intimamente Brasil e Portugal. Essa aproximação política foi marcante no que concerne aos três primeiros volumes (1942, 1943, 1944/46), mesmo porque essa produção emerge no período em que o Estado Novo brasileiro e português estão no auge de sua aproximação política e cultural. Além destes intelectuais compartilharem uma visão consensual sobre o legado português no mundo, também coadunam com o pensamento autoritário, corporativo, antissocialista, antiliberal e antidemocrático.

Em geral, as obras historiográficas resenhadas sobre o Estado Novo brasileiro abordavam a questão da ascensão do varguismo, pensando neste sempre como um contraponto ao liberalismo. A sua grande maioria afirmava explicitamente sua posição dentro dos marcos de uma concepção «autoritária» e «corporativa», o que fazia com que esses autores fossem exaustivamente elogiados pelos críticos. Além de tudo, é frequente também a comparação entre as práticas do Estado Novo brasileiro com o português, reiterando um certo espelhamento entre os regimes.

Um exemplo disso é a resenha de Duque Vieira do livro escrito por Azevedo de Amaral, *Getúlio Vargas Estadista*, Rio de Janeiro, ed. dos Irmãos

Pongetti, 1941. O resenhista ressalta deste livro, uma biografia de Getúlio Vargas e de seu tempo, a constante apologia a Vargas, que é amenizada por este estudo ser “filho da verdadeira sinceridade e de visível convicção”⁽³⁵⁾. Um elemento ressaltado pelo resenhista como ponto de referência de consenso é a proximidade de olhares e de práticas de estado entre Brasil e Portugal que o contexto evidenciado no livro explicita:

Como é sabido, há muitos pontos de semelhança entre a moderna orientação política do Brasil e de Portugal. Verificá-lo é um grato prazer para os Portugueses, para quem é caro tudo quanto diz respeito ao Brasil e que veem com alegria tudo quanto assemelhe ou aproxime os dois países, sobretudo, quando eles chegam ambos, como agora, por conclusão autônoma a situações pelo menos parcialmente idênticas⁽³⁶⁾.

Para Duque Vieira, esta situação «parcialmente idêntica» é a própria crítica ao liberalismo e à semelhança como em ambos países a questão social e econômica estava sendo gerida, a partir de um estado que se colocava «em um plano superior à controvérsia travada entre o capital e o trabalho»⁽³⁷⁾, rompendo por meio de uma série de práticas com a supremacia do privado sobre o público. Registra, fundamentado em Azevedo de Amaral, que a resolução deste conflito se direcionava a partir de um Estado que impusesse ao capital e ao trabalho o conceito do «primado do bem público sobre todas as conveniências de caráter privado»⁽³⁸⁾. Segundo o crítico, esta semelhança entre ambos regimes era também compartilhada na política financeira (explicitando a política protecionista de Vargas como semelhante à de Salazar) como também em razão da proximidade de ambos como estadistas, pois os dois supostamente incorporam e sintetizam «as qualidades e a maneira de ser de seu povo»⁽³⁹⁾.

Duque Vieira finaliza sua crítica registrando que o historiador futuro deve direcionar seu olhar para a «revolução operada por Getúlio Vargas», já que esta, por suas «inúmeras virtudes» preservou a unidade nacional e afirmou a autonomia e soberania do Brasil frente à hegemonia externa

(35) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista (Azevedo de Amaral)», *Revista Brasília, Crítica*, III (1946), p. 915.

(36) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista...», cit., p. 916.

(37) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista...», cit., p. 917.

(38) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista...», cit., p. 917.

(39) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista...», cit., p. 917.

(fundamentalmente o pan-americanismo), antagonizando-se à política liberal em prol da «reconquista da unidade interna do Brasil». Ainda afirma, que esta reconquista significaria para o Brasil ser mais «igual a si mesmo», ou seja, ser mais fiel à sua herança, e, portanto «mais simpáticos para os seus amigos deste lado oriental do Atlântico»⁽⁴⁰⁾.

A ascensão do varguismo é vista pelos resenhistas (através dos livros selecionados) em uma dimensão «fatalista» e «natural». Vargas e Salazar são considerados como expressões, segundo o discurso dominante, de um Estado «renegenerado» que superou, por meio da centralização do poder em suas mãos, o período «negro» do liberalismo. Esta interpretação consagrada nos manuais didáticos e na historiografia oficial é explícita na resenha de Almeida e Souza ao livro de J. de Mattos Ibiapina intitulado *O Brasil de ontem e de hoje*, publicado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

O resenhista inicia seu texto elogiando o livro de Ibiapina por ser uma crítica contra os políticos que levaram o Brasil ao «descalabro» e uma defesa intransigente da ação de Vargas em seus diversos aspectos⁽⁴¹⁾. Almeida considera que a crise descrita pelo autor não é peculiar apenas ao Brasil, mas «um fenômeno geral, atingindo até uma maior intensidade nesta velha Europa, teatro de experiências dolorosas em busca de um rumo político e social definido»⁽⁴²⁾.

Ainda sobre a crise, afirma que as resoluções tomadas mediante o caos geral do liberalismo foram em alguns casos exageradas no que concerne à «estatolatria» e ao culto da filosofia da força⁽⁴³⁾. Desta forma, critica o nazismo e os regimes que considera como «totalitários», enquadrando o caso português e brasileiro como fora dessa órbita. Esta diferenciação é recorrente não só nos intelectuais portugueses e brasileiros do período, mas também no discurso dos homens do estado que contrapõem o fascismo («totalitarismo», própria de «povos violentos») à uma «ditadura de direito» própria de um «povo pacífico». Como reitera o próprio Salazar:

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da

(40) Duque Vieira, «Getúlio Vargas Estadista...», cit., p. 918.

(41) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje (J. de Mattos Ibiapina)», *Revista Brasília*, Crítica, III (1946), p. 919.

(42) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 919.

(43) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 919.

democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos [...] O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, a certas limitações e ordem moral que julga indispensável manter, como balizar, à sua ação reformadora [...] As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não proclamamos onipotente⁽⁴⁴⁾.

Voltando a crítica, Almeida ao analisar a História do Brasil recente interpretada por Ibiapina, critica as ações das lideranças do Brasil republicano, uma vez que, ao tentarem implantar ideias «estranhas à realidade brasileira» estes não souberam dar continuidade à herança da monarquia de uma «pátria unida e forte»⁽⁴⁵⁾. Segundo o crítico, a crise do Brasil republicano deve-se à política «privatista» dos estados. Esta política é reforçada pela Constituição de 1891 através de seu «utopismo transposto»⁽⁴⁶⁾. O caso do café e da borracha são exemplos claros, para Almeida, de como o Brasil se tornou uma colônia financeira internacional, um «feudo do capitalismo estrangeiro»⁽⁴⁷⁾. Afirma que se não fosse a «revolução» operada por Vargas, o país caminharia a «passos largos para a derrocada social»⁽⁴⁸⁾. Elogia o «amor pátrio» de Ibiapina em sua descrição das diversas medidas que Vargas implanta para a superação da crise: lei de proteção ao trabalho, lei da aposentadoria, lei da sindicalização, lei das oito horas de trabalho e o confronto com os «privatistas paulistas» e a consequente centralização do poder político e econômico⁽⁴⁹⁾.

Esta perspectiva da história recente, que enquadra o passado recente, liberal-individualista, como «negro», e afirma um presente «renovado» e «regenerado» é própria de uma certa noção de tempo histórico

(44) António Oliveira Salazar, *Salazar: Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1955, p. 74.

(45) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 920.

(46) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 921.

(47) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 921.

(48) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 922.

(49) Almeida Souza, «O Brasil de ontem e de hoje...», cit., p. 923.

dominante do período, que vê a história nos marcos de «momentos áureos» (o «hoje») e momentos «decadentes» (o «ontem»), tendo os primeiros como «exemplos» para práticas futuras. Tal visão da história não aparece somente na crítica ao livro de Ibiapina, mas também em pelo menos duas outras resenhas que se remetem à superação da crise econômica do Brasil.

Na primeira resenha, escrita por Fernando Pinto Loureiro ao livro de Luís Dias Rollemberg *Aspectos e perspectivas da economia nacional*, publicado como parte da coleção «Decenal da Revolução Brasileira», há uma análise de história econômica do Brasil recente. Evidencia a mudança recente no Brasil de uma política econômica particularista para uma verdadeira política nacional em Vargas⁽⁵⁰⁾. O crítico elogia a visão de Rollemberg sobre o passado e o presente do Brasil, reiterando a perspectiva de um passado recente caótico, em razão do privatismo protagonizado pelos cafeicultores, sendo somente com Vargas o início de um longo caminho para a autonomia do Brasil⁽⁵¹⁾.

De forma análoga a esta resenha, Afonso Rodrigues Queiró, no livro *As autarquias e as sociedades de economia mixta no Estado Novo*, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, critica, fundamentado na leitura de Queiró, o que ele denomina como «Estado individualista-liberal» em prol de um «Estado intervencionista», que lute contra o privatismo, segundo uma perspectiva dirigista da política e da economia⁽⁵²⁾. Regista ainda que o Estado intervencionista deve harmonizar o bem público, «coletivo», com os distintos interesses privados⁽⁵³⁾. Para Queiró, com a proclamação da República há uma dominância negativa do poder privado sobre o poder público, a despeito da tentativa de inúmeros indivíduos no seio do Estado «preocupados com o bem comum», e ainda afirma que:

[a] Economia entregue a si própria, colocada ao lado ou acima do Estado, dominando-o e enfraquecendo-o, justificou plenamente a revolução de 1930, expressão da necessidade nacional de um Estado

(50) Fernando Pinto Loureiro, «Aspectos e perspectivas da economia nacional (Luís Dias Rollemberg)», *Revista Brasília*, Crítica, II (1943), p. 884.

(51) Fernando Pinto Loureiro, «Aspectos e perspectivas da economia...», cit., p. 884.

(52) Afonso Rodrigues Queiro, «As autarquias e as sociedades de economia mixta no Estado Novo (Eryma Carneiro)», *Revista Brasília*, Crítica, II (1943), p. 797.

(53) Afonso Rodrigues Queiró, «As autarquias e as sociedades de economia...», cit., p. 798.

forte e autoritário, de um Estado Novo, disposto a agir positivamente, em especial no domínio econômico⁽⁵⁴⁾.

Para o crítico, é com as Constituições políticas de 1934 e 1937 que se concretizam os princípios programáticos do Estado Novo Brasileiro, tendo como base da ideia de harmonização do público com o privado, citando a Constituição para reiterar seu argumento. Em sua leitura da obra de Eryma, essa suposta harmonização descrita pelo autor invade também o âmbito da representação corporativa, segundo este, muito mais «democrática» que a representação meramente política liberal, criando assim uma ação conjunta entre as diversas «forças econômicas», as «forças vivas da nação», em prol do «crescimento nacional»⁽⁵⁵⁾. Para Queiró, esta integração da sociedade, por meio das corporações, e, em particular no seio do «Conselho da Economia Nacional», é análoga ao que o governo português fazia por meio da «Câmara corporativa portuguesa», e mesmo da «Câmara dos fâscios» na Itália⁽⁵⁶⁾.

A defesa intransigente à concepção de mundo autoritária e corporativa é ainda mais explícita quando esta é confrontada por uma voz de dissenso. Duarte de Montalegre, em uma resenha à revista do Arquivo Municipal de São Paulo, destaca o artigo de António Piccarolo «História das doutrinas políticas». Tece diversas críticas à posição «difamatória» do autor em sua análise aos regimes «totalitários e autoritários». Afirma que a despeito deste artigo ser um trabalho sério até a primeira e segunda parte da sua obra, na terceira, quando procura analisar as doutrinas do nacional-socialismo e da democracia «deixa-se por completo obcecar pelo paroxismo de suas latrias e das suas fobias políticas»⁽⁵⁷⁾. Piccarolo, segundo a crítica de Montalegre, ao contrário de uma atitude própria de um «homem de ciência», teve um comportamento sectário ao tratar de forma elogiosa a democracia e negar por completo as doutrinas do nacional-socialismo⁽⁵⁸⁾.

Para Montalegre, o historiador deve se limitar aos fatos políticos, e «narrá-los tais como aconteceu» visto que segundo a sua perspectiva essencialista «[o]s factos... são factos e não vale deformar o seu sentido

(54) Afonso Rodrigues Queiró, «As autarquias e as sociedades de economia...», cit., p. 800.

(55) Afonso Rodrigues Queiró, «As autarquias e as sociedades de economia...», cit., p. 801.

(56) Afonso Rodrigues Queiró, «As autarquias e as sociedades de economia...», cit., p. 802.

(57) Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal (Antônio Piccarolo)», *Revista Brasília*, Crítica, III (1946) p. 921-952, 938.

(58) Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal...», cit., p. 939.

positivo, mesmo quando eles reduzem o pensamento doutrinário a sua expressão mais simples»⁽⁵⁹⁾. Mais à frente, cita Piccarolo a fim de demonstrar a sua parcialidade, e, portanto, falta de cientificidade com relação à sua análise: «Fascismo e Nazismo, de facto, não são doutrinas mas simplesmente negações dos princípios fundamentais, que constituem o glorioso patrimônio político dos últimos séculos, conquistado através das gloriosas lutas do pensamento e da ação»⁽⁶⁰⁾. Considera tal interpretação como própria de um «arrivista» ou «demagogo» e não de um historiador sério, mesmo porque, segundo Montalegre, o problema não é, se o mesmo é anti-feixista, mas se ele não se limita aos «domínios da história das ideias», sem «formular juízos de valor», reiterando que, se um outro intelectual se manifestasse da mesma forma que Piccarolo com relação ao fascismo e nazismo, procederia também de forma «parcial» e «deformada»⁽⁶¹⁾. Termina o texto afirmando que em razão da fobia de Piccarolo a tudo que «não seja democrático», acaba sendo mais apologista dos seus «ideais doutrinários» do que propriamente historiador⁽⁶²⁾.

Essa contradição entre o discurso da «neutralidade» e «imparcialidade» e a defesa intransigente ao regime está presente de forma unânime nas narrativas da *Brasília*. Ao revelarem o Brasil a Portugal, buscavam uma imagem da História do Brasil que correspondessem a uma concepção de mundo marcadamente imperialista, autoritária e corporativa. Todo critério de seleção e avaliação foi orientado pela defesa de uma concepção de mundo oficial formada por certos valores, constitutivos de um certo caráter lusitano.

Um outro aspecto geral das críticas, nomeadamente, no âmbito historiográfico, reside no fato de que estas estão enquadradas naquilo que poderíamos chamar de «narrativas salvacionistas». Para José Gil⁽⁶³⁾, o discurso salazarista se assemelha às narrativas canônicas das grandes sagas mitológicas. O seu conteúdo divide-se segundo etapas definidas que narram a saga do Estado Novo:

[...] primeiro a situação de desordem de mentira, de anarquia, de humilhação («aviltamento») do País antes do golpe de Estado que impõe, a 28 de Maio de 1926, a Ditadura Militar. O «negativo» estende-se a todos

(59) Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal...», cit., p. 942.

(60) António Piccarolo in Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal...», cit., p. 942.

(61) Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal...», cit., p. 950.

(62) Duarte Montalegre, «Revista do Arquivo Municipal...», cit., p. 951.

(63) José Gil, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio D'Água, 1996.

os sectores da vida nacional: financeiro, económico social, político, moral. Mas por de trás deste passado, próximo, existe o passado longínquo, mítico, da nossa história gloriosa. O passado próximo é vulnerável como o presente, o passado distante marca um tempo forte [...] Na segunda etapa há o sacrifício financeiro, do trabalho, do capital para superar a tendência de morte, da doença para a cura⁽⁶⁴⁾.

Este modelo de narração global da história do regime, desde os seus primórdios até a sua fase de regeneração e, conseqüente, era de ouro, não é só presente no discurso do próprio Salazar mas é reproduzido pela *intelligentsia* salazarista, e, também, na própria interpretação destes em relação ao Estado Novo no Brasil. Como vimos nas críticas, em particular na área de história, há sempre uma estrutura comum no que concerne a análise global do varguismo: primeiro a crise institucional ocasionada pelo liberalismo e, por, conseqüente, o despertar da nação oriundo de um Estado Novo que harmonize o conflito por meio da intervenção «regeneradora». Esta estrutura comum, no que concerne a interpretação geral do fenómeno estado-novista no Brasil e em Portugal, é um indício de uma concepção autoritária e corporativa, compartilhada por esta *intelligentsia* nas duas margens do Atlântico. Em ambas o herói é o próprio Estado Novo que invoca a nação a se sacrificar em prol do «ressurgimento» nacional.

Esse sacrifício não deveria ser feito somente pelo «capital» e «trabalho», mas, também pelos intelectuais que deveriam largar os seus «barroquismos» e «particularismos ideológicos» em prol de um engajamento ativo em torno da reconstrução da nação no Brasil e em Portugal. Desta forma, poderíamos dizer que há um espelhamento em torno de pelo menos quatro temas estruturantes na cultura política da *intelligentsia* luso-brasileira do período: a invocação de um estado forte e centralizado, a defesa de uma democracia social (por meio da organização corporativa) em detrimento de uma democracia política, a formação de uma elite engajada no processo de modernização institucional da estrutura burocrática e, por fim, a defesa intransigente de um executivo forte, e, portanto, de um crescimento da figura do estado por meio da eliminação dos «corpos intermediários», resquícios da política privatista e individualista do liberalismo.

(64) José Gil, *Salazar...*, cit., p. 24.

Em suma, essa matriz comum na representação do político é objetivamente um indício de uma cultura política arraigada ao corporativismo e autoritarismo dos tempos da vaga autoritária dos anos 1920-40. O que não é arbitrário, pois, a grande maioria dos autores resenhados na *Brasília* tiveram alguma relação direta ou indireta com o poder no Estado Novo brasileiro, como são os casos emblemáticos de Azevedo de Amaral, Francisco Campos e Fernando de Azevedo. Além disso, as suas obras, em sua grande maioria, foram publicadas por órgãos oficiais do regime, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, Editora da Companhia Nacional, Comissão Brasileira dos Centenários, Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, Coleção Decenal da Revolução Brasileira, etc.

Tanto os autores como os resenhistas, detêm uma série de vínculos institucionais diretos (com a burocracia dos regimes: militares, homens de estado) ou indiretos (por meio de órgãos da sociedade civil: universidades, bibliotecas, escolas públicas, etc.) que evidenciam uma homologia entre as suas respectivas interpretações intelectuais no âmbito pedagógico, jurídico e historiográfico com aquilo que é hegemônico no campo político, ou seja, uma visão uníssona laudatória do significado do Estado Novo. Isso, contudo, não é exclusivo da *Brasília*, pois, as produções intelectuais emergidas nos anos de fortalecimento da «Política do Atlântico» (a revista *Atlântico*, o *Boletim da Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional*, e as coleções de livro publicadas com o incentivo do *Acordo Cultural de 1941*) foram publicadas por órgãos oficiais que estavam em sintonia com os valores dos regimes de «terceira via».

No entanto, é preciso ressaltar que esse diálogo entre as intelectualidades e as instituições no Brasil e em Portugal, durante o Estado Novo, ultrapassou a questão do corporativismo e autoritarismo, pois, a política cultural luso-brasileira, a denominada por Antônio Ferro «Política do Atlântico», foi defendida por distintas matrizes políticas, e mesmo por aqueles que confrontavam o salazarismo. Portanto, não é ocasional que a mesma se perpetue no pós-guerra, já sobre um regime constitucionalmente democrático com sua consagração institucional na assinatura do *tratado de amizade e consulta* de 1953.

Entretanto, sabemos que estas relações devem ser compreendidas na sua inserção à um processo de longo prazo das relações entre Brasil e Portugal que dão um salto qualitativo e quantitativo desde a institucionalização de ambos Estados Novos, que oferece a estes

intelectuais muito mais do que a justificativa do legado para assim se unirem em torno de uma bandeira comum: a nação luso-brasileira de matriz autoritária, corporativa e cristã contra o «satanismo» do liberalismo, comunismo e totalitarismo. Visão que tem seu lugar social no seio da revista *Brasília*, e de outras revistas e produções luso-brasileiras (a despeito dos conflitos e contradições ocultadas sistematicamente nestas produções), desde o período de institucionalização do salazarismo e varguismo e afirmação das políticas culturais entre Brasil e Portugal até o fim da Segunda Guerra Mundial.

**GEPOLÍTICA, ECONOMIA, (DES)COLONIZAÇÃO E CULTURA A
PARTIR DO MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS DE MARCELO CAETANO
1944-47**

*GEPOLITICS, ECONOMY, CULTURE AND DECOLONIZATION
FROM THE MINISTRY OF COLONIES OF MARCELO CAETANO
1944-47*

MÁRCIO BARBOSA
mscb09@hotmail.com
CEIS20/UC

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 19/09/2016

Resumo:

Procura-se aqui construir um quadro, ensaístico e necessariamente breve, da mundividência no Ministério das Colónias liderado por Marcelo Caetano nos anos críticos de 1944 a 1947. Convocam-se sobretudo elementos de complexidade para uma compreensão do posicionamento dos principais atores internacionais ocidentais a partir do pós-guerra, segundo um ângulo de visão pouco estudado. Isto permite ensaiar um exercício de exploração de espaços cinzentos, ambiguidades, contradições ou paradoxos de uma inegável atualidade. Nomeadamente no que diz respeito aos particularismos que caracterizam *the english way* e *american way of life*. Em que medida estes particularismos contribuíram para dificultar, mais do que facilitar, processos fundamentais do pós-guerra como a descolonização e o desenvolvimento? De igual modo, em que medida o confronto bipolar (ideológico, propagandístico, etc.) funcionou como acelerador mas também dificultador desses processos?

Este exercício possibilita também perceber melhor a visão de Marcelo Caetano, que viria a ser o último líder do Estado Novo, sobre a ordem mundial em gestação, os seus problemas e paradoxos, bem como a sua perspectiva sobre a cultura e essa «forma portuguesa de estar no mundo» ou um presumível *portuguese way of life*.

Palavras-chave:

Marcelo Caetano, geopolítica, descolonização, cultura, pós-guerra.

Abstract:

Search here to build a picture, essayistic and necessarily brief, of the world view in the Ministry of the Colonies led by Marcelo Caetano in the critic years 1944 to 1947. We call for particular elements of complexity to an understanding of positioning of the main international actors (in the West) from the post-war period, according to a viewing angle little studied. This allows us to rehearse an exercise in exploitation of grey spaces, ambiguities, contradictions or paradoxes that remained to the present day. In particular, as regards the particularities that characterize the *English way* and *American way of life*. To what extent these particularities contributed to impede, rather than facilitate, fundamental processes like post-war decolonization and development? Similarly, to what extent the bipolar confrontation (ideological, propaganda, etc.) worked as an accelerant but also as a destructive element in these processes?

This exercise allows also better understand the vision of Marcelo Caetano, who will be the last leader of the Estado Novo (1968-74), on the world order in gestation, its problems and paradoxes, as well as his perspective on the culture and the Portuguese way of being in the world or a alleged «Portuguese way of life».

Keywords:

Marcelo Caetano, geopolitics, decolonization, culture, post-war period.

1. A complexificação do(s) *Poder(es)* no período entre guerras

Poder governar não é necessariamente *Poder*. Como defendeu Michel Foucault (1926-1984), o poder é uma relação, não uma posse⁽¹⁾. Segundo Marcelo Caetano (MC – 1906-1980), «a política é um meio ingrato de ação»⁽²⁾. A lei da complexidade crescente das realidades nacionais e

(1) Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 10ª ed., Petrópolis, Vozes, 1993 (original de 1975).

(2) AMC, cx. 26, Correspondência/Ferreira, Francisco Gonçalves (secretário de Estado da Saúde e Assistência): nº 3 (21/01/72). Resposta de MC ao pedido de demissão do autor (aceite e decretado em 31/01/72).

internacional contemporânea, com a introdução contínua de novas camadas, aí está para o confirmar⁽³⁾. A glândula pineal de todas as questões será sempre: onde reside(m) efetivamente o(s) *Poder(es)*?

A universalização do condicionamento da forma de «fazer política» iniciada durante a Grande Guerra, ou seja, a guerra total, que levaria Ernst Junger (1895-1998) a considerar este evento historicamente mais relevante do que a Revolução Francesa⁽⁴⁾, não possibilitou a vitória do desvio da noção de «totalidade» protagonizada mais tarde pelo aparelho nazi, empenhado numa teoria gestonária de «estado moderno»⁽⁵⁾, mas tornou irreversível a valorização estratégico-política dos meios de mobilização e controlo das «consciências» como eixo da nova «arte de governar». Não por acaso, um dos conselheiros do presidente Wilson em Versalhes foi precisamente Walter Lippmann (1889-1974), o autor de *Opinião Pública* (1922)⁽⁶⁾, que influenciaria profundamente a obra homónima de MC em 1965⁽⁷⁾.

No rescaldo da guerra, o professor de ciência política Parker Thomas Moon (1892-1936) definia o inalienável valor da propaganda, quer como meio educativo das massas no domínio das relações internacionais, ignorando já os conceitos de estado-nação e de nacionalismo, quer como instrumento para o idealismo democrático e os seus contrários, os totalitarismos nazi-fascista e estalinista⁽⁸⁾. Talvez por isso, o pioneiro da então emergente indústria de «public relations» tenha sido Edward Bernays (1891-1995), sobrinho de Freud e responsável pela propaganda e censura nos EUA durante a Grande Guerra⁽⁹⁾.

A emergência da poderosa arma da propaganda, das técnicas de persuasão e gestão da democracia de massa (a «grande sociedade»),

(3) Ver, entre outros, Bertrand Russel, *O Poder: uma nova análise social*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990. (original de 1938)

(4) Ernst Junger, *Lo stato mondiale: organismo e organizzazione*, Parma, Ugo Guanda Editore, 1998.

(5) Ver, entre outros, Carl Schmidt, *La notion de politique*, Paris, Flammarion, 1990.

(6) Walter Lippman, *Public opinion*, New York, Dover Pub., 2004. Ver também, do mesmo autor, *Crépuscule des démocraties?*, Paris, Fasquelle, 1956.

(7) Marcelo Caetano, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965.

(8) Parker Thomas Moon, *Syllabus on international relations*, New York, MacMillan Co., 1925, p. 122.

(9) A propósito de Freud e o «sentido da história», ver Ludwig Marcuse, *Freud e a Psicanálise*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006. Ver particularmente cap. 4, p. 127-147: «Freud, Einstein e Marx». Frase de Freud em epígrafe: «Quando se está convencido das deficiências dos atuais estatutos sociais não se justifica que ainda se coloque ao seu serviço uma educação orientada psicanaliticamente».

controladas numa primeira fase pelo estado (II Guerra Mundial) e mais tarde também (ou sobretudo?) por poderosas companhias e organizações multinacionais (mais ou menos transparentes), levariam o politólogo Harold D. Lasswell (1902-1978) a considerar que os limites da «competência» dos cidadãos para participarem, por sua iniciativa, na construção da vontade geral, tinham sido irreversivelmente ultrapassados pela complexidade da sociedade⁽¹⁰⁾. Nesse sentido, enquanto Stefan Zweig (1881-1942) se confessava um «sobrevivente incorrigível duma época mais livre e cidadão duma sonhada república mundial» e lamentava a «cavalgada da morte pela mentira organizada, pela propaganda»⁽¹¹⁾, MC afirmava ter saudades do «doce viver» do século XIX. A realidade de 1938-1940, ainda segundo Zweig, «calou» uma «esgotada» e «exausta» «consciência moral» no mundo. Faria, portanto, todo o sentido a afirmação de Denis de Rougemont (1906-1985), em 1939:

Entrámos na era das *libidos* errantes, em busca dum teatro novo. E o primeiro que se lhe deparou foi o teatro político. A política de massas, tal como foi praticada a partir de 1917, não é senão a continuação da guerra total por outros meios (para utilizar uma vez mais, invertendo-a, a célebre fórmula de Clausewitz)⁽¹²⁾.

A crise dos sistemas socio-político-económicos de finais do século XIX e princípios do século XX, de matriz eurocêntrica, permitiu o advento do «admirável mundo novo» satirizado em 1932 por Aldous Huxley (1894-1963)⁽¹³⁾, recuperando o sublime *Cândido* de Voltaire – «tudo corre o melhor possível no melhor dos mundos»⁽¹⁴⁾ –, por Georges Orwell (1903-1950) em 1949⁽¹⁵⁾ e, antes ainda daqueles, por Yevgeny I. Zamyatin (1884-1937) em 1924⁽¹⁶⁾.

(10) Harold Lasswell, *Propaganda Technique in the World War*, New York, Alfred Knopf, 1927.

(11) Stefan Zweig, *O mundo de ontem: recordações de um europeu*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2005.

(12) Denis de Rougemont, *O amor e o ocidente*, Lisboa, Veja, 1999, p. 253.

(13) Aldous Huxley, *Admirável mundo novo*, Lisboa, Antígona, 2013.

(14) Voltaire, *Cândido ou o otimismo*, Lisboa, Tinta-da-China, trad., notas e posfácio de Rui Tavares e ilustr. de Vera Tavares, 2006.

(15) George Orwell, *1984*, Lisboa, Antígona, 2012.

(16) Yevgeny I. Zamyatin, *Nós*, Lisboa, Antígona, 2004.

2. Magníficas idiosincrasias anglo-americanas?

Pouco mais de um mês após a Conferência de Casablanca (entre Roosevelt e Churchill), um mês após as derrotas da *wehrmacht* em Estalinegrado e da *kriegsmarine* no Mar de Barents, e quando já se adivinhava a derrota do *afrika korps* no norte de África (verificada em maio/junho), MC escreveu o seguinte ao presidente do Conselho (1 de março de 1943):

Se me fosse dado emitir um voto, falando com aquela franqueza que me é imposta como um dever por 14 anos de colaboração com V.^a Ex.^a e algum trabalho e sacrifício dado ao Estado Novo desinteressadamente, eu preconizaria uma renovação do pessoal governante. Ainda há pouco Churchill referiu a influência que num momento de crise a mudança de comandos no Norte de África teve na transformação do moral das tropas⁽¹⁷⁾. V.^a Ex.^a não gosta deste processo: noutras ocasiões poderá ter tido razão, agora não tem. A estabilidade governativa deve referir-se ao pessoal que desempenha ou é chamado aos cargos de Governo – não à colação das pessoas a certos postos onde às tantas adormeçam, sem fé, sem vontade, sem forças, subjugadas pelas tarefas que lhes passam por cima. Digo isto tanto mais à vontade quanto é certo que, como V.^a Ex.^a sabe, não sou candidato. Repito que é preciso agir energeticamente e quanto antes. Por toda a parte só se ouve dizer: «Isto está na última, é o fim». Será, Sr. Presidente? Eu por mim custa-me a capitular sem luta: mas não vejo outra coisa à minha volta senão a *preparação moral da derrota*. E ainda acabaremos por, no final da guerra, ter uma situação internacional magnífica e perdê-la por uma catastrófica situação interna⁽¹⁸⁾.

Claro que MC foi um dos candidatos⁽¹⁹⁾. A remodelação, talvez a mais profunda em 36 anos, aconteceria em setembro de 1944 – «a revolução de

(17) Substituição do general Claude Auchinleck pelo general Harold Alexander e substituição do tenente-general William Gott, morto num ataque inimigo, pelo tenente-general Bernard Montgomery.

(18) José Freire Antunes, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 113-114.

(19) As anteriores escolhas do presidente do conselho para a pasta das Colónias já haviam suscitado duras críticas junto de MC: AMC, cx. 41, Correspondência/Oliveira, Joaquim Nunes de (procurador à CC; diretor da Faculdade de Farmácia da UP): nº 1 (23/01/41).

Setembro» –, quando MC assumiu a pasta das Colónias⁽²⁰⁾. A previsível derrota alemã seria o principal contributo para essa «magnífica» situação internacional. Significava que a maior potência colonial e velha aliada sairia vencedora. Um mês antes de MC entrar para o governo já havia sido assinado o Acordo Luso-Britânico, que interrompia irreversivelmente a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial⁽²¹⁾. No Conselho de Ministros (CM) de 9 de fevereiro de 1945, o presidente do Conselho estabelecia a associação, no âmbito da «alta política», entre a «política imperial», «política constitucional» e a «política externa – a aliança inglesa – a neutralidade». Sintetizada em duas frases: «as razões da nossa esperança. O interesse britânico da preservação da ordem no Ocidente». As únicas preocupações eram a «aragem da democracia» e a «perspetiva da 3ª Guerra» – «Nós pudemos não entrar nesta guerra, mas é muito duvidoso que possamos não entrar na próxima»⁽²²⁾.

Mantendo-se a lei queirosiana, o Estado Novo como a «República», com os «territórios maninhos em África», cuja localização os meninos agora decoravam nos bancos de escola, eram (também) uma questão de «política externa». Em novembro de 1944 um elemento do regime partilhava com MC: «Não deixei de ponderar a nossa situação com os olhos postos na cobiça já tradicional de que temos sido alvo por parte de algumas nações coloniais e de que, por certo, voltaremos a sê-lo no após guerra»⁽²³⁾. Sem que lhe pudesse escapar, MC criticava publicamente esse *queirosianismo*:

(20) A par de MC, as seguintes figuras assumiram então o respetivo cargo no governo: Júlio Botelho Moniz o M. do Interior; Manuel Cavaleiro Ferreira o M. da Justiça; Fernando Santos Costa o M. da Guerra; Américo D. R. Thomaz o M. da Marinha; Augusto Cancela de Abreu o M. das Obras Públicas e Comunicações; José Caeiro da Mata o M. da Educação Nacional; Clotário Luís Supico Pinto o M. da Economia; António Castro Fernandes a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência; Joaquim Trigo de Negreiros a Subs. de E. da Assistência Social; Joaquim Diniz da Fonseca a Subs. de E. das Finanças; Manuel Gomes de Araújo a Subs. de E. da Guerra; José F. do C. Ribeiro Ulrich a Subs. de E. das Obras Públicas; Roberto de Espregueira Mendes a Subs. de E. das Comunicações; Herculano de Amorim Ferreira a Subs. de E. da Educação Nacional; Albano do C. Rodrigues Sarmiento a Subs. de E. do Comércio e Indústria; e Albano da C. Pimentel Homem de Melo a Subs. de E. da Agricultura.

(21) Ver, entre outros, Pedro Aires Oliveira, *Os despojos da Aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa: 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

(22) José Freire Antunes, *Salazar Caetano: cartas secretas...*, cit., p. 147-148.

(23) AMC, cx. 39, Correspondência/Moura, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo Gomes de (deputado): nº1 (28/11/44).

Tenho ouvido algumas vezes certos historiadores de vista curta explicar sistematicamente os factos da vida portuguesa através dos séculos pelo «condicionalismo externo», – como se em Portugal não houvesse inteligência, vontade, personalidade, e nos limitássemos a ser joguete inconsciente de causas exteriores!⁽²⁴⁾.

Muito antes de se saber o desfecho da guerra, Churchill e Roosevelt acertaram, em agosto de 1941, os princípios da chamada *Carta do Atlântico*. O primeiro pretendia antecipar a entrada do aliado na guerra e o segundo precaver a inevitável participação no conflito. Semelhante raciocínio não deve ser marginalizado na interpretação do artigo 3º da carta: «Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força». Segundo o Departamento de Estado norte-americano, «the Atlantic Charter of August 1941 was not a binding treaty»⁽²⁵⁾. Churchill estaria a pensar exclusivamente na Europa e na Ásia ocupadas pelas potências do eixo (motivo pelo qual se distribuíram largos milhares de cópias do documento pelos territórios ocupados) e Roosevelt, na senda dos seus antecessores, teria em mente eliminar as vantagens coloniais europeias⁽²⁶⁾.

O excesso de voluntarismo em transformar aquele documento – a *Carta do Atlântico* – num antecedente dos vetores que dominaram a política mundial no pós-guerra, nomeadamente o processo descolonizador, assemelha-se sobremaneira à inclusão de Kant entre os vários pioneiros projetistas políticos das organizações e espaços supranacionais que ganharam forma durante o século XX. Ideia que, de todo, aqui não se partilha⁽²⁷⁾. A capacidade efetiva de sustentar um projeto era mais

(24) Marcelo Caetano, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, p. 35.

(25) <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/atlantic-conf>.

(26) Ver Peter Clarke, *The last thousand days of the British Empire: Churchill, Roosevelt and the birth of the Pax Americana*, New York, Bloomsbury Press, 2008.

(27) No *Segundo Artigo definitivo para a Paz Perpétua* o filósofo alemão definiu claramente que «o direito das gentes deve fundar-se numa *federação* de estados livres». Ou seja, o direito das gentes deveria contemplar e concordar com a possibilidade federativa. Mas, com a prudência que o caracterizava, antecipou-se àqueles que até hoje vêm em Kant um pioneiro arquiteto dos emergentes espaços supranacionais/supraestatais com a seguinte advertência: «isto seria uma federação de povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos», uma vez que estes «formam Estados diferentes, que não devem

importante do que qualquer artigo da *Carta do Atlântico*. Em março de 1942 os japoneses quebraram a aura de invencibilidade associada às forças britânicas (e, por conseguinte, europeias) na Ásia. O impacto desse acontecimento foi decisivo para o desenrolar do processo descolonizador, segundo é reconhecido até hoje em Inglaterra pelos mais influentes estratégias político-militares⁽²⁸⁾. Nesse mesmo ano, Nehru foi preso devido ao *Movimento Índia Livre*, quando já liderava o Partido do Congresso Nacional Indiano desde 1929. Até aí, a potência colonial britânica nunca teve complexos no exercício da sua soberania, como o testemunha o famoso e violentíssimo massacre de Amritsar, em 1919⁽²⁹⁾. Acontecimento determinante para a evolução do movimento independentista indiano. Ao qual Londres procurou mais tarde responder, formalmente, com o descentralizador Ato do Governo da Índia de 1935.

Em junho de 1945, na conferência de S. Francisco, onde foi assinada a Carta da ONU, Churchill era o principal arauto do novo tempo de paz, da boa vontade e do objetivo de «poupar as gerações futuras ao flagelo da guerra». Apenas nove meses depois, a 5 de março de 1946, o mesmo político decidiu antecipar-se em dois anos (contribuindo também dessa forma para o que viria a acontecer?) à proclamação das democracias populares na Europa de leste e cunhou a famosa cortina de ferro. Exortou então, algo equivocadamente, o mundo ocidental (Europa

fundir-se num só». Antes sugeria uma *Federação da Paz*, que «não se propõe obter o poder do Estado, mas simplesmente manter e garantir a paz de um Estado para si mesmo e, ao mesmo tempo, a dos outros Estados federados, sem que estes devam por isso (como os homens no estado de natureza) submeter-se a leis públicas e à sua coação». Fiel ao seu pensamento matemático, transcendentalmente infinito, afirmou que a perseguição de tal federação deve conter o pressuposto da sua extensão a todo o mundo, caso contrário «a torrente da propensão para a injustiça e a inimizade só poderá ser detida, não pela ideia positiva de uma república mundial (se é que tudo não se deve perder), mas pelo sucedâneo negativo de uma federação antagónica à guerra, permanente e em contínua expansão, embora com o perigo constante da sua irrupção». No *Terceiro Artigo definitivo para a Paz Perpétua* – «o direito cosmopolita deve limitar-se às condições da hospitalidade universal» – Kant admitiu não existir nenhum direito de hóspedes, mas sim «um direito de visita, que assiste todos os homens para se apresentar à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra». Immanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros opúsculos, Textos Filosóficos*, Lisboa, Edições 70, 1995.

(28) Ver Rupert Smith, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*, Lisboa, Edições 70, 2008, p. 246.

(29) Ver, entre outros, Nigel Collet, *The butcher of Amritsar: general Reginald Dyer*, London, Continuum, 2006; Barbara D. Metcalf, Thomas R. Metcalf, *A concise history of modern India*, Third Edit., Cambridge University Press, 2012.

ocidental e América do Norte) a «esmagar o comunismo mundial» em nome da «democracia anglo-saxónica»⁽³⁰⁾.

Como resulta evidente, a definição de Conceitos Estratégicos Nacionais (CEN) ficou exponencialmente dificultada nesse período. Possivelmente inspirado em Kant⁽³¹⁾, MC diria, em 1951, o seguinte a esse respeito:

Se a situação doméstica é inquietante, que diremos da que o Mundo apresenta? A guerra de 1939 não terminou de direito, porque ainda não está assinado o principal tratado de paz, e bem se pode afirmar que também não cessou de facto. Estamos num regime de precário armistício entre duas conceções do homem e a vida moral que se entrecrocaram, mas numa confusão lastimável na qual havia de tudo em ambos os campos. As tentativas de construção do novo Direito Internacional têm, por esse motivo, sido imensamente frágeis. Para mais falta-lhes de espírito realista o que lhes sobre de ingenuidade utópica⁽³²⁾.

3. *Trágicas idiosincrasias anglo-americanas?*

Um dos aspetos mais substanciais do confronto geopolítico do pós-guerra talvez se possa resumir na máxima da guerra revolucionária: *uma ideia só se combate com outra ideia*⁽³³⁾. O que originava o desafio de definição das ideias e a crítica dos métodos adotados pelas instituições

(30) James Aronson, *The press and the Cold War*, Indianapolis-Nova Iorque, The Bobbs-Merrill Co., 1970, p. 33.

(31) «Se existe um dever e ao mesmo tempo uma esperança fundada de tornar efetivo o estado de um direito público, ainda que apenas numa aproximação que progride até ao infinito, então a *paz perpétua*, que se segue aos até agora falsamente chamados tratados de paz (na realidade, armistícios), não é uma ideia vazia, mas uma tarefa que, pouco a pouco resolvida, se aproxima constantemente do seu fim (porque é de esperar que os tempos em que se produzem iguais progressos se tornem cada vez mais curtos)» Immanuel Kant, *ob. cit.*, p. 171.

(32) Em revista *O Direito*, ano 83º, 1951, p. 1.

(33) «Trata-se de um conflito de ideias e estas não se combatem com meios materiais de destruição, mas sim com outras ideias, mais nobres, mais generosas. Aqueles meios servirão apenas como suporte, o suporte da garantia da vida de cada um perante o terror que o inimigo desencadeia. Pretender dominar os acontecimentos pela acção isolada do soldado, empregando processos e meios exclusivamente militares, é erro grave das mais graves consequências. O verdadeiro problema consiste em fazer passar uma população dum estado de espírito para outro estado de espírito.

envolvidas na guerra psicológica. Essa crítica, tragicamente condenada à marginalidade, evidenciaria um problema ou, se se preferir, um paradoxo insolúvel apontado por Lasswell: «We are in a war of ideas, but we have not found our ideas»⁽³⁴⁾. Por muito que se insistisse na economia (*it's the economy...*, como diria décadas mais tarde o assessor de Bill Clinton), o dólar não era uma ideia. Mas era uma imagem e, no final, foi também (ou sobretudo?) na guerra de imagens, encabeçada pela apelativa cultura do *entertainment* e do *welfare*, que se decidiu o confronto geoestratégico⁽³⁵⁾.

A par deste paradoxo, verificou-se um importante erro de cálculo anglo-saxónico. Ao contrário do previsto por Churchill com a sua cortina de ferro, bem como da definição operada pela Doutrina Truman, de onde resultou o Plano Marshall, o alvo prioritário do temido «ataque comunista» não foi a Europa mas sim a Ásia. O que transformava o «plano de libertação» num potencial plano de opressão e controlo. A seguir às independências da Índia e do Paquistão em 1947, seguiram-se a vitória maoista em 1949 e a divisão da Coreia em 1950-53. Não foi com planos económicos ou princípios jurídicos que os EUA responderam a esse ataque. Pouco mais de uma década depois do início do confronto bipolar, os EUA mergulharam na mais traumática guerra da sua história em todo o século XX. No contexto português, o «ataque» também se verificaria na Ásia, sobretudo a partir de 1954, com a anexação de Dadrá e Nagar-Aveli pela União Indiana⁽³⁶⁾.

Dois verdadeiros muros, quais obstáculos de grande valor, se erguem entre a rebelião e o Poder legal: um, psicológico – feito de desconfianças, preconceitos e recusas – e, o outro, ideológico – edificado por uma propaganda ativa e racional que explora temas sedutores, conquanto muitos sem fundamento e até ilegítimos –.

Demoli-los, para que de novo reine a paz no território e sobre ela se possam erguer as bases duma nova vida, dum novo mundo, tal é a finalidade da *pacificação*.

Todo o trabalho terá de ser orientado no sentido de tocar os corações antes de tocar os espíritos, pois será ineficaz toda a ação baseada apenas em construções do espírito e demonstrações lógicas. Há que começar por ‘preparar o terreno’ para, só depois, persuadir e converter». Hermes de Araújo Oliveira (coronel), *Guerra Revolucionária*, 3ª ed., Lisboa, 1962, p. 254.

(34) Harold Lasswell, *Policy and the Intelligence Function*, in W. E. Daugherty and M. Janowitz (org.), *A Psychological Warfare Casebook*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958, p. 67.

(35) T. Mattelart, *Le Cheval de Troie audiovisuel. Le Rideau de fer à l'épreuve des radios et télévisions transfrontières*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1995, p. 26-27.

(36) No primeiro CM de MC na Presidência, em 19 de julho de 1955, registava o «movimento da independência no N. de África» e o «caso de Goa»: «intensificação da campanha de imprensa da União Indiana contra Portugal», «repetição de atos de sabotagem», «ação de organizações terroristas no nosso território», «organização e conspiração de elementos pró-integração em Goa», «providências diárias de pressão sobre

Em maio de 1946, por certo impulsionado pelo discurso de Churchill, MC encontrara outro adjetivo para «conjuntura originada pela 2ª grande guerra mundial...»: «trágica»⁽³⁷⁾. Poucos meses depois, um velho deputado manifestava a perspetiva ainda preponderante em S. Bento:

A guerra deixou-nos um magno problema: o de sabermos ou não administrar uma riqueza que nos deixaram. Não podemos contar mais com aplicação de capitais estrangeiros nem com empréstimos externos, ou sabemos administrar o que é nosso, seja qual for o domínio público ou privado onde essa administração tenha de ser exercida ou outros se substituirão a nós na administração do que nos pertence, para se substituírem por fim na nossa própria soberania política. [...] Oxalá o problema político, isto é, o poder de novas origens do poder [sic] não venha retardar mais uma vez o progresso da nossa Pátria. Em 20 anos criámos um Estado e uma política externa independente. Demos às classes dirigentes uma consciência política que há muito a tinham perdido⁽³⁸⁾.

Por muito «hábil, avisado e prudente» que o regime pudesse eventualmente ter sido, não evitou colocar-se numa posição relativa impossível, provocada desde logo pela simplista análise «dos princípios»:

aquilo que a Europa deixa ver claramente no meio do tumultuar confuso das infelizes populações mortificadas pela fome e pela guerra, é um duelo entre duas ideologias, uma, a oriental, materialista e tirânica, e outra, a ocidental, expressão do espírito a cuja luz a Europa criou a sua civilização e firmou a sua hegemonia no mundo e que não é outro senão o espírito cristão⁽³⁹⁾.

O combate à ideia ou ideologia oriental não oferece dificuldade:

Tem Vossa Excelência razão quando interroga o futuro sobre os dias que esperam a nossa cultura ameaçada [sic]. Tudo se afigura tão obscuro que quaisquer vaticínios seriam precários. Em frente do imprevisto,

os portugueses na U. Indiana”, “afirmações reiteradas de Nehru de esperança na integração pacífica», «defesa de Damão e Diu e ligação aérea com Goa», «Estatuto da Índia», «melhoria do estado da opinião pública interna e internacional». AMC, cx. 11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n° 1 (19/07/55).

(37) Marcelo Caetano, *Hoje, como ontem...*, cit., p. 36.

(38) AMC, cx. 34, Correspondência/Lopes, Artur Ribeiro (deputado): n° 1 (07/10/46).

(39) Marcelo Caetano, *Hoje, como ontem...*, cit., p. 41.

só vejo uma atitude contra o transbordante perigo de uma avalanche comunista e essa consiste em nos unirmos todos, sobretudo os povos da mesma origem e da mesma formação cristã, num movimento de revalorização e defesa dos nossos índices morais e culturais⁽⁴⁰⁾.

Já a ânsia de «integrar» o Estado Novo «nos mais genuínos anseios da Europa» democrata-cristã e a colagem estratégica aos EUA (sendo inclusive um dos países fundadores da NATO, em 1948), ignorando as (i)limitações ideológicas americanas, colocava inevitavelmente Portugal e o seu Império na mira da globalizante guerra económica e de imagem a que este procurava escapar:

Foi com surpresa, meus senhores – não o nego! – que por ocasião da última campanha eleitoral [1945] verifiquei ser tom dominante da oposição a apologia da liberdade económica, atacando com arreganho as restrições impostas ao lucro, a disciplina das atividades capitalistas e até – o mais espantoso me parece! – o imposto sobre lucros de guerra! Julgava eu, que o Estado Novo seria sobretudo acusado de não ter feito uma organização económica suficientemente rigorosa para evitar tanto negócio imoral e tanto lucro excessivo que mesmo assim se tem verificado; que seria acusado de não ter tributado mais duramente os grandes rendimentos de modo a poder alargar a sua obra de justiça social. Mas, afinal, o que se reclamou foi a supressão de toda a organização, o que significaria o regresso à liberdade de ganhar de qualquer maneira – à liberdade de explorar o povo! Será que ao espírito fechado de muitos não se revelou ainda que o tempo da liberdade económica passou por uma vez?⁽⁴¹⁾

A convicção com que MC se manifestava «pouco disposto a transigir com os abusos do capitalismo e as injustiças criadas pelo egoísmo dos homens», tal como a declaração de que «a propriedade deve ser uma garantia da liberdade e não um instrumento de opressão», não era acompanhada pelo sucesso da ideia, apesar do apoio geral ao seu discurso⁽⁴²⁾. Não por acaso, nas 53 páginas desse discurso de 1946, MC

(40) AMC, cx. 27, Correspondência/Fontoura, João Neves da (diplomata e político brasileiro): nº 1 (22/07/44).

(41) Marcelo Caetano, *Hoje, como ontem...*, cit., p. 46-47.

(42) AMC, cx. 33, Correspondência/Lima, A. Carlos (advogado): nº 1 (28/05/46); AMC, cx. 33, Correspondência/ António Augusto Pires de Lima (diretor-geral do Ensino Secundário, empresário no Porto): nº 1 (03/06/46).

não refere uma única vez a palavra corporativismo. Apenas menciona timidamente, uma vez, os organismos corporativos. A ideia falhava. O anticomunismo exacerbado estava em perfeita sintonia com os EUA. Mas o restritivo intervencionismo económico era um obstáculo para os objetivos planetários da superpotência.

De igual modo, verificava-se a concentração da irracional repressão anticomunista na Europa. Facto não compreendido por elementos do próprio regime. Em fevereiro de 1961, um elemento da Comissão de Moçambique da UN referia que «Há quem discuta, mas não há partidos internos pró-independência como há ali [Angola]. A massa pode ouvir os que arengam nos cafés ou envenenam os jornais (só agora, depois de muito insistir, se mandou a gente da censura!)»⁽⁴³⁾. MC criticava a atuação da PIDE: «deficiências da nossa polícia. Como a polícia é tanto mais violenta quanto mais incompetente. A prisão discricionária é o «céu dos juristas». Há realmente um problema». Posição baseada nas ideias de que a «força moral nasce do assentimento» e de que «resiste-se a uma pressão temporária de um regime estrangeiro» mas «não se resiste ao espírito do tempo»⁽⁴⁴⁾. De notar que MC foi o último ministro das Colónias dum mundo (ainda) eurocêntrico. O processo descolonizador começou seis meses depois de ser demitido.

4. Propaganda: um elemento perturbador?

Antes de Nehru ser posto em liberdade (1945) e antes da pioneira independência do Paquistão e da Índia (agosto de 1947), o cardeal Cerejeira visitou África como legado apostólico para a sacração da catedral da cidade de Lourenço Marques. A visita terminou em Angola precisamente quando MC assumia a pasta das Colónias. No discurso de despedida declarou, dez anos depois de MC o ter feito num jornal metropolitano, o seguinte: «Trago os olhos cheios desta África gentil [...]. Levo para Portugal a aurora deste mundo novo, deste Brasil do Século XXI»⁽⁴⁵⁾. Era a versão mais explícita dessa expressão singular da política colonial portuguesa.

(43) AMC, cx. 38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº 28 (25/02/61).

(44) José Freire Antunes, *Salazar Caetano...*, cit, p. 148-149.

(45) Em jornal *O Intransigente*, de Benguela, nº 925, 15 set. 1944. Citado em AMC, cx. 25, Correspondência/Durães, António (advogado, presidente da Câmara Municipal de Benguela quando MC era ministro das Colónias): nº 1 – anexo 1 (11/69).

Embora este episódio propagandístico deva ser enquadrado no âmbito da estratégia da Santa Sé para África, não é de admitir que Cerejeira, apesar das fricções, proferisse qualquer declaração em desacordo com o regime:

Chegada do Patriarca. Envio junto a nota recebida da Agência-Geral das Colónias, a quem encarreguei da recepção (*i.e.*, de organizar o programa). Acho bem. Peço que me diga logo que possa se acha bem também. Claro que entendo dever o Ministro das Colónias ir a bordo, mesmo sem o cardeal ser legado. E que por cortesia devam o Chefe de Estado e membros do Governo enviar também pessoal dos seus gabinetes apresentar cumprimentos à chegada⁽⁴⁶⁾.

O desenvolvimento da guerra psicológica e da arma da propaganda, tão indispensável no plano de dominação planetária nazi como na resposta aliada, ocorreu precisamente durante a II Guerra Mundial. O pós-guerra consagrá-las-ia na emergência do novo paradigma militar: a guerra entre (os) povos e entre (os) civis⁽⁴⁷⁾. Semelhante aspiração não desapareceu com a morte de Hitler e a destruição do NSDAP⁽⁴⁸⁾. Os dois sistemas com pretensões igualmente planetárias consagraram um discurso *bipolar*. Por um lado, a *psychological war*, a guerra de ideias ou luta ideológica atribuída, segundo *an western point of view*, exclusivamente ao aparelho soviético. Por outro, o discurso místico universalista e globalizante do *american way (and will) of life*, acrescido da subdivisão geoeconómica, segundo o eixo do desenvolvimento norte-sul a que já se fez referência, numa tentativa de disputa pela influência nos países (presentes e futuros) do chamado Terceiro Mundo.

Nesse sentido, *westernization* passara a significar modernização e desenvolvimento⁽⁴⁹⁾. A doutrina do *free flow of information* foi o necessário

(46) José Freire Antunes, *Salazar Caetano...*, cit., p. 124.

(47) Ver Rupert Smith, *A utilidade da força...*, cit.

(48) Repare-se no paralelismo existente com a reformulação operada pelo «pai» do conceito de «planetarização», Pierre Chardin, na obra *O Fenómeno Humano*, entre 1938-40, quando foi originalmente escrita, e 1947-48. Pierre Teilhard de Chardin, *Le Phénomène humain*, Paris, Seuil, 1955; *O fenómeno humano*, Paulus, 1998. Armand Mattelart, *História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*, Lisboa, Bizâncio, 2000, p. 288-290.

(49) Ver Walt W. Rostow, *The dynamics of Soviet Society*, New York, New American Library, 1954; *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960; *A proposal: key to an effective foreign policy*, Max F. Millikan (co-autor), New York, Harper & Brothers, 1957.

suporte da estratégia de eliminação de todos os obstáculos a um livre comércio mundial. Ou seja, a internacionalização ou «exportação da 1ª emenda» à Constituição Americana⁽⁵⁰⁾, segundo a ideia de que todos deveriam passar a viver «na» América⁽⁵¹⁾, apresentada «como consciência do mundo»⁽⁵²⁾. Conforme Kissinger sugere, mesmo quando os EUA *fazem mal, fazem-no por bem*, permanentemente *condenados a redimensionar* o discurso wilsoniano. Ou, numa reatualização da proposição rousseauiana, os EUA são naturalmente bons, o mundo é que os corrompe. Um discurso adaptado à ideia de descolonização, mas, em última estância, ao serviço do dólar.

5. Sentidos do último esforço (des)colonizador europeu

Enquanto MC foi ministro das Colónias, o governo de Sua Majestade não evidenciou qualquer sinal de mudança estratégica. Pelo contrário, deu sinais no sentido de reforçar a presença em África. Em dezembro de 1946, *The Crown Colonist* noticiava orgulhosamente: «New headquarters for the Colonial Empire» – «Decision to erect a ‘fitting’ building in Westminster: Temporary home for Colonial Office in Church House», «worthily expressing the high value which the people and Government of this country place on the friendship of the Colonial peoples»⁽⁵³⁾.

A determinação belga não era diferente. O modelo sim, apresentava algumas *nuanças*. MC parece ter apreciado mais a autoridade colonial belga, até pela influência do Congo em Angola. Pela mesma altura, a imprensa belga, através do general Georges Moulaert, identificava o caminho para combater os «problèmes coloniaux immédiats», suportado pela transferência para o Congo de «1 milliard 200 millions»:

Cette somme sera consacrée à un fonds social indigène et subsidiera la Recherche Scientifique. [...] Quels sont les problèmes primordiaux

(50) Ver M. A. Blanchard, *Exporting the First Amendment: the Press-government cruzade of 1945-1952*, White Plains, N. I., Lonhman, 1986.

(51) Ver W. E. Daugherty and M. Janowitz (org.), *A Psychological Warfare...*, cit.

(52) Henry Kissinger, *A Ordem Mundial: reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p. 297-339.

(53) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: n° 8 – anexo 6 e 7 (12/46).

indigènes? Est-ce l’instruction publique, la «mass éducation», l’amélioration du logement, les écoles professionnelles et même moyennes? Non! Nous devons avant tout assurer la vie de nos populations. Premier Problème: l’assistance médicale indigène.

Quando as economias coloniais estavam demasiado dependentes do setor primário, em especial da extração mineira, MC parecia focado no futuro. Essa preocupação explica que tenha destacado o seguinte parágrafo:

En fait, on exportait pour un prix infime et désoire [sic] la fertilité du pays. [...] M. Harroy écrit que l’exploitation minière appauvrit le pays. Cela est inexact. Les Mines permettant d’outiller le pays, de construire des routes, des chemins de fer, d’organiser les services administratifs, médicaux et sociaux, de développer l’agriculture vivrière, mais tout cela à condition de permettre un jour le remplacement des richesses du sous-sol par le développement indéfini des richesses de culture; c’est-à-dire à condition de maintenir et d’améliorer la fertilité des terrains⁽⁵⁴⁾.

Em França, começava a desesperar-se na «recherche d’un nouveau Colbert». Jean Walter, num artigo publicado na revista *Paysage* (de 25 de novembro de 1945), alertava a França (e a Europa) para o perigo decorrente da guerra ideológica. Enquanto as superpotências sufocavam o mundo com propaganda, absorvendo-o no debate político, a sua hegemonia económica consolidava-se a traços largos: «Tant à l’intérieur qu’à l’extérieur de notre pays, les évènements politiques ont pris, au cours des dernières semaines, une telle ampleur que l’essentiel du problème mondial et du problème national de reconstruction est passé au second plan dans nos préoccupations immédiates». Nesse sentido, propunha-se o regresso da reconstrução económica ao discurso político.

O princípio do «primauté de l’économique», resumindo todos os problemas da França no facto de esta se encontrar «à la recherche d’un nouvel équilibre économique». Focou a questão dos equipamentos materiais e dos serviços, mas o que chamou mais a atenção de MC foi «le problème des cadres». Destacou a importância de criar quadros

(54) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: n° 8 – anexo 8 (12/46).

administrativos qualificados e eficazes, bem como a crítica dos vícios da função pública:

L'intrusion du politique dans l'économie a fait que le contrat exprès ou tacite qui lie le fonctionnaire à l'Etat peut s'exprimer ainsi: en regard de faibles traitements, d'une situation sociale de seconde zone, le préposé de l'Etat acquiert deux privilèges: la stabilité, l'irresponsabilité. [...] Il faut reconnaître et proclamer que sans une administration compétente, énergique, bien payée et sans cesse soumise à la loi du rendement, toute réforme restera théorique et sans prise effective sur des réalités auxquelles nul ne saurait échapper⁽⁵⁵⁾.

6. Singularidades do modelo económico imperial britânico

Dado que o discurso «integrarista-civilizador» tendia a ser inversamente proporcional à capacidade económica, os interesses anglo-saxónicos focavam-se sobretudo na prevenção teórico-sistémica contra o aumento do nível de vida indígena. MC seguiu com avidez os debates e as tendências político-económicas inglesas e belgas. Chegava a pedir indicações bibliográficas a Vilhena, diretor da Diamang⁽⁵⁶⁾. O artigo publicado no nº 5351 do britânico *The Economist*, de 16 de março de 1946, mereceu a maior atenção. Baseado nos relatórios do *Labor Advisor to the Colonial Office* britânico, major Orde Browne, sobre as condições do trabalho na África Oriental, o artigo destacou a «enorme diferença» entre o trabalho em África e na Europa, resumida na seguinte ideia sublinhada por MC:

The African is still largely independent of paid work for his subsistence, although he may, to an increasing extent, find paid work for a few months at a time in order to earn enough money to raise his subsistence level. But

(55) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: nº 1 (25/11/45).

(56) «Conhece algum livro moderno sobre a organização económica e política do congo Belga? [...] Interessava-me, sobretudo, conhecer a estrutura económica e financeira de toda essa teia de sociedades do Congo Belga, lançadas pela Société Générale de Belgique». AMC, cx. 8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº 6 (26/04/46). Dias depois (nº 7 (06/05/46), MC recebia «algumas publicações interessantes sobre assuntos coloniais saídas de alguns anos a esta parte», maioritariamente belgas e inglesas, sobre problemas de economia, administração, nutrição, medicina, educação. Denotava grande preocupação com todos os parâmetros de desenvolvimento humano, social e económico.

he is a «target worker». He intends to earn a certain sum and then go back home again, and the sooner this sum can be obtained the better. Thus the offer of a higher wage has few attractions; it enables him to go home earlier, but it does not persuade him to stay longer or work harder. Hence the frequent statement that higher wages mean less work⁽⁵⁷⁾.

Ou seja, salários mais altos significariam menos trabalho. A última frase foi destacada até à exaustão pela Diamang – «More Wages, Less Work» –, que, por motivos óbvios, inundava o Ministério com artigos do *The Crown Colonist*:

Though the Northern Rhodesia Government has long since learnt of the Africans' disinclination to work, nothing has been done to improve the situation. Sir Stewart Gore-Browne's admirable report on labor conditions in the territory in 1938 fell on deaf ears. His statement that increased wages were no solution to the problem has been amply proved. While wages have doubled in three or four years, efficiency has steadily decreased. Something effective must be done without delay if conditions are not to become intolerable. It is almost inevitable that the Africans have a period of austerity before them⁽⁵⁸⁾.

Sabe-se como o poder colonial norte-europeu só era democrático na Europa, já que em África, pelo contrário, era centralista e autoritário. O mesmo se verificava quanto ao modelo económico-social. Os *trabalhistas* britânicos no poder⁽⁵⁹⁾ eram *keynesianos* na Europa e *ultraliberais* em África, não dispensando nem a ameaça da «austeridade», segundo o artigo supracitado, nem uma visão catastrofista em relação à possível introdução do modelo social-europeu em África⁽⁶⁰⁾. Tanto ou mais do que o fator «tempo», em conjugação com a evolução político-ideológica no pós-guerra, estes caracteres culturais europeus foram transversalmente determinantes para os processos descolonizadores em África.

(57) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: n° 2 (16/03/46).

(58) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: n° 8 – anexo 2 (12/46).

(59) Governo de Clement Richard Attlee (1883-1967), que vencera as eleições britânicas de Maio de 1945 contra W. Churchill. Governou até outubro de 1951.

(60) AMC, cx. 8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: n° 2 (16/03/46).

7. Cultura e carácter?

Durante a longa viagem ministerial a África (1945), MC produziu duas reflexões íntimas absolutamente nucleares. A primeira parece ter sido anotada no regresso a Lourenço Marques, após a visita à África do Sul. Escreveu então:

O português na colonização. Problema de enquadramento técnico. Problema da honestidade comercial e do sacrifício do lucro imediato ao sucesso firme e final. Espírito de enriquecimento rápido. Urbanismo: os filhos dos agricultores são doutores (o doutorismo clássico da nossa terra). (Onde a questão da Universidade e da escola portuguesa e o problema dos educadores). O progresso, a cultura e a imaginação. Temos a imaginação devaneadora – falta-nos a imaginação criadora, que é a fecunda.

De como colocamos sempre o centro do progresso colectivo e do nosso próprio sucesso individual nos outros. Daí, em vez do exame de consciência e do espírito de reforma e aperfeiçoamento de nós mesmos, sempre a ideia de uma reforma social e política. Ora enquanto os homens não forem melhores há-de sempre ser necessário fazer mais leis e ter mais barreiras⁽⁶¹⁾.

No relatório final não deixou de reproduzir esse pensamento, como as demais impressões colhidas: «raro é o europeu que procura os trópicos com outra ideia que não seja enriquecer. O dinheiro e tudo o que a ele conduz e se refere, assume assim um prestígio e uma sedução demoníacas. [...] A mentalidade puramente gananciosa de muitos dos que depois deles ficaram» desafiava a construção duma «humana e justa legislação sobre trabalho dos indígenas»⁽⁶²⁾. Uma ideia reforçada pelo impacto duradouro da figura de Smuts⁽⁶³⁾ – «primeira impressão de Smuts, boa. Vivo, fresco, espirituoso e bondoso» – e sua visão do mundo:

Confessou-se individualista e seriamente preocupado perante os problemas do futuro. *A Europa, cabeça e centro do mundo está diminuída, empobrecida e arruinada – vai ter nos próximos anos gravíssimos problemas a defrontar; mas a América ainda os terá piores. Estive há dias na Itália onde*

(61) AMC, cx. 10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº 1, fl. 23v (06/45-11/45).

(62) AMC, cx. 10, VMA, Objectivos da Viagem: nº 1 – fl. 10-13 (s.d. – nov./dez. 1945).

(63) Recorde-se a citação de Smuts em Marcelo Caetano, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p. 60.

disse aos membros do governo⁽⁶⁴⁾: os senhores aqui estão numa situação difícil, porque se encontram perante os graves problemas da pobreza, mas eu venho dos Estados Unidos onde vi desenharem-se outros problemas ainda mais graves, os problemas da riqueza. A avidez de bem-estar de toda a gente cria um nível de vida geral impossível de sustentar, seja por que país for. Essa é a mais melindrosa questão do porvir. Espalhou-se em considerações sobre a mais grave crise da história do mundo que vai necessariamente surgir dentro dos próximos 50 anos – porventura dentro de 20 ou 30, e que será uma catástrofe terrível⁽⁶⁵⁾.

O segundo texto foi escrito no final da viagem, em Luanda.

Aqui [Angola] como em Moçambique o Ministro é recebido como Messias – a visita como descida redentora⁽⁶⁶⁾. Chovem exposições, reclamações e memoriais sobre pretensas injustiças e aspirações insatisfatórias: foram numa e noutra costa às centenas e a maior parte versando coisas sucedidas há anos. Toda a gente tem qualquer coisa a pedir ao Estado e a esperar do Estado. O colono (*latu sensu*) considera um sacrifício pela pátria a sua presença em África que só por si merece apoio, gratidão e amparo. Os piores males que porém me parece eivarem a colonização (como a vida social inteira⁽⁶⁷⁾) portuguesa, são a falta de cultura e a falta de carácter. Chamo falta de carácter à inexistência nos homens, em geral, de um sistema de princípios morais e de crenças que os orientem e regulem na sua conduta individual. Os portugueses hoje não têm este carácter. E não têm cultura. Até mesmo (e talvez sobretudo) os das elites são espantosamente incultos – das coisas técnicas e das coisas gerais, sem o sólido assento duma preparação fundada em qualquer dessas disciplinas de espírito, as línguas mortas ou as matemáticas, e sem iniciativa, engenho, visão. Que destino nos reserva o futuro no mundo

(64) O primeiro governo da «nova Itália», liderado por Ferruccio Parri, do Partido de Acção, formado após um amplo acordo com comunistas, socialistas, liberais, democratas cristãos e trabalhistas.

(65) AMC, cx. 10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º 1, fl. 27 (06/45-11/45).

(66) Um quarto de século depois, nada tinha mudado: «Senhor Professor, pois diga-se o que se disser, é patente que Portugal há muito não tem chefes à altura. [...] Seja V.ª Ex.ª o Messias que ele há tanto tempo espera. E V.ª Ex.ª pode sê-lo, se quiser». AMC, cx. 41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): n.º 1 (17/02/71).

(67) Comentário, em Lourenço Marques, sobre a revista à portuguesa: «Claro: a revista como em Portugal – muitas piadas com duplo sentido grosseiro, muita crítica derrotista, muito sentimentalismo piegas com faduncho à mistura. Mas nós somos assim mesmo e aqui é Portugal...» AMC, cx. 10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º 1, fl. 30v (06/45-11/45).

[...] se não estamos apetrechados para a concorrência no domínio da economia, da técnica ou da política?⁽⁶⁸⁾.

Subjaz aqui a ideia de que uma mudança coletiva só será efetiva quando precedida por uma transformação individual, num processo endógeno e não por constrangimento exógeno. Daí a necessidade do designado «sistema de princípios». Embora MC, neste caso, não se assumisse otimista. Em maio de 1944, numa conferência na Associação Comercial de Lisboa, afirmava que se havia «constante da História em que [ele] acredite a olhos cegos é a natureza humana. A guerra não transformará nem melhorará a natureza humana»⁽⁶⁹⁾. A complementaridade necessária entre o legalismo, que tem por objetivo impor o *padrão*, e a *virtude*, que convida a assumir esse mesmo *padrão*, poderia eventualmente remeter, ainda segundo a mesma linha de pensamento, para duas possíveis limitações do discurso político-ideológico: a ausência de credibilidade provocada pela secundarização do «sistema de princípios» e a impotência de qualquer «sistema político» perante os caracteres individuais⁽⁷⁰⁾.

(68) AMC, cx. 10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º 1, fl. 72 (06/45-11/45).

(69) Marcelo Caetano, *Predições sem profecia sobre reformas sociais*, Lisboa, 1945, p. 8.

(70) No prefácio a uma obra de 1963, MC escreveu: «É esse mesmo calor humano que põe na evocação de figuras como Maximiano Lemos ou Abel Salazar. Nas páginas que lhes dedica não se limita a traçar biografias ou a narrar episódios: palpita nelas uma emoção feita de veneração e de estima que atrai o leitor à melhor compreensão dos mestres evocados. E é de compreensão que estamos carecidos neste País onde os homens se acham tão divididos e onde é tradição (infeliz e malfadada tradição!) esquecer ou denegrir quantos conseguem levantar a cabeça alguma polegada acima do mar da mediocridade.

O dom de admirar constitui um traço de generosidade do espírito, sinal de estar isento da mesquinhez de carácter que nega sistematicamente aos outros aquilo que se não encontra em nós. Que só se admire o que é admirável, decerto. Admirar qualidades medíocres é a condenação ao destino charro da mediania moral. Mas que não sirvam de obstáculo a essa forma de comunhão humana a divergência ideológica ou os contrastes temperamentais. Para além do que separa os homens há largos campos abertos ao entendimento dos espíritos e até ao encontro das sensibilidades e dos afetos. A atitude do autor perante Abel Salazar o prova uma vez mais». Fernando de Castro Pires de Lima, *Manta de Retalhos*, Portucalense Editora, 2ª ed., 1963, prefácio (s. n.º de p.).

JOSÉ RELVAS: UM POLÍTICO REPUBLICANO *JOSÉ RELVAS: A REPUBLICAN POLITICIAN*

VÍTOR NETO
vitormpneto@sapo.pt
Faculdade de Letras da UC/CEIS20

Texto recebido em / Text submitted on: 22/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 30/09/2016

Resumo:

José Relvas foi sobretudo um político e diplomata republicano que desempenhou funções importantes durante a vigência do regime. Ministro das Finanças do Governo Provisório realizou a reforma monetária que levou à criação do escudo como moeda do país. Embaixador em Madrid durante as incursões monárquicas, desenvolveu uma atividade significativa no campo das relações entre os dois países. Deputado e senador abandonou provisoriamente a política em 1915 refugiando-se na sua Casa dos Patudos em Alpiarça. Com o país dividido pela guerra civil, provocada pela Monarquia do Norte, em 1919, Relvas seria chamado a chefiar um Governo de concentração de todos os partidos republicanos para enfrentar as forças monárquicas, dissolver o Parlamento, repor a Constituição de 1911 e abrir caminho para uma negociação entre os partidos com vista a um compromisso. A sua estratégia consistia no afastamento do Partido Democrático do poder e na recomposição de uma direita republicana que devia governar depois da realização de eleições. Na oposição manter-se-ia a esquerda radical que poderia alternar o poder com os conservadores num sistema rotativista à inglesa. O seu projeto de acordo político falhou em virtude do velho sectarismo dos partidos. Sentindo-se isolado e chefiando um Governo com falta de poder acabou por se demitir em finais de Março de 1919.

Palavras-chave:

Política, república, partido político, conservadores, esquerda radical.

Abstract:

José Relvas was a republican politician and diplomat who fulfilled important functions within the regime. As the Provisional Government's Finance Minister, his monetary reforms led to the creation of the Escudo as the national currency. As ambassador in Madrid during the Monarchist incursions, he played a significant role in the relations between the two countries. Having also served as an MP, he temporarily abandoned politics in 1915, retiring to his home, Casa dos Patudos, in Alpiarça. With the country divided by the Civil War provoked by the Northern Monarchy, in 1919, Relvas was asked to head a coalition government comprised of all the republican parties in order to face the Monarchist forces, dissolve Parliament, reinstate the Constitution of 1911, and open negotiations between the parties in the hope of reaching a compromise. His strategy consisted in removing the Democratic Party from power and in re-establish a republican right that would govern after elections were held. In opposition, there was to be a radical left that could alternate power with the conservatives in a rotationist system derived from the British model. His plan failed due to old sectarian divides between the parties. Feeling isolated and leading a powerless government, he resigned in late March, 1919.

Keywords:

Politics, republic, political party, conservatives, radical left.

Como se sabe, as ideias republicanas começaram por ser sustentadas por uma vanguarda neo-iluminista nos anos 70 e 80 do século XIX e a sua popularização ocorreu nos três últimos decénios da Monarquia Constitucional a nível urbano e, especialmente, lisboeta⁽¹⁾. No plano político, a oposição à Monarquia Constitucional vinda de oitocentos acentuou-se na fase da ditadura de João Franco. A realização dos progressos políticos e culturais republicanos ficou a dever-se essencialmente a uma elite política da qual faziam parte figuras como a de José Relvas que começou por combater em favor da República e que, depois da sua implantação, viria a assumir a pasta das

(1) Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, IUC, 2011, p. 15 ss.

Finanças no Governo Provisório. Não sendo um ideólogo, revelou-se fundamentalmente como político e diplomata e a sua ação foi pautada pelos valores republicanos. Por outro lado, Relvas seria no decurso da sua vida, conspirador, idealista, romântico e humanista. Durante a vigência da República assumiu-se como um dirigente significativo colocando-se ao lado de António José de Almeida, Afonso Costa, Brito Camacho, João Chagas e de outros.

A adesão à República e liderança política

José Relvas (1858-1929) frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra durante dois anos ingressando depois no Curso Superior de Letras de Lisboa onde obteve o bacharelato em 1880 com uma tese intitulada *O direito do senhor foi uma medida geral da propriedade*. Após a realização dos seus estudos humanísticos transformou-se num grande proprietário agrícola do Ribatejo e enquanto tal interessou-se, desde cedo, pela política ao romper com a Monarquia em 1907 e ao assumir a República como ideal. Nas lutas que travou com outros republicanos pela implantação do novo regime participou como orador bem preparado em vários comícios organizados no distrito de Santarém⁽²⁾. Contrariamente a dirigentes republicanos, que assumiram os novos ideais influenciados pela filosofia positivista de Auguste Comte divulgada entre nós por Littré e pelo movimento livre-pensador, José Relvas aderiu – quando já tinha quase 50 anos – ao Partido Republicano Português (PRP) por razões pragmáticas e essencialmente políticas. Nos últimos anos do velho regime, em virtude do seu labor político, já tinha alcançado verdadeiro prestígio nos meios republicanos⁽³⁾. E, nesta altura, considerava D. Carlos como «o maior responsável dos erros e da decadência da Monarquia»⁽⁴⁾. Nas ações de propaganda, levadas a cabo nos meios rurais e urbanos, nos finais

(2) Sobre alguns aspetos das atividades de José Relvas nos finais da Monarquia e as suas ideias económicas cf. *Elementos para a História da República. A Economia e a Ação de José Relvas, Introdução e Notas* de Carlos Consiglieri, Marília Abel e Horácio Reigado, Alpiarça, Câmara Municipal de Alpiarça, 1986.

(3) João Bonifácio Serra, *José Relvas, o conspirador contemplativo*, Lisboa, Assembleia da República, 2008, p. 72.

(4) José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 46.

da primeira década do século XX, assistiu-se a uma grande adesão dos trabalhadores agrícolas e das camadas populares urbanas à República.

No contexto das lutas políticas pelo derrube da Monarquia, a tentativa de golpe de 28 de janeiro de 1908, mal organizada, fracassou tendo sido presos os republicanos João Chagas, António José de Almeida, Afonso Costa, Alfredo Leal e França Borges tal como os dissidentes monárquicos Egas Moniz, visconde da Ribeira Brava e João Pinto dos Santos⁽⁵⁾. Após esse episódio, num momento histórico marcado pela exaltação popular antimonárquica, deu-se o Regicídio, levado a efeito pelos anarquistas Manuel Buíça e Alfredo Costa, em 1 de fevereiro de 1908. Na altura, este facto não deixou de surpreender a opinião pública e os próprios dirigentes republicanos como José Relvas.

No Congresso do PRP realizado em Coimbra (1908), Relvas presidiu à 1ª Sessão do evento. Nesta fase de acentuação da luta política este foi candidato a deputado por Lisboa e no areópago do partido realizado em Setúbal, em 1909, tornou-se membro do Directório. Acompanharam-no nessas funções Teófilo Braga, Basílio Teles, Eusébio Leão, Cupertino Ribeiro, Inocêncio Camacho e José Barbosa⁽⁶⁾. Algumas das principais figuras do republicanismo envolvidas nas conspirações de 1907 e 1908, ficaram excluídas desse organismo, enquanto outras, por disposições estatutárias, não poderiam ser reeleitas por dois triénios sucessivos. O Congresso de Setúbal, de 23 a 25 de abril de 1909, adotou como estratégia a via violenta para a tomada do poder e, nesse sentido, aprovou uma moção de João Chagas que responsabilizava o Directório pela nomeação de duas Comissões: uma militar e outra civil com a função de reunir as condições⁽⁷⁾ para desencadear a Revolução. A secção militar ficou constituída pelo almirante Cândido dos Reis, João Chagas e Afonso Costa, enquanto a direção da parte civil era confiada a António José de

(5) Para um conhecimento mais desenvolvido desta conspiração cf. Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República! 1906-1919*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 141-150.

(6) Segundo José Relvas, Basílio Teles apesar de ser admirado pelos intelectuais republicanos, vivia no Porto num grande isolamento e limitou-se a ir a uma reunião a Lisboa. Aclamado pela Revolução ministro das Finanças não quis assumir essa responsabilidade e o Governo Provisório substituiu-o por José Relvas. Este criticava Teófilo Braga, pois considerava que não obstante a sua reputação intelectual, a sua fama e prestígio não eram merecidos. Achava-o uma figura sem ideias, «desleixado», «sem hábitos sociais» e «sem nobreza». José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 64.

(7) João Bonifácio Serra, *José Relvas...*, cit., p. 71.

Almeida⁽⁸⁾, que contava com a colaboração da Carbonária, de Miguel Bombarda e da sua Junta Liberal (organização de propaganda laica). Nem todos os dirigentes republicanos estavam de acordo com a Revolução, embora se soubesse que a Monarquia se aproximava do fim. De entre estes encontrava-se o conciliador Bernardino Machado que acreditava numa ação conjunta dos dissidentes progressistas e regeneradores aliados aos deputados republicanos. Ao invés da maioria dos militantes presentes em Setúbal que viam na Revolução um imperativo moral, o antigo professor da Universidade de Coimbra defendia uma evolução reformista e pacífica para a obtenção do poder.

Nesta fase, José Relvas participou na campanha de agitação social, enquanto a máquina do PRP, os panfletos, os jornais, as intervenções e as grandes manifestações como a de 2 de agosto de 1909, que reuniu em Lisboa cerca de 100 000 pessoas, contribuíram decisivamente para a mobilização das massas. No Congresso do PRP de 1910 realizado no Porto, o Diretório foi encarregado de organizar uma missão em França e na Inglaterra para explicar junto das opiniões públicas e dos governos desses países a política do partido, a situação vivida em Portugal e o projeto republicano. Dessa Comissão fizeram parte Alves da Veiga, que vivia exilado em Paris desde 1891, Magalhães Lima, que partiu para França mais cedo e José Relvas que se juntou a este em junho de 1910. Bernardino Machado invocou várias razões para não participar na delegação e ficou em Portugal. Em Paris, a Comissão entrou em relações com a imprensa – *Le Temps*, *Le Siècle* e *L'Action* – que facilitou a sua aproximação aos dirigentes da República francesa e Alves da Veiga, Magalhães Lima e José Relvas foram recebidos por M. Etienne, subsecretário do ministro do Interior e vice-presidente da Câmara dos Deputados. Este ouviu a exposição dos representantes da República e concordou com o seu conteúdo. Pela sua experiência em questões económicas, Relvas desempenhou uma ação significativa especialmente em Londres, onde a Comissão se encontrou com o subsecretário Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Thomas Mackinnon Wood e com os Diretores do *Economist* e do *Times*. Por seu lado, David Lloyd George colocou à disposição dos portugueses as páginas do jornal *The Nation*. Tanto em Paris, como na capital britânica, a missão apresentou as ideias republicanas para Portugal e garantiu a continuação dos compromissos

(8) Sobre o Congresso republicano de Setúbal (23 a 25 de abril) de 1909 cf. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 92-102.

internacionais do nosso país depois da implantação da República incluindo o respeito pela aliança inglesa⁽⁹⁾.

A situação política em Portugal evoluía rapidamente e com a participação da Maçonaria e da Carbonária caminhou-se no sentido da realização da Revolução. O Comité Militar de Cândido dos Reis trabalhou para isso e, de acordo com o novo plano elaborado por Sá Cardoso, Hélder Ribeiro e Aragão e Melo, tudo ficou preparado para o início do movimento nos primeiros dias de outubro. Machado Santos quase não controlava os marinheiros impacientes pela insurreição que estivera iminente em julho. Porém, nesta altura, o movimento era prematuro, pois não estava preparado no plano militar. Só quando se reuniram as condições objetivas e subjetivas teve lugar a insurreição.

Convém assinalar que José Relvas esteve envolvido na direção do movimento revolucionário desde o início. O adiamento da revolta, o suicídio de Cândido dos Reis, o assassínio de Miguel Bombarda, a famosa reunião nos Banhos de São Paulo, onde Relvas marcou presença, a resistência de Machado Santos e dos seus homens na Rotunda e a proclamação da República nas varandas da Câmara Municipal de Lisboa, pelas 9 horas da manhã de 5 de outubro, foram acontecimentos do maior significado. Este ato de grande simbologia seria protagonizado por José Relvas e Eusébio Leão, dirigentes que se destacaram nas horas difíceis do processo de implantação da nova ordem política⁽¹⁰⁾.

Ministro das Finanças

Logo após a vitória da República, o Diretório deu a conhecer a composição do Governo Provisório que seria bastante diferente do que se previra inicialmente. José Relvas não concordava que os membros do Diretório fizessem parte do executivo, enquanto João Chagas – que acreditava numa curta duração do Governo e na impossibilidade de se fazerem grandes reformas – propunha que nele participassem Afonso Costa, Bernardino Machado e António José de Almeida. O principal problema

(9) João Bonifácio Serra, *José Relvas...*, cit., p. 74; Ana Paula Pires, *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2014, p. 577.

(10) José Relvas aderiu à Maçonaria em 1911 e pertenceu à loja Acácia com o nome de *Beethoven*. Teria abandonado a organização em 1913.

na organização do gabinete foi criado pelo desaparecimento de dois dos principais nomes: Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. Basílio Teles não aceitou integrar o governo. A ausência destas figuras permitiu a ascensão de Teófilo Braga, nomeado presidente do Governo. Teófilo era um velho positivista, mas como analisou António José Telo, não tinha grande visão política, nem peso social. A opinião de muitos republicanos era desfavorável a Teófilo. A ausência de alguns dos principais nomes permitiu a Afonso Costa, que não tinha desempenhado qualquer papel de relevo na Revolução, a ascensão à direção do Ministério da Justiça e Cultos. O autor da futura lei da Separação do Estado das Igrejas afirmou-se rapidamente como um grande organizador e, na prática, substituiu-se a Teófilo Braga manobrando no sentido da organização governativa. Isso explica, a nomeação de Correia Barreto para a pasta da Guerra e de Bernardino Machado para os Negócios Estrangeiros. António José de Almeida, grande tribuno da República, ficou com o Ministério do Interior e José Relvas, também indicado para os Negócios Estrangeiros, depois de esperar pela decisão negativa de Basílio Teles, foi nomeado ministro das Finanças, enquanto Brito Camacho ficou com o Fomento e as Obras Públicas, pasta deixada vaga por António Luís Gomes. A Carbonária, que tivera um papel decisivo na Revolução, ficou excluída do executivo e Machado Santos, o herói da Rotunda, visto com desconfiança por muitos republicanos também não fez parte do Governo⁽¹¹⁾.

Devido à sua formação económica, José Relvas estava preparado para dirigir as Finanças, embora pelo seu perfil diplomático revelado na missão a França e Inglaterra tivesse preferido o Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar que Miguel Bombarda, João Chagas e Machado Santos lhe tinham destinado. Mais tarde, ao refletir criticamente sobre o Governo Provisório, Relvas não só pensava que lhe «faltava a sequência do esforço», como acreditava que «os paladinos da República julgavam cumprir suficientemente a sua missão numa atividade de comícios e conferências, sem dúvida admirável para despertar as energias da reação popular, mas estéril para com ela se formar um corpo de doutrina, e dirigir um Estado. Desse imenso erro veio a enfermar a República»⁽¹²⁾.

O responsável pelas Finanças desempenhou com eficiência o seu cargo, pois realizou a reforma orgânica do Ministério, saneou alguns

(11) António José Telo, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 145-147.

(12) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 1, p. 101-102.

funcionários comprometidos com a gestão financeira da Monarquia, promoveu sindicâncias aos adiantamentos ilegais à família real, à secretaria e tesouraria do Ministério, à Caixa Geral de Depósitos e Casa da Moeda, à Alfândega do Porto, aos serviços técnicos aduaneiros, às execuções fiscais e às Direções Gerais de Estatística, bens nacionais e impostos. As mencionadas sindicâncias também visaram a regularização dos serviços das repartições de fazenda, a situação dos devedores, etc.. Para a garantia da normalização dos serviços do Ministério foi criado o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em substituição do Tribunal de Contas. José Relvas geriu ainda a conjuntura das Finanças Públicas e evitou novas propostas económicas uma vez que o programa do PRP já continha as ideias de reforma neste sector. As alterações mais significativas incidiam sobre as preocupações com o equilíbrio do orçamento e com a contenção das despesas públicas. A 17 de outubro de 1910, o ministro anunciou várias medidas relacionadas com o défice e, em 22 de maio de 1911, promulgou a reforma monetária substituindo o real pelo escudo⁽¹³⁾. A documentação por nós consultada sobre esta matéria mostra-nos o trabalho imenso realizado pelo Ministério com vista à realização de reformas. Os resultados práticos das sindicâncias realizadas traduziram-se na organização de vários dossiers sobre os diferentes assuntos, enquanto a reforma monetária foi precedida de estudos sérios por parte do ministro e dos seus colaboradores.

Segundo João Bonifácio Serra, durante o desempenho das suas funções, houve um incidente entre José Relvas e o jornal *O Mundo* que prejudicou as suas relações com Afonso Costa. Atingido pelos ataques do periódico republicano radical, pediu a sua demissão em 22 de março de 1911, mas perante isso o Governo reuniu de emergência e apoiou o ministro que sentindo a solidariedade dos seus colegas de gabinete desistiu das suas intenções iniciais. Nas eleições de 28 de maio de 1911 foi eleito deputado por Viseu. Neste ano, afastou-se da orientação política de Afonso Costa na direção do PRP e aproximou-se da União Republicana de Brito Camacho. Entre 1911 e 1914, José Relvas foi embaixador do nosso país em Espanha e desenvolveu uma ampla atividade diplomática e cultural. Após o seu regresso a Portugal ocupou o cargo de senador no Parlamento mas, em 1915, decidiu afastar-se da política e voltar à sua Casa em Alpiarça.

(13) Ana Paula Pires, *Dicionário de História...*, cit., p. 578.

A conjuntura política em 1919

Após o assassinato de Sidónio Pais em 14 de dezembro de 1918 por José Júlio da Costa, o bloco sidonista em crise desintegrou-se⁽¹⁴⁾. Ainda durante a República Nova foram criadas Juntas Militares no Norte e no Sul, sob o pretexto de apoiar o presidente contra os seus adversários e de defender o país da ameaça subversiva mas, na realidade, a intenção era a da proclamação da Monarquia quando surgisse o momento oportuno. No próprio Governo de Sidónio Pais havia monárquicos como o ministro da Guerra, Álvaro César de Mendonça, que esperavam por uma mudança do regime político traduzida num regresso ao sistema político anterior ao 5 de outubro de 1910. Com a morte do Presidente, as Juntas Monárquicas aumentaram o seu poder em particular no Norte do país⁽¹⁵⁾. Nesta altura, surgiram várias correntes distintas entre os sidonistas, facto que criava dificuldades à formação de um novo Governo. Decidiu-se então que o Presidente seria o ministro mais velho do executivo de Sidónio Pais. Por isso, ascendeu à presidência da República o monárquico almirante Canto e Castro. O Presidente indicado pelo Governo seria eleito, não por voto direto, como preceituava a legislação Sidonista, mas por votação do Congresso tal como era estabelecido pela Constituição de 1911 que na realidade não estava em vigor⁽¹⁶⁾. Uma vez alcançada a presidência, Canto e Castro nomeou o republicano João Tamagnini Barbosa (23 de dezembro de 1918) para dirigir o Governo contrariando a doutrina sidonista, que fazia do Presidente o chefe do executivo. Como salientou António José Telo esta era uma situação pouco clara: uma República presidida por um monárquico, com um Parlamento sidonista, um Governo republicano e um exército em boa parte formado por monárquicos. Nesta confusão a política seguida pelo Governo era de conciliação, pois tentava agradar simultaneamente a monárquicos e a republicanos com o objetivo de evitar a concretização da ameaça de guerra civil. O gabinete fraco não conseguia opor-se à conspiração

(14) Sobre o fim do regime de Sidónio Pais cf. Maria Alice Samara, "Sidonismo e restauração da República. Uma encruzilhada de paixões contraditórias", *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 390-393.

(15) *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a República*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 721.

(16) António José Telo, *Primeira República II. Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença, 2011, p. 205-206.

dos contrarrevolucionários com vista à restauração da Monarquia. Alarmados com tal ameaça, os republicanos procuraram controlar a situação tendo desencadeado a revolta de 10 de janeiro de 1919 que eclodiu em Lisboa, na Covilhã e em Santarém. Os partidos históricos republicanos tinham saído enfraquecidos da República Nova, mas os seus membros estavam unidos na oposição aos monárquicos. Se em Lisboa e na Covilhã as tentativas revolucionárias republicanas foram facilmente desfeitas, em Santarém um pequeno grupo de oficiais dominou a guarnição e tomou conta da cidade. Para aqui convergiram várias figuras republicanas: Álvaro de Castro, Jaime de Morais, António Granjo, o ex-sidonista Cunha Leal e o socialista Augusto Dias da Silva, os quais tentaram repor a Constituição de 1911. Perante esta situação, forças militares monárquicas do Sul, Centro e Norte confluíram para esta cidade e, em virtude do seu isolamento, os revoltosos renderam-se⁽¹⁷⁾. Para o historiador Miguel Dias Santos, o movimento de Santarém funcionou como momento chave da contrarrevolução⁽¹⁸⁾.

Os monárquicos encontravam-se bastante divididos após a morte de Sidónio Pais. D. Manuel exilado não conseguia assegurar a sua unidade e o seu representante na capital, Aires de Ornelas procurava evitar qualquer aventura que levasse ao desastre. Ao contrário, os integralistas que apoiavam Paiva Couceiro entendiam que era possível aproveitar a situação política de crise para restaurar a Monarquia. No entanto, estes temiam o regresso dos 50 000 homens do Corpo Expedicionário Português (CEP) uma vez que muitos dos seus oficiais eram republicanos assim como a vinda de algumas unidades militares de Angola e Moçambique pelo mesmo motivo.

Em 19 de janeiro de 1919, a Junta Militar proclamou a Monarquia no Porto. Nesta cidade foi muito fácil restaurar o velho regime. De acordo com o modelo da Revolução de 1820, as unidades militares juntaram-se numa parada no Monte Pedral, foram lidas algumas proclamações, os poucos civis presentes aplaudiram os oradores e a Monarquia era restaurada. A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi logo batizada de «Guarda Real», as bandeiras azuis e brancas foram desfraldadas e Paiva Couceiro autoproclamou-se regente sem o apoio de D. Manuel.

(17) António José Telo, *Primeira República...*, cit., p. 206-207.

(18) Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República 1910-1919*, Coimbra, IUC, 2010, p. 419.

O movimento alargou-se rapidamente ao Norte e todas as localidades acima do rio Vouga, com exceção da republicana Chaves, aderiram à Monarquia assim como a região de Lamego e Viseu. Aveiro, cuja guarnição era comandada pelo monárquico João de Almeida, não apoiou a Restauração, pois este mantinha-se fiel ao juramento de fidelidade a Sidónio Pais e ao seu regime⁽¹⁹⁾.

Em Lisboa não houve tentativa de derrube do Governo pelos monárquicos e só no dia 22 de janeiro é que estes se movimentaram, concentrando-se em Monsanto. Perante a situação criada o «povo» desta cidade acorreu a defender a República e, nesse ensejo, ressurgiram as milícias republicanas de civis armados, apoiadas pelos sindicatos. O exército, a marinha e os civis republicanos lutaram contra os monárquicos. Deu-se então o assalto a esta fortaleza e o duelo travado entre a artilharia das duas forças levou à derrota dos conservadores. Este triunfo republicano não foi uma grande vitória militar uma vez que a passividade realista esteve na origem de uma mera atitude defensiva por parte dos monárquicos. No entanto, o desfecho da luta teve reflexos ideológicos, pois foi aproveitado pelos republicanos para fazerem propaganda⁽²⁰⁾. Dominada a capital organizou-se o ataque à Monarquia do Norte. Nesta altura, Paiva Couceiro chefiava uma Junta Governativa do Reino com sete Ministérios confiados a figuras monárquicas importantes. A Junta tentou organizar o território que dominava, nomeou Governadores Civis para os distritos de Viana, Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu e Portalegre, criou um órgão de imprensa próprio e publicou várias leis. No seu desejo de destruir toda a herança republicana, revogou a legislação publicada após o 5 de Outubro de 1910.

O governo de José Relvas e a sociedade

A luta contra a Monarquia do Norte exigia um Governo de concentração republicana como era defendido pelo Diretório do Partido Democrático no jornal *O Mundo*, em 26 de janeiro de 1919. Para a tarefa de dirigir o novo executivo foi escolhido o republicano histórico José

(19) António José Telo, *Primeira República...*, cit., vol. II, p. 208.

(20) Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 457.

Relvas⁽²¹⁾, que tomou posse em 27 de janeiro⁽²²⁾. Pela sua independência política, pela sua moderação, pelo seu estatuto, pela sua tendência para a conciliação das partes, pelo seu republicanismo firme, Relvas era a personalidade que melhor se adequava à liderança política no contexto histórico pós-sidonista. Neste Ministério estavam representados todos os partidos da República, incluindo um membro do partido socialista com a pasta do Trabalho. A sua composição era a seguinte: Presidência e Interior, José Relvas (republicano independente); Justiça, Francisco Manuel Couceiro da Costa (evolucionista); Finanças, António Paiva Gomes (democrático); Guerra, António Maria de Freitas Soares (independente); Marinha, Tito Augusto de Moraes (unionista); Estrangeiros, Egas Moniz (sidonista); Comércio, Pinto Osório (sidonista); Colónias, Carlos da Maia (independente pró-sidonista); Instrução, Domingos Leite Pereira (democrático); Trabalho, Augusto Dias da Silva (socialista)⁽²³⁾; Abastecimentos, João Henriques Pinheiro (sidonista); e Agricultura, Jorge de Vasconcelos Nunes (unionista). Em 25 de fevereiro tinha saído um dos ministros sidonistas substituído pelo evolucionista Júlio do Patrocínio Martins na pasta do Comércio⁽²⁴⁾. Na apresentação do Governo ao Senado, em 3 de fevereiro, José Relvas afirmou que «a sua missão é grande e bem difícil, mas em poucas palavras se resume: subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica, promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminoso tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e em seguida entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a

(21) Segundo José Relvas os seus «primeiros passos antes de organizar o Governo foram encaminhados para fazer aceitar pelos *democráticos* o meu programa mínimo: a manutenção da reforma da Lei da Separação, da autoria de Moura Pinto...» José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 84.

(22) Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 458. Para o conhecimento geral da Monarquia do Norte, nos seus diferentes aspetos, cf. Miguel Dias Santos, *A contra-revolução...*, cit., p. 417-485.

(23) Apesar da nomeação do ministro socialista para o seu Governo, José Relvas tinha um preconceito contra esta corrente política como se pode ler: «Os socialistas estão representados pelo ministro Augusto Dias da Silva, antigo industrial, o que não explica satisfatoriamente as suas confessadas simpatias pelo bolchevismo. Em todos os períodos revolucionários, são sempre os maiores demagogos aqueles que receiam a suspeita de serem tidos como conservadores. A sua mentalidade – já o verificámos todos – é singularmente anárquica, e é duma ignorância, como costumava dizer Mariano de Carvalho dos quase analfabetos, enciclopédica!». José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 2, p. 86-87.

(24) *Nova História de Portugal...*, cit., p. 724.

continuação do obra redentora iniciada em 5 de Outubro de 1910»⁽²⁵⁾. O Presidente do Ministério que confessava ter assumido o poder por um imperativo ético, governou num momento de fraqueza dos republicanos unionistas, dos evolucionistas e dos democráticos. Este Governo foi bem acolhido pelo Presidente da República, Canto e Castro⁽²⁶⁾ e pela opinião pública. Enquanto existiu, publicou uma numerosa legislação com o objetivo de salvaguardar o regime republicano ameaçado pelos monárquicos. Em decreto-lei dissolveu o Parlamento sidonista, restabeleceu a Constituição de 1911⁽²⁷⁾, repôs a lei eleitoral de 3 de julho de 1913 com as alterações introduzidas pelo diploma n.º 314, publicada em 1 de junho de 1915 para a eleição do Congresso⁽²⁸⁾, acabou com as corporações da polícia de segurança e preventiva⁽²⁹⁾, reintegrou os militares republicanos demitidos ou suspensos pela Monarquia do Norte⁽³⁰⁾, instituiu tribunais para o julgamento de militares e civis «implicados no último movimento monárquico»⁽³¹⁾ e promoveu uma ação disciplinar contra os magistrados e funcionários envolvidos na insurreição contra as instituições e leis da República⁽³²⁾.

Quando Relvas tomou posse, Machado Santos enviou-lhe um longo documento no qual apresentava um «programa» destinado à resistência da República e à sua consequente vitória sobre as forças monárquicas. Segundo o herói da Rotunda «A guerra civil bem encaminhada e com felicidade, pode durar 4 meses; mal encaminhada pode durar 4 anos». Surpreendido com a opinião de Machado Santos, o chefe do Governo qualificava-a de «terrorista». A visão pessimista do militar republicano resultava do conhecimento que julgava ter das forças de resistência monárquicas. Na sua análise, afirmava que o Sul tinha suficientes meios financeiros e grandes recursos económicos e o Norte também dispunha de riquezas suficientes para garantirem um grande empréstimo que financiasse as atividades contrarrevolucionárias. Na sua tentativa de

(25) *Diário do Senado*, 3-12-1919, p. 14-15.

(26) Sobre Canto e Castro cf. Norberto Ferreira da Cunha, «A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico», in *Revista de História das Ideias*, 27 (2006), p. 359-397.

(27) Decreto n.º 5.165, *Diário do Governo*, 21-2-1919, I série, n.º 35.

(28) Decreto, n.º 5.203, *Diário do Governo*, 6-3-1919, I série, n.º 45.

(29) Decreto, n.º 5.171, *Diário do Governo*, 24-2-1919, I série, n.º 37.

(30) Decreto, n.º 5.172, *Diário do Governo*, 24-2-1919, I série, n.º 37.

(31) Decreto, n.º 5.188, *Diário do Governo*, 3-3-1919, I série, n.º 43.

(32) Decreto, n.º 5.203, *Diário do Governo*, 6-3-1919, I série, n.º 45.

influenciar Relvas, M. Santos não hesitava em fazer várias propostas destinadas a mudar o curso da guerra civil: a substituição de Vasco Quevedo⁽³³⁾ na Legação de Madrid por um verdadeiro republicano, o estabelecimento de uma vasta rede de consulados fronteiriços em Espanha, a promoção de uma grande campanha republicana na imprensa espanhola e francesa e o envio dos nossos navios mercantes a França para repatriarem as tropas portuguesas. Para além disso, sugeria a aquisição de material de guerra nesse país, o recurso às forças do Corpo Expedicionário Português (CEP) nas operações contra os revoltosos, a defesa das colónias, a difusão da imprensa republicana no Norte, a infiltração de agentes no território monárquico e a ordenação de um bloqueio naval na costa nortenha. Este militar defendia a mobilização geral no Sul do país da marinha e da infantaria, a dominação pelo Governo de Santarém e a preparação da defesa de Lisboa. Dado o impacto da Revolução Russa de 1917 na Europa e, em Portugal, Machado Santos pensava que o Governo não deveria recear o bolchevismo⁽³⁴⁾.

No plano político Machado Santos estava de acordo com Relvas em relação à reposição da Constituição de 1911, à dissolução do Parlamento

(33) Alvo de uma campanha do jornal *O Mundo*, que o acusava de fraqueza na sua ação como Encarregado dos Negócios em Madrid, durante o último movimento monárquico no Porto e pela sua anunciada transferência para o lugar de Cônsul Geral do Rio de Janeiro, este diplomata veio defender-se junto de José Relvas usando o argumento da dignidade com que desempenhara as suas funções, dos seus esforços em favor da República e rejeitando pretender criar quaisquer dificuldades ao Governo com a sua ida para o Rio de Janeiro. *Carta enviada pelo Encarregado de Negócios da Legação da República em Madrid*, 26-2-1919, cx. 406, Arquivo Histórico da Casa dos Patudos.

(34) A Revolução bolchevique de 1917 teve a sua influência em Portugal tendo havido alguma adesão no interior da classe operária às ideias revolucionárias. Alguns bolcheviques portugueses dirigiram-se a José Relvas através de cartas anónimas. Nesta fase, o Governo de Madrid enviou para o nosso país uma longa lista com os nomes dos partidários da Revolução russa europeus. Por outro lado, o Ministério recebeu um documento no qual se reivindicava a Revolução social e se afirmava que a República, «como regime burguês, como regime capitalista, não corresponde já às necessidades modernas, sendo necessário que Portugal acompanhe a corrente, já avassaladora do socialismo mundial». Como se sabe, a vitória comunista sobre o czarismo inspirava a luta pelas transformações sociais noutros países. Os nossos socialistas propunham a socialização das indústrias e dos Bancos, a anulação dos direitos de herança e de propriedade, a dissolução dos corpos do Estado que sustentavam o regime capitalista, como a polícia, o exército, a magistratura e defendiam a organização política de comunas associadas e organizadas de acordo com a vontade do povo. *O que o Povo quer*, fevereiro de 1919, cx. 406, A.H.C.P. Segundo José Relvas este texto teria sido redigido pelo jornal *a Batalha* e possivelmente contara com o apoio do socialista Dias da Silva. José Relvas, *ob. cit.*, vol. 2, p. 138.

e à votação de uma outra lei eleitoral. Aquele militar recusava qualquer revolta machadista e colocava-se à disposição do chefe do Governo para o que ele entendesse necessário⁽³⁵⁾. Ao contrário de Machado Santos, José Relvas tinha uma visão otimista sobre o desfecho da guerra civil uma vez que conhecia a dominação da República no Sul e na costa norte⁽³⁶⁾ e sabia que as forças monárquicas se encontravam muito fragilizadas.

Apoiado pela Associação Comercial de Lisboa, o chefe do Governo desenvolveu uma política de equilíbrio entre os diferentes sectores da sociedade com vista a estabilizar a vida política. Essa agremiação acreditava que a solução política encontrada era necessária ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. O organismo defendia os princípios da liberdade, da tolerância e da lei aplicadas a toda a sociedade e a consolidação do poder político⁽³⁷⁾. Por seu lado, os ministros, com exceção do socialista Dias da Silva, «desconhecido nos meios políticos», distanciavam-se do velho sectarismo e davam a garantia de uma boa governação.

No exercício das suas funções, o Ministério tomou medidas destinadas a reformar a máquina do Estado. Assim, a questão do Governo Civil do Porto foi resolvida com a nomeação de um «republicano extrapartidário», enquanto em Lisboa se decidiu pela continuação do mesmo Governador Civil. Os restantes vinte distritos foram divididos pelas quatro organizações, que faziam parte da coligação. Aos representantes distritais do Governo cabia a nomeação das «comissões administrativas municipais», de acordo com os partidos republicanos locais⁽³⁸⁾ e com os socialistas onde estes tivessem núcleos organizados. Nesse sentido, Relvas estabeleceu as regras sobre a organização administrativa e enviou-as aos representantes locais do poder para que se evitassem os tumultos frequentes na República. Os Governadores Civis não deveriam nomear as referidas comissões municipais sem uma prévia consulta ao ministro do Interior. O executivo pretendia assim controlar todo o processo da organização da administração pública, afastando os monárquicos e entregando-a a republicanos.

(35) *Carta de Machado Santos para José Relvas*, 28-1-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(36) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 90.

(37) *Moção apresentada a José Relvas pela Associação Comercial de Lisboa*, 26-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(38) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 87.

Os objetivos do Governo de Relvas centravam-se na defesa das instituições e na normalização de todas as atividades perturbadas pelos contrarrevolucionários. O Presidente do Ministério sabia que a recomposição política do regime exigia uma disciplinada e ordenada distribuição dos cargos públicos. Durante a governação houve uma grande pressão por parte dos cidadãos comuns no sentido da obtenção de empregos nas estruturas do Estado. Porém, esse era um velho problema da República, pois logo a seguir à sua implantação em 1910, se assistiu a uma «corrida» a esses cargos. No ano de 1919, Relvas tentou então evitar uma política descontrolada de saneamentos dos quadros político-administrativos, feita de baixo para cima como parece que os democráticos pretendiam. Ao contrário, o chefe do Governo impunha o controlo do governo central na organização da máquina do Estado ocupada pelos cidadãos republicanos.

Durante o período da guerra civil era difícil conhecer a base social de apoio do Governo, mas presume-se que fosse grande no Centro e no Sul. As classes sociais dominantes não se manifestavam publicamente, embora muitos cidadãos a nível individual tivessem apoiado o executivo. Os operários também sustentavam o Governo, embora não abandonassem as suas reivindicações. Nesta fase, assistiu-se à participação das organizações das milícias armadas republicanas, dos «batalhões de voluntários», que combateram os monárquicos em Monsanto e no Norte do país⁽³⁹⁾. A União Operária Nacional (UON) aproveitou o momento para expor, num texto intitulado *Um Novo Brado da União Operária Nacional*, um conjunto de reclamações dirigidas ao Governo. Neste documento invocava-se a luta do proletariado essencial, na perspetiva da organização sindical, para a derrota definitiva das «forças reacionárias» na capital. Ao lembrar a tradicional oposição dos governos republicanos aos trabalhadores, a UON exprimia o seu desagrado pelos «mais rudes agravos» por eles sofridos durante a República. Convém recordar, neste ensejo, que esta estrutura começou por apoiar o sidonismo, mas acabaria por entrar

(39) Em decreto-lei publicado pelo Governo autorizava-se a organização de unidades compostas de indivíduos dos dezassete aos cinquenta anos, as quais seriam agrupadas em batalhões, ou companhias de voluntários civis, de voluntários da I.M.P e de voluntários académicos, destinadas a combaterem os monárquicos. *Diário do Governo*, 15-2-1919, I série, n.º 31. Pelo decreto-lei n.º 5.152, o Ministério da Guerra regulamentava os batalhões de voluntários inscrevendo-os nas inspeções de infantaria.

em rutura com a ditadura devido à ausência de respostas do líder carismático da República Nova às reclamações de ordem económica e social feitas pelo operariado⁽⁴⁰⁾.

Como se sabe, no decorrer da República as classes trabalhadoras divorciadas do regime recorreram com frequência às greves com o objetivo de alcançarem os seus direitos. Na conjuntura de 1919, perante as dificuldades políticas, a luta de classes acentuou-se e os trabalhadores dirigidos pela UON, anarco-sindicalista, desenvolveram várias ações com vista a defenderem os seus direitos. A inexistência, entre nós, de um partido social-democrata de massas fez com que as revoluções russas de fevereiro e outubro de 1917 fossem filtradas por uma leitura que não favorecia o Partido de Lenine. Só em 1919, com uma cisão no interior do anarco-sindicalismo, nasceu a Federação Maximalista Portuguesa (FMP) e o jornal *Bandeira Vermelha*. Nesse ensejo, os militantes da FMP pretenderam ser designados por «bolcheviques» e «sovietistas»⁽⁴¹⁾. Portanto, a intervenção política da classe dos ferroviários em defesa da República e das reformas sociais inscrevia-se na linha anarco-sindicalista, embora já aparecessem bolcheviques assumidos que enviaram missivas ao chefe do Governo.

Na conjuntura de 1919, a UON defendia a libertação dos presos por razões de ordem económica e social, o regresso à metrópole dos indivíduos deportados pelos mesmos motivos e a reintegração imediata dos operários e empregados do Estado despedidos durante a greve de novembro de 1917. A organização central dos sindicatos pretendia ainda a reabertura das associações operárias encerradas pelo sidonismo, a fixação do pagamento pelo Governo das verbas aos assalariados, que as não tinham podido receber por se encontrarem encarcerados, a revogação da legislação que limitava os direitos de

(40) Sobre o rompimento da UON com o Governo sidonista cf. Maria Alice Samara, *Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa, Editorial de Notícias, 2003, p. 129-155.

(41) José Pacheco Pereira, *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa*, Porto, Edição do Autor, 1971, p. 21-22. Sobre o sindicalismo revolucionário na República cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 401-411. Sobre o anarquismo e o operariado Cf. João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1949*, Porto, Afrontamento, 1992, p. 255-361. Para o conhecimento das relações entre os trabalhadores e o regime republicano cf. António Ventura, «O operariado e a República», *História de Portugal*, vol. 11, dir. por João Medina, Lisboa, Ediclube, 1998, p. 173-207.

associação, a socialização dos baldios e terrenos camarários incultos, etc. etc.. A UON tinha esperança na aprovação das suas propostas socializantes e comprometia-se a não encetar novas lutas sociais durante o Governo de José Relvas⁽⁴²⁾.

A organização dos trabalhadores era objeto da vigilância da Polícia Cívica de Lisboa, que informava o Ministério (5 de março de 1919) sobre a realização de reuniões secretas da UON em locais incertos da capital com fins desconhecidos. Constava na autoridade policial, que se preparava uma «greve geral revolucionária» acompanhada da realização de assaltos às casas comerciais e a outros estabelecimentos de Lisboa. A polícia acusava ainda aquela estrutura de distribuir folhetos pela cidade e de agitar a opinião pública com vista à preparação das classes trabalhadoras para uma intervenção popular⁽⁴³⁾. Sempre vigilante avisava o Governo sobre a conservação de armamento nas mãos da UON e a União dos Sindicatos, distribuído na altura do assalto a Monsanto. A organização policial temia que essas armas fossem distribuídas aos operários para a realização de uma Revolução social⁽⁴⁴⁾.

Um dos grupos sociais melhor documentados nesta agitação é o dos ferroviários. Se bem que estes trabalhadores estivessem divididos, a sua maioria lutou pelo saneamento dos monárquicos que desempenhavam cargos públicos. Envolvidos no processo político lançaram a lume um panfleto dirigido à população em defesa do afastamento dos contrarrevolucionários nos Caminhos de Ferro do Minho e Douro⁽⁴⁵⁾. Nestas regiões, uma grande parte da classe exigia o afastamento dos seus diretores ligados como estavam à Monarquia do Norte⁽⁴⁶⁾. Um *Comité* de trabalhadores do sector publicou um *Manifesto* denunciando a ausência de medidas governativas contra a direção dos Caminhos de Ferro do Norte, «subserviente» aos monárquicos «na desgraçada situação política que durante catorze meses pesou sobre este país»⁽⁴⁷⁾. Estes ferroviários acusavam o seu diretor de não ter informado o Governo das movimentações contrarrevolucionárias. Nessa conjuntura, a Junta

(42) *Um Novo Brado da União Operária Nacional*, 30-1-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(43) *Carta da Polícia Cívica de Lisboa para o Governo*, 5-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(44) *Carta da Polícia Cívica de Lisboa para o Governo*, 6-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(45) *Povo! Povo!*, cx. 405, s.d., A.H.C.P.

(46) *Abaixo assinado de alguns ferroviários dirigido à União Ferroviária e ao Governo*, 8-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(47) *O Comité, Ao Povo Republicano*, 15-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

Governativa do Reino teria mobilizado o pessoal ferroviário colocando-o ao seu serviço e sujeitando-o à jurisdição militar. No Porto, o diretor de serviços permitiu que se arvorasse a bandeira monárquica na estação principal e não impediu que alguns trabalhadores combatessem as opiniões republicanas de colegas seus⁽⁴⁸⁾. A ação contrarrevolucionária dos dirigentes monárquicos deste sector começou por ser denunciada ainda durante o sidonismo, período no qual muitos dos trabalhadores foram presos por serem republicanos e «enviados para Lisboa como vadios». O *Comité ferroviário do Minho e Douro* chegou a apresentar uma lista de colegas comprometidos com a Monarquia, os quais na sua opinião, deveriam ser afastados⁽⁴⁹⁾. No Sul e Sueste, a Comissão de trabalhadores pretendia proceder ao afastamento do pessoal superior dos Caminhos de Ferro destas regiões. Contra isso, surgiu um *Manifesto* no qual se defendia a ordem e disciplina republicanas, tal como pretendia o Governo adversário da anarquia social⁽⁵⁰⁾. Quando ocorreu o triunfo da República sobre a Monarquia do Norte, os ferroviários do Sul e Sueste saudaram o executivo e defenderam a sua unidade sendo acompanhados pela população do Barreiro também ela envolvida nas lutas em favor da República⁽⁵¹⁾.

(48) *Os ferroviários do Minho e Douro acusam o engenheiro Dura Sequeira como director daqueles caninhos de ferro*, 24-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(49) *Os ferroviários republicanos do Minho e Douro apelam para o Povo Republicano do Porto*, 28-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(50) Vicente Artur Ribeiro, *Aos Ferroviários do Sul e Sueste*, cx. 405, A.H.C.P. Sobre estes conflitos sociais num período de crise profunda da República, a Polícia Cívica de Lisboa estava, em geral, bem informada. Assim, em meados de março de 1919, preparava-se para uma greve dos Correios e Telégrafos contra o novo Administrador. Porém, este ao tomar conhecimento da oposição do pessoal que lhe estava subordinado tomou a decisão de abandonar o lugar. *Carta do Secretário da Polícia Cívica de Lisboa dirigida ao Governo*, 14-3-1919, cx. 405, A.H.C.P. Em 17 de março de 1919, a mesma Polícia participava ao Governo que a classe Telegráfico-Postal também tencionava declarar uma greve com o objetivo de obrigar o Governo a demitir o Administrador, António Maria da Silva. Em *Manifesto* dirigido à população, pelo Pessoal Maior e Menor dos Correios e Telégrafos, em 19 de março de 1919, estes denunciavam as manobras do ministro do Comércio com vista a afastar Henrique de Carvalho da direção dos respetivos serviços e a substituí-lo por António Maria da Silva, que já exercera o cargo durante 7 anos. *Manifesto da Classe Telegrafo-Postal*, Lisboa, 19-3-1919, cx. 405, A.H.C.P. Para além disso, a Polícia informava o Governo sobre o surgimento de um movimento contrarrevolucionário. Lançara-se o boato sobre os líderes do Partido Democrático, os quais teriam recebido elevadas quantias em dinheiro depois de terem sido reintegrados nos seus lugares. *Carta da Polícia de Segurança Pública*, 17-3-1919, cx. 405, A.H.C.P.

(51) *Carta dos ferroviários para José Relvas, s.d.*, cx. 406, A.H.C.P.

Após a sua derrota em 13 de fevereiro de 1919⁽⁵²⁾ muitos monárquicos resistiram durante algum tempo em Trás-os-Montes⁽⁵³⁾, enquanto um grupo bastante numeroso entrou na Galiza e daí passou para Madrid. Os consulados portugueses, em Espanha, mantinham o Governo informado sobre as movimentações dos contrarrevolucionários. Em notícia publicada por um periódico espanhol enviado a José Relvas, dizia-se que D. Manuel estava na capital espanhola conspirando com os monárquicos. Estes faziam de Madrid o centro das suas atividades políticas e a base para a obtenção de víveres, armas e munições. Os hotéis da capital do país vizinho encontravam-se cheios de portugueses reacionários, mas a base principal da conspiração era Tui⁽⁵⁴⁾.

As negociações de José Relvas com os partidos políticos

Derrotadas as forças monárquicas no Porto⁽⁵⁵⁾, dissolvido o Parlamento e publicada a lei eleitoral, o nosso biografado entrou em conversações com os partidos destinadas à obtenção de um acordo com vista à sua reestruturação e à formação de um novo ordenamento político baseado numa direita conservadora e numa esquerda radical. A sua estratégia

(52) Nos finais de fevereiro de 1919 foi publicado um panfleto sobre os acontecimentos ocorridos desde o início do sidonismo até à revolta republicana do Porto, em 1919. Neste documento escrevia-se que «a revolução de 13 de fevereiro, aboliu uma seita negra de migueлисты, descendentes de D. João III. *Os crimes da quadrilha Sidonista relatando o que se passou desde a revolução de 5 de Dezembro de 1917 até à de 13 de Fevereiro de 1919*, 23-2-1919, cx. 406, A.H.C.P. No contexto da vitória republicana sobre os monárquicos foi lançado a lume um *Manifesto*, dirigido aos portugueses no qual se atacavam as forças monárquicas as quais tinham cometido o crime de traição à Pátria e se elogiavam os republicanos. *Portugueses!*, s.d., cx. 406, A.H.C.P.

(53) Em carta dirigida a José Relvas denunciavam-se as práticas monárquicas contra os republicanos em Vila Real, Régua, Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas, Alijó, Murça e Mirandela. Segundo o seu autor «A província de Trás-os-Montes acaba de ser infestada por uma quadrilha de malfeitores militares e civis, que de comum acordo, espalharam o terror, a desolação e a miséria pelas povoações que invadiram, roubando, destruindo e assassinando...», *Carta anónima para José Relvas*, fevereiro de 1919, cx. 406, A.H.C.P.

(54) *Las Andanzas de un Ex Rey. D. Manuel de Portugal en Madrid*, 11-2-1919, cx. 406, A.H.C.P.

(55) O chefe dos serviços telegráficos do Porto enviou um telegrama para Lisboa anunciando a proclamação da República nessa cidade, a prisão de Paiva Couceiro e a chegada de tropas para desarmar os monárquicos. *Documento enviado ao Governo*, s.d., cx. 406, A.H.C.P.

passava pela junção de unionistas e evolucionistas por um lado e pelo Partido Democrata pelo outro. Alternando-se os partidos no poder, inaugurava-se um sistema rotativista à maneira inglesa na República. O Presidente do Ministério opunha-se a um regresso às experiências políticas do passado, baseadas na dominação política do partido mais influente em Portugal⁽⁵⁶⁾ entre 1911 e 1917. Sem querer interferir na vida interna das organizações partidárias, Relvas julgou oportuno negociar com os seus dirigentes em março de 1919 procurando novas alianças políticas que preparassem a sua sucessão. Nesse sentido enviou aos Diretórios dos partidos uma *Mensagem* na qual constavam os princípios que defendia à luz dos quais se deveria realizar um entendimento político entre as forças republicanas. Com esse objetivo propunha a formação de um futuro executivo baseado nas forças republicanas de direita. Segundo ele, era chegado o momento de remodelar a política colocando-se um ponto final nas velhas dissidências partidárias e nas lutas estéreis entre os republicanos. A transformação política dos partidos exigia a apresentação de novos programas que atraíssem o eleitorado e permitissem alargar sobretudo a base social de apoio dos unionistas e dos evolucionistas. Na imprensa, no Parlamento e nas reuniões do Ministério com líderes partidários, José Relvas apresentava, como condição para continuar no Governo, a ideia de criação de um equilíbrio entre as forças políticas. O acordo que ele procurava alcançar não significava a fusão das organizações num único partido ideia que, a colocar-se, suscitaria naturais divergências intelectuais e inevitáveis exigências da opinião pública. A sua proposta consistia na garantia da tranquilidade dos espíritos, na manutenção da ordem nas ruas e na consolidação da República, condições a seu ver indispensáveis à resolução dos problemas de natureza múltipla com que o país se confrontava. Com esse objetivo, solicitou aos Diretórios dos partidos a apresentação de propostas políticas para a sucessão do Governo, após a realização das eleições previstas. Como se sabe, Relvas tinha simpatia pelos unionistas os quais, em reunião realizada em Lisboa, se mostraram disponíveis para contribuir para a resolução da crise

(56) José Relvas teria medo dos democráticos ao afirmar o seguinte: «Não posso correr o risco de ver as procissões cívicas nas ruas de Lisboa, clamando a intangibilidade da lei da Separação e festejando em apoteoses, como os piores de 1911, Afonso Costa e Bernardino Machado». Transcrição de José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, vol. II, Lisboa, Tribuna, 2005, p. 256.

política. O Presidente do Ministério julgava que seria possível obter uma plataforma comum sobre as questões do presente e do futuro. Reconhecia ao Partido Democrático a sua hegemonia política, mas acreditava que este facto não constituía um obstáculo à aproximação dos elementos republicanos mais conservadores. Perante as dificuldades de entendimento dos Directórios unionista e evolucionista insistiu em encontrar novas soluções políticas. Para isso, eram necessárias respostas constitucionais em harmonia com a opinião pública que preparassem o país para uma sucessão ministerial. Perante a formação de uma direita política, os unionistas mostravam-se disponíveis para negociar com os evolucionistas. Por seu lado, o Partido Democrático que saíra da República Nova relativamente enfraquecido depressa se recompôs e revelou que não se opunha à formação de uma força conservadora que governasse o país. cremos que esta posição conciliadora dos Democráticos radicava numa atitude tática derivada da conjuntura política de crise e das dificuldades que o país atravessava no pós-sidonismo. O diálogo entre José Relvas e António José de Almeida mostrou que o Partido Evolucionista não aceitava dissolver-se nem fundir-se com outra força política o que tornava o tema das alianças complexo⁽⁵⁷⁾. Para além disso, numa missiva dirigida por António José de Almeida a José Relvas aquele anunciava o fim do seu partido, decisão que teria de ser confirmada em Congresso⁽⁵⁸⁾. cremos, porém que esta foi uma posição circunstancial, porque na verdade acreditamos que o líder evolucionista pretendia continuar a fazer política com o seu partido.

O Directório da União Republicana pretendia incluir o Partido Nacional Republicano (PNR) no acordo e manifestava a sua disponibilidade para integrar o futuro Governo, mas pretendia saber quais os desígnios da cada organização sobre a composição do Parlamento a eleger⁽⁵⁹⁾. Para José Relvas não havia motivos para marginalizar o PNR no novo quadro partidário que se pretendia criar e a remodelação prevista seria a base para uma nova composição social do Parlamento⁽⁶⁰⁾. No decurso do diálogo entre Relvas e os partidos, a União Republicana manifestou o seu

(57) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 133.

(58) *Carta de José Relvas para os directórios dos partidos*, 14-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

(59) *Carta do Centro União Republicana para José Relvas*, 16-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

(60) *Carta de José Relvas para o Directório do Partido da União Republicana*, 17-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.

empenho na organização de um bloco político conservador através do qual os seus dirigentes pudessem aumentar a sua influência política⁽⁶¹⁾.

Por seu lado, o PNR entrou em conversações com José Relvas e com os restantes partidos. Essa organização defendia a consolidação da República e a participação na «obra de ressurgimento nacional». Os seus líderes propunham a regularização da vida constitucional, a introdução do princípio da dissolução parlamentar, a defesa da liberdade e da tolerância religiosa e faziam a apologia da neutralidade do Estado republicano em matéria religiosa. Para além disso, eram adeptos da formação de uma representação proporcional no Senado de todas as classes sem exceção. Apresentando um conjunto de reformas sociais e políticas, o PNR admitia a possibilidade de fusão com outro partido de direita. Para os seus dirigentes só os conservadores se poderiam opor «à tendência radical do Partido Republicano Português e duma parte do Partido Evolucionista». Apesar de toda a sua abertura política, o PNR era desfavorável à sua absorção por qualquer outra organização. Comungando das preocupações de José Relvas sobre a crise que o país atravessava o partido sidonista acusava-o de ter dirigido um Governo de concentração apenas até à derrota dos monárquicos no Porto. Depois do 13 de fevereiro de 1919, o Ministério de coligação teria passado a agir contra esta organização⁽⁶²⁾.

O Diretório do Partido Democrático revelava a intenção de contribuir para facilitar a resolução dos problemas políticos e para garantir a tranquilidade da República. Esta organização lembrava que sempre agira no sentido da consolidação do regime e propunha-se trabalhar para a obtenção de um acordo partidário. Não comungando do pessimismo que se instalava na elite política, os Democráticos pensavam que ainda havia «soluções a tentar». Cientes das dificuldades políticas do momento, estes não pretendiam ocupar o poder e, por isso, comprometiam-se a não dificultar uma diferente solução governativa⁽⁶³⁾. Por outro lado, não aceitavam a dissolução do partido, por razões históricas⁽⁶⁴⁾. De entre o sistema partidário, os Democratas eram os que se encontravam melhor

(61) *Carta do Centro União Republicana para José Relvas, 20-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.*

(62) *Carta do directório do Partido Nacional Republicano para José Relvas, cx. 404, 21-3-1919, A.H.C.P.*

(63) *Carta do directório do Partido Republicano Português para José Relvas, 23-3-1919, cx. 404, A.H.C.P.*

(64) José Relvas, *Memórias Políticas...*, cit., vol. 2, p. 144.

organizados, os que tinham uma base social de apoio alargada e os que dispunham de um programa político. Os unionistas e os evolucionistas não tinham coesão nem um muito grande enraizamento social. Estes partidos procuravam atrair os indiferentes e moderados para o seu campo procurando crescer politicamente. Nesse ensejo, António José de Almeida convidou Brito Camacho a integrar os unionistas no partido evolucionista⁽⁶⁵⁾, mas este desafio teria desagradado a Camacho. Pela dificuldade das negociações, a proposta de dissolução dos partidos fora abandonada numa altura em que também se esboçara uma aproximação entre democráticos e unionistas que a evoluir positivamente deixava o partido de António José de Almeida isolado. Na verdade, parece-nos que a incapacidade demonstrada pelas organizações para a formação de uma força conservadora levou ao insucesso da iniciativa de José Relvas. Sentindo-se abandonado pelos partidos temia ser «crucificado pelos políticos», ou admitia que pudesse ser alvo de um atentado. A sua vontade de abandonar o poder já se manifestara no momento da queda da Monarquia do Norte, mas nessa altura não pôde demitir-se, porque Canto e Castro também queria deixar a Presidência da República.

Em síntese, o Governo venceu as forças monárquicas, dissolveu o Parlamento sidonista, desarmou a polícia de Lisboa, reorganizou a delegação portuguesa na Conferência de Paz (afastando Egas Moniz e substituindo-o por Afonso Costa), inaugurou a política da «Nação para todos» e do «Estado governado pelos republicanos» e saneou a administração pública. Durante as conversações analisadas, para além da retórica, dominara o espírito de fação que contrariava a política nacional⁽⁶⁶⁾. Face ao impasse a que se chegou, o chefe do Governo previa o regresso do Partido Democrático ao poder como viria a suceder nas eleições em que este saiu vencedor, em 11 de maio de 1919. Apesar da sugestão de Moura Pinto (unionista) para que fosse José Relvas a dirigir a direita republicana, este não estava interessado em continuar na política, pois achava que cumprira os seus objetivos e desejava apenas regressar à sua Casa dos Patudos em Alpiarça.

Poderá parecer desinteressante a abordagem feita a conversações políticas fracassadas. Na verdade, delas nada resultou, mas não deixa de ser significativa a tentativa do chefe do Governo no sentido de evitar que

(65) José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução...*, cit., vol. II, 205, p. 256.

(66) José Adelino Maltês, *Tradição e Revolução...*, cit., p. 149.

o poder caísse nas mãos dos Democráticos. A República nunca tinha tido uma direita organizada e a esperança de José Relvas consistia na formação de uma força conservadora com o objetivo de consolidar o poder político e de dar uma certa ordem à sociedade para que o «programa» republicano pudesse ser concretizado.

Conclusão

José Relvas era um político moderado e independente. Republicano histórico, não pôde rejeitar a direção do Governo num momento em que o país se encontrava envolvido numa guerra civil. Antes do 5 de outubro conspirou contra a Monarquia Constitucional, aderiu à República e integrou o Governo Provisório em 1910. Sentindo o apelo da política por um lado e desejando trabalhar como empresário agrícola inovador na sua propriedade por outro, acabaria por ser nomeado embaixador em Madrid primeiro e deputado e senador depois. Como se viu, em janeiro de 1919, formou um Ministério de coligação com o objetivo de restabelecer a ordem e a paz, derrotar as forças monárquicas, dissolver o Parlamento e realizar eleições. O seu Governo teve uma atividade legislativa intensa, reorganizou a administração do país, defendeu a República e tentou reformar a vida partidária com vista à formação de um novo executivo. Favorável a uma aliança dos evolucionistas com os unionistas era defensor de um Governo sustentado por estas organizações. Nesse sentido tentou superar as dificuldades estruturais da República que consistiam, entre outros aspetos, na ausência de um agrupamento político conservador forte. No outono de 1919, já sem Relvas no poder, as suas ideias inicialmente rejeitadas, foram reassumidas com a fusão de evolucionistas e unionistas no Partido Liberal. Esta era a grande organização política, que deveria alternar no poder com os democráticos⁽⁶⁷⁾.

O nosso biografado reconhecia que as conversações com todas as organizações políticas tinham mostrado que o velho sectarismo inviabilizava o seu projeto. Ao compreender que as tentativas feitas no sentido da obtenção de um compromisso entre os Diretórios partidários não tiveram efeitos práticos desistiu do poder. Reconhecendo

(67) *Nova História de Portugal...*, cit., p. 726.

a impossibilidade de concretização da sua proposta e não querendo presidir a uma vitória eleitoral dos democráticos pediu a demissão. O Ministério que dirigiu durou apenas dois meses – de 27 de janeiro a 30 março de 1919 –, mas apesar disso, teve um papel decisivo na Restauração da República e na destruição dos restos do sidonismo. A José Relvas sucedeu um novo Governo dirigido pelo Domingos Leite Pereira formado por cinco democráticos, três evolucionistas, dois unionistas e um socialista. A República iria entrar numa fase de grande instabilidade política e social que levaria à sua queda em 1926.

**LA RECEPCIÓN DE LAS IDEAS REVOLUCIONARIAS
(RADICALES, SOCIALISTAS Y REPUBLICANAS) EN CATALUÑA
EN EL SIGLO XIX***
*THE RECEPTION OF THE REVOLUTIONARY IDEAS IN
CATALONIA IN THE NINETEENTH CENTURY*

ANTONIO MOLINER PRADA
antoni.moliner@uab.cat
Universitat Autònoma de Barcelona

Texto recibido em / Text submitted on: 01/05/2016
Texto aprobado em / Text approved on: 04/08/2016

Resumen:

Las ideas revolucionarias liberales, radicales, socialistas y republicanas llegaron a Cataluña a través de los reiterados exilios de catalanes y españoles en Francia y por la atracción de Barcelona de los exiliados italianos y franceses en el Trienio liberal y a lo largo del siglo XIX. El artículo contempla los distintos periodos revolucionarios, la articulación de los diversos movimientos populares y las culturas políticas respectivas. El socialismo utópico dejó una profunda huella en el republicanismo federal y en la cultura política democrática y popular. Tras la eclosión revolucionaria de la «Gloriosa» (1868-1873), la restauración monárquica de 1874 no consiguió frenar el impulso de las diversas culturas políticas

* Este artículo se inscribe en los proyectos de investigación HAR2013-40470-P y HAR2015-67173-P del Ministerio de Economía y Competitividad de España.

republicanas y anarquistas y sus manifestaciones. La *Marsellesa* se convirtió en el referente por antonomasia de la libertad del pueblo catalán a lo largo del siglo.

Palabras clave:

Cataluña, siglo XIX, exilios, culturas políticas, movimientos revolucionarios.

Abstract:

The liberal, radical, socialist and republican revolutionary ideas reached Catalonia through repeated Catalan and Spanish exiles in France, and the attraction of the Italian and French exiled in Barcelona during the Liberal Triennium and throughout the nineteenth century. The article contemplates the different revolutionary periods, the articulation of the various popular movements and their respective political cultures. The utopian socialism left a deep mark on the federal republicanism and the democratic and popular political culture. After the revolutionary emergence of the «Gloriosa» (1868-1873), the monarchist restoration in 1874 failed to stop the momentum of the various republican and anarchist political cultures and their manifestations. The *Marseillaise* became the quintessential model concerning freedom of the Catalan people throughout the century.

Keywords:

Catalonia, nineteenth century, exiles, political cultures, revolutionary movements.

Introducción

Las ideas revolucionarias liberales, radicales, socialistas y republicanas llegaron a Cataluña por la proximidad geográfica con Francia, por el contacto directo a partir de los reiterados exilios de catalanes y españoles en ese país, y por la atracción de la ciudad de Barcelona de extranjeros exiliados, verdadero foco revolucionario en los años veinte y treinta y a lo largo del siglo XIX, tal como fue París para los exiliados de toda Europa.

El artículo analiza los distintos periodos revolucionarios y la articulación de los diversos movimientos populares y culturas políticas: Guerra del francés (1808-1814), Trienio liberal (1820-1823), movimientos populares de 1834 y 1835, Trienio Esparterista (1840-1843), Bienio progresista (1854-1856) y Sexenio revolucionario (1868-1873). El socialismo utópico saintsimoniano y cabetano dejó una profunda huella en el republicanismo federal y en la cultura democrática y popular de corte igualitarista. La restauración

borbónica de 1874 no consiguió eliminar el auge de las culturas republicanas y anarquistas y sus manifestaciones particulares.

El proceso de la Revolución liberal

La Revolución francesa fue el antecedente histórico que marcará el carácter liberal de todo el siglo XIX. Fue la primera revolución europea basada en los derechos del hombre y del ciudadano, según la cual la legitimidad del orden público no puede venir de la fuerza ni de la coacción, sino de la razón y del derecho. Los hechos revolucionarios produjeron una sacudida en las conciencias que hizo cambiar la forma de pensar, dado que era posible transformar la opresión del antiguo régimen por un nuevo orden social. De aquí nacería el liberalismo. El individuo dejó de ser súbdito para ser ciudadano, con el convencimiento de que de esta manera se conseguiría una sociedad más igualitaria.

La revolución buscó un equilibrio entre lo que era individual y lo que era colectivo, cuestiones que tienen una dimensión universal y contemporánea⁽¹⁾.

La revolución liberal en España se gestó a partir de 1808 por la ocupación napoleónica de su territorio y las abdicaciones de Bayona. En las Cortes de Cádiz, iniciadas en 1810, ningún diputado se manifestó a favor de una república. El republicanismo se identificaba entonces con la época clásica (Grecia o Roma), la República francesa de 1793 o con el federalismo de los Estados Unidos de América. El modelo antiguo era impracticable, el francés era el símbolo del terror y de la guillotina, y el americano era lejano e incomodaba a los diputados liberales su sentido federalista. Los más sobresalientes, como Argüelles y Toreno, manifestaron con nitidez su opinión de formar solamente una única nación, alejándose del modelo de federación angloamericana⁽²⁾.

Los dos modelos que tenían las Cortes gaditanas eran el de la monarquía británica nacida de la revolución de 1688 y la monarquía francesa de 1791. Dejando de lado el modelo inglés que en 1808 difundió Lord Holland y el mismo Jovellanos, los liberales españoles

(1) Ferran Aisa i Mei M. Vidal, *Camins utòpics. Barcelona 1868-1888*, Barcelona, Edicions de 1884, 2004, p. 133.

(2) Joaquín Varela Suanzes, *La monarquía doceañista (1810-1837)*, Madrid, Marcial Pons, 2014, p. 24-26.

apoyaron el francés. Hay que insistir en que los revolucionarios franceses se presentaron como modelo para resolver los problemas de Europa y la misma revolución tenía una dimensión universal. Las ideas revolucionarias francesas respondían en realidad a las aspiraciones del liberalismo español en su lucha con un enemigo similar, la monarquía absoluta, la sociedad estamental y una economía precapitalista al que se habían enfrentado con éxito los revolucionarios franceses⁽³⁾. Para los liberales la monarquía estaba a merced del Parlamento, no estamental, sin que el rey, la nobleza o el clero pudiesen detener las reformas radicales. El modelo inglés, con un monarca fuerte y una segunda cámara aristocrática, chocaba con el contexto histórico de 1808 en el que el pueblo bajo fue el protagonista indiscutible. La ausencia del rey, la traición de buena parte de la aristocracia y el protagonismo del pueblo, indujeron a las Cortes a erigirse en el nervio del Estado constitucional naciente y en la representación genuina de la nación, único sujeto de la soberanía⁽⁴⁾.

Si se compara la Constitución francesa de 1791 y la española de 1812 es cierto que ésta es más conservadora en cuanto a la cuestión religiosa. Los liberales apelaron a los derechos naturales e inalienables, a la voluntad general, a la razón, a la igualdad natural, al estado de naturaleza y al pacto social (ideas de Rousseau, Locke y Sieyès), pero también a una supuesta tradición historicista de la Edad Media⁽⁵⁾. Hay que remarcar que el diputado catalán José Espiga Gadea fue miembro de la comisión constitucional y junto con los diputados catalanes Fernando Navarro, Antonio Capmany, Domènec Codina, Ramón Utgés y Felip Aner de Esteve formaron parte del grupo liberal frente al grupo absolutista más numeroso⁽⁶⁾.

Cataluña fue el territorio que más estuvo sometido al dominio napoleónico⁽⁷⁾. ¿Qué apoyo tuvo el proyecto francés de segregarlo de España (1810) y anexionarlo a su imperio? ¿Era posible una Cataluña francesa? El colaboracionismo con los ocupantes, por ideología o

(3) Joaquín Varela Suanzes, *La monarquía doceañista...*, cit., p. 53.

(4) Joaquín Varela Suanzes, *La monarquía doceañista...*, cit., p. 61.

(5) Antoni Moliner Prada, «Tradicción y liberalismo en torno al proceso constitucional gaditano», *Trienio. Ilustración y Liberalismo*, 63 (2014), p. 43-58.

(6) Quintí Casals Bergés, «Los diputados catalanes en las Cortes de Cádiz (1810-1813): proceso electoral y prosopografía», *Manuscrits, Revista de Historia Moderna*, 31 (2013), p. 205-237.

(7) Antoni Moliner Prada, *Catalunya contra Napoleó. La Guerra del francès 1808-1814*, Lleida, Pagès Editors, 2007.

pragmatismo, era tan minoritario como se ha creído? ¿Por qué fracasó el proyecto anexionista?

La guerra incrementó el sentimiento anti francés que reinaba entre los catalanes desde tiempo inmemorial y más todavía desde la Guerra del Rosellón («Guerra Gran»). El pueblo catalán, celoso de su independencia no podía aceptar ser dominado por un ejército que sembraba la desolación a los campos y ciudades. La corrupción de los militares franceses y los sistemas de gobierno que aplicaron por la fuerza impidieron en gran manera el propósito napoleónico.

Lluís M^a de Puig estudió la figura de Tomas Puig, afrancesado convencido, corregidor de Figueres y Girona y mano derecha de Augereau⁽⁸⁾. Hay que tener presente la opción francesa que se les ofrecía a los catalanes de aquella época⁽⁹⁾. Después de los primeros gobiernos militares franceses (Duhesme, Saint-Cyr), sobrevino el ensayo catalanista de Augereau (duque de Castiglione, 1809-1810), que comportó hitos importantes respecto a la lengua catalana: *El Brusi (Diario de Barcelona)* se convirtió en el *Diario del Gobierno de Cataluña y de Barcelona*, escrito en catalán y francés; las actas de los ayuntamientos fueron redactadas en catalán y el papel sellado también se imprimió en esta lengua. Esta política catalanista se aplicó solamente unos meses. Después del fracaso militar de Hostalrich, Augereau fue sustituido en mayo de 1810 por el mariscal Macdonald, duque de Tarento, que dio otra orientación más pragmática y belicista al Gobierno de Cataluña y preparó la anexión al imperio francés. Esta se produjo por los decretos de Napoleón de 26 de enero y 2 de febrero de 1812. El primero estableció una división del Principado en cuatro departamentos; el segundo implantó un nuevo sistema de administración civil (la intendencia, las jefaturas y las subprefecturas).

Dicho sistema comportó nuevos funcionarios que eran franceses en la alta administración y catalanes a nivel local. Sólo el Departamento del Ter bajo el barón de Gérando fue controlado totalmente por los hombres del régimen civil, y tan sólo hasta medios de 1813. El conde de Chauvelin se cuidó de los Departamentos de Montserrat y Bocas de Ebro. Respecto al Código napoleónico, traducido al catalán y castellano,

(8) Lluís M^a de Puig i Oliver, *Tomàs Puig: catalanisme i afrancesament*, Barcelona, IEC, 1985.

(9) Lluís M^a de Puig i Oliver, *La identitat catalana en temps de Napoleó (Edició a cura d'Antoni Moliner Prada i Maties Ramisa)*, CHCC, Generalitat de Catalunya, 2015, p. 69-122.

no se implantó de una manera sistemática. El régimen civil fracasó por la falta de colaboración de los notables y por la oposición de algunos militares napoleónicos y de los empleados subalternos⁽¹⁰⁾. Hay que rehuir tanto de la visión denigrativa de este régimen como la contraria. Si los hombres del régimen civil introdujeron mejoras urbanísticas y condicionaron las carreteras, a menudo lo hicieron utilizando mano de obra forzada. Ciertamente las transformaciones del prefecto Villeneuve en el Departamento de Bocas del Ebro, por ejemplo, fueron muy importantes en todos los campos, comercial, económico, cultural, etc.

La falta de entusiasmo revolucionario de los catalanes se puede interpretar, como apunta Jaume Vicens Vives, por la trayectoria reformista seguida, con tendencia a una solución pactista de las cosas públicas, de acuerdo con el espíritu esencial del país⁽¹¹⁾.

El auge del radicalismo liberal y el republicanismo federal

El Trienio liberal (1820-1823) dio lugar al experimento práctico de la legislación liberal. Barcelona se convirtió en epicentro del radicalismo internacional, foco de atracción de liberales y revolucionarios, principalmente italianos y franceses, que soñaron al liderar la revolución de los años veinte en sus países⁽¹²⁾. La vida política y cultural de la ciudad fue intensa y muy diferente a las épocas anteriores, de forma que se puede hablar de la introducción de la modernidad política en Cataluña. Las asociaciones, clubes y tertulias creadas fueran instrumentos de la sociabilidad política al recuperar nuevos espacios públicos conquistados por la ciudadanía. «La lectura pública de los diarios hecha en los cafés y tertulias estimuló sin duda la popularización de la política y la movilización popular»⁽¹³⁾.

(10) Maties Ramisa Verdaguer, «L'administració francesa a Catalunya i els seus homes», *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos*, 40 (2009), p. 34-46.

(11) Jaume Vicens Vives, *Notícia de Catalunya*, Barcelona, Destino, 1975, p. 206.

(12) Agostino Bistarelli, «Vivere il moto spagnolo. Gli esiliati italiani in Catalogna durante il Trienio Liberal», *Trienio. Ilustración y Liberalismo*, 32 y 33 (1998, 1999), p. 5-14 y 65-91; Agostino Bistarelli, *Los exiliados italianos en el Trienio Liberal*, Tesis de Doctorado dirigida por el profesor A. Moliner, Universidad Autónoma de Barcelona, 2009.

(13) Jordi Roca Vernet, *La Barcelona revolucionaria i liberal: exaltats, milicians i conspiradors*, Barcelona, Fundació Noguera, 2011.

El Trienio, epicentro de la revolución liberal española entre las dos restauraciones absolutistas de 1814 y 1823, se convirtió en un tiempo de confrontaciones y grandes convulsiones sociales. La recepción de las ideas revolucionarias pasó por Barcelona⁽¹⁴⁾. La ciudad vivió el pronunciamiento inicial, la formación de juntas revolucionarias, sociedades y tertulias patrióticas (*Sociedad Patriótica Barcelonense de los Buenos Amigos*, *Tertulia de San Andrés de Palomar*, *Tertulia de Barcelona*, *Tertulia Patriótica de Lacy*) y el establecimiento de sociedades secretas liberales (*Sociedad constitucional del Anillo* de cariz moderado) y exaltadas (paramasones, comuneros y carbonarios).

El pronunciamiento de Riego triunfó en Barcelona gracias a la participación masiva de la población civil, mediante el apoyo de las sociedades secretas, representantes de los gremios y fabricantes y colegios profesionales. Los revolucionarios civiles tenían una clara ascendencia sobre el pueblo. Dentro de la tradición política de las juntas⁽¹⁵⁾, gracias a la movilización política y militar se estableció una Junta revolucionaria, que superaba la Junta de gremios y colegios profesionales, que dirigió la transformación política. A largo del Trienio las protestas de los ciudadanos y militares condujeron a formar Juntas revolucionarias y tertulias patrióticas, que se convirtieron en un espacio de representación y modelo de ejercicio de la soberanía popular. Para el liberalismo exaltado las tertulias y sociedades fueron los espacios donde la ciudadanía expresaba públicamente sus opiniones. Las jornadas revolucionarias de la capital catalana (abril de 1821, diciembre de 1822, abril de 1823 y agosto de 1823) obligaron a tomar medidas excepcionales para salvar la nación y dieron contenido al movimiento liberal exaltado y al descontento popular barcelonés.

Jordi Roca ha identificado los colectivos y personas que formaban parte de este movimiento a través de la *Tertulia patriótica de Lacy*, en la que confluían los liberales radicales de distintas facciones y miembros de las sociedades secretas. Por su parte la Milicia Nacional Voluntaria servía para encuadrar la movilización popular. De esta manera se ha

(14) Para conocer la evolución del Trienio en Cataluña remito, entre otros, a los estudios de Ramon Arnabat, *La revolució de 1820 i el Trienni Liberal a Catalunya*, Vic, Eumo Editorial, 2001, y de Antoni Sánchez Carcelén, *La revolució liberal a Lleida (1820-1823)*, Lleida, Edicions de la Universitat de Lleida, 2006.

(15) Antonio Moliner Prada, «Las Juntas durante el Trienio liberal», *Hispania. Revista Española de Historia*, 57, nº 195 (1997), p. 147-181.

podido establecer las redes de sociabilidad institucional y electoral a lo largo del Trienio que conformaron el Ayuntamiento, la Diputación Provincial y los diputados a Cortes⁽¹⁶⁾.

La originalidad del liberalismo exaltado radica en el hecho de imponer su voluntad a las instituciones liberales oficiales, manifestando así la supremacía de la acción política de los ciudadanos. Había que introducir medidas extraordinarias por encima de la legalidad constitucional para salvar a la nación en peligro, contra los eclesiásticos, el monarca, los especuladores, los contrabandistas y los moderados, todos ellos contrarrevolucionarios. Proyecto político que se justificaba por la situación de excepcionalidad política vivida y de emergencia nacional.

La comparación con el jacobinismo francés y la revolución se hace patente a raíz del fallido golpe de Estado de julio de 1822 y durante el último año del Trienio cuando se estableció el gobierno revolucionario de San Miguel para defenderla. Barcelona sufrió el terror revolucionario. Las políticas revolucionarias incrementaron la desamortización de las fincas urbanas, la introducción de nuevos empréstitos a las clases burguesas y la obligatoriedad de comprar propiedades desamortizadas. Pero también se observan diferencias entre ambos procesos, el principal el escaso desarrollo de un proyecto político igualitario entre los exaltados que impidió la atracción masiva de los sectores populares urbanos a la causa liberal. De alguna manera la popularización y radicalización del contenido social del discurso liberal no progresó cuando los exaltados lograron sus objetivos. La participación regular en la política no superó nunca las cinco mil personas, que representan un cinco por ciento de la población.

Por su parte el liberalismo moderado se vertebró en principio a través de la *Sociedad constitucional del Anillo* y después a través del gabinete de lectura del Palacio de la Virreina del Perú, donde se reunían las autoridades militares principales, los jueces de la Audiencia y otras autoridades políticas. Este organismo se convirtió en un auténtico club político a diferencia de los exaltados que pretendían convertirse en una asamblea política representativa de la ciudadanía de Barcelona y en

(16) Jordi Roca Vernet, *La Barcelona revolucionaria...*, cit., Annexos, p. 379-463.

un espacio abierto de comunión política entre la élite liberal y el resto de la ciudadanía.

Después de 1823, la represión liberal y la de Conde de España (1827-28) llevaron al exilio a los liberales radicales. Entre ellos destaca Ramón Xauradó, refugiado en Francia, que publicó en Limoges en 1832 las Bases de una constitución política o principios fundamentales de un sistema republicano⁽¹⁷⁾. El carácter abstracto y moderado de su proyecto, la construcción nacional desde abajo, no invalida su importancia. Se puede considerar como una alternativa a la Constitución gaditana de 1812 y un referente en medio de las convulsiones de las bullangas y agitaciones del pueblo bajo de los años treinta. Xauradó impulsó en 1834 el diario *El Catalán*, hasta su desaparición forzosa en 1836 cuando sufrió la deportación.

A finales de 1836 existían en Barcelona dos sociedades secretas, *Derechos del Hombre*, al parecer dirigida por Ramón Xauradó, y *Vengadores de Alibaud* dirigida por Rafael Degollada, primer procurador síndico del Ayuntamiento, que fue ejecutado en julio de 1837 después de la sublevación miliciana de la blusa que él había encabezado. Probablemente estos grupos republicanos de Cataluña tenían conexión con sus homólogos franceses de la sociedad moderada *Aide-toi, le ciel t'aidera*. Contaban con tres periódicos, el *Sancho gobernador*, órgano de las sociedades secretas y de la propaganda republicana dirigido por Antonio Martínez López, republicano unitario, *El Corsario*, de tendencia federalista, y *La Joven España* de Reus, dirigido por Pere Mata y Pere Soriguera⁽¹⁸⁾.

Entre los procesos revolucionarios de Cataluña por su interés específico destaca el de 1835, que llevó al poder a la Junta de Cataluña, restauró la Academia de Buenas Letras y organizó una biblioteca pública con los libros de los conventos suprimidos por la desamortización eclesiástica. El éxito mayor fue frenar la amenaza de una revuelta, teniendo en

(17) Ramón Xauradó y Fábregas, *Bases de una Constitución política ó principios fundamentales de un sistema republicano. Escrita en 1832 por...*, Barcelona, Establecimiento Tipográfico de Ramírez y Compañía, 1868.

(18) Anna María García Rovira, «Sociedades secretas, facciones y partidos políticos durante la Revolución liberal. La Barcelona revolucionaria (1835-1837)», *Trienio. Ilustración y Liberalismo*, 32 (1998), p. 67-102; Anna María García Rovira, "Republicanos en Cataluña. El nacimiento de la democracia (1832-1837)", en Manuel Suárez Cortina, *La redención del pueblo. La cultura progresista en la España liberal*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2006, p. 121-122.

cuenta que su objetivo claro era moderado, pedir el restablecimiento de un régimen auténticamente constitucional frente al Estatuto Real de 1834⁽¹⁹⁾. Las siete bullangas entre julio de 1835 y octubre de 1837, en medio de la guerra carlista, estuvieron impulsadas por el pueblo bajo y la milicia nacional, el 6º Batallón de la blusa que fue depurado posteriormente (Ramón Xauradó y Ramón Ferrer fueron desterrados a las Canarias y Pere Mata huyó a Francia)⁽²⁰⁾. El ataque a los conventos de 1835, a los ojos del ginebrino de origen francés Charles Didier, se justificaba por el derecho de defensa de toda sociedad frente a la guerra civil declarada por los frailes⁽²¹⁾.

Este grupo de patriotas, republicanos o seguidores del liberalismo radical, tenía gran influencia de los revolucionarios franceses. Su ejemplo les sirvió para establecer la frontera entre los que consideraban verdaderos amantes de la libertad, y quienes la traicionaban, es decir, los moderados y después los progresistas. El republicanismo protagonizó numerosas revueltas urbanas y tuvo una gran popularidad en su lucha contra los consumos (impuestos indirectos que gravaban los bienes básicos) y contra las quintas o levas forzosas, que esencialmente movilizaban a los jóvenes de las clases populares.

Durante la Regencia de Espartero (1840-1843) se desarrolló en Cataluña el sindicalismo, relacionado con grupos políticos republicanos y progresistas. Sus aliados principales fueron los progresistas pues los republicanos al ser más débiles políticamente prestaron menor atención a las cuestiones sindicales y laborales⁽²²⁾. En este período destacan los movimientos revolucionarios de 1842 y 1843, acontecimientos que vivió de cerca el

(19) Josep Fontana Lázaro, *La revolució liberal a Catalunya*, Lleida, Pagès Editors, 2003, p. 46.

(20) Joaquín del Castillo y Mayone, *Las bullangas de Barcelona, Barcelona, 1837* (edición facsímil de IUHJV, Vic, Eumo Editorial, 1994 (con presentación de Anna M. García Rovira); Anna Maria García Rovira, *La revolució liberal a Espanya i les classes populars (1832-1835)*, Vic, Eumo Editorial, 1989; Anna María García Rovira, «Liberalisme 'no respectable' i poble menut urbà: bullangues i revolució liberal (1832-1835)», *Recerques: història, economia i cultura*, 22 (1989), p. 44-62; Genís Barnosell, «La Constitución de 1812 en Barcelona (1833-1843)», *Rubrica Contemporànea*, 1, n° 1 (2012), p. 80.

(21) Charles Didier, «De 1830 a 1836 o la España desde Fernando VII hasta Mendizábal. Traducción, con adiciones originales, del texto originario de...», por Mariano José de Larra, *Obras completas*, Madrid, BAC, 1960, p. 343.

(22) Genís Barnosell, «Republicanismo, progresismo y sindicalismo en Cataluña durante el Trienio Esparterista (1840-1843)», *Historia y política*, 2011, p. 93-118. Sobre el republicanismo en la época de Espartero remito al estudio de Florencia Peyrou,

cónsul francés en Barcelona Ferdinand de Lesseps⁽²³⁾. Su informe sobre los sucesos de 1842 nos muestra la naturaleza interclasista de este movimiento revolucionario, liderado por el republicano Francesc de Paula Coello, que se articuló en torno a una Junta Directiva, compuesta por obreros y hombres del pueblo, bajo la presidencia de Juan Manuel Carsi, antiguo oficial de cuerpos francos y de ideas revolucionarias. Las gestiones de Lesseps no evitaron la represión militar y el bombardeo de Barcelona. La acción humanitaria del cónsul francés fue reconocida por los cuatro mil franceses residentes en Barcelona y el mismo gobierno le otorgó la Legión de honor⁽²⁴⁾.

La insurrección de 1843 se articuló en contra del gobierno de Espartero y de Joaquín María López y a favor de una Junta Central⁽²⁵⁾. Impulsada por la milicia de la blusa y los «jamancios», tuvo un cariz social, igualitario, como se desprende de las canciones *La Campana*, escrita por Abdó Terrades, *La paella* y *El chirivit*, que atacaban a la aristocracia, la Iglesia, los moderados y al mismo Prim, reivindicando el papel activo del pueblo en la política. Pedían los derechos del pueblo, el sufragio universal, y la abolición de los odiados impuestos de puertas y consumos y las quintas⁽²⁶⁾. Terrades se convirtió en el gran líder del republicanismo de la primera mitad del siglo XIX, que introdujo características como el radicalismo democrático y la aspiración a altas cotas de justicia social. Republicanismo e igualitarismo caminan juntos, por ello a través del periódico *El Republicano* (1842) se dirige a las clases populares en

Republicanism popular en España, 1840-1843, Cádiz, Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2002.

(23) Manuel Risques Corbella, «La insurrecció de Barcelona pel novembre de 1842. La seva dinàmica social», *Recerques: història, economia i cultura*, 10 (1980), p. 93-112; Josep Fontana, *La fi de l'Antic Règim i la industrialització (1787-1868)*, vol. V de la *Història de Catalunya* dirigida per Pierre Vilar, Barcelona, Edicions 62, 1992, p. 288-293.

(24) *Événements de Barcelona, novembre/décembre 1842 (Paris 1842)*. Archive Ministère d'Affaires Étrangères (AMAE), Correspondance Politique des Consuls, vol. 27, fl. 103-110.

(25) Jordi Bou, «La Jamancia: el naixement de l'última bullanga popular (juny-agost de 1843)», *Quaderns d'Història*, 10 (2004), p. 171-186; Genís Barnosell, «Libertad, igualdad, humanidad. La construcción de la democracia en Cataluña (1839-1843)», en Manuel Suárez Cortina, *La redención del pueblo...*, cit., p. 163-166; Antonio Moliner Prada, «El movimiento centralista catalán de 1843», *Trienio. Ilustración y Liberalismo*, 11 (1988), p. 25-109; Antonio Moliner Prada, *Revolución burguesa y movimiento juntero en España (1808-1868)*, Lleida, Milenio, 1998, p. 229-263.

(26) *La Campana* se convirtió en himno revolucionario del pueblo catalán y evoca le «tocsin» de las insurrecciones parisinas durante la Revolución francesa. Cf. Irene Castells y Antonio Moliner, *Crisis del Antiguo Régimen y Revolución Liberal en España (1789-1845)*, Barcelona, Ariel Practicum, 2000, p. 177-178.

catalán⁽²⁷⁾. Sus propuestas contaron con amplio apoyo popular como lo evidencia el hecho de que fuese elegido alcalde de Figueres en dos ocasiones (1842 y 1854), aunque no ejerció el cargo y pasó largas temporadas en la cárcel, o en el exilio y destierro⁽²⁸⁾.

La actuación humanitaria de Lesseps sirvió al gobierno para inculcarlo de colaboración con la insurrección. El cruce de despachos y notas, en los meses de diciembre de 1842 y enero-febrero de 1843, entre el ministro de Estado español, conde de Almodóvar, François Guizot, ministro francés de Asuntos Extranjeros, y Decazes, embajador francés en Madrid, se vio salpicado de acusaciones mutuas, calumnias y desmentidos⁽²⁹⁾. Guizot no aceptó las acusaciones y dio a Lesseps su apoyo total.

La estancia de Lesseps en Barcelona dejó una profunda huella entre los catalanes. El 1845 creó la *Sociedad francesa de Beneficencia*, después fundó varias escuelas gratuitas y apoyó la construcción del primer ferrocarril Mataró-Barcelona en 1848. De algún modo Lesseps participaba de las ideas saintsimonianas de mejorar las obras públicas, de ahí su empeño en el proyecto de construcción del canal de Suez y después el de Panamá, que le llevó a su ruina⁽³⁰⁾. Su estancia en Barcelona le permitió conocer la obra del filósofo Jaume Balmes, de quien recogió algunos de sus principios, como la necesidad de evitar la revolución radical, por lo que era necesaria la regulación social de la propiedad y favorecer la libertad del comercio⁽³¹⁾.

Francesc de Paula Coello, director del periódico *El centralista o nivelador*, se exilió el 1843 en Francia y al retornar en Barcelona el 1849 fue el secretario del comité catalán del Partido Demócrata. Murió la noche de

(27) Véase al respecto las siguientes estrofas: «No haben la condicio/ lo poble en res millorat/ se troba al mateix estat/ que avans la revolucio/ perque parlant sens pasió; siga frare, siga monja/ capellá, bisbe, canotja/ baró, marxant, o intendent/ pel pobre és indiferent/ tos li expremen la toronja. /Si no fas luego una lley/ que igualia als grans ab los xichs [...]/ es precis dirho ab franquesa/ seràs sempre esclau dels richs». Cf. Antonio Elorza, «La cultura de la revuelta en el siglo XIX español», en VV.AA. *La modernización política en España*, Madrid, Endymon, 1990, p. 252.

(28) Josep Soler i Vidal, *Abdó Terrades: primer apòstol de la democràcia catalana (1812-1856)*, Barcelona, La Magrana, 1983; Enric Pujol, «Abdó Terrades, el primer líder republicà», *Serra d'or*, 636 (2012), p. 54-57.

(29) *Sublevación de Barcelona 1842-1843 (Expediente y asunto Lesseps)*. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid, Sección Política Interior. Legajo 2864.

(30) Sobre la figura de Lesseps remito a mi estudio, *Lesseps y los políticos españoles (El Informe de 1848)*, Alicante, Juan Gil Albert, 1993.

(31) Josep Maria Fradera Barceló, *Jaume Balmes: els fonaments racionals d'una política catòlica*, Vic, Eumo, 1996.

San Juan de 1851, asesinado a manos de la Ronda de Vigilancia cuando la ciudad estaba en estado de sitio, prolongado desde 1843. Se convirtió en el primer mártir republicano. Ceferí Tressera lo identifica con la figura de Marat, líder radical de la Revolución francesa⁽³²⁾.

La revolución de 1848 no tuvo un impacto directo en Barcelona, tan sólo dos manifestaciones estudiantiles, y en Madrid una rebelión fallida, liderada por José María Orense y Patricio de Escosura. Aún así, la revolución triunfante en Europa sirvió para la práctica demorrepublicana y para la conexión con el movimiento demócrata internacional⁽³³⁾.

El Bienio progresista de 1854-1856 posibilitó en Cataluña el desarrollo del movimiento obrero, que tuvo su propia voz en el Sexenio democrático de 1868-1873, provocando la sacudida más enérgica contra el Estado en el siglo XIX. Mientras que en los movimientos revolucionarios de 1835 y 1843 se mezcla el liberalismo político con el reconocimiento de la personalidad propia de Cataluña (los centralistas, incluso, querían imponer su criterio en toda España, a través del gobierno de las Juntas provinciales), los otros, en cambio, el societarismo obrero se entroncó con el movimiento democrático (1854-56) y con el federalismo de Francisco Pi y Margall. Siguiendo este camino, el obrerismo se encaminaría hacia la negación de la idea del Estado, la acción directa y la revolución social mesiánica⁽³⁴⁾.

La recepción de las ideas socialistas y obreristas

El socialismo utópico se formuló a mediados de la década de los treinta, en plena guerra carlista, durante las primeras agitaciones obreras que tuvieron lugar en Barcelona, epicentro de la revolución industrial, y los levantamientos populares del bienio 1835-1836 ya señalados. Las fuentes teóricas de los utópicos fueron principalmente Saint-Simon y Cabet. A través de los diarios *El Propagador de la libertad* y *El Vapor*, se publicaron artículos del gaditano Joaquín Abreu, introductor del fourierismo en España, y de Pere Felipe Monlau director del diario entre

(32) Patricia García Espín, «La montaña mágica: demócratas, republicanos y socialistas en la Barcelona de mediados del XIX», en Ramon Arnabat i Antoni Gavaldà (ed.), *Projectes nacionals, identitats i relacions Catalunya-Espanya (Homenatge al doctor Pere Anguera II)*, Catarroja-Barcelona, Afers, 2012, p. 199-201.

(33) Patricia García Espín, «La montaña mágica: demócratas...», cit., p. 197-199.

(34) Jaume Vicens Vives, *Notícia de Catalunya...*, cit., p. 208.

1835-1836 y difusor de las teorías de Saint-Simon. Éste, en su originalidad, inspirado en los textos de la escuela saintsimoniana publicados en *Le Globe*, promovió un amplio movimiento industrialista y socialista que reforzó las posiciones de la burguesía industrial para construir un nuevo Estado y desarrollar la industrialización y modernización del país. Su objetivo tenía como fin desbancar del poder a los grandes propietarios y terratenientes y tenía el espaldarazo de Antoni Ribot y Fontseré y Pere Mata, influidos por Lamennais y Mazzini⁽³⁵⁾. En todo caso Monlau denunció al periódico los planes subversivos radicales de proclamar una república federativa en Barcelona y la independencia de Cataluña, que provocó la crítica de sus amigos⁽³⁶⁾. Ciertamente los redactores de *El Vapor* eran más liberales utópicos que socialistas utópicos.

Las ideas utópicas de Cabet y su obra *Viaje en Icaria* (1842), publicada en Barcelona el 1845, partidario del sistema democrático y del reformismo social, se desarrollaron también en Cataluña. El grupo icariano de Barcelona creado el 1847, nació en torno a Narcís Monturiol y se difundió a través del periódico *La Fraternidad*. Opuesto a cualquier tipo de violencia, recibieron críticas de demócratas y republicanos. El grupo lo formaron Joan Rovira, Francesc Suñer y Capdevila (abogados), Monturiol y los libreros Pere e Ignaci Montaldo y los hermanos Clavé. El músico Josep Anselm Clavé, revolucionario de pensamiento republicano, intentó sacar los obreros de las tabernas y acercarlos a la cultura por medio de la canción a través del asociacionismo. Puso en marcha el 1845 la *Sociedad Filarmónica la Aurora* y, en 1850 *La Fraternidad*, convertida después en la *Coral Euterpe*.

El grupo republicano de Abdó Terrades, defensor del igualitarismo, también recibió la influencia cabetiana (él mismo tradujo al castellano la *Histoire Populaire de la Révolution Française* de Étienne Cabet). El comunismo de Cabet (*Doce cartas de un comunista a un reformista*, 1841) ligaba con sus coordenadas ideológicas y estratégicas como un ideal a perseverar que traía mediante el sufragio universal la república

(35) Antonio Moliner Prada y Carmen Moliner Prada, «El doctor Pere Felip Monlau y la cuestión obrera», *Anales de la Universidad de Alicante, Historia contemporánea*, 5 (1986), p. 101-118; Genís Barnosell, «Entre el liberalismo y el saint-simonismo: J. Andrew de Covert-Spring», en Manuel Suárez (ed.), *Utopías, quimeras y desencantos. El universo utópico en la España liberal*, Santander, Universidad de Santander, 2008, p. 113-158.

(36) Jordi Maluquer de Motes, *El socialismo en España, 1833-1868*, Barcelona, Crítica, 1977, p. 116-122.

reformista y federal. Las primeras agrupaciones demócratas eran federalistas. La formación de la sociedad secreta *La federación* (1837), a partir del grupo *Los Vengadores de Alibaud* y del grupo madrileño (Puig y Pallarés) aceptaban de entrada el republicanismo federal. La experiencia del movimiento juntero de 1835-36, 1840 y 1843 defendía un centralismo federal. El republicanismo se vehiculó a través de las sociedades secretas y buscaba entre las clases populares decepcionadas de los partidos hegemónicos su clientela electoral.

Hay que tener presente que el inicio del movimiento obrero en Cataluña no contaba con una tradición jacobina como en Francia, ni del radicalismo inglés. La maduración del movimiento obrero fue lenta. Primero las manifestaciones luditas (incendio de la fábrica El Vapor en Barcelona el 1835); creación el mismo año de una comisión mixta (trabajadores y empresarios) para resolver los problemas laborales; formación de asociaciones de ayuda mutua y beneficencia (1839) y la creación de un sindicalismo de clase, la *Sociedad de Tejedores de Barcelona* (1840)⁽³⁷⁾.

Los sectores más avanzados del republicanismo y del democratismo insistieron en su discurso en la necesidad de la mejora «material y moral» del pueblo, reconociendo a menudo las organizaciones obreras autónomas. Genís Barnosell muestra ejemplos concretos de la colaboración de Francisco Pi y Margall con el obrerismo durante el Bienio progresista o las palabras de Joan Tutau y Vergés expuestas en el *Almanaque democrático* de 1865: «No esperéis nada de nadie, esperadlo de vosotros...»⁽³⁸⁾. Los obreros tuvieron que quitarse de encima el liberalismo burgués (progresista), la militancia radical pequeño-burguesa y republicana, hasta que adoptaron la ideología marxista, comunista o bakuninista.

La implantación del sistema liberal y la consolidación de la burguesía como clase hegemónica dieron lugar a la difusión de nuevos valores y hábitos. Los salones de la nobleza y las academias fueron sustituidos por los círculos, los casinos y los ateneos, reservados siempre a los hombres. Crearon asociaciones recreativas que ofrecían distracciones diversas: juegos, bailes, prensa, servicio de bar, etc. Las actividades musicales y de teatro eran muy apreciadas. El *Círculo del Liceo de Barcelona*

(37) Genís Barnosell, *Orígens del sindicalisme català*, Vic, Eumo, 1999; Genís Barnosell, «Republicanism, progresismo y sindicalismo en Cataluña durante el Trienio Esparterista (1840-1843)», *Historia y política*, 25 (2011), p. 93-118.

(38) Genís Barnosell, *Artisans i obrers*, en *Història. Política, Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 6, Barcelona, Enciclopèdia Catalana, 2002, p. 186.

(1847), vinculado al *Teatro del Liceo* y el *Círculo Sabadellense* (1856) son instituciones adalides. Como centro cultural destacan el *Círculo Literario de Vic* (1860) y el *Ateneo Barcelonés*. Este asociacionismo tuvo también una versión obrera y popular en los ateneos populares y en los coros creados por iniciativa de Josep Anselm Clavé al final de los años cuarenta⁽³⁹⁾.

Las fronteras entre el campo progresista radical, el demócrata, el socialista utópico y el obrerista, son difíciles de discernir. Al margen del liberalismo respetable, frente al moderantismo y progresismo de los años treinta, con la ruptura de 1837 quedaron diferentes sensibilidades que mitifican la república federal y un régimen parlamentario en el que la preponderancia correspondiese a una cámara electiva⁽⁴⁰⁾. Con el régimen republicano se identifican desde el burgués demócrata hasta el pueblo bajo, el obrero o artesano que aspiraba a un orden social más justo. Desde los años cuarenta la democracia ganó terreno en Cataluña. El acento social y federal de las propuestas de Xauradó y Terrades, la especificidad del referente cabetano o icariano como ya se ha señalado, el societarismo obrero y el poso de las bullangas, dotaron al republicanismo catalán de un talante diferenciado dentro del Partido Demócrata Español que nació en 1849⁽⁴¹⁾.

En el Bienio progresista (1854-56) y la etapa posterior encontramos en el movimiento democrático y republicano, entre otros impulsores, Monturiol, Clavé, Sunyer y Tutau. Hay que tener presente que las bullangas e insurrecciones de las clases pobres muestran el espíritu de libertad de los catalanes, como señalaba el gobernador civil de Barcelona Antonio Guerola el 1864 en una *Memoria*. El movimiento revolucionario de 1855 en la ciudad de Barcelona propició la primera huelga general de la historia de España, fruto de la persistencia de los movimientos republicanos y de las corrientes de socialismo utópico de influencia francesa⁽⁴²⁾.

(39) Genís Barnosell, *Artisans i obrers...*, cit., p. 201. Patricia García Espín ha analizado la cultura política demorrepublicana en sus orígenes, la visión de la Barcelona industrial, la memoria local, los rasgos del martirologio republicano, su simbología, ritualismo y valores. Cf. «La montaña inmortal: demócratas, republicanos y socialistas en la Barcelona de mediados del XIX», en Ramon Arnabat i Antoni Gavaldà (eds.), *Projectes nacionals...*, cit., p. 193-205.

(40) Genís Barnosell, «La Constitución de 1812 en Barcelona...», cit., p. 8.

(41) Ángel Duarte, *A l'esquerra del sistema: demòcrates i republicans*, en *Història, Política Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 7, cit., p. 90.

(42) Josep Fontana Lázaro, *Espanya i Catalunya: tres-cents anys d'història, Actes simposio Espanya contra Catalunya. Una mirada històrica, 1714-2014*, Barcelona, Centre d'Història Contemporània de Catalunya, Generalitat de Catalunya, 2014, p. 70.

En los años cincuenta la influencia de Francisco Pi y Margall, Sixto Cámara y Fernando Garrido, confirman un programa político basado en el sufragio universal, la milicia nacional, la abolición de las quintas y la supresión de los consumos. A la vez propagan los principios proudhonianos o blanquistas y la defensa de un programa industrialista y la autonomía de los trabajadores⁽⁴³⁾.

Si la cultura política progresista se preocupaba de forma obsesiva por la modernización del Estado y la política, la popular y democrática buscaba por encima de todo la profundización social efectiva de la democracia y era inevitablemente reticente ante las virtudes modernizadoras y reformistas del Estado y la política oficial⁽⁴⁴⁾.

El impacto del Sexenio revolucionario (1868-1873)

El movimiento «España con Honra» de septiembre de 1868 no fue un pronunciamiento militar más, sino un levantamiento revolucionario que destronó Isabel II. Fue un golpe liberal protagonizado por el ejército, el inicio de un proceso democrático que en Cataluña tuvo un carácter marcadamente antiborbónico y federal. La actuación del general Juan Prim y Prats como conspirador al frente del partido progresista fue decisiva⁽⁴⁵⁾.

En Barcelona la revolución tomó aires festivos con proclamas progresistas y democráticas. Los soldados desfilaron por las calles de la ciudad con barretina catalana, evocando el sombrero frigio, cantando himnos de libertad y con vivas a la República. Los barceloneses entonaban en la calle la *Marsellesa* y el *Himno de Garibaldi*. La letra del himno francés, la adaptó Clavé al catalán. En una de sus estrofas dice: *¡Fills de la terra catalana! abans morir que ser esclaus!* La Coral Euterpe, fundada por Josep Anselm Clavé como se ha indicado, también participó en la revuelta recuperando canciones populares como *La Campana* de Abdó Terrades de 1843, con un contenido social e igualitario diáfano. Los barceloneses ciertamente increparon a Prim cuando llegó a Barcelona porque traía el emblema de la monarquía en la gorra del uniforme de marino. A pesar de esto, en la Rambla

(43) Ángel Duarte, *A l'esquerra del sistema...*, cit., p. 91.

(44) Pere Gabriel Sirvent, *El catalanisme i la cultura federal. Història i política del republicanisme popular a Catalunya el segle XIX*, Reus, Fundació Josep Recasens, 2007, p. 19.

(45) Pere Anguera, *El general Prim: biografía de un conspirador*, Barcelona, Edhasa, 2003; E. de Diego García, *Prim, mucho más que una espada*, Madrid, Actas, 2014.

se escucharon vivas a la revolución y se entonó también el himno de Riego adaptado en el momento: *Cantemos el Himno de Riego; al sueño de mi clarín/ afuera los Borbones/ que es canalla ruin./ ; Viva Prim, viva Prim, viva Prim*⁽⁴⁶⁾.

En Barcelona, donde el movimiento juntero no era mayoritariamente republicano ni conscientemente federalista, los preparativos y el estallido de la revolución de 1868 transformaron el pronunciamiento en una verdadera revolución democrática y convirtieron a la ciudad en la pionera del republicanismo federal español⁽⁴⁷⁾.

La revolución aportó la Constitución de 1869, la primera que contempla los derechos individuales, la libertad religiosa – a pesar de ser la religión católica la oficial – y el derecho de asociación que posibilitó a las sociedades obreras que se pudieran organizar con libertad. El 13 de diciembre de 1868 se celebró el Congreso Obrero Catalán que se decantó por la candidatura de los republicanos federales. De esta forma Pau Alsina fue elegido el primer diputado obrero por Barcelona.

En este contexto, algunos republicanos reformistas, como Fernando Garrido y Josep Roca i Galès, promovieron el cooperativismo como medio de liberación de las clases trabajadoras. Los años sesenta y setenta son la época de oro de las cooperativas, principalmente de hilados y tejidos (*La Económica Palafrugense, La Obrera de Sabadell, La Unión Obrera de Sants, La Fraternidad de Sant Andreu*, etc.). Aparecieron también las mutuas para proteger las familias de los obreros (*Monte Pío, La Protectora, La Fe, La Felicidad*, etc.). Fomentaron los principios del trabajo y del ahorro y promovieron la generalización de la propiedad privada, más que su abolición.

La libertad conquistada posibilitó la creación de la Federación Regional Española de la Asociación Internacional de Trabajadores (AIT) a la que se sumaron las cooperativas y sociedades de resistencia. Pronto el movimiento obrero se decantó hacia el apoliticismo libertario de tendencia bakuninista de la Primera Internacional, mientras que los federalistas se adhirieron al Partido Democrático Federal.

La debilidad en el campo revolucionario, debido a la división entre federalistas y republicanos progresistas y el apoliticismo de los obreros, tendrá como consecuencia el fortalecimiento de los monárquicos.

(46) Ferran Aisa i Mei M. Vidal, *Camins utòpics...*, cit., p. 26.

(47) Josep Pich Mitjana, «Juntas, tertulias y conspiración en los años del régimen isabelino. El caso de la ciudad de Barcelona, 1867-1868», *Hispania. Revista española de historia*, LXIV/2 n° 217 (2004), p. 689-710.

El general Prim buscó un candidato dinástico en la casa de Saboya (Amadeo I) y los republicanos federales promovieron revueltas en Cataluña. La Constitución, conocida popularmente como *La Flaca*, dará el nombre a una publicación satírica. La guerra de Cuba (octubre de 1868), el levantamiento carlista (1869) y las revueltas federales obligaron al gobierno de Serrano y Prim a dictar una quinta de 25.000 hombres. La revuelta contra las quintas de abril de 1870 fue promovida por la reacción popular. Los disturbios antimilitaristas llegaron a gran virulencia en los barrios obreros de los pueblos del llano de Barcelona y la respuesta del capitán general Eugenio de Gaminde fue como en la época de Espartero el bombardeo de la villa de Gràcia.

Los hechos contrarrevolucionarios de la *Gloriosa* y las falsas promesas del gobierno llevaron a los obreros desencantados hacia el apoliticismo. Se impuso la línea bakuninista que Giuseppe Fanelli difundió de la AIT entre los obreros (Josep Rubadonadeu, Tomás González Morago, Rafael Fragua Pellicer y Anselmo Lorenzo). Mientras el yerno de Marx, Paul Lafargue, influyó en la Federación madrileña. El junio de 1870 se inauguró en Barcelona el Primer Congreso Obrero del proletariado español, que se adhirió a la Primera Internacional de los trabajadores, y se constituyó la Federación Regional Española de la AIT, apolítica e independiente de todos los partidos.

La experiencia de la Comuna de París, después del II Imperio de Luís Napoleón, influyó mucho en los sectores federalistas e internacionalistas de Cataluña⁽⁴⁸⁾. Los exiliados comuneros refugiados en Barcelona y la huelga de la fábrica Batlló, arreciaron la oposición radical a la participación política⁽⁴⁹⁾.

El fracaso de la monarquía de Amadeo I, después del magnicidio de Prim su valedor, además de la oposición de la aristocracia y de la Iglesia al nuevo monarca, posibilitó la proclamación de la efímera primera República española del 1873 que legalizó la Internacional prohibida por Sagasta aduciendo que era "la utopía filosofal del crimen". La República, que no pudo establecer una constitución federal ni resolver los problemas planteados que derivaron en desórdenes públicos, revueltas

(48) Josep Termes i Ardèvol, *Anarquismo y sindicalismo en España: la Primera Internacional (1868-1881)*, Barcelona, Ariel, 1972; Josep Termes i Ardèvol, *Historia del moviment anarquista a Espanya (1870-1980)*, Barcelona, L'Avenç, 2011.

(49) Francesc Bonamusa i Gaspà, *Proletaris i camperols organitzats*, en *Història, Política Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 7, cit., p. 146.

y el cantonalismo, fue vapuleada por la crisis económica y por la falta de una ordenación legislativa básica.

Francisco Pi y Margall se puede considerar como el pensador político catalán más importante del siglo XIX. Intelectual de gran coherencia y honestidad personal, escritor empedernido, ingresó en el Partido demócrata español en 1849. Sus ideas esconden la génesis de los movimientos democráticos, anarquistas y federales. Su federalismo, expuesto en su obra *La reacción y la revolución* (1854), se inspira claramente en los principios mutualistas y utópicos de Pierre-Joseph Proudhon. Presidente de la 1ª República del 11 de junio al 18 de julio de 1873, era partidario del pacto sinalagmático y conmutativo, del escalonamiento de los pactos desde la comuna o municipio, a la provincia, al Estado, a la unión de Estado o nación, de abajo arriba por la libre voluntad de las partes contratantes. En todo caso la asociación libre era la base de la federación, por encima del principio de la nacionalidad, justificado tradicionalmente por la geografía, historia, costumbres o lengua. Las prerrogativas que le dio el poder en 1873 le sirvió para anunciar ambiciosos planes de reformas sociales, como la redistribución de las tierras, la regulación del trabajo de las mujeres y niños en las industrias, los jurados mixtos y el incremento de la carga impositiva a la propiedad territorial⁽⁵⁰⁾.

La libertad de prensa durante el sexenio revolucionario y las medidas administrativas y económicas impulsaron la prensa satírica. El semanario *La Flaca* (1869-76) fundado en Barcelona por Manuel Angelón, por su republicanismo federal y anticlerical, radicalmente antimonárquico, contribuyó a fijar un modelo de caricatura política, que tuvo continuidad en *La Campana de Gràcia* (1870-1934) y *L'Esquella de la Torraxta* (1872, 1874, 1879-1938). La prensa satírica fue un instrumento de transmisión de ideología muy importante y hábil, con la ventaja de insinuar hechos que en un texto claramente ideológico o en un artículo crítico no eran tolerados. Los lectores captaban las alusiones malévolas, las medias palabras, las ironías de doble sentido⁽⁵¹⁾.

La literatura romántica francesa, las obras de Víctor Hugo hasta el utópico Cabet, los folletines del francés Eugène Sue y el valenciano Aiguals de Izco (*María la hija de un jornalero*, 1845), llegaron hasta los menestrales

(50) José Antonio Piqueras, *El federalismo. La libertad protegida, la convivencia pactada*, Madrid, Cátedra, 2014, p. 313-314.

(51) Pere Anguera, *La modernització política...*, vol. 7, cit., p. 167.

más pobres de Barcelona. La lectura o audición en tertulias de barrio, de las novelas de folletín sirvieron para sensibilizar a amplios sectores de la población y ayudaron a la difusión de conceptos ideológicos y políticos. El acto de leer en voz alta es una actividad colectiva que se aprovecha para transmitir mensajes moralizadores y/o revolucionarios⁽⁵²⁾. La prensa fue fundamental en la divulgación de las ideologías revolucionarias o moderadas, tanto en el aspecto doctrinal como de interpretación de los acontecimientos del último cuarto del siglo XIX.

La restauración monárquica y la persistencia de las ideas revolucionarias

La restauración monárquica de 1874 significaba la liquidación de un sueño imposible, iniciado el 1868, el de la transformación de una España en un Estado moderno, respetuoso con todos los hitos definitorios de la democracia formal burguesa. Con el apoyo de la burguesía, la Iglesia y el ejército, los tres pilares del régimen, pudo garantizar la estabilidad política y social con un alto precio: la supresión del sufragio universal y la limitación del derecho a voto, que sólo podían ejercer los contribuyentes. No fue hasta los años ochenta cuando se consiguió el sufragio universal. El partido liberal conservador de Cánovas y el Constitucional liberal de Sagasta, se sucedieron en el poder durante 25 años. La pujanza económica de Barcelona en esta etapa provocó lo que se denomina los años de *la febre d'or* alrededor de la industria algodonera. Cataluña era conocida entonces como «la fábrica de España».

A pesar de todo, el interés por la cosa pública y por la política no menguó entonces. En este periodo, sectores católicos y cercanos al carlismo abrieron instituciones recreativo-culturales integristas para transmitir su ideología a los obreros. Todos reglamentaron la prohibición de hablar de religión y política, por imperativo legal y para evitar disputas virulentas entre los asociados. También prohibían los juegos de azar y con armas⁽⁵³⁾.

(52) Montserrat Comas i Güell, *Lectura i biblioteques populars a Catalunya (1793-1914)*, Barcelona, Curial, 2001, p. 31.

(53) Pere Anguera, *Els ateneus*, en *Història, Política Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 7, cit., p. 220; Jordi Canal, *El carlisme català dins l'Espanya de la Restauració. Un assaig de modernització política*, Vic, Eumo Editorial, 1998, p. 179-216.

Los ateneos en la sociedad catalana de la segunda mitad del siglo XIX tenían el objetivo de extender la cultura a las capas populares y alfabetizar a la población, pero también la creación de una conciencia cívica que los permitiera desarrollarse en la vida, analizar los problemas de la sociedad y equipararlos mínimamente con las clases dirigentes. En casi todas las localidades catalanas surgieron varios ateneos, en función de las divergencias de clase (menestralía / burguesía) o ideológica (progresistas / moderados). Sus protagonistas fueron las clases populares y las medias. Las clases altas asumieron el papel de mecenazgo o de paraguas protector contra las embestidas del poder político o de otros miembros de la clase dirigente. Los ateneos sirvieron al fin para vertebrar la sociedad inmediata y el camino de introducción de las nuevas ideas y toparon con los sectores conservadores. El escritor y crítico Josep Ixart los define en 1886 «como un club de la ciencia» donde el ciudadano después de haber conseguido los derechos políticos conseguía acercarse a los culturales, «contra la autoridad del maestro y contra la autoridad del académico»⁽⁵⁴⁾.

En 1880 se fundó el *Ateneu Mataronès de la Classe Obrera*, que potenció las actuaciones educativas. Y sobrevivieron otros como el *Centro de Lectura de Reus*, fundado el 1859, y el *Ateneo Igualadino de la Classe Obrera* (1863). El *Ateneo Catalán* y el *Centro Mercantil Barcelonés* se fusionaron el 1872 en el *Ateneo Barcelonés*.

Por otro lado, las actividades republicanas en este periodo se dirigieron a diversos ámbitos, no solamente relacionadas con la dinámica interna del partido y la política electoral, que provocó a menudo disensiones, como aparecen en la prensa de la época. Se trataba de conectar los dirigentes políticos con el «pueblo republicano» a través de los aniversarios y de las conmemoraciones de los «días republicanos». En las ciudades se emprendieron campañas para la renovación del nomenclátor de sus calles con sus héroes y la realización de monumentos en los cementerios. Los republicanos tenían necesidad y una verdadera obsesión por su visibilidad pública, y sobre todo organizaron con detención las recepciones masivas de sus líderes en pueblos y ciudades, la celebración de banquetes, brindis, serenatas, incluso pequeñas conferencias para los jóvenes. También fomentaron las subscripciones para dar apoyo y ayuda económica a viudas y huérfanos, o las campañas de denuncia y solidaridad con presos

(54) Citado por Pere Anguera, *Els ateneus*, en *Història, Política Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 7, cit., p. 211.

y represaliados en los años ochenta. Los federales presentaron diversas exposiciones a las Cortes a favor de las libertades (principalmente la de asociación y sufragio universal). Los centros, casinos, cafés y bailes sirvieron para ampliar su campo de acción, junto con el fomento del cooperativismo, mutualismo y moviendo sindical obrero. También trataron de vertebrar una cultura popular a través de la difusión de la literatura (obras de Zola, Pérez Galdós, entre otros autores)⁽⁵⁵⁾.

A diferencia de otros países de Europa, como Francia o Inglaterra, el feminismo catalán del XIX era muy débil. Las mujeres participaron en movilizaciones sociales en 1835 y en 1868. Pero las reivindicaciones sociales y políticas de las mujeres llegaron tarde. Las publicaciones periódicas dedicadas a estas son escasas: *La madre de familia* (1846), *El Hogar* (1871), *La Educación de la Mujer según los más ilustres moralistas e higienistas de ambos sexos* (1877), *La Ilustración de la Mujer* (1883) y *El sacerdocio de la Mujer* (1886).

En estas publicaciones muy diversas aparece la polémica sobre la capacidad psíquica e intelectual de las mujeres. Un tema común es la educación de las mujeres para cumplir el papel de esposas y madres, sin alterar el orden social establecido y perpetuar la división sexual del trabajo. En la década de los setenta se consolidó la prensa dirigida a las mujeres, basada en revistas de modas y trabajos manuales y en publicaciones específicas promovidas por la Iglesia. El objetivo es defender la figura de la mujer cristiana frente a las ideologías laicas y racionalistas.

El tono más feminista de la prensa aparece con *La Muger* (1882), dirigida por Teresa Coudray, y el *Album del Bello Sexo* (1882), que se proponía defender los derechos de las mujeres, única publicación que defendió el acceso de la mujer a la Universidad. Otra revista, *La Ilustración de la Mujer* es la única que defendió el sufragismo. En líneas generales, el feminismo en Cataluña en el siglo XIX no se puede vincular al movimiento de reforma social y de ampliación de los derechos sociales y políticos de las mujeres. Sus objetivos buscaban la promoción social de la mujer burguesa y la preocupación por la realidad social derivada del proceso de industrialización que avanzaba y que configuró tensiones sociales propias del primer capitalismo. Tuvo a la postre un cariz conservador, forjado alrededor de la Iglesia⁽⁵⁶⁾.

(55) Pere Gabriel Sirvent, *El catalanisme i la cultura federal...*, cit., p. 179-211.

(56) Montserrat Duch i Plana, *Els inicis del feminisme català*, en *Història, Política Societat i Cultura dels Països Catalans*, vol. 7, cit., p. 142-143.

Dentro del mundo obrero, la celebración del primero de mayo (acuerdo del Congreso Internacional de París de julio de 1889), se realizó en Cataluña con éxito al año siguiente. El anarquismo, ideología de tipo libertario contraria al planteamiento autoritario marxista, ganó muchos adeptos. La Federación de Trabajadores de la Región Española (1881), fundada en el Congreso Obrero de Barcelona a iniciativa de los anarcosindicalistas catalanes Josep Lluas y Pujals, Rafael Farga Pellicer y Antoni Pellicer, se disolvió en 1888 (año de Exposición Universal de Barcelona). Este año también se celebró en la ciudad el Primer Congreso Internacional Espiritista, movimiento laico, antiautoritario e igualitarista.

En el tiempo de la Restauración, como se ha indicado, los republicanos establecieron una simbología y ritualización específicas en las movilizaciones y prácticas sociales de sus grupos y militantes. Sus mártires fueron sacralizados (Xauradó, Coello, asesinado en 1851, Terrades, Barceló, líder obrero ejecutado después de la primera huelga general el 1855, y otros). También fijaron los días de conmemoraciones: 11 febrero de 1873 proclamación de la primera República; 14 julio de 1789 toma de la Bastilla en París, proclamada fiesta nacional por la Tercera República en Francia; 29 septiembre de 1869 triunfo de la «Gloriosa»; 18 marzo de 1871 insurrección de la Comuna de París; 11 noviembre de 1887 mártires de Chicago, etc. Los referentes europeos eran importantes: Tercera República Francesa que había proclamado el 1879-1880 la *Marsellesa* himno oficial y el 14 de julio fiesta nacional; el recuerdo de la República romana de 1848 y la lucha de Italia contra el poder temporal del Papa, que favoreció la glorificación de Garibaldi y Mazzini. La *Marsellesa* se convirtió en el himno republicano unitario, junto con otros himnos o piezas de Josep Anselm Clavé, el himno de Riego y el de Garibaldi y al final de los ochenta y noventa *Els segadors*. Celebraciones, brindis, banquetes, ocupación de la calle eran formas de expresar su identidad. Centros y casinos republicanos se consolidaron por todo Cataluña con el gobierno de Sagasta de 1881 (*Centre Democràtic Federalista de Barcelona*, centros de Vilanova i la Geltrú, Sant Martí de Provençales, Figueres, etc.)⁽⁵⁷⁾.

Como señala Pere Gabriel, el insurreccionismo y la idea de una democracia que implicaba una revolución fueron unos elementos que, codificados de alguna manera en las décadas centrales del siglo, se incorporaron e hicieron su camino a partir de los años ochenta, cuando

(57) Pere Gabriel Sirvent, *El catalanisme i la cultura federal...*, cit., p. 186-211.

las diversas familias republicanas se vieron obligadas a delimitar sus definiciones en torno al mundo obrero y la construcción de un estado liberal, democrático o simplemente progresista, alternativos al que estaban construyendo desde el poder los partidos políticos dinásticos⁽⁵⁸⁾.

La imagen de la Barcelona revolucionaria y radical de las barricadas, sobre la que las autoridades civiles y militares establecieron el estado de sitio casi permanente en los años treinta y cuarenta, y la de las bombas de los años noventa, trascendió a la prensa y a la opinión pública extranjera. La ciudad catalana acogió a los exiliados revolucionarios italianos en el Trienio liberal y a otros de diferentes nacionalidades tras la revolución de 1848 y de la Comuna de París y de otras localidades francesas (Marsella y Lyon) en 1871. Entre los *communards* destacan Charles Alerini, Camille Camet y Paul Brousse, que se integraron en la Federación Local de la FERE o la Alianza por la Democracia Socialista. El 1873 crearon un comité de propaganda revolucionaria socialista de la Francia meridional y el periódico *La solidarité Révolutionnaire*.

También acogió a anarquistas de círculos italianos, ginebrinos o franceses en las últimas décadas del siglo. La ciudad y su entorno ofrecía oportunidades de trabajo, redes de solidaridad integración en las luchas sociales por la fuerte conflictividad social existente. Ideal para acoger a personas que luchaban por la destrucción del sistema económico capitalista, los Estados y soñaban una sociedad igualitaria. De este modo la ciudad se convirtió en uno de los epicentros del anarquismo internacional⁽⁵⁹⁾.

Entre 1893 y el 1896 Barcelona sufrió un primer periodo de terrorismo, fruto de la acción directa anarquista. El atentado frustrado contra el general Martínez Campos, la bomba del Liceo y la bomba lanzada contra la procesión del Corpus en la calle de Cambios Nuevos crearon una espiral de represalias que acabaron con las torturas de los procesos de Montjuïc y la ejecución de cinco penas de muerte, seguidas del asesinato en Madrid del presidente del gobierno Cánovas de Castillo (1897), como venganza ácrata del italiano Michelle Angiolillo. Los atentados anarquistas no son un fenómeno exclusivo barcelonés, los encontramos también en Francia,

(58) Pere Gabriel Sirvent, *El catalanisme i la cultura federal...*, cit., p. 285.

(59) Francisco Fernández Gómez, «La Barcelona de los exiliados, antipatriotas, desertores, prófugos y solidarios. Internacionalismo y cosmopolitismo anarquista en el último tercio del siglo XIX», en Pere Gabriel, Jordi Pomés y Francisco Fernández Gómez, *España Res publica. Nacionalización española e identidades en conflicto (siglos XIX y XX)*, Granada, Comares Historia, 2013, p. 271-283.

estallido de una bomba contra la Asamblea Nacional francesa, el 1893, y el asesinato del presidente de la República francesa, Sadi Carnot, el 1894. Las bombas y la represión indiscriminada impidieron entonces la confluencia que apenas se había iniciado entre algunos intelectuales modernistas y catalanistas de izquierda y el anarquismo⁽⁶⁰⁾. Incluso el republicano Pere Coromines estuvo en peligro de ser condenado a la pena capital por el consejo de guerra del 1897, a causa de estos contactos⁽⁶¹⁾.

A modo de conclusión

Barcelona se convirtió a lo largo del siglo XIX en el centro neurálgico por el que se introdujeron las principales ideas revolucionarias en Cataluña y en España. Cataluña tenía una sociedad diferenciada, con respecto a otras regiones españolas, por su potencial económico e industrial, radicado en Barcelona, frente al centro político del Estado situado en Madrid. La sociedad catalana sufrió una transformación profunda con el proceso de la Revolución liberal y democrática, aunque la administración civil estuvo hipotecada en su funcionamiento por el predominio político del poder militar, la desvirtuación del papel de los gobernadores civiles y por la misma debilidad política y la total subordinación al poder central de las diputaciones y ayuntamientos⁽⁶²⁾. El predominio del poder militar sobre el civil lo denunció con fuerza Jaume Balmes, que en su opinión se había instaurado desde la muerte de Fernando VII⁽⁶³⁾.

La militarización del orden público y la persistencia de los estados de guerra y sitios continuos sirvieron al Estado para contrarrestar la agitación social y política en auge en las principales ciudades catalanas. Se trataba de frenar la emergencia de los sectores sociales radicalizados con ideologías democráticas e igualitaristas, que cuestionaban el «statu quo» establecido por el liberalismo respetable favorable a los propietarios y a

(60) Albert Balcells González (dir.), *Història de Catalunya*, Barcelona, L'Esfera dels Llibres, 2004, p. 665.

(61) Angel Duarte, *Pere Coromines: del republicanisme als cercles llibertaris (1888-1896)*, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1988, p. 115-141.

(62) Borja de Riquer i Permanyer, *Identitats contemporànies: Catalunya i Espanya*, Vic, Eumo Editorial, 2000, p. 93-94.

(63) *El pensamiento de la nación*, 18 marzo 1846.

la burguesía industrial. La movilización social por el sufragio universal, los derechos individuales y sociales, las libertades básicas, la abolición de los consumos y las quintas, fue una constante desde la década de los cuarenta hasta finales del siglo XIX.

Las ideas revolucionarias francesas en Cataluña impregnaron los movimientos liberales radicales, el socialismo utópico, el obrerismo, el republicanismo federal y el anarquismo. Entre los himnos, la *Marsellesa* se convirtió en el referente por antonomasia de la libertad del pueblo catalán contra la tiranía y la opresión. La versión de Josep Anselm Clavé de 1868 dice así:

I

*¡Al arma, al arma, fills del poble
Lo jorn de gloria ja ha arribat!
Pels tirans alsa xusma ignoble
Sos pendons enllotats de sanch.
Ohú, ohú com fer udola
Lo esbars famèlichs d'eixos llops
Lo poble apura l fel á glops
Y encés de rabia l cor tremola*

*¡Al arma, ciutadans!
¡Alsem lo somatent!
¡Lo airat jovent
Banye sas mans
En sanch de vils tirans;*

*¡Trosseje coratjós
Lo poble
Son jou ignominiós;*

II

*¡Fills de la terra catalana,
Avans morir que ser esclaus!
¡Sone ja l' alarmant campana!
¡Muyran ja ls opressors malvats;
De nou á indigne vassallatje
Vol enjunyirnos bando astut:*

*¡Malhaje l poble si un minut
Suporta estúpit tal untratje!*

*¡Al arma, ciutadans!
¡Alsem lo somatent!
¡Lo airat jovent
Banye sas mans
En sanch de vils tirans;
¡Al arma, al arma, fills del poble,
Lo jorn de gloria ja h´arribat ;*

III

*Rompam l´inercia que ´ns degrada!
Lo poble lliure es poble fort
¡Llibertat, llibertat aimada.
En ton foch se han templat ja ´ls cors!
Baix tos pendons cantar victoria
Podrém al fi de greus fatichs;
Y al expirar tos enemichs
Veurám ton triunfo y Nostra gloria!*

*¡Al arma, ciutadans!
¡Alsem lo somatent!
¡Lo airat jovent!*

....

*¡Avant lo poble denodat!
¡Lluitem peer Nostra llibertat!
¡Avant lo poble!
¡Lo jorn de gloria ja h´arribat!⁽⁶⁴⁾*

(64) Pere Gabriel Sirvent, *El catalanisme i la cultura federal...*, cit., p. 277-278.

**CIÊNCIA E CULTURA, COLEÇÕES E MUSEUS: OLHARES SOBRE
UM «PORTUGAL E A CULTURA EUROPEIA», NO SÉCULO XX...
SCIENCE AND CULTURE, COLLECTIONS AND MUSEUMS: A
NEW PERSPECTIVE ON «PORTUGAL AND THE EUROPEAN
CULTURE», IN THE 20TH CENTURY...**

MARIA DE FÁTIMA NUNES
mfn@uevora.pt
Universidade de Évora/IHC-CEHFCi_U.E

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2016
Texto aprovado em / Text approved on: 2/9/2016

Resumo:

Sob o signo de «Portugal e a cultura europeia», no século XX, faz-se uma incursão pela história da cultura científica que agrega Congressos científicos, Museus de História Natural e Coleções como cultura material. Artur Ricardo Jorge (1886-1972), naturalista e diretor do Museu Bocage em Lisboa, assume neste estudo o papel de protagonista para seguir o debate sobre o papel dos Museus de História Natural na política científica, na investigação e na educação científica. Um estudo de caso que permite confirmar uma agenda de história das práticas científicas e culturais sobre a participação de Portugal nas redes internacionais de troca de conhecimentos e de circulação científica, neste caso de Naturalistas / Zoologia, no período do Estado Novo.

Palavras-chave:

Cultura Científica Contemporânea, História da Ciência, Congressos, Artur Ricardo Jorge, Estado Novo.

Abstract:

Under the label «Portugal and the European culture» in the 20th century, it carried out an essay into the history of scientific culture played as scientific Congress, Natural History Museums and Collections. Artur Jorge Ricardo (1886-1972), naturalist and director of the Lisbon Bocage Museum assumes in this study the role of the leading actor to follow the Portuguese debate on Natural History Museum's role into science policy, into the laboratory research and its relationship with scientific education. A case study that confirms the research agenda of the history of scientific and cultural practices on the Portuguese participation in international networks for the exchange and circulation of knowledge, in this case Naturalists / Zoology, during the period of the Estado Novo (New State).

Keywords:

Contemporary Scientific Culture, History of Science, Congress, Artur Ricardo Jorge, New State.

Reler o texto matricial de Silva Dias, «Portugal e a Cultura Europeia» publicado nos anos cinquenta do século XX, na revista *Biblos*⁽¹⁾, convoca-nos para um desafio sobre olhares culturais onde cabem «espíões, mareantes e homens de negócios» acompanhados de «turistas e letrados». Estudava-se a época do «zénite dos Descobrimentos», Silva Dias procurava abrir caminhos de investigação para o pensar e investigar os meandros da história da cultura em Portugal, tendo como horizontes territórios mentais e culturais que se situavam para «além da cordilheira dos Pirenéus».

No início da década de oitenta do século XX tivemos o privilégio, de ter sido discípula do Professor Silva Dias, em Lisboa, na urbe de um Tejo imenso que sempre o encantava, facto que nos legou um escol historiográfico de vários matizes. O mais importante foi o seu grau de exigência e a sua capacidade de nos colocar a rodar em outros caminhos, em outros domínios da vasta oficina de fazer história. Silva Dias abriu-nos o espírito, e o ânimo, para traços da contemporaneidade da história da cultura em Portugal – sempre em contexto internacional – que nos fizeram descobrir elos de travejamento cultural e mental entre história & ciência para chegar ao entendimento público de políticas científicas, de inovações culturais, de reformas e utopias que se compaginavam em

(1) José Sebastião da Silva Dias, «Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII)», *Biblos*, 28 (1952), p. 20-498.

textos, em memórias de instituições, em atores com perfis polifacetados, no âmbito de prática de investigação decorrente de uma unidade do I.N.I.C – Centro de História da Cultura – FCSH-UNL⁽²⁾.

Lembrar as conversas abertas e densas de Silva Dias é recordar os textos de Rómulo de Carvalho sobre história do Gabinete de Física do Real Colégio dos Nobres, ou a síntese sobre a História Natural. Foi pela sua mão (por vezes invisível) que nos encontramos com Fernando Bragança Gil, quando diretor do Museu de Ciência, na Rua da Escola Politécnica de Lisboa⁽³⁾. Pouco a pouco fui assumindo a história da cultura como também uma história da cultura científica de Portugal na Europa, no contexto internacional em que o retângulo peninsular se procurava inserir na modernidade da Revolução Newtoniana⁽⁴⁾.

Em novos contextos, os do final de século XIX e do século XX, voltou a fazer sentido pensar, em «espíões, turistas, letrados» que agora tinham a configuração profissional de cientistas, de membros de instituições científicas – Universidades, Escolas Politécnicas, Associações, Sociedades Científicas – que viajavam pela Europa e pelo Mundo, atores protagonistas da circulação de conhecimento, responsáveis pelas trocas de ideias e de uma cultura material que passou a fazer parte da cultura científica e letrada. Assim, Museus científicos, coleções, congressos, atores, instituições científicas, viagens e divulgação do conhecimento passaram a integrar uma agenda de investigação que partilhamos e que tem o toque mágico e multiplicador do saber vivencialmente apreendido com o Professor Silva Dias.

Pretende-se neste texto efetuar a exegese de «viagem científica» a propósito da prática científica e académica do naturalista Artur Ricardo Jorge (1886-1972)⁽⁵⁾. Inserindo esta proposta de análise na história de

(2) Hoje, com o distanciamento temporal, consideramos que ter feito tese de Mestrado sobre um liberal cientista e político, (Marino Miguel Franzini, nos anos oitenta do século XX completamente desvalorizado) deixou marcas profundas na forma como ao longo da vida gerei agendas de investigação e procurei deixar marcas nos meus estudantes de mestrado, de doutoramento e de pós-doc. Cf. Maria de Fátima Nunes, *O Liberalismo português: ideários e ciências - O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, Ed. I.N.I.C. (1), Centro de História da Cultura, 1986.

(3) Este espaço da Rua da Escola Politécnica de Lisboa – situada na Colina da Ciência da capital – está inserido no complexo científico e Museológico da Universidade de Lisboa: Museu Nacional de História Natural e da Ciência da U. Lisboa (MUHNAC-UL).

(4) Cf. Fernando Clara e Cláudia Ninhos, (eds.) *A Angústia da Influência. Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945*, Frankfurt and Main, E. Peter Lang, 2014.

(5) Carlos Almaça, «Artur Ricardo Jorge (1886-1872): reorganização científica e pedagógica do Museu Bocage», in Ana Simões (coord.), *Memórias de professores cientistas*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001, p. 27-33.

práticas científicas e culturais em Portugal no período entre guerras do século XX, em olhar de europeização e de internacionalização⁽⁶⁾, usando como veículo de análise as dinâmicas científicas e culturais decorrentes da capacidade de atrair e dinamizar Congressos científicos em território nacional, a par das missões de estudo levadas ao exterior para observar a modernidade da Europa e da América no que diz respeito ao papel dos Museus de História Natural e das suas coleções científicas. É nesta teia que a figura de Ricardo Jorge nos serve de suporte de investigação e de fio condutor, num triângulo de práticas internacionais que tiveram como epicentro de observação, e de debate de política científica nacional, o XII Congresso Internacional do IX Zoologia (1935)⁽⁷⁾, realizado em Lisboa na Faculdade de Ciências de Lisboa; o relatório sobre Museus de História Natural apresentado ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais (1941)⁽⁸⁾; a Oração de Sapiência da abertura solene do ano letivo da Universidade Clássica de Lisboa, em 1952⁽⁹⁾, publicada em 1953, exatamente o ano em que Silva Dias fez publicar o seu estudo de «Portugal e a cultura europeia» na *Biblos*, em Coimbra.

Textos que inserem um conjunto de reflexões teóricas e de prática de investigação de história da ciência, em contexto de ciências sociais e humanas. Destaquemos em primeiro lugar, a importância de seguir a pegada científica e cultural de Congressos científicos internacionais, mecanismo que permite entender circuitos de comunicação e de navegação de uma comunidade profissional que se desloca periodicamente em formato de parlamentos científicos ambulantes, a par, por vezes, das Exposições Universais ou mesmo a ritualização de Jogos

(6) Cf. Quintino Lopes, *A Junta de Educação Nacional (1929/36): traços de europeização na investigação científica em Portugal*, Tese de Doutoramento História e Filosofia da Ciência, Universidade de Évora, 2016 (orientadora Maria de Fátima Nunes).

(7) *XII Congrès International de Zoologie tenu à Lisbonne du 15 au 21 Septembre 1935. Comptes Rendus publiés sous la direction du Président du congrès, Prof. Arthur Ricardo Jorge*, 3 vols., Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1936.

(8) Arthur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural. Relatório apresentado ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais na sua VI Sessão Plenária, em 11 de Junho de 1941*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1943.

(9) Artur Ricardo Jorge, *A dupla missão - científica e cultural - dos Museus de História Natural, à luz da Biologia e da Museologia modernas. Oração de Sapiência, proferida na abertura solene da Universidade Clássica de Lisboa, em 16 de Outubro de 1953*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1953.

Olímpicos⁽¹⁰⁾. Sinais claros da modernidade e de contemporaneidade do nosso tempo global, mas que foram pouco a pouco emergindo de um século XIX cultural, nacionalista vs. internacionalista, de crença no cientismo e na afirmação profissional da ciência e dos seus praticantes⁽¹¹⁾. Os Congressos internacionais foram – são ainda – montras interculturais desse movimento científico e de alterações de paradigmas qualitativos das ciências, nomeadamente o papel que as coleções científicas podem ter em novos agendamentos de história da cultura material científica⁽¹²⁾. Lembramos que trabalhar o internacionalismo científico, os Congressos, as redes políticas e científicas nos séculos XIX ao XXI, permite enquadrar a vertente internacional de Portugal, na dimensão histórica dos séculos XIX e XX. Relembra-se a internacionalização e as sociabilidades científicas de vários saberes; o mapeamento das áreas e dos países com os quais Portugal se relacionou cientificamente; fator de progresso e de renovação das cidades; as conferências internacionais e nacionais nos quais Portugal se projeta para a Europa, englobando territórios de África. Por fim, entender a importância estratégica do Atlântico como placa de circulação e de trocas de conhecimentos⁽¹³⁾ e da ação de diferentes atores do conhecimento: os protagonistas⁽¹⁴⁾, mas também, os invisíveis⁽¹⁵⁾.

(10) Cf. Maria de Fátima Nunes, «Congressos internacionais: práticas científicas e culturais», in I. Malaquias, A. Andrade, V. Bonifácio e H. Malonek (eds.), *Perspectivas sobre Construir Ciência – Construir o Mundo*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2015, p. 11-17.

(11) Catarina Madruga, «O Museu Nacional de Lisboa como Centro e como Periferia», in Alice Santiago Faria, Pedro M. P. Raposo (eds.), *Mobilidade e circulação: perspectivas em História da Ciência e da Tecnologia*, Lisboa, CIUHCT/CHAM, p. 35-41; Catarina Madruga, *José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907). A construção de uma Persona Científica*, Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências, Lisboa, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2013.

(12) Cf. Maria Margaret Lopes e Magali Romero Sá, «A Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory», *Museum History Journal*, 9, n° 1, (January 2016), p. 77-92.

(13) Magali Romero Sá e André Filipe Cândido da Silva, «Citizens of the Their Reich in the Tropics: German Scientific Expeditions to Brazil under the Vargas Regime, 1933-40», in Fernando Clara e Claudia Ninhos (eds.), *Nazi German and Southern Europe, 1933-45. Science, Culture and Politics*, London, Palgrave, 2016, p. 231-255.

(14) Irina Podgorny and Maria Margaret Lopes, «Filling in the Picture: Nineteenth-Century Museums in Spanish and Portuguese America», *Museum History Journal*, 9, n° 1, (January 2016), p. 3-12.

(15) Para a temática de atores invisíveis, museus e coleções ver recente dossier de Maria Margaret Lopes (coord.), «Gender, Collecting Practices, Museums», *HoST - Journal of History of Science and Technology*, Volume 10, Issue 1 (Jun 2016) [journal on line: <http://www.degruyter.com/view/j/host.2016.10.issue-1/issue-files/host.2016.10.issue-1.xml?rskey=0FKkUN&result=2>

Em síntese, almejamos indicar o esteio de uma nova geração de investigadores que tem alimentado com estudos de timbre internacional esta agenda que temos vindo a construir. Graças a teses de Mestrado e de Doutoramento recentes que o nosso foco em Artur Ricardo Jorge se tornou mais iluminado, mais permeável a interpretações que procuram ir ao encontro de «espaços e temas de afetividade científica» pessoal que se cruzam no quotidiano do fazer história da cultura científica. Neste *zoom* de abordagem uma nota especial para as teses de Ana Rita Saldanha⁽¹⁶⁾ e de Luís Ceríaco⁽¹⁷⁾, ambos deram um contributo inestimável para nos situarmos no contexto de Museu de História Natural e Artur Ricardo Jorge / cultura científica / cultura europeia de século XX.

1. Artur Ricardo Jorge – a consagração científica de 1935

Artur Ricardo Jorge (1886-1974) filho do médico higienista Ricardo Jorge (1858-1939), formou-se em Medicina na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa (1904-1909), tendo frequentado posteriormente o curso de Botânica do Prof. Chodat na Universidade de Genève; a partir de 1927 apresenta na sua afiliação científica e profissional as seguintes designações: Diretor do Museu Bocage, Professor e Naturalista, cargos que manteve até à sua jubilação em 1956. No arquivo histórico do seu local de trabalho – o Museu Bocage – encontra-se o seguinte depoimento: «Inteligente e empreendedor, o Prof. Doutor Artur Ricardo Jorge, empenhou desde o início da sua direcção do Museu Bocage, todos os esforços para a renovação do Museu, superando dificuldades, algumas de ordem financeira, até que conseguiu com a sua perseverança e energia, que o Museu reabrisse em 1952...»⁽¹⁸⁾.

(16) Ana Rita Saldanha, *Práticas, redes e produções científicas dos naturalistas do Museu Bocage na Europa entre guerras (1914-1945). O património documental do Arquivo MUHNAC_UL*, Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, Ramo Património Científico, Tecnológico e Industrial, Relatório de Estágio, Universidade de Évora, 2014 (orientadores: Maria de Fátima Nunes e José Pedro Sousa Dias)

(17) Luís Ceríaco, *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Especialidade Museologia, Universidade de Évora, 2014 (orientadores João Brigola e Paulo Oliveira).

(18) AHMUL-MUHNAC Correspondência. Espólio Artur Ricardo Jorge, cx. 001.04. Cf. para mais detalhes Ana Rita Saldanha, *Práticas, redes...*, cit., p. 27-29

Em 1935 realizou-se em Lisboa o XII Congresso Internacional de Zoologia, ao qual acorreram trezentos e seis participantes/ comunicantes vindos da Europa, da Ásia (especial destaque para o Japão), da América (Norte e Sul), das colónias africanas para além dos representantes das instituições científicas de todo o mundo que acorreram à semana do Congresso Internacional de Zoologia de Lisboa. Evento que mobilizou as altas esferas do Estado português que reproduziu a ritualização do poder de ciência – poder político – projeção ideológica e formas de diplomacia cultural. Relembremos que desde o século XIX a Europa e o Novo Mundo participavam nestas encenações ritualizadas. Portugal inseria-se no caldo científico-cultural-diplomático do contexto internacional⁽¹⁹⁾. Observemos, agora, com algum detalhe para a lista do Comité do Congresso⁽²⁰⁾. À cabeça encontrava-se o Presidente da República (Óscar Carmona) imediatamente seguido pelo Presidente do Conselho (António de Oliveira Salazar). Por sua vez Salazar encabeça a Comissão de Honra onde se encontravam os ministros cujas pastas se cruzavam temática ou politicamente com o tema do Congresso. Assim, nesta Comissão figuravam o Ministro da Instrução Pública (Eusébio Tamagnini), o Ministro da Marinha (Aníbal Mesquita Monteiro), o Ministro dos Negócios Estrangeiro (Armindo Rodrigues Monteiro), o Ministro das Colónias (José Silvestre Ferreira Bessa), o Ministro da Agricultura (Rafael da Silva Neves Duque).

No quadro do poder académico e científico encontramos o Diretor Geral do Ensino Superior (João Pereira Dias), o Diretor Geral do Ensino Técnico (Francisco Nobre Guedes), o Presidente da Junta de Educação Nacional (Celestino da Costa), assim como o Presidente da Academia

(19) Maria de Fátima Nunes, «Cientistas em acção: congressos, práticas culturais e científicas (1910-1940)», in Vitor Neto (ed.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Ed. U. Coimbra, 2012, p. 291-312.

(20) Seguindo as páginas informativas do *Comptes Rendus* a este comité de personalidades de Estado português somavam-se outros comités. Sob o alto Patrocínio do Presidente da República abria-se um leque de variados comités funcionais que tinham que assegurar toda a parte logística e organizativa do Congresso. O Comité de Organização Português – presidido por Artur Ricardo Jorge – contava com doze vice-Presidentes, dezassete Secretários e um Tesoureiro. Membros da Comissão Organizadora eram trinta e sete – entre os quais Ricardo Jorge, pai do Presidente do Congresso; a logística organizativa desdobrava-se ainda pela existência de Comité Executivo, Comité de Damas, Comité de Auxílio todos eles contando com quinze – dezoito elementos. Paralelamente encontravam-se os Comités Científicos com diferentes Presidente, Vice-Presidentes e Membros nas diferentes secções temáticas onde encontramos os zoólogos internacionais que se descolaram a Lisboa, parte da rede internacional de Zoologia que se vinha tecendo desde Paris, em 1889.

das Ciências de Lisboa (Júlio Dantas), o Reitor da Universidade de Lisboa (José Caeiro da Mata), o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (João Alberto de Azevedo Neves), o Reitor da Universidade de Coimbra (João Duarte de Oliveira) e o Reitor da Universidade do Porto (José Pereira Salgado). Por fim, como anfitrião da cidade que acolhia os congressistas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Daniel Rodrigues de Sousa)⁽²¹⁾.

A síntese publicada, em duzentas e vinte e duas páginas, em língua francesa, com excertos das sessões de abertura e de encerramento em alemão e inglês, sob organização direta de Artur Ricardo Jorge, permitenos ter uma visão sobre a complexidade científica, a sociabilidade cultural e a representação do Estado português face à comunidade de naturalistas em Portugal que discutiram Zoologia, durante uma semana. O modelo organizativo decerto obedeceu à longa genealogia de Congressos Internacionais de Zoologia, cuja origem remonta ao ano do primeiro centenário da Revolução Francesa, no espaço da Exposição Universal de Paris de 1889. Diríamos que até chegar a Lisboa a comunidade científica de História Natural – Zoologia percorreu um longo périplo geográfico. Vejamos a sequência cronológica dos «Congrès Internationaux de Zoologie»⁽²²⁾.

Congrès International de Zoologie	Data	Cidade	President
I Congrès International de Zoologie	1889	Paris	A. Mille Edwards
II Congrès International de Zoologie	1892	Moscovo	P. Kapinist
III Congrès International de Zoologie	1895	Leyde	F. A. Jentink
IV Congrès International de Zoologie	1898	Cambrige	J. Lubbock
V Congrès International de Zoologie	1901	Berlim	K. Mobius

(21) Cf. *XII Congrès International de Zoologie, tenu à Lisbonne du 15 au 21 de Septembre 1935, compte rendu publié sous la direction du Président du Congrès Prof. Arthur Ricardo Jorge. Extrait des comptes rendus du XII congrès international de Zoologie – Lisbonne 1935*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1936, p. 10-12.

(22) Anotemos que para a «glorificação científica» de Ricardo Jorge contribuiu, talvez, o facto de em 1935 todos os presidentes dos Congressos anteriores já terem perecido, registe-se o recente desaparecimento de Paolo Enriques em 1932. [1878-1932].

VI Congrès International de Zoologie	1904	Berna	T. Studer
VII Congrès International de Zoologie	1907	Boston	A. Agassiz
VIII Congrès International de Zoologie	1910	Graz	L. Graff
IX Congrès International de Zoologie	1913	Mónaco	Prince Albert I
	Interregno provocado pelos efeitos da Grande Guerra		
X Congrès International de Zoologie	1927	Budapeste	G. Horváth
XI Congrès International de Zoologie	1930	Pádua	P. Enriques
XII Congrès International de Zoologie	1935	Lisboa	Artur Ricardo Jorge

Quadro 1 – Sequência cronológica dos Congressos Internacionais de Zoologia, elaborado a partir das informações contidas no *Compte Rendu* do XII Congresso Internacional de Zoologia.

Seguindo a investigação no Arquivo do MUHNAC-UL temos dados que nos permitem entender o facto de Artur Ricardo Jorge ter atingido a sua consagração de capital científico de naturalista-zoólogo, no plano internacional. Na narrativa da memória do Arquivo que contempla o Congresso de 1935 podemos resgatar sinais claros dessa consagração.

Em Pádua, no contexto do XI Congresso Internacional de Zoologia, em 1930, Artur Ricardo Jorge aceitou o convite para estar presente entre 4 e 10 de setembro na cidade italiana, onde foi recebido pelo zoólogo italiano, Paolo Enriques (1878-1932) que presidia ao Congresso. Um pouco antes do seu encerramento, em assembleia geral de Zoólogos internacionais foi unanimemente votado que o XII congresso se iria realizar em Lisboa. Motivos? Vários, para além da presença de Ricardo Jorge como garantia científica e de representante de uma possível mostra de diplomacia cultural⁽²³⁾, manifesta-se que Lisboa era a capital «dum país menos conhecido, situado num dos extremos da Europa, com um excelente

(23) Cf. Cláudia Ninhos, *Para que marte não afugente as Musas. A Política cultural alemã em Portugal e o intercâmbio académico (1933-1945)*, Tese de Doutoramento História – especialidade História Contemporânea, F.C.S.H. - U.N.L., 2016 (orientação de Fernando Rosas e Fernando Claro).

museu onde se sabia existirem valiosas coleções das colónias africanas e exemplares únicos, que só poderiam ser vistos num congresso [...]»⁽²⁴⁾.

Esta unanimidade de pontos de vista determinou uma troca de correspondência telegráfica entre o delegado português, Artur Ricardo Jorge, e o governo português, intermediado pelo ministro da Instrução Eusébio Tamagnini, que desde a primeira hora, evidenciou uma grande boa vontade política. Porém, as confirmações oficiais, mesmo por telegrama, demoravam a chegar a Pádua. E o Congresso tinha que fazer a sua sessão de encerramento. Registe-se, pois, a memória dos documentos:

E – caso único na história dos congressos – os trabalhos terminaram, tendo sido dados plenos poderes ao «comité» internacional permanente [...] para resolver a favor de Lisboa, caso recebesse o convite oficialmente feito pelo Governo português, com prejuízo de qualquer outro convite de outro Governo. A autorização não se fez esperar, e dias depois chegava às mãos do sr. prof. Artur Ricardo Jorge, que, ainda em Roma, a participou ao presidente do «comité» internacional. Ainda uma outra concessão da assembleia geral do Congresso de Pádua: a próxima reunião devia ser em 1933; a pedido do delegado português para a hipótese de vir a ser em Lisboa, resolveu-se que houvesse, então, um intervalo de cinco anos, para resolver dificuldades económicas. Por todos estes motivos, deve, pois, o nosso País sentir-se orgulhoso da escolha e honrado com a vinda a Portugal dos mais importantes cientistas mundiais⁽²⁵⁾.

De facto, 1935, foi um ano seguramente importante para Ricardo Jorge que surge como figura internacional de destaque num contexto marcado pelo caráter de excecionalidade do ano 1934⁽²⁶⁾: a proximidade dos X Anos de Revolução Nacional (1936); e ainda o espírito de comemoração de memórias de «afectos científicos» com a necessária construção de uma identidade⁽²⁷⁾, pela via da organização, já em marcha, do Centenário da

(24) AHMUL-MUHNAC.XII Congresso Internacional de Zoologia. Fundo Museu Bocage, cx. G, fl. 001 e 002

(25) AHMUL-MUHNAC.XII Congresso Internacional de Zoologia. Fundo Museu Bocage, cx. G, fl. 001 e 002. Cf. Ana Rita Saldanha, *Práticas, redes...*, cit., p. 38-40.

(26) Para o ano de 1934, o ano de laboratório de congressos e práticas científicas e culturais ver breve síntese em Maria de Fátima Nunes e Sandra Abelha, "Congressos, Ciência e Colónias – Portugal: 1920 – 1940", *Revista CEPHIS*, 4 (Set. 2014), p. 246-253.

(27) Usamos a expressão de «afectos científicos» no esteio motivador e incentivador pós a leitura de Fernando Catroga, *A Geografia dos Afectos Pátrios. As reformas político-administrativas (Sécs. XIX-XX)*, Edições Almedina, 2013.

criação da Escola Politécnica de Lisboa, 1837-1937. Formas de construir identidades científicas nacionais com projeção internacional...

Voltemos ao Congresso de 1935, e olhemos por breves instantes, para o programa de turismo cultural e científico, cuidadosamente preparado para todos os congressistas internacionais, nacionais, comité de acompanhantes, com cobertura jornalística nacional e internacional assegurada. A sessão de abertura, com honras de Estado, teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, evento social preparatório de um conjunto de saídas de «final de sessão de trabalhos», com a tipologia de excursões culturais, como uma viagem de barco pelo rio Tejo, a visita ao Convento e Biblioteca de Mafra, ao Castelo de Palmela, ao Mosteiro dos Jerónimos, ao Sanatório de Outão, ao Parque de Monserrate em Sintra, ao Palácio da Pena, ao Museu dos Coches, ao Mosteiro de Alcobaça e ao da Batalha, à Universidade de Coimbra, ao Mosteiro da Serra do Pilar, para além dos *Garden Parties* nos jardins do Ministério de Instrução Pública, no Campo de Sant'Ana, em Lisboa. No que tange à categoria de visitas científicas de História Natural / Coleções Zoológicas Ricardo Jorge regista que «Bien que le Musée Bocage soit fermé, à notre grande regret, par suite de grands travaux de réfection, quelques spécialistes ont pu observer certains matériaux qui les intéressent»⁽²⁸⁾. Porém, o maestro organizador soube criar outras alternativas para os congressistas: o Instituto Zoológico, o Aquário Vasco da Gama, o Museu dos Serviços Geológicos, o Jardim Botânico, o Jardim Zoológico, um programa de intenso turismo científico e cultural por Lisboa⁽²⁹⁾.

2. 1941 - Política para um Museu de História Natural...

Por ocasião da realização do I Congresso Nacional de História Natural – com Celestino da Costa⁽³⁰⁾ a presidir – Ricardo Jorge tira

(28) Cf. *XII Congrès [...] Extrait des Comptes Rendus [...]*, p. 181. Para um diário síntese da semana do congresso, com textos em francês em inglês e em alemão veja-se p. 120-221

(29) Para mais detalhe cf. Ana Rita Saldanha, *Práticas, redes...*, cit., em especial p. 36-42 e 61-71, páginas que nos introduzem no tema das caricaturas do Congresso, encomendadas por Artur Ricardo Jorge a caricaturistas: Professor Ressano Garcia, Quim e Teixeira Cabral. Muitas das caricaturas dos congressistas internacionais formas publicadas na imprensa da época, nacional e internacional; os originais encontram-se no AHMUL-MUHNAC: XII Congresso Internacional de Zoologia. Fundo Museu Bocage.

(30) Para a figura de Celestino da Costa, personalidade fulcral para um entendimento de políticas científicas em Portugal na década de trinta do século XX cf. A.J.S. Fitas *et al.*

partido de ser conferencista de abertura para publicamente fazer valer os seus créditos de conhecedor internacional do papel que os Museus de História Natural devem ter nas sociedades cultas, desenvolvidas e científicas. É pois na dinâmica de um Congresso Nacional, em 1941⁽³¹⁾, com modelo de funcionamento internacional que o Diretor do Museu Bocage apresenta um relatório intitulado *Museus de História Natural*, um manifesto em torno da necessidade de Portugal ter um Museu Nacional de História Natural ligado às Universidades assente num tripé de prática museográfica: ensino – investigação – divulgação cultural científica⁽³²⁾.

Seguindo a linha do discurso, primeiro oralizado, depois dotado com a retórica da escrita, deparamos com uma síntese que Artur Ricardo Jorge se encarrega de construir como narrativa científica para fazer prevalecer os seus pontos de vista acerca da importância estratégica para a investigação, para o ensino e para a polis urbana; para diálogos entre arte e ciência dos Museus de História Natural pelo mundo – Europa e Novo Mundo: América do Sul e do Norte. Os Museus de História Natural são apresentados como espaços de prática científica onde se procede à «ordenação das coleções científicas» e a partir daí servirem de Centros de vulgarização científica, de forma a explicar e a tornar as coleções públicas e úteis⁽³³⁾. O argumentativo é de timbre internacional, uma retórica de internacionalizar as coleções existentes em Portugal, nomeadamente no Museu Bocage e dar-lhes

(coord.), *A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica em Portugal no Período entre Guerras*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio/CEHFCi, 2013; A.J.S. Fitas, et al. (coord.), *A Actividade da Junta de Educação Nacional*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio/CEHFCi, 2012; M. F. Rollo, M. I. Queiroz, T. Brandão, e A. Salgueiro, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX*, Ed. Instituto Camões e Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2012; M. F. Rollo, M. I. Queiroz e T. Brandão, «Pensar e mandar fazer ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo», *Ler História*, 61, (2011), p. 105-145.

(31) Cf. M. Margaret Lopes and M. Fátima Nunes, «Cruzando fronteiras: a construção de uma tradição para o I Congresso Nacional de Ciências Naturais, Lisboa, 1941», in A. Fitas et al. (coord.), *A Atividade da Junta...*, cit., p. 115-131. E ainda Maria Margaret Lopes, «Cooperação científica na América Latina no final do século XIX: Os intercâmbios dos museus de ciências naturais», *Interiência*, 25, n° 5 (2000), p. 228-233.

(32) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural, Relatório apresentado ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais na sua VI Sessão Plenária, em 11 de Junho de 1941*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1943.

(33) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 6.

outro fôlego e outro dinamismo, em ligação de rede de conhecimentos com a comunidade científica internacional. Paradoxalmente, ou não (?), Portugal tinha acabado de comemorar o duplo centenário de 1940⁽³⁴⁾ mas também nestes centenários nacionais a história da atividade científica em Portugal, como um ponto de ligação estreita entre Portugal e a cultura científica europeia a partir do século XVIII, tinha estado presente, no VIII Congresso do Mundo Português que teve lugar na Universidade de Coimbra, sob a égide de Joaquim de Carvalho⁽³⁵⁾.

Em alocação de I Congresso Nacional das Ciências Naturais Artur Ricardo Jorge evidência o papel concreto dos Museus da Europa e da América, quer pelo conhecimento de leitura, quer mesmo por conhecimento real e de prática científica. A narrativa que consagra aos Museus americanos é sedutora e fascinante na forma como está escrita, o que nos transporta para um plano de realidade vivida:

Finalmente, não considerando como bastantes as visitas livres ou guiadas e prelecionadas, as palestras públicas, as sessões cinematográficas, e os passeios dirigidos, e entendendo que deve ir mais longe ainda a sua acção educativa, certos Museus Norte-americanos – cite-se por exemplo como modelar o Museu Field ou Museu de História Natural de Chicago –, criaram para os Museus de História Natural, além do «Museu Científico» e do «Museu Público», um terceiro Museu – o «Museu Ambulante» (*Travelling Museum*), constituído por coleções dos mais variados assuntos das Ciências Naturais puras e aplicadas, expostas à maneira de grupos biológicos (ou de pequenos dioramas, pois nem os efeitos da perspectiva são esquecidos), que passam de escola em escola, no Museu Field de Chicago, elevava-se, já há anos, acima de um milhar⁽³⁶⁾.

Um olhar sobre a realidade exterior a Portugal. Um olhar entusiasmado, afetivo e vivido sobre Museu de História Natural da América e da Europa para se centrar no *focus* de Portugal. Duas estratégias distintas, defender em tempo e em espaço de Congresso Científico, na Faculdade de Ciências

(34) Cf. D. Corkill and A. J. C. Pina, «Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The 'Mundo Português', Exposition of 1940», *Journal of Contemporary History*, 44, (3) (2009), p. 381-399.

(35) Quintino Lopes, *Portugal - 1940. A internacionalização dos cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, Tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora, 2010 (orientadora Maria de Fátima Nunes)

(36) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 21.

da Universidade de Lisboa, situada na época na Rua da Escola Politécnica, paredes meias com o complexo científico do Museu Bocage e do Jardim Botânico. Um dos eixos é claramente o objetivo da circulação e de trocas entre coleções, com memória histórica, entre as coleções de Portugal dos Museus de História Natural, as do Brasil e as da Argentina. Outro eixo, a crítica frontal ao facto de Portugal ter coleções no Porto, em Coimbra e em Lisboa – nas diferentes instituições universitárias, e não ter um Museu de História Natural Nacional de dimensão e de bitola internacional. Ríspido, afirma: – «Lisboa é mesmo a única Capital da Europa que o não [Museu de História Natural], instalado em edifício próprio e apropriado, com as suas diversas secções reunidas sob o mesmo tecto e sob uma direcção superior comum, de que não faltam, lá por fora, modalidade à escolha»⁽³⁷⁾.

Em nosso entender o grande objetivo é abordar a questão das coleções coloniais e a temática colonial relacionada com um Museu de História Natural. Uma ideia bizarra: criar, na última hora, e certamente mercê do ambiente das comemorações de 1940 um «Museu Colonial de História Natural», evidenciando que Portugal fica à margem das outras «grandes Potencias Coloniais do Mundo», prossegue na sua alocação cáustica⁽³⁸⁾. O Museu de História Natural pretende ser o elo de ligação científica, política, natural, administrativa e real entre os territórios da Metrópole e os das Colónias, com coleções que devem ser organizadas e estudadas, divulgadas, difundidas, «viajadas» de acordo com a internacionalização de taxinomias que caracterizam as Ciências Naturais não compartimentadas em secções de uma Junta de Investigação Colonial (1936) ou de uma (futura) Junta de Investigação do Ultramar (1952) e posteriormente Junta de Investigação Científica do Ultramar e partir de 1981 Instituto de Investigação Científica Tropical⁽³⁹⁾.

Artur Ricardo Jorge mostra-se pois contrário à fragmentação de Museus de História Natural por Museus temáticos de Colónias. Um disparate quando se compara com os demais países que têm poderosos impérios coloniais – França, Bélgica, Inglaterra, Holanda ... todos com Museus de História Natural em edifício próprio e digno nas capitais dos respetivos Estados. Evitar o «colonial» para os Museus de História

(37) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 23.

(38) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 25.

(39) Seguimos a genealogia de referência de «notice d'autorité collective» do Catalogue Général da BnF – “Junta de investigações científicas do Ultramar (Portugal) forme internationale - <http://catalogue.bnf.fr>.

Natural. Valorizam-se as coleções de diferentes proveniências, entre elas as dos territórios coloniais. A questão da dispersão das coleções e da sua consequente desvalorização científica é clara e determinada:

[...] que exigências podem ser as de um meio que, entre nós, até ignora a existência, no seu Museu Nacional de História Natural, do precioso espólio colonial, deixado pelos índices máximos da nossa exploração científica no Brasil-Colónia Portuguesa, em África, na Índia, em Timor, e a cujo estudo ficaram ligados, na parte zoológica, o nome imorredouro de Barboza do Bocage e os dos seus Ilustres colaboradores?⁽⁴⁰⁾.

E esta constatação é feita a partir do périplo de imagens que nos apresenta em anexo no final desta sua extraordinária comunicação. Os Museus têm que estar dotados de naturalistas, de pessoal técnico, de material de laboratório, de fontes bibliográficas e de uma permanente convivialidade com os naturalistas estrangeiros. A prática científica dos Museus de História Natural tem que ser feita dentro do contexto da internacionalização da Ciência e não dentro de balões fechados de metrópole e de colónias. O papel das publicações científicas e dos Congressos é relevante, como instrumentos científicos para a internacionalização da História Natural, constituindo fatores de aproximação com o público, uma vertente a não descurar. Ricardo Jorge, na qualidade de Diretor do Museu Bocage, defende a ideia de um Museu [Nacional] de História Natural como um território científico para a Educação Nacional, para a Escola Primária, para os preparatórios de Medicina, para a Pedagogia Nacional, para o público em geral, para uma cultura científica alargada.

A mostra de imagens que acompanha esta alocação escrita permite-nos entrar no seu imaginário científico de naturalista em tempo de II Guerra Mundial. Cartografias alargadas e observações detalhadas de visitas realizadas permitem-lhe visionariamente apontar caminhos para a realidade museológica naturalista da Rua da Escola Politécnica em Lisboa. Galeria de fotografias em anexo, ou o mapeamento dos bons exemplos conhecidos, estudados, interiorizados e apontados. O périplo real e mental de um Naturalista do Museu Bocage, de Lisboa, que nos é apresentado como uma galeria de fotografias⁽⁴¹⁾.

(40) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 26.

(41) Data de alocação 1941. Data de edição 1943.

Uma visão cultural e mental da Europa e do Mundo que Artur Ricardo Jorge enquadrou e comparou com a internacionalização científica dos Museus de História Natural. Parâmetros geográficos e coordenadas de prática científica de naturalistas e o papel educativo e nacional que Museus de História Natural podem ter na sociedade e que nos permite obter a seguinte arrumação de visitas e de conhecimento adquirido no quadro institucional de Portugal entre guerras.

Europa - Cidade -	Nome da Instituição	obsr.
Londres	Museu Britânico de História Natural	foto edifício
Viena	Museu de História Natural	foto edifício
Praga	Museu Nacional	foto edifício
Francfort	Museu de História Natural	foto edifício
Budapeste	Museu Nacional /Museu História Natural 2º andar	foto edifício
S. Paulo	Museu de História Natural	foto edifício
Hamburgo	Museu de História Natural	foto edifício
Milão	Museu de História Natural	foto edifício
Génova	Museu de História Natural	foto edifício
Bruxelas	Real Museu de História Natural da Bélgica	foto edifício
Tervueren	Museu do Congo Belga	foto edifício
La Plata [Argentina]	Museu	foto edifício
Chicago	Museu de História Natural	foto edifício
Genebra	Museu Regional de História Natural	Diorama Pré Alpes Saboia
Genebra	Museu Regional de História Natural	Diorama floresta Jura
Genebra	Museu Regional de História Natural	Diorama monte Salève
Genebra	Museu Regional de História Natural	Diorama delta rio Danse
Nova Iorque	Museu Americano de História Natural	Diorama mamíferos africanos in habitat caçada
Nova Iorque	Museu Americano de História Natural	Grupo dioramico de Pinípedes Oceano Pacífico
Chicago	Museu de História Natural	Estudantes ouvindo preleção
Chicago	Museu de História Natural	Estudantes vendo exposição plantas região
Chicago	Museu de História Natural	Teatro do Museu
Chicago	Museu de História Natural	Caixas portáteis - Museu Ambulante

Quadro 2. – Visitas de Artur Ricardo Jorge a Museus de História Natural estrangeiros. Fonte: Sep. *Arquivos do Museu Bocage*, XX (1941).

Em jeito de síntese recordamos o brado inicial da alocução ao I Congresso Nacional de História Natural: «Faltam investigadores! Faltam investigadores Naturalistas para as coleções de Portugal metropolitano e colonial...»⁽⁴²⁾. No conjunto é um texto crítico perante a política de Portugal face ao papel nacional, educativo e de investigação que os Museus de História Natural devem ter na sociedade dos diferentes Estados. E Portugal tem coleções dispersas, e sem ligação, nas três Universidades criadas pela República, em 1911: Lisboa, Porto e Coimbra⁽⁴³⁾. Depreende-se das palavras de Artur Ricardo Jorge que urgia criar uma rede de conhecimento, de investigação, de divulgação das coleções – da Metrópole e das Colónias – depositadas nas Universidades de Coimbra, do Porto e de Lisboa, sob o mote aglutinador de Museu de História Natural, aberto ao público e à prática de investigação e de ensino.

3. 1953 – A prudência de uma Oração de Sapiência na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Na abertura solene do ano letivo de 1952-1953 o Professor Artur Ricardo Jorge foi apontado para proferir a Oração de Sapiência. Escolhe o tema «A dupla missão – científica e cultural – dos Museus de História Natural, à luz da Biologia e da Museologia modernas»⁽⁴⁴⁾. Retoma a mesma linha, e os mesmos itens de referência, da alocução de 1941. Texto matricial, como vimos, de um pensamento global para o(s) Museu(s) de História Natural em Portugal, em conexão com as Universidades existentes!

Em 1952 a Guerra havia terminado. Mas a matriz museológica de Artur Ricardo Jorge não se alterou, sobretudo no que diz respeito à tutela sobre as coleções naturais provenientes dos territórios ultramarinos, agora que perderam a etiqueta de *colonial*. Mantém a tónica da situação de diagnóstico de 1941. O mundo mudou e a situação de um Museu de

(42) Artur Ricardo Jorge, *Museus de História Natural...*, cit., p. 32.

(43) Cf. Ângela Sofia Garcia Salgueiro, *Ciência e Universidade na I República*, Tese de Doutoramento em História – especialidade História Contemporânea, FCSH – UNL, 2015 (orientadora Maria Fernanda Rollo).

(44) Arthur Ricardo Jorge, *A dupla missão – científica e cultural – dos Museus de História Natural, à luz da Biologia e da Museologia modernas. Oração de Sapiência, proferida na abertura solene da Universidade Clássica de Lisboa, em 16 de Outubro de 1952*, Lisboa, Oficina Gráfica Casa Portuguesa, 1953 [Separata dos *Arquivos do Museu Bocage*, XXIII (1952)].

História Natural em Portugal continuou na mesma, ou seja alocado ao complexo de coleções e de espaços do Museu Bocage de que ele era ainda diretor. Mantém a mesma retórica da internacionalização, recorda que conhece Museus de História Natural exteriores à realidade portuguesa. Relembra as suas missões, especificamente a que frequentou enquanto assistente nos cursos de laboratório de naturalistas das Universidades estrangeiras primeiro na Suíça, Genebra, depois na Alemanha, Munique, o que permitiu converter um jovem formado pela Escola Médico Cirúrgica de Lisboa num Naturalista de reconhecida reputação internacional. E vem a pergunta necessária, em jeito de diálogo pedagógico e cortês: o que seria necessário introduzir no país para Portugal também ser assim?

Revive o texto lido perante Celestino da Costa, em 1941, e reafirma a necessidade de reformar e introduzir melhoramentos, de institucionalizar a prática científica da Museologia de História Natural em Portugal. Mas em 1952, como Catedrático e como protagonista da abertura solene do ano académico opta por uma tonalidade discursiva que não levante polémicas nem críticas mordazes. Retoma a história/memória de gabinetes e de museus de história natural e de coleções científicas, indo ao encontro dos objetivos de usar os Museus como instrumentos para interagir com o público e a cultura científica. O exemplo apontado, o dos Estados Unidos, quer pela realização de filmes e quer pelos ciclos de «cinemotecas»

com filmes de assuntos expressamente escolhidos e por vezes mesmos expressamente executados, destinados a, distraindo, conseguir-se, da forma mais atraente, uma acção educativa em todas as categorias da população [...] Os Museus Norte-americanos organizam, ainda, sob a direcção dos seus Naturalistas. Ou antes de preletores pertencentes a um quadro especial, passeios orientados em harmonia com os assuntos estudados pelas crianças nas escolas⁽⁴⁵⁾.

Ricardo Jorge volta a lembrar a perfeita articulação que deve existir entre o Museu científico, o público, e um Museu ambulante. E em 1952 as coleções extraeuropeias são também valorizadas e enquadradas dentro do regime, propondo-se que

(45) Arthur Ricardo Jorge, *A dupla missão – científica e cultural – dos Museus de História Natural, à luz da Biologia e da Museologia modernas. Oração de Sapiência, proferida na abertura solene da Universidade Clássica de Lisboa, em 16 de Outubro de 1952*, Lisboa, Oficina Gráfica Casa Portuguesa, 1953, p. 12.

A constituição destas missões [explorações tanto metropolitanas como ultramarinas] e a execução do seu programa científico competem preferentemente aos Museus e às Universidades, e quando existe um «Museu Nacional de História Natural» – destinado, como é sempre, à ostentação das riquezas naturais da Metrópole e dos territórios ultramarinos, considerados como parte integrante do território nacional – a ele cabe a primazia do encargo científico e da centralização das coleções obtidas⁽⁴⁶⁾.

Um discurso, em 1952, para ser ouvido e captado pelo Presidente da República (Craveiro Lopes), pelo Ministro da Educação Nacional (Pires de Lima), para «que logrem os meus olhos ainda ver começar a construção do edifício de Ciências de Lisboa possa instalar privativamente e com as disponibilidades necessárias, o Museu Nacional de História Natural – que seja, a um tempo, monumento e índice do grau cultural, da extensão imperial e da grandeza espiritual do Povo Português»⁽⁴⁷⁾.

Fim de uma alocação académica que comportava uma clara visão de futuro. Os planos para a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa só viriam a concretizar-se em Democracia após o incêndio de 1978 no velho espaço do complexo científico da Rua da Escola Politécnica. Basta uma viagem cibernética pelas páginas de web para entendermos que talvez o espírito de Artur Ricardo Jorge ecoe pelo complexo científico e pedagógico da Escola Politécnica, que fora anteriormente Colégio dos Nobres, precedentemente ao Noviciado da Cotovia, ou seja o Colégio dos Jesuítas no cume do Monte Olivete, estrutura edificada que não foi destruída pelo terramoto de 1755⁽⁴⁸⁾...!

Breve epílogo

O mote para este estudo foi realizar a arqueologia das palavras e das coisas a partir da herança científica de José Sebastião da Silva Dias e capitalizar o resultado dessa operação conceptual de fazer história num território de cultura científica e de espaço público da

(46) Arthur Ricardo Jorge, *A dupla missão...*, cit., p. 14.

(47) Arthur Ricardo Jorge, *A dupla missão...*, cit., p. 22.

(48) Ver <http://www.museus.ulisboa.pt/>; nova página, operacional a partir de 2015 - <http://www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/novo-site-museus-ulisboa>; Uma vista de Museu Viajante: <http://www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/visita-virtual>

contemporaneidade. Como instrumentos de trabalho utilizámos a interação que um corpo específico da sociedade portuguesa do século XX conseguiu ter na construção e na troca de conhecimentos nas redes internacionais, com especial destaque para as práticas científicas (os Congressos), para o papel de enquadramento das instituições (Museu Bocage vs. Museu de História Natural) e para o papel de mediação dos naturalistas: Artur Ricardo Jorge.

Neste périplo percebemos as permanências e as inovações da sociedade portuguesa no século XX, ao longo das suas diferentes configurações de Estado e a aplicação de políticas científicas e culturais. Revisitámos a nova geração de historiadores que se afirma com as suas teses de Mestrado e de Doutoramento, avançando com agendas inovadoras que procuram romper com um *mainstream* e têm como denominador comum analisar *focus* de uma investigação histórica centrada em arquivos, em bibliotecas, em coleções científicas portuguesas pelo diapasão de um horizonte internacional, sobretudo europeu, de forma a entender os possíveis pontos de encontro e de desencontro entre Portugal e a cultura europeia, mundial.

E, quase num passe de magia, percebemos que enquanto Silva Dias fazia dar à estampa na revista *Biblos*, da Universidade de Coimbra, em 1953, o seu texto de abertura para o mundo do entendimento da cultura em Portugal desde a projeção das Descobertas Quinhentistas, Artur Ricardo Jorge, em 1952 faz publicar nos *Arquivos do Museu Bocage*, na Universidade de Lisboa, a sua alocução sobre a necessidade de modernização dos Museus de História Natural.

Personalidades que talvez se não tenham cruzado, mas espíritos de cultura e conhecimento que tinham um consciente do possível – no sentido de *Lucien Goldmann* – que sabiam desafiar, e também criticar no seu tempo de pensadores empenhados, utilizando os canais possíveis (e disponíveis) para lançar pequenas sementes de novas epistemologias, de novas ideias, que um dia mais tarde desabrocharam com outras configurações, em outros contextos, com outros atores.

Mas... fizeram da *História do Futuro*, do visionário Padre António Vieira, a história do nosso presente de cidadãos e de historiadores do século XXI.

**WITTENBERG E ROMA NA VIA DO DIÁLOGO 500 ANOS APÓS
O INÍCIO DA REFORMA DE LUTERO⁽¹⁾**
*WITTENBERG AND ROME ON THE DIALOGICAL WAY 500 YEARS
AFTER THE LUTHER'S REFORMATION*

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES
marodrigues@ci.uc.pt
Universidade de Coimbra – IHTI

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 23/09/2016

Resumo:

Com este contributo pretende-se evocar os 500 anos da Reforma de Lutero. Importa antes de mais falar da personalidade do «pai» do histórico movimento

(1) O presente artigo vem na sequência do que publicámos na *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 15 (2015), p. 171-189, intitulado «Da Hermenêutica da Controvérsia Luterano-Católica ao Diálogo Contemporâneo. O 5.º Centenário das 95 Teses de Lutero» à luz do documento *Do Conflito à Comunhão. Comemoração Conjunta Luterano-católica da Reforma em 2017* (2013)». Esta declaração entre o Vaticano e a Federação Luterana Mundial (LWB), com 90 páginas, em seis capítulos, 245 artigos e 90 notas explicativas, constitui uma excelente súpula dos temas principais acerca de Lutero e da Reforma e do estado atual das relações luterano-católicas, na circunstância da evocação do 5º centenário das 95 Teses de Lutero. Lê-se no início do texto: «Esta evocação tem lugar em tempo de ecumenismo e de mundialização (§§ 4-15) e quando estamos em presença de novos pontos de vista sobre Martinho Lutero e a Reforma (§§ 16-34)». O cap. III traça um esboço histórico da Reforma luterana e da reação católica (§§ 35-90), o cap. IV apresenta os temas principais da teologia de Lutero à luz dos diálogos luterano-católicos (§§ 91-218) e os cap. V e VI, falam, respetivamente, da comemoração comum (§§ 219-237) e de cinco imperativos ecuménicos (§§ 238-245).

que se revestiu de enorme importância para a Europa, particularmente do Norte e de Leste, e também para o mundo. Entre outros seus colaboradores salientou-se Melanchton, o «praeceptor Germaniae», aquele que elaborou a primeira sistematização teológica da Reforma. Passados cinco séculos de duras tomadas de posição entre Wittenberg e Roma, constata-se que de há cerca de 50 a esta parte as duas confissões cristãs encetaram um diálogo frutuoso cujos resultados estão à vista. Alguns documentos como o *Do Conflito à Comunhão* (2013) abriram novos caminhos para reavaliar o passado e perspetivar o futuro. Reputados autores têm escrito importantes livros e artigos que mostram à evidência estarmos a assistir a uma mudança profunda de paradigma nas relações luterano-católicas correspondendo assim aos sinais dos tempos.

Palavras-chave:

Cochlaeus, Ecumenismo, Lutero (1517-2017), Mística, Reforma.

Abstract:

The aim of the present article is to evoke the 500 years of the Luther's Reformation. First of all it is important to talk about the personality of the «father» of the historical movement which had a great meaning for Europe, particularly the septentrional and oriental countries, and also for the world. Among other Luther's collaborators we must evidence Melanchton, the «praeceptor Germaniae», the man who elaborated the first Reformation's theological systematization. After five centuries of hard controversies it is to register that since about 50 years the two parts, the protestant and the catholic, developed a fructiferous dialogue whose results are very positive. Some documents like *From Conflict to Communion* opened new ways to reexamine the past and to build bridges in order to defy the future with firm hope. Credited authors underline that the times have changed.

Keywords:

Cochlaeus, Luther (1517-2017), Mystic, Oecumenism, Reformation.

Introdução

No próximo dia 31 de outubro terá lugar na catedral de Lund (Suécia) uma celebração ecuménica evocativa do 5.º centenário da Reforma de Lutero⁽²⁾, na qual participarão os representantes máximos do Luterischer

(2) Lutero nasceu a 10 de novembro de 1483 na cidade de Eisleben (Saxónia, Santo Império Romano), onde veio a morrer a 18 de fevereiro de 1546. Além de *An den christlichen Adel deutscher Nation, Von der babylonischen Gefangenschaft der Kirche, Von der Freiheit eines*

Weltbund (LWB) e também o Papa de Roma⁽³⁾. O evento marca oficialmente o início do jubileu da Reforma, ocorrido em 31 de outubro de 1517. Se há 500 anos um Papa excomungava Lutero, agora Roma e Wittenberg irão afirmar o propósito de contribuir para um virar de página começado há mais de 50 anos e que o Concílio Vaticano II sancionou. Trata-se de uma caminhada longa com inúmeros problemas a resolver, depois de cinco séculos da separação iniciada com a publicação das 95 Teses e com a Bula *Exsurge Domine* de Leão X⁽⁴⁾, de 15 de junho de 1520, que condenou 41 teses de Lutero, a que se seguiu em 3 de janeiro a Bula *Decet Romanum Pontificem* que excomungava definitivamente o pai da Reforma. Também o imperador o expatriou do seu território, mas o príncipe-eleitor da Saxónia acolheu-o no seu castelo de Wartburgo. Não entramos aqui no enunciado de acontecimentos importantes de ordem religiosa, política, social e cultural, nas polémicas permanentes e na atitude apologética que marcaram a implantação da Reforma e em que intervieram personalidades de relevo como Melanchton⁽⁵⁾. As guerras religiosas, as disputas teológicas

Christenmens e *De sevo arbitrio*, deixou uma vasta obra sobre temas teológicos, bíblicos e outros. De recordar o impacto que a Reforma teve na Inglaterra desde o reinado de Henrique VIII dando origem ao anglicanismo. Na polémica entretanto surgida sobressaíram do lado católico figuras gradas como o célebre humanista Thomas More (6 de fevereiro de 1477?-6 de julho de 1535), autor da *Utopia* e grande amigo de Erasmo (27-28 de outubro de 1467?-12 de julho de 1536) e W. Tyndale (1484-6 de outubro de 1536) que traduziu quase toda a Bíblia para inglês (o Novo Testamento foi impresso em Worms em 1526). O trabalho de Tyndale foi decisivo para a *Authorized King James* (1611).

(3) O Luherischer Weltbund (LWB), em inglês Lutheran World Federation (LWF), é uma comunidade de Igrejas luteranas criada em Lund (Suécia) em 1947. Dela fazem parte cerca de 145 Igrejas que contam mais de 72 milhões de fiéis espalhados por 98 países. O LWB resultou do Luherischer Weltkonvent fundado em 1923.

(4) Leão X, nascido João de Lourenço de Médicis (em italiano Giovanni di Lorenzo de Medici) viveu entre 11 de dezembro de 1475 e 1 de dezembro de 1521 e foi testemunha dos inícios da Reforma Protestante. Era o segundo filho de Clarice Orsini e Lorenzo de Medici, o governante mais famoso da República de Florença. Seu primo, Giulio di Giuliano de Medici, viria a suceder-lhe como Papa Clemente VII (1523-34). Giovanni recebeu uma cuidadosa educação na corte de Lorenzo, foi colega de humanistas como Angelo Poliziano, Pico della Mirandola, Marsilio Ficino e Bernardo Dovizio Bibbiena. Entre 1489 e 1491 estudou teologia e Direito Canónico em Pisa sob a orientação de Filipe Decio.

(5) Filipe Melanchton, propriamente Philipp Schwartzertdt (Bretten, 16 de fevereiro de 1497 – Wittenberg, 19 de abril de 1560) evidenciou-se como filólogo, filósofo, humanista, teólogo e poeta neolatino. Professor universitário e reformador ao lado de Lutero, tornou-se conhecido pelo epíteto de «educador da Alemanha» («Lehrmeister Deutschlands», «praceptor Germaniae») por ter organizado e reformado as escolas alemãs. O mesmo epíteto já fora atribuído a Rabanus Maurus (ca. 780-856), intelectual alemão e arcebispo de Mogúncia, e voltou a sê-lo a Siegbert Tarrasch (1862-1934), jogador

e outras, as condenações bastante duras de parte a parte caracterizaram um longo período que ficou assinalado por sequelas não só na Alemanha como também noutros países e continentes. O Concílio de Trento (1545-1563) e a Contrarreforma foram pelo lado católico as duas referências mais relevantes até ao Concílio Vaticano II⁽⁶⁾.

Mas o legado do ilustre professor de Wittenberg manteve-se vivo e continua a merecer dos fiéis e estudiosos o maior interesse. Nunca será exagerado sublinhar o valioso contributo da Reforma não só no campo religioso privilegiando a Fé (salvação pela Fé segundo Rom 1, 17) e a Palavra de Deus, como também nas diversas áreas da cultura e noutros domínios. A tradução da Bíblia para alemão que contribuiu para a fixação da língua alemã moderna, os catecismos e tantos escritos que foram sendo produzidos em vários idiomas emprestaram aos povos evangelizados um inestimável tesouro para a sua promoção cultural⁽⁷⁾. Lembre-se igualmente a valorização da música sacra para uso litúrgico. O próprio Lutero compôs corais em alemão (*Recueil de Wittenberg* e *Psautier huguenot*) e Bach foi o principal compositor de corais luteranos.

A LWB e a Igreja de Roma têm mantido durante os últimos 50 anos um diálogo frutífero de que são testemunho alguns documentos aprovados

de xadrez. Desgostava-o o baixo nível da instrução nas escolas alemãs durante a Idade Média, sentimento expresso no seu *De Miseriis paedagogorum*, livro em que relata o triste estado em que se encontrava a Alemanha. Deixou uma obra notável de que se destacam *Institutiones graecae grammaticae* 1518; *Loci communes rerum theologiarum* 1521; *Unterricht der Visitatoren an die Pfarrherren im Kurfürstentum Sachsen* 1527; *Confessio Augustana* 1530; *Apologie der Confessio Augustana* 1531; *Tractatus de potestate et primatu Papae* (*Traktat über die Gewalt und den Primat des Papstes*) 1537.

(6) Salientamos os seguintes documentos indicando os temas neles tratados: *Dei Verbum* (Palavra de Deus), *Lumen gentium* (Igreja), *Sacrosanctum Concilium* (Liturgia), *Gaudium et spes* (A Igreja no mundo contemporâneo), *Nostra Aetate* (A Igreja e as religiões não cristãs), *Dignitatis humanae* (Liberdade religiosa) e *Unitatis redintegratio* (Ecumenismo).

(7) Rómulo de Carvalho no seu livro *História do Ensino em Portugal* (1986). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 711, nota 67, ao tratar do analfabetismo em Portugal diz: «Os valores numéricos relativos ao analfabetismo nos diversos países europeus demonstram irrefutavelmente a influência que sobre eles tem a opção religiosa. Em 1881, o número de analfabetos na Suécia, nação protestante, cifrava-se em 0,4%. Em 1881! Pela mesma época a Alemanha apresentava 0,51%, a Inglaterra e a Escócia 1,00%; a Noruega, 0,08% e a Dinamarca, 0,36%. Tudo países de religião protestante. Nos países de religião católica, como Portugal, eram, na mesma altura do século XIX, 68% em Espanha, 42% na Itália, 38% na Áustria, 28% na Irlanda e 17% na Bélgica» (em Portugal a taxa era, em 1911, de 75,1%). Rómulo de Carvalho recolheu esses números de Salvado Sampaio (*O Ensino Primário* I, 79) que os transcreve de Agostinho de Campos (*Educação e Ensino*, Porto, 1911, 249, acrescentando que este último autor atribui à Companhia de Jesus a responsabilidade da elevada taxa de analfabetismo.

pela Comissão luterano-católica que, desde 1980, tem realizado um importantíssimo trabalho⁽⁸⁾. As duas confissões participaram nas evocações dos 450 anos da Confissão de Augsburgo (1530) e do centenário do nascimento de Lutero em 1983⁽⁹⁾. Os resultados mais significativos encontram-se na *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação*, oficialmente assinada em 1999, que foi aceite pelo Conselho metodista mundial em 2006. Esta declaração pôs termo ao contencioso fundamental sobre um tema complexo que fazia parte importante da Reforma do séc. XVI. Foi um passo decisivo que, além de dar a esperança da unidade das Igrejas cristãs, em particular a anglicana e a ortodoxa, permitiu também abrir o caminho para a celebração comum entre protestantes e católicos do único Senhor da Igreja. Neste contexto importa referir que um dos pontos chave é o da evolução do dogma ao qual os teólogos têm sabido responder de forma convincente e sensata⁽¹⁰⁾.

Se é certo que aquilo «que aconteceu no passado não pode ser alterado, também é certo que aquilo que se recorda do passado e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado», lê-se no *Documento do Conflito à Comunhão* (2013) de que se falará mais adiante:

O que aconteceu no passado não pode ser alterado. Mas aquilo que se recorda do passado e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado. A recordação torna presente o passado. Enquanto o passado é imutável, já a presença do passado no presente pode ser

(8) Vários foram os relatórios e textos relativos a Lutero e a Melancton de entre os quais destacamos: «Martinho Lutero, testemunha de Jesus Cristo. Declaração para o 500º aniversário de Lutero» (1983), *Documentation catholique* 1983, 694-697; «Face à unidade: modelos, formes e etapas da comunhão eclesial luterano-católica» (1985), *Documentation catholique* 1987, 294-319; «Igreja e justificação» (1993), *Documentation catholique* 1994, 810-858; «A Apostolicidade da Igreja» (2007), *Serviço Informação* 128, 2008 / I-II; «Declaração comum sobre a doutrina da justificação», assinada por representantes da Igreja católica e da LWB a 31 de outubro de 1999; e o já referido «Do Conflito à Comunhão» (2013). Finalmente, em 31 de outubro de 2015 a Conferência Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Evangélica Luterana aprovaram a «Declaração ao longo do caminho» («Declaration on the way»).

(9) A Herzog-August Bibliothek de Wolfenbüttel organizou em 1983 vários actos comemorativos dessa efeméride. Importante é o *Katalog der Wolfenbütteler Luther-Drucke 1513 bis 1546* elaborado por Maria von Katte. Datenbank von Christian Knoop. Wolfenbüttel, Herzog August Bibliothek, 2006.

(10) Ver os trabalhos de K. Rahner, *Zur Frage der Dogmenentwicklung, Schriften zur Theologie* 1, 2.^a ed., 49-90; G. Thils, «L'Evolution du dogme dans la theologie catholique», *Études Théologiques Louvanienses* 28 (1952), 679-682; H. Walgrave, «Newman. Le développement du dogme», *Revue de l'histoire des religions* 155, n° 2 (1959), 260-261.

alterada. Olhando para 2017 trata-se não de escrever outra história, mas de a narrar de forma diferente (II, 16)⁽¹¹⁾.

1. De *Martinho Lutero, um destino, da autoria de Lucien Febvre (1928), ao discurso do Papa Bento XVI em Erfurt (2011)*

Sobre o monge agostinho de Erfurt escreveu Lucien Febvre, em 1928, o famoso livro, intitulado *Martin Luther, un destin*, acerca do qual Johann Chapoutot teceu em 2013 um excelente comentário⁽¹²⁾ que aqui transcrevemos. Depois de encarecer o notável papel de Lucien Febvre na “École des Annales” Chapoutot evidencia alguns aspectos interessantes:

En 1917, Lucien Febvre a suivi avec intérêt les commémorations qui ont marqué les 400 ans des 95 thèses de Wittenberg, date de naissance de la réforme luthérienne. Contre la légende noire d’un Luther démoniaque, promue par les catholiques, et la légende dorée du héros allemand, Febvre part à la recherche d’un Luther plus authentique. Il fait justice d’un certain nombre d’idées reçues: non, Luther n’était pas obsédé par le trafic des indulgences (la rémission des peines promise aux fidèles en échange d’argent); non, son voyage à Rome en 1510 ne fut pas aussi décisif qu’il le dit; non, il n’a pas nécessairement voulu rompre avec l’idée de catholicité.

O retrato de Lutero

(11) Para o estudo da Reforma e da Contra-reforma são fundamentais as obras-fontes seguintes: *Archiv zur Weimarer Ausgabe der Werke Martin Luthers* (AWA), *Concilium Tridentinum. Diariorum, Actorum, Epistolarum, Tractatum nova Collectio*. Edidit Societas Goerresiana, Freiburg i. Br. 1901 ss (CT), *Corpus Catholicorum* (CC), *Corpus Reformatorum* (CR), *Deutsche Geschichte in Quellen und Darstellung*. vol. 3: *Reformationszeit 1495-1555*, ed. de Ulrich Köpf (DG), *Enchiridion Symbolorum, Definionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum* de H. Denzinger, ed. de P. Hünermann, latim-alemão, (ES), *Revisionsnachtrag* (RN), *Weimarer Ausgabe, Schriften* (WA), *Weimarer Ausgabe, Briefe* (WAB), *Weimarer Ausgabe, Deutsche Bibel* (WADB), *Weimarer Ausgabe, Tischreden* (WATR)

(12) *L’Histoire* (Le Classique) 392 (outubro de 2013), 96. O livro de *Lucien Febvre, Martin Luther, un destin*, Paris, P.U.F., traduzido para português, por exemplo em 1994 por Fernando Tomaz, Porto, Asa, tem um posfácio de Robert Mandrou. No texto Chapoutot alude ao livro de J. Delumeau, *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident XIIIe-XVIII siècles*, Paris, Fayard, 1984, 369-624, no qual o autor revela mais uma vez o seu interesse pelo tema. Editou em 1978 *La Peur en Occident (XIVe-XVIIIe siècles). Une cité assiégée*, ibid.

Febvre brosse le portrait d'un Luther humain, trop humain, vulgaire et intelligent, angoissé et courageux. C'est bien l'histoire d'un homme, et non d'un géant, que l'auteur retrace: celle d'un moine préoccupé par son salut et qui, ne trouvant pas les réponses à ses questions dans la doctrine d'une Église qui exploite ce que Jean Delumeau appellera la «pastorale de la peur», en vient à prôner, après tant d'autres, la réforme. Febvre présente donc Luther comme le parfait exemple d'un processus d'individuation qui voit la naissance de l'individu.

Linhas de força do livro febvriano

Le «destin» de Martin Luther est cependant né de la rencontre entre la piété tourmentée, parfois désespérée, d'un homme seul face à son péché, et des désirs et peurs d'un monde, celui du Saint Empire romain germanique du XVIe siècle, dont le livre fait la biographie. Febvre sait en décrire les forêts profondes et les villes industrielles, où se côtoient des princes volontiers las de la tutelle impériale et romaine, un peuple porté à l'eschatologie messianique et des prélats bien trop gourmands des biens de ce monde. Alors que le thème de la «réforme» est presque aussi vieux que l'Église elle-même, Febvre montre comment, en rencontrant l'Allemagne de son temps, Luther a provoqué, à son corps défendant, la Réforme, ce grand schisme d'Occident.

Que resta?

Lucien Febvre livre ici une certaine idée de la biographie, qui allie le plaisir du roman servi par un historien-écrivain, et le sérieux de la science; qui conjugue histoire sociale, politique, économique et culturelle. Certes, ce texte de 1928 est daté: la recherche a depuis nuancé ce portrait de l'Allemagne moderne, et certains propos sentent leur époque et son essentialisme («Luther est en toutes choses de sa race et de son pays. Il est, foncièrement, un Allemand»...).

O contexto histórico

Mais, dans un contexte qui n'y était guère favorable, Febvre montre que, tout en étant soucieux de se mêler à la vie, l'historien sait se placer au-dessus de la mêlée: professeur à Strasbourg, l'auteur se garde de tout portrait à charge de l'Allemagne, et s'abstient de tout commentaire lors de la réédition de 1944, attitude notable qui contraste avec celle des patriotes de la Grande

Guerre, engagés dans le procès du germanisme éternel, ou des nationalistes des années 1920 et 1930, aux lunettes embuées de germanophobie⁽¹³⁾.

De uma importância particular se reveste o discurso do Papa Bento no convento de Erfurt, em de Novembro de 2011, aquando da sua viagem à Alemanha (22-25 de Setembro de 2011), no encontro com os representantes do Conselho da Igreja Evangélica Alemã, que afirmou a certa altura sobre as motivações de ordem espiritual que levaram Lutero a reagir e a afirmar uma nova visão da essência do cristianismo:

Was ihn umtrieb, war die Frage nach Gott, die die tiefe Leidenschaft und Triebfeder seines Lebens und seines ganzen Weges gewesen ist. „Wie kriege ich einen gnädigen Gott“: Diese Frage hat ihn ins Herz getroffen und stand hinter all seinem theologischen Suchen und Ringen. Theologie war für Luther keine akademische Angelegenheit, sondern das Ringen um sich selbst, und dies wiederum war ein Ringen um Gott und mit Gott.

Mais adiante falou da espiritualidade cristocêntrica de Lutero:

Luthers Denken, seine ganze Spiritualität war durchaus christozentrisch: «Was Christum treibet», war für Luther der entscheidende hermeneutische Maßstab für die Auslegung der Heiligen Schrift. Dies aber setzt voraus, daß Christus die Mitte unserer Spiritualität und daß die Liebe zu ihm, das Mitleben mit ihm unser Leben bestimmt.

2. As investigações sobre a Idade Média e o conhecimento do passado. A herança medieval de Lutero e a teologia monástica e mística

Será muito diferente a comemoração de 2017 comparada com as evocações anteriores, em especial as de 1617 e de 1917 que consagraram Lutero como reformador tipo profeta e como herói nacional. Como já se

(13) Além dos livros de Lortz e Jedin e outros, lembramos o de Y. Congar (1983), Martin Luther, sa foi, sa réforme, e quase à distância de cem anos em relação a Lucien Febvre os dos cardeais R. Marx, arcebispo de Munique-Freising e presidente da Conferência Episcopal Alemã e das Comissão Episcopais da Comunidade Europeia (COMECE). e W. Kasper, cardeal emérito da Cúria e outrora presidente do Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos: respetivamente, *Kirche überlebt* (2015) e *Martin Luther. Eine ökumenische Perspektive* (2016).

disse atrás, rasgaram-se novos horizontes sobre o agostinho Martinho e a Reforma e também sobre a Igreja de Roma.

O resultado da investigação histórica sobre a Idade Média contribuiu em muito e de muitas formas para mudar a percepção do passado:

A Idade Média tardia já não é vista como um período histórico totalmente obscuro, como muitas vezes foi representado pelos protestantes, mas também não é concebido como plenamente luminoso como sucedeu nas antigas descrições católicas. Esta época aparece hoje como tempo de grandes contrastes: de devoção exterior e de profunda interioridade, de teologia orientada para as obras no sentido do *do ut des* e de absoluta convicção da total dependência do homem da graça de Deus; de indiferença relativamente às obrigações religiosas – mesmo aqueles relativos ao ofício eclesiástico – e de profundas reformas, como em algumas ordens monásticas. A Igreja não era uma realidade monolítica, pois no *corpus christianum* conviviam teologias, estilos de vida e concepções da Igreja muito variadas e diversificadas. Os historiadores dizem que o séc. XV foi uma época de especial fervor religioso na Igreja. Durante este período cada vez mais leigos tiveram a possibilidade de receber uma boa instrução, o que fez nascer neles o desejo de ouvir sermões mais perfeitos e de uma teologia que os ajudasse a levar uma vida cristã condigna. Lutero aproveitou estas correntes teológicas e devocionais e desenvolveu-as depois.

Também as investigações históricas católicas acerca de Lutero levaram a concluir que ele era uma personalidade de intenso fervor religioso e um homem rigoroso na oração. A literatura católica sobre Lutero foi durante quatro séculos influenciada por Johannes Cochlaeus, conselheiro do duque Jorge de Saxónia e adversário de Lutero, seu contemporâneo⁽¹⁴⁾: o

(14) Johannes Cochläus (Breslau, 1479-1552), humanista e teólogo, também conhecido por Dobeneck, que de amigo passou a inimigo acérrimo de Lutero. Escreveu *Brevis Germaniae descriptio tum a rebus gestis moribusque populorum tum a locorum situ*, mas foram os seus *Commentaria de actis et scriptis Martini Lutheri* que se tornaram mais célebres. Esta obra marcou profundamente a opinião anti-Lutero que perdurou durante séculos. Ver Remigius Bäumer, «Cochläus, Johannes», *Theologische Realenzyklopädie* (TRE) 8, De Gruyter, Berlim/Nova Iorque 1981, 140-146; Theodor Kolde, «Cochlaeus; Johannes», *Realencyclopädie für protestantische Theologie und Kirche* (RE) 4, Leipzig; J. C. Hinrichs, 3.^a ed., 1898, 194-200.

papel de Cochlaeus na divulgação da figura do Reformador como relata o documento em apreço:

Cochlaeus retratou Lutero como um monge apóstata, um destruidor da cristandade, um corruptor da moral e um herege. O resultado desta primeira reaproximação com a figura de Lutero, crítico mas compreensivo, foi o de libertar os estudos católicos de uma apreciação unilateral própria daquelas obras polêmicas sobre Lutero. Lúcidas análises históricas realizadas por outros teólogos católicos mostraram que o que conduziu à divisão da Igreja não foram as questões cruciais de que se ocupou a Reforma, como a doutrina da justificação, mas antes as críticas movidas por Lutero à situação da Igreja do seu tempo, que tinham origem no estado de decadência em que se encontrava.

Ao chamar a atenção para a análise histórica católica de Lutero o texto diz que o passo sucessivo foi a individuação da presença dos conteúdos análogos existentes em estruturas e sistemas de pensamento teológico diversos, em especial através de um confronto sistemático entre os teólogos mais representativos das duas confissões: Tomás de Aquino e Martinho Lutero.

Na Idade Média houve não poucas reformas monásticas, tendo sido o movimento mais importante no séc. X o que surgiu na Abadia de Cluny. No Concílio de Constança (1414-1418)⁽¹⁵⁾ falou-se da reforma da Igreja «na cabeça e nos membros» e um documento amplamente difundido, intitulado *Reformacion keyser Sigmunds*, invocava o retomar de uma ordem justa em todos os aspetos da vida. Em finais do séc. XV a ideia de avançar com reformas chegou aos governos e às universidades. Valla ao contestar a autenticidade da *Donatio Constantini* (313) rasgou novos horizontes sobre a ideia reinante da cristandade como entidade dominadora e acima do poder temporal. Tal ideia perdurou até ao Vaticano II que, pela primeira vez, sancionou oficialmente a liberdade religiosa e de consciência, e Paulo VI suprimiu o índice de livros proibidos

(15) Ao Concílio de Constança que condenou Huss e Wiclef seguiram-se os de Florença (1439-1445) e o 5.º de Latrão (1512-1517) sob Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521). Ficou célebre a comissão «Reformatio de emendanda Ecclesia» de que faziam parte vários cardeais. O *Consilium de emendanda Ecclesia* de 1537 constituiu o relatório final, mas que na prática não obteve qualquer resultado de destaque, ao mesmo tempo que a Reforma avançava a passos gigantescos. Roma permanecia indiferente ao que estava a acontecer.

A teologia monástica e mística é objeto de análise nos n.ºs. 99-101. A figura de Agostinho e o regresso à Sagrada Escritura e aos Padres da Igreja estavam presentes no espírito de muitos que viam a estrutura da Igreja afastada do Evangelho e da pureza original do cristianismo.

Relativamente a Lutero diz o *Do Conflito à Comunhão*:

Lutero estava também profundamente enraizado na tradição mística do período tardo-medieval. Encontrou inspiração e apoio nos sermões alemães de João Tauler († 1361) e sentiu-se em grande sintonia com eles. Além disso publicou o texto místico *Theologia deutsch* (1518), escrito por um autor desconhecido, o qual teve larga difusão na Alemanha graças à publicação feita por Lutero.

Tauler insere-se na série de místicos que apareceram quando a Escolástica se encontrava em profunda decadência e a vida eclesiástica conhecia uma fase bastante crítica, mais voltada para os aspetos terrenos e mundanos do que para a autenticidade evangélica. A letra sufocava o espírito. Sobressaíram mulheres como as três Catarina, de Siena, de Bolonha e de Génova, Brígida da Suécia e Juliana de Norwich, que mostraram a sua enorme insatisfação quanto ao estado em que se encontrava a Igreja. Mas foi na Alemanha em especial que surgiram figuras de proa imbuídas do desejo de modificar a situação. Lembramos os *Gottesfreunde*, Eckart, Tauler e Suso. Importante foi a teologia alemã ou *Der Frankfurter*, publicado pela primeira vez em 1516⁽¹⁶⁾. Nos Países Baixos destacou-se Ruusbroec (1293-1381) e a «Devotio moderna» a partir de finais do séc. XIV tornou-se um movimento relevante de renovação da espiritualidade nos Países Baixos e na Alemanha norte-occidental. De lembrar ainda Geert Groote de Deventer (1340-1384) e os irmãos da vida comum, a congregação de Windesheim, comunidade reformada de Cónegos Regrantes Agostinhos, precursora de Lutero, do Calvinismo e de Erasmo. Os ideais de Windesheim, duramente atacados no Concílio de Constança pelos dominicanos, foram defendidos com vigor pelo célebre chanceler da Universidade de Paris entre 1395 e 1415, teólogo, pregador e homem político, Jean Gerson (1363-1429). Pensadores como Huss e Wiclef, condenados por heresia, manifestaram a premente necessidade de operar grandes reformas no seio da Igreja e fora dela.

(16) Christian Peters, «Theologia deutsch», *Theologische Realenzyklopädie*, 33 (2002), 258-262.

Os humanistas que apelavam ao regresso às fontes, à Sagrada Escritura e aos Padres da Igreja, defendiam o contacto direto com os textos originais aos quais aplicavam o método histórico-filológico e crítico, pondo de parte a Vulgata de S. Jerónimo. Além da intenção de chegarem à pureza dos textos primitivos movia-os o propósito de uma renovação profunda da Igreja. Podemos considerar Lefèvre d'Étaples em França, Erasmo nos Países Baixos e Reuchlin na Alemanha como os protótipos dessa tendência que depressa lançou raízes um pouco por toda a parte⁽¹⁷⁾.

Conclusão

No termo deste trabalho a questão essencial que se coloca é esta: quem foi Martinho Lutero? Ulrich Köpf no seu excelente livro *Martin Luher. Der Reformator und sein Werk* começa por dizer que Melanchton descreve Lutero como instrumento sagrado de Deus e que muitos dos seus contemporâneos o consideravam homem de Deus comparável aos profetas Elias ou Daniel.

Depois da sua morte, iniciou-se a discussão acerca do autêntico Lutero, a qual durou até ao séc. XX. Prevalencia, contudo, a ideia nacionalista do “Lutero alemão” e do libertador do cristianismo. Mas vinha ao de cima o facto de ele ter sido condenado como herege e passado por falsificador e corrupto. O livro de Cochlaeus teve uma enorme influência na difusão da ideia destruidora do antigo monge agostinho. Os juízos eram positivos e negativos. Köpf concorda com o documento *Do Conflito à Comunhão*, ao escrever que no séc. XX, mercê de investigações aprofundadas, se pode concluir que o filho de Eisleben era fruto dos ideais renovadores que remontam a finais da Idade Média

(17) Alguns humanistas alemães – em Wittenberg: Lutero (1483-1546); Heidelberg: Oekolampadius (1482-1531) e Melanchton (1497-1560); Erfurt: Reuchlin (1455-1522), Staupitz (c. 1468-1524), Hutten (1488-1523) e Eck (1486-1543); Freiburg: Peutingger (1465-1547); Augsburgo: Pirckeimer (1470-1573); Leipzig: Emser (1478-1527); Tübingen e Basel: Wimpfeling (1450-1528), Meissen e Cochlaeus (1479-1552); Nürnberg: Bucer (1491-1551). E ainda: Agricola, Aventinus, Bebel, Brant, Vom dem Busche, Celtis, Divaeus, Franck, Gebwiler, Heresbach, Hesus, Von Hutten, Krantz, Meisterlin, Münster, Von Neuenahr, Nauclerus, Beatus Rhenanus, Rufus, Sabinus, Schedel e Sleidan, Spiegel. – Ver Wilhelm Kühlmann *et alii*, ed. (2005-2011), *Die deutschen Humanisten. Dokumente zur Überlieferung der antiken und mittelalterlichen Literatur in der Frühen Neuzeit*, Turnhout, Brepols, 3 vols. em 4 ts.

e que a sua espiritualidade, apesar de algumas atitudes incorretas, como a sua postura extremamente hostil aos judeus.

Com Lutero nasceu uma perspectiva nova acerca da relação de Deus com o homem e da liberdade de pensamento, da valorização da Palavra revelada e da espiritualidade.

Köpf a terminar a sua análise encarece o papel que a Reforma teve no campo cultural, particularmente no que concerne à língua alemã.

Eine der grössten Begabungen Luthers lag in seinem Umgang mit der Sprache, vor allem mit seiner Muttersprache. Durch seine zahlreichen deutschen Schriften, vor allem aber im jahrzehntelangen Ringen um eine deutsche Bibelübertragung hat Luther wesentlich zur Entstehung einer einheitlichen deutschen Schriftsprache beigetragen. Zur Wirkung seiner Deutschen Bibel in weiten Kreisen kam die seiner Kirchenlieder und seiner beiden Katechismen, die seine Gedanken weit über jene Gebiete verbreiteten, die sich der Wittenberger Reformation geöffnet hatten. Über seine zeitgebundenen Züge wie seine gewaltige Wirkung in der Vergangenheit hinaus gehört Luthers Werk zu jenen grossen sprachlichen Hinterlassenschaften, mit denen man sich immer wieder beschäftigen kann, um immer neue Entdeckungen zu machen. Geduldiger Lektüre erschliessen sich ihre Schätze: ein Reichtum an Gedanken und Formulierungen zu vielen Themen des menschlichen Lebens und eine religiöse Tiefe, die Luther eine einzigartige Stellung in der neueren Geschichte zuweisen⁽¹⁸⁾.

É neste contexto de reavaliação das fontes da Reforma e da Contra-reforma que se situa o diálogo ecuménico e se inserem os estudos dos cardeais alemães W. Kasper e R. Marx, os quais já citámos anteriormente, e de teólogos e pensadores das duas áreas em confronto.

De referir igualmente o interessante livro *Disputationen. Teil: 1, Reflexionen zum Reformationsjubiläum 2017*. Nachdruck von Beiträgen aus *Politika & Kultur, Zeitung des Deutschen Kulturrates*” (2.^a ed. revista e aumentada,

(18) Tem aumentado nas últimas décadas o número de livros e artigos sobre Lutero e a Reforma, sobretudo na Alemanha, da autoria de prestigiados autores como K. Aland, H. G. Anderson, O. Bayer, A. Beutel, H. Bornkamm, M. Brecht, Ch. Burger, I. Dingel, G. Ebeling, B. Hamm, P. Henning, H. P. Jüngens, H. Junghans, W. Card. Kasper, Th. Kaufmann, U. Köpf, K. Lehmann, M. Lienhard, B. Lohse, R. Card. Marx, B. Moeller, G. Müller, T. A. Murphy, H. A. Oberman, W. Pannenberg, O. H. Pesch, H. Schilling e R. Schwartz, para só mencionar alguns.

Berlin, Deutscher Kulturtrat e. V.), editado em 2015 por O. Zimmermann e Th. Geissler; e o lúcido artigo de G. Panmi SJ, «Cattolici e Luterani. L'ecumenismo nel'«Ecclesis sempre reformanda'», publicado no penúltimo número de *La Civiltà Cattolica* (Roma 3985, 9 de julho de 2016, 17-25).

Mas nas ingentes tarefas que o diálogo luterano-católico exige há um elemento relevante: a memória que registou os factos ocorridos ao longo de cinco séculos tempo e que agora os coloca à consideração de todos para serem revistos e reapreciados. O prémio Nobel da paz, Elie Wiesel (1928-2016), falecido no passado dia 2 de julho, que sobreviveu ao Holocausto, sempre defendeu a ideia de que não se pode viver sem o passado: «Se esquecemos o passado, a humanidade fica mutilada», disse numa entrevista a *Le Figaro* em 1998. Nesse ano organizou um convénio internacional sobre «Memória e história», promovido pela Academia universal das culturas a que presidiu desde 1993, movido pela intenção de lutar contra a xenofobia, o antissemitismo e toda e qualquer forma de discriminação. Aliás a memória faz parte da tradição bíblica e da literatura judaica, em especial da Mishná e do Talmud e de tantos escritores medievais e posteriores como Hannah Arendt.

O Papa Francisco ao receber o prémio Carlos Magno em maio passado, desenvolveu o tema «Que coisa te aconteceu, Europa?», tendo recordado os pais fundadores da Europa: Schuman, Adenauer e De Gasperi, que sonharam uma Europa assente em princípios e valores que colocavam à frente da «res» económica e financeira. O Bispo de Roma citou Wiesel usando a expressão «transusão da memória», que lhe era tão cara. Lembrava o Papa Bergoglio que a memória «nos liberta daquela tendência actual muitas vezes mais atraente de fabricar com rapidez sobre as areias movediças dos resultados imediatos que poderão tornar-se numa conquista política fácil, rápida e efémera, mas que não realizam a plenitude humana».

Repetindo a citação do documento *Do Conflito à Comunhão*:

O que aconteceu no passado não pode ser alterado. Mas aquilo que se recorda do passado e o modo como sucedeu, pode no decurso do tempo ser modificado. A recordação torna presente o passado. Enquanto o passado é imutável, já a presença do passado no presente pode ser alterada. Olhando para 2017 trata-se não de escrever outra história, mas de a narrar de outra forma (II, 16).

Concluimos com um depoimento de Reinhard Marx inserto na publicação do *Deutscher Kulturrat, Politik & Kultur* (4, 2015). Marx afirmou que Martinho Lutero não quis a divisão da Igreja; o que sucedeu foi que «a mensagem do Evangelho tinha sido e continuava a ser deturpada» e que ele pretendia recuperar o seu carácter original. Acrescentou que passados 50 anos de diálogo ecuménico é possível ler os textos de Lutero e extrair deles preciosos ensinamentos, pelo que nunca será exagerado sublinhar a impressionante evolução verificada nestas cinco décadas.

Decorridos 500 anos continua a tentar-se definir a personalidade de Lutero. Alguém afirmou: Lutero mais do que doutor ou teólogo foi um profeta. Mas, como sabemos, a mensagem profética inclui conteúdos e exigências que nem sempre se vislumbram à primeira vista, se é que alguma vez se consegue penetrar neles em toda a sua plenitude por se inserirem na esfera do insondável.

Abreviaturas

- Archiv zur Weimarer Ausgabe der Werke Martin Luthers (AWA)
- Concilium Tridentinum. Concilium Tridentinum. Diariorum, Actorum, Epistolarum, Tractatum nova Collectio (CT)
- Corpus Catholicorum (CC)
- Corpus Reformatorum (CR)
- Deutsche Geschichte in Quellen und Darstellung. vol. 3: Reformationszeit 1495-1555, ed. de Ulrich Köpf (DG)
- Enchiridion Symbolorum, Definionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum de H. Denzinger, ed. de P. Hünermann, latim-alemão (ES)
- Revisionsnachtrag (RN)
- Weimarer Ausgabe, Schriften (WA)
- Weimarer Ausgabe, Briefe (WAB)
- Weimarer Ausgabe, Deutsche Bibel (WADB)
- Weimarer Ausgabe, Tischreden (WATR)

RECENSÕES CRÍTICAS

Francisco Régis Lopes Ramos, *A poeira do passado. Tempo, saudade e cultura material*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2014, 299 pp. ISBN: 978-85-7485-193-8

Este livro não é uma obra de História, nem mesmo, por certo, de Teoria da História. Mas é, sem dúvida, um interessante livro sobre História ou, talvez melhor, sobre o «Museu», que a História supõe e nos leva a ela. Daí a sua fixação, que percorre todo o livro, em Gustavo Barroso, cearense, museólogo e diretor durante décadas do Museu Histórico Nacional, sublinhando o autor mais esta sua posição e de importante intelectual – assim como o fizeram historiadores como Sérgio Buarque de Holanda – do que a sua militância ideológica de membro da Acção Integralista Brasileira e de antisemita confesso. De resto, Francisco Régis foi diretor do Museu Histórico do Ceará e não podia, pois, deixar de falar constantemente no seu Museu e nos seus antecessores, como Dias Rocha e Eusébio de Sousa.

Obviamente o tema do livro sintetiza-se no seu título ou, melhor, no seu subtítulo – «Tempo, saudade e cultura material» – e nos seus grandes capítulos, subdivididos depois em outros: «A Matéria», «Tempo», «A Palavra», «O Trânsito» e «A Trama». Com estes nomes sugestivos mas que valem sobretudo pelo seu carácter simbólico, vai-nos falando do sentido e da transformação das fontes – numa atração pelo passado e até num sentimento de «saudade» – e da sua transformação num discurso histórico, normalmente identificado como o mais próximo possível do objeto que se escolheu e se quer fazer notar. E assim vai percorrendo os espaços da história e como ela sofre mutações e esquecimentos, em função dos autores que a vão relatando e sentindo: historiadores, filósofos ou ficcionistas. Por isso raramente – ou talvez nunca – em alguma página deste livro se deixe de citar autores, autores

diversos, que se complementam ainda numa bibliografia significativa, onde, obviamente, faltam outros autores e outras obras.

Digamos que talvez seja esta a questão que levanta o livro. São tantos os autores, profissional e ideologicamente diferentes, que, se não se cai numa contradição, se desemboca necessariamente em alguma complexidade no que se refere aos seus objetivos. O que pensa o autor sobre a História? Mesmo o que pensa ele sobre o Museu? A interrogação é a constante deste livro, mas ela surge menos do questionamento do autor perante o objeto, mas de uma série de discursos, de respostas e perguntas que os muitos autores (dezenas se não centenas) vão dando.

Francisco Régis é um viajante, não só quando viaja no espaço e no tempo – como me tenho apercebido, como seu companheiro de viagem –, mas também quando lê. E lê interminavelmente, até porque, ao contrário do que sucede em Portugal – posso dizê-lo desde os anos 60 do século passado, quando era estudante de História –, no Brasil quase tudo e quase todos os autores são traduzidos.

Não se trata, nem se pretendeu que assim fosse, do início de uma História da História do Brasil (quem dera que fosse, já que se perdeu há alguns anos o projeto que se gizou para Portugal e para o Brasil), nem uma interrogação sobre a História e a sua possível objetividade e sentido científico, nem uma reflexão histórica sobre o «Museu» ou os «Museus» – na sua diversidade de objeto material e oral relativo ao passado, que o arquiteto que restaura (e outro tipo de especialistas) e o museólogo mostra e transforma, como o historiador vai transformando cientificamente (assim se espera) as diversas fontes, e como o escritor vai recriando na sua ficção – mas é uma escrita que nos leva a pensarmos em tudo isto.

Numa «lição de jubileu» (prefiro esta expressão à comum «última lição»), Fernando Rosas referia há dias, polemicamente, que só a História – o seu conhecimento profundo e complexo – pode salvar o futuro. Referia-se, pois, a uma História que não seria composta para um determinado objetivo (recordava mesmo que hoje a História podia, ao invés do que faziam integralistas e salazaristas, ficar numa situação de aparente «neutralidade», cinzenta, que induzia a recuperar um certo passado com outros objetivos ideológicos, propositadamente menos definidos) e sim uma História que explicasse o que na verdade se pode inferir do conhecimento das suas marcas. Por isso o historiador, munido de conhecimentos mais densos do que a maioria dos outros cientistas sociais, deveria e poderia intervir na vida cívica, refletindo – não tanto como historiador, mas sobretudo como cidadão – sobre a «História do presente» (afinal todo o Presente é passado), ao mesmo tempo que se interroga sobre o seu Futuro.

Não é esta a posição de Régis, que limita a sua reflexão à junção de discursos e ideologias, num exercício de saudável lazer intelectual. Que não esquece, todavia, que o Museu é hoje feito não tanto para mostrar as suas obras, de forma a que se verifique uma interrogação permanente em quem as vê, sente, ouve e cheira, mas para evidenciar «algumas» no sentido de criar ou condicionar a criação de «uma Memória» e de «uma História». Mas necessariamente o seu percurso terá de chegar, e chegou noutros livros, a uma lógica de objetividade: o que foi e é a História do Brasil, como processo que se projeta ao longo do tempo, como historiografia e como memória? O perigo que hoje encontramos é o que agora se chama de «Ciência Aberta», em que se perdeu a especificidade da História e ela se mistura com todo o tipo de conhecimento (a *Internet* tem favorecido esse percurso), numa conceção pouco clara de algo que se classifica – até nas livrarias – de «Ciências Sociais e Humanas», o que redundava normalmente num exercício de reflexão sem rumo certo, de mistura de conceitos pouco definidos, de saberes pouco especializados... O Mundo – este «Mundo plano» – é cada vez mais uma Grande Interrogação, mas a Resposta não vem de um saber amalgamado e, por vezes, fácil de seguir, que se propõe fazer Grandes Diagnósticos e dá, por vezes, Grandes Soluções, que se vem a perceber não o serem.

O livro de Francisco Régis Lopes Ramos sobre «A Poeira do Passado» leva-nos, pois, aos mundos diversos do Passado e será certamente completado – como já foi antecedido em outras obras mais académicas – por outros livros do autor, que virão a refletir de forma mais pessoal sobre a História e sobre as suas interrogações e possibilidades científicas e interventivas. É – repito – um belo livro que reflete sobre o que chama a «poeira do passado» («restolho do tempo») lhe chamou Fernando Catroga), e terá de ser completado por outras obras, quiçá diferentes mas que darão a este nova substância.

LUÍS REIS TORGAL
Faculdade de Letras da UC
lreistorgal@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_13

Sobre o conteúdo da forma
(Resposta à resenha do prof. Dr. Luís Reis Torgal)

Na recente arguição da tese de doutorado de Joelma Tito, que tive o prazer e o privilégio de orientar na UFC, o prof. Durval Muniz advertiu que as suas indagações não cobriam, em princípio, cientificidade, e sim certas adequações ao estilo literário de uma tese de história. Entendido ficou que se estava diante de uma escrita com características próprias, ou melhor, articulada por lógicas discursivas particulares e composta por procedimentos

metodológicos e teóricos que precisam ter coerência interna e interação com as legitimidades acadêmicas. Gostei da ideia de tese como estilo literário (obviamente, delimitado por debates realizados em um lugar de poder, ou seja, o mundo dos programas de pós-graduação). Ao contrário do que possa parecer inicialmente, isso acaba dando ao próprio conhecimento histórico mais rigor e mais desafios a quem o produz, porque não basta mais apenas produzi-lo, mas também criá-lo e questioná-lo na própria escrita.

É a partir dessa noção do «estilo literário de tese», inevitavelmente a depender dos critérios adotados por quem avalia, que inicio o meu comentário, ou minha resposta, à resenha de Luís Reis Torgal para o livro que publiquei em 2014, *A poeira do passado. Tempo, saudade e cultura material*. Honrado e feliz por suas considerações, atenciosas, agudas e tendentes à polêmica (como se vê na sua vasta produção bibliográfica), continuo honrado e feliz pelo convite à continuidade do diálogo crítico.

Não escrevi *A poeira do passado* em estilo de tese. Evidentemente, uma fuga, não apenas pelo prazer de fugir, mas também pela necessidade de fazer o saber histórico correr certos riscos quando assume o «prazer do texto», como diria Roland Barthes. Aí estava em jogo, mais especificamente, o prazer da citação, no sentido que Walter Benjamin dá a esse termo. Citações deliberadamente em excesso, e sem nenhuma submissão à noção moderna de autoria, tal como a estudou Michel Foucault.

Mas, por que isso? Para mostrar que a sensibilidade diante do passado estava permeada não apenas pela visão, mas também pelo corpo, sobretudo o tato e o olfato, e não apenas em uma ou duas correntes de pensamento e de ficção, ou a certos posicionamentos ideológicos, que podem ser didaticamente classificados como direita ou esquerda. A questão não estava restrita a autores e obras, porque circulava em variadas manifestações da cultura escrita, sobretudo a partir do século XVIII. Daí a variedade de escritores. Aliás, o que eu quis mostrar foi exatamente a variedade, ou melhor, o fluxo de uma sensibilidade percorrendo certas maneiras de dar sentido ao tempo.

Sem ter estilo de tese, qual estilo teria o livro? Pergunto-me agora, provocado pela instigante leitura do prof. Luís Torgal. Sinceramente não sei, mas posso dizer que muito me beneficiaram as observações de Baudrillard sobre a potência interpretativa do fragmento e os relampejos de Benjamin sobre a citação. Sendo assim, lembro que, no decorrer da escrita, indaguei-me sobre a necessidade de pôr introdução e conclusão. Oscilei, não sem certa angústia, entre três opções: só introdução, só conclusão ou nenhuma das duas. Fiquei com a primeira, mas hoje seguiria outra possibilidade: faria um *post scriptum*, dizendo mais ou menos o que estou aqui a dizer sobre o conteúdo da forma.

Luís Torgal, com sua erudição generosa e seu apreço à crítica historiográfica, me fez perceber isso. Eu poderia, ou mesmo deveria, ter posto ao final do livro um texto em separado, como um anexo, dando conta do que fiz, ou pelo menos tentei fazer;

não como conclusão, porque isso seria trair a proposta do livro, compromissada com a proliferação quase barroca de citações e fragmentos, em consonância com o caráter disperso da poeira e de outras marcas do tempo, como rachaduras, ruínas, fissuras... Fica, pois, uma ideia para uma possível segunda edição.

Além disso, ou subjacente a isso, um *post scriptum* poderia conter considerações sobre o que parece ter ficado demasiadamente disperso. Responderia de modo mais direto, então, uma justa cobrança: «O que pensa o autor sobre a História? Mesmo o que pensa ele sobre o Museu?».

Ao enveredar por exercícios de fuga, vale destacar, não estou aderindo a «relativismos» ou «pós-modernidades». Aliás, estão aí duas palavras diante das quais não tenho a menor simpatia, por achar que não passam de modismos da sociedade do consumo e do espetáculo. E, o mais grave, são palavras que praticamente eliminam o constante e inadiável questionamento que o saber histórico deve promover no sentido de jamais abdicar da tarefa de evidenciar a ética com a qual se legitima. Nesse sentido, não basta mostrar versões do passado na escrita ou em museus. É absolutamente necessário discutir como essas versões são apreensões realizadas por meio de dispositivos mais ou menos disponíveis, permeados de poderes muitas vezes inconfessáveis, como o próprio poder de justificar certo presente por uma suposta autoridade de determinado pretérito.

Como lugar de construção do passado, o museu é um lugar de poder. Os estudos de historiografia assim compreendem. Mas, não fiz um livro de historiografia, apesar de explicar que não deixei de fazer uma «abordagem historiográfica» levando em conta os ensaios de Stephen Bann a respeito da sensibilidade corporal na história antiquária. Quer dizer, desenvolvi na introdução explicações sobre o tom historiográfico do livro, deixando talvez expectativas nesse sentido. Mas o livro não é, a rigor, de historiografia e muito menos de teoria da história, como bem notou o meu interlocutor.

O que faltou? Retomar isso em um *post scriptum*, destacando autores citados no decorrer do livro, na dispersão que o caracteriza. Aí eu precisaria juntá-los não para fazer resumos ou conclusões (coisa que comprometeria a minha fuga), e sim para dar ênfase à deliberada ambiguidade da proposta: entre a historiografia e a história das sensibilidades (que de certa maneira pode ser chamada de história do corpo). Este “entre” foi apenas praticado, mas não devidamente explicitado, como agora tentei fazer, motivado pela atenta e atenciosa leitura de Luís Torgal, amigo que tem me mostrado um Portugal que só ele saberia mostrar.

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS
Professor do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará (Brasil)
regislopesufc@hotmail.com
https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_14

Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013, 925 pp. ISBN: 978-98-9644-221-7

Numa época de renovação e repensamento do regime salazarista as duas historiadoras publicaram no ano de 2013 uma obra decisiva para o entendimento do problema da aniquilação e da perseguição dos judeus, assim como do seu acolhimento em Portugal. Escolhendo o ângulo específico das relações entre Salazar, o nosso país e o problema do Holocausto, as autoras fizeram uma interpretação inovadora no que concerne às fontes utilizadas e à bibliografia atualizada a que recorreram e às conclusões a que chegaram. Trata-se, por isso, de uma obra sólida e original, muito bem estruturada, combinando a riqueza da análise com as virtualidades da síntese. O trabalho de longo fôlego é apresentado através de uma escrita fácil e fluente. Livro de uma historiografia não tanto narrativista, mas muito mais interpretativa, dá-nos uma perspectiva macro e micro-histórica de uma grande abrangência temática. Deixando de lado, tanto quanto possível, as ideologias Irene Pimentel e Cláudia Ninhos enveredaram por um caminho marcadamente científico assente em explicações contextualizadas dos fenómenos estudados em Portugal, ou no estrangeiro. Não se trata de uma análise do sistema concentracionário nem do extermínio dos judeus, mas antes de um trabalho de inteligência sobre a interpretação dos factos e do que existe para além deles. Na obra não se descobre uma teoria implícita, mas as historiadoras distanciaram-se das abordagens neo-positivistas tão em voga actualmente nalguma Historiografia. Os enquadramentos históricos gerais sobre a Alemanha Nacional Socialista, a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial e as relações entre o Estado Novo e o Nazismo funcionaram como elementos fundamentais para o entendimento das investigações mais empíricas baseadas no estudo de fontes primárias como documentação de Arquivos e imprensa. Simultaneamente, as historiadoras também exploram bem a bibliografia passiva para chegarem a conclusões inovadoras sobre os assuntos em causa. A Parte I, de Cláudia Ninhos leva-nos diretamente ao conhecimento dos aspetos essenciais do regime Nacional-Socialista e introduz-nos no estudo do antissemitismo e da eugenia. Não é, porém, pacífica a leitura que as autoras fazem deste fenómeno uma vez que se confrontam – especialmente Irene Pimentel – desde logo com o historiador Manuel Loff o qual tem uma interpretação mais radical do eugenismo, enquanto a autora revela uma visão mais matizada do assunto apoiando-se sobretudo nas fontes impressas sobre o tema. Uma questão central da extensa obra, mas de leitura agradável é a análise do relacionamento entre o Estado Novo e o Nacional-Socialismo com a abordagem da Constituição de 1933, o estudo do anticomunismo – a «grande heresia da nossa idade» – a repressão político-ideológica sobre a sociedade e o estudo quase exaustivo de

A Esfera, órgão da imprensa germanófilo o qual foi a expressão, em Portugal, da ideologia nazi. As historiadoras mostraram a existência, já por nós conhecida, de uma colaboração efetiva entre as autoridades portuguesas a começar pelo seu Chefe e a terminar nas polícias e nos militares. Os nacionais-socialistas mostraram-se sempre ávidos do exercício de uma hegemonia política no nosso país. O antissemitismo, como as historiadoras nos explicaram, era um dos vetores ideológicos essenciais dessa política de combate ao elemento judaico. Daí a história genealógica feita desde o Integralismo Lusitano, à virulência ideológica de Mário Saa, passando pelo Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto até à «zona cinzenta» de Primo Lévy aplicada ao caso português. A Parte I termina com a análise, bem fundamentada nas fontes e na bibliografia, da política externa portuguesa em relação aos refugiados desde os anos 30, não se coibindo as autoras de colocar a questão centrada na existência ou não de uma questão judaica no nosso país. Atenas, Salónica, a Suíça, Angola, Istambul e Itália eram cidades, ou países onde os problemas judaicos são abordados com o espírito crítico e o distanciamento da maturidade das duas historiadoras cujos textos, que compõem a obra no seu conjunto, dão a ideia de terem sido escritos a duas e não a quatro mãos. As autoras explicaram como num país sem tradições antissemitas a partir de 1938 foi publicada legislação antijudaica que transformou o Estado dirigido pelos fascistas liderados por Mussolini num país cujas autoridades perseguiram e enviaram para os campos de concentração muitos judeus de entre os quais, Primo Lévy, escritor e memorialista já referido. Num momento em que a Europa fechava os olhos ao problema dos judeus vítimas do holocausto e em que Salazar assumia uma atitude de alguma ambiguidade perante a questão e em que Aristides de Sousa Mendes em Bordéus e Baiona desobedecia às ordens de Salazar concedendo milhares de vistos aos judeus vindos de toda a parte da Europa, o nosso país foi acolhendo com complacência aqueles homens e mulheres que no seu cosmopolitismo pouco tinham a ver com as mentalidades sociais das pessoas das nossas cidades do litoral (ex. Caldas da Rainha e Figueira da Foz). Da «Noite de Cristal» (1938) à «Solução Final para a questão judaica» definida na Conferência de Wannsee em 1942 (Arno J. Mayer) foi todo um percurso da política desenvolvida pelos nazis em relação aos judeus cujos reflexos acabariam por se fazer sentir em Portugal com a vinda de milhares de refugiados que encontravam no nosso país um novo fôlego necessário à aventura da América do Norte. No caso especificamente português, as historiadoras estudam a questão dos marranos do interior (Beira Alta e Trás-os-Montes), a obra de Resgate do capitão Barros Basto convertido ao judaísmo durante a Primeira Guerra Mundial, a construção das sinagogas de Lisboa (1904) e Porto (1938) e a elite judaica urbana integrada na sociedade portuguesa.

Na parte II as autoras analisam a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial. Cláudia Ninhos definiu a posição de Salazar perante a política europeia e explicou a espionagem e a propaganda nazis em Portugal. No capítulo 2º, Irene Pimentel abordou circunstanciadamente os problemas da organização do auxílio e do apoio aos refugiados (polacos, holandeses, belgas, franceses, etc.). A autora explicou-nos as substanciais diferenças económicas entre os judeus. Enquanto os mais ricos viviam em luxuosos hotéis do Estoril e Cascais, os mais pobres escolhiam sobretudo a zona litoral do país. No entanto, também havia judeus na Cúria, em Coimbra, Sintra, Ericeira, Porto, Praia das Maças e Azenhas do Mar, Costa da Caparica, Almada, Oeiras, Parede e Paço de Arcos. O Estado Novo tinha estabelecido zonas de residência fixa para os refugiados em Portugal e era nelas que eles viviam.

Irene Pimentel e Cláudia Ninhos fazem um logo estudo sobre a relação entre os países aliados e o Holocausto desde o antisemitismo na fase inicial da Guerra passando pela política germânica na Polónia até às deportações para o Leste Europeu. Realce particular para a análise dos Guetos (ex. Varsóvia e Lodz). Estes fenómenos, segundo as historiadoras relacionaram-se com a Operação Barbarossa e com os passos que foram dados, de forma improvisada, até ao delineamento da «Solução Final». No contexto do debate historiográfico sobre a questão, as autoras destacam as teses intencionalistas, funcionalistas e estruturalistas sobre a temática. E, nesta sequência, surge o nome de Ian Kershaw autor de uma vasta biografia de Hitler e um dos grandes nomes da historiografia britânica atual que tem uma posição mais cautelosa do que as teorias mencionadas retirando ilações tanto de uma como de outra para a obtenção de uma interpretação própria sobre o assunto. Contudo, ainda segundo Irene Pimentel e Cláudia Ninhos, o debate sobre o papel de Hitler e das suas estruturas de poder não terminou com Kershaw.

Como se sabe, o Holocausto foi uma imensa tragédia, talvez a maior da História da Humanidade. Da França dos campos passando pela Polónia onde se situavam centenas de campos de concentração, até aos horrores da Hungria e da zona balcânica tudo isto revela a falência da Razão iluminista e representa uma quebra no progresso histórico cujo teorizador tinha sido o «Ideólogo» Condorcet na fase final do Iluminismo. Mas a barbárie estendeu-se a muitos outros países e o seu lugar de memória, por excelência foi, como todos sabem, Auschwitz. O genocídio do povo judaico mereceu das historiadoras todo um desenvolvimento sistemático ora analítico, ora sintético, que nos dá uma visão completa sobre a situação dos judeus na Europa. Irene Pimentel e Cláudia Ninhos quantificam quando é preciso quantificar e o exemplo mais nítido é o da Hungria onde segundo algumas fontes teriam sido assassinados pelos húngaros 63 000 judeus e pelos nazis 686 007. Em Auschwitz, ainda de acordo com os dados fornecidos pelas autoras foram massacrados 10 000 judeus

por dia e, em quatro semanas, 438 402 pessoas desse país foram enviadas para o campo da morte mais paradigmático da Segunda Guerra Mundial. São números impressionantes que demonstram como as teses relativistas, ou negacionistas representaram uma mistificação da história sem paralelo.

O fenómeno do Holocausto foi muito conhecido em toda a Europa e as opiniões públicas melhor ou pior informadas estavam a par da realidade. No caso português, Irene Pimentel e Cláudia Ninhos analisaram em pormenor a questão sobretudo recorrendo à imprensa católica (ex. *O Novidades, Lúmen*) e aos jornais *República* e *Diário de Lisboa*. Cláudia Ninhos mostrou que a censura impedia que a população alfabetizada tivesse acesso às notícias sobre o Holocausto, pois estas eram muitas vezes eliminadas pelos Serviços da PVDE.

Na parte final da obra Irene Pimentel analisa alguns dos aspetos fundamentais da política nazi como os crimes e os julgamentos dos judeus. Os julgamentos de Kramer, e de Goring (Nuremberga) o caso de Keitel e dos outros chefes militares alemães. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo nazi, Ribbentrop também teria de se sujeitar à justiça. Quando Hitler se suicidou no Bunker, em Portugal foi decretado um dia de luto nacional, enquanto se manifestava “alegria nas ruas”.

Ao lermos esta longa obra obtivemos uma vasta informação sobre o fenómeno totalitário e o Holocausto. Como não poderia deixar de ser reforçamos a sensibilização para o tema e ficámos com o desejo de continuar a ler livros que se ocupem do assunto nos planos nacional e internacional. O olhar do cinema é importante, mas só por si não basta para uma correta interpretação do genocídio do povo judaico pelos nazis. Assim, julgamos que o trabalho, de grande qualidade científica, de Irene Pimentel e Cláudia Ninhos para além de reunir todas as condições de natureza científica reveladas representa um grande passo no sentido do conhecimento de um tema até agora ainda não estudado entre nós. É, por isso, uma obra indispensável para os leitores interessados nesta temática e de leitura obrigatória para todos aqueles que por razões de ofício tiverem necessidade de se informar sobre o caso português no quadro da barbárie nazi.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/Ceis20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_15

David Priestland, *A Bandeira Vermelha. História do Comunismo*, Lisboa, Texto Editores, 2013 (Edição original em língua inglesa, 2000). ISBN: 978-97-2474-331-8

David Priestland é atualmente um dos maiores especialistas mundiais da História do Comunismo interpretado a uma nova luz, sem obediência

aos velhos dogmas comunistas e anticomunistas. “Fazedor” de uma história interpretativa e crítica de um dos movimentos de maior expressão da humanidade enraizado em dezenas de países durante dois séculos desde a Revolução Francesa, até à ideologia maduramente assumida na Alemanha dos séculos XIX e XX. O Comunismo enquanto sistema político culminaria na queda dessa utopia com a implosão da URSS em 1991. Professor de História Contemporânea em Oxford e nas Universidades Estatais de Moscovo, é também Professor Associado de St. Edmund Hall e, no quadro da sua atividade científica publicou obras como *Stalinism and the Politics of Mobilization* e *Merchant, Soldier, Sage – A New History of Power. A bandeira Vermelha surge como vértice, em certa medida, da sua produção historiográfica. Conhecedor da língua russa teve acesso aos Arquivos da antiga URSS e, assim, pôde desenvolver todo um trabalho de reinterpretção da história do comunismo libertando-se das abordagens dogmáticas marxistas-leninistas (economicistas e mecanicistas em muitos casos), presentes na Historiografia soviética muito desvalorizada no quadro do desenvolvimento científico mais geral desse país. Abordando o jacobinismo francês de Robespierre como precursor, em certa medida, dos socialistas utópicos franceses (ex. Sant-Simon, Charles Fourier, etc.) estuda também, como não poderia deixar de ser, pensadores e líderes como «Marx, Engels, Lenine, Estaline, Fidel Castro, Che Guevara, Mao, Ho Chi Minh, Gorbachev» assim como os seus seguidores de base militantes bolcheviques dos anos 20 na Rússia, os guerrilheiros da China, os estudantes marxistas da Etiópia ou os («terroristas urbanos na Europa da década de 70»). Numa fase em que se assiste ao regresso da Guerra Fria na Europa – a Euroásia por um lado e a União Europeia e os Estados Unidos pelo outro, o estudo da temática analisada por Priestland afigura-se-nos fundamental. Desde a tomada da Bastilha em 1789, até à queda «dramática» do Muro de Berlim (1989), desde a Praça de Tianamenn, em Pequim, até à derrocada do Império soviético em 1989, o comunismo teve os seus momentos de auge e de crise. Por outro lado, não deixa de representar, quase sempre, uma «concepção visionária» da modernidade social especialmente dos «deserdados da fortuna» que sustentaram a ideia de criação de uma sociedade baseado «na harmonia e na igualdade». O estudo da Revolução Bolchevique, do Terror Estalinista, da «desestalinização» de Krushev, da Revolução Cultural chinesa, de Pol Pot e dos «campos de morte» no Cambodja, ou a implosão da URSS são incontornáveis para os leitores atentos aos «sinais dos tempos» e interessados no conhecimento do modelo soviético aplicado «mecanicamente» especialmente nos países do Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial e da rutura entre o Leste e o Ocidente que originou a Guerra Fria a partir dos anos 50. A análise das mentalidades é essencial para entender o comunismo*

de Lenine, Estaline, Mao, Ho Chi Minh, Che Guevara e Gorbachev, (embora este se afaste numa segunda fase do marxismo-leninismo e adira à social-democracia). No primeiro capítulo David Priestland faz uma abordagem cronológica da evolução do marxismo e elabora uma síntese interpretativa da obra de Karl Marx. Refere-se ainda ao papel de Engels na evolução do ideal marxista especialmente através de uma vasta correspondência enviada a partir de Londres. Este capítulo inicia-se sintomaticamente com uma alusão ao quadro de Eugène Delacroix, *28 de Julho. A Liberdade a Conduzir o Povo* (1831). Segundo o historiador britânico: «Para Delacroix, no coração da revolução não estavam os burgueses de togas, mas os trabalhadores esfarrapados». Isto representava uma verdadeira mutação do ideal de revolução burguesa para um outro assente numa nova sociologia: a da revolução das classes trabalhadoras que já se manifestara na revolução democrática e social de 1848, em Paris e se viria a revelar plenamente na Comuna de 1871 inspirada por ideais proudhonistas, blanquistas, marxistas, bakuninistas, etc., etc. Sobre este assunto ainda é hoje muito útil a leitura de *A Guerra Civil em França* de Karl Marx. Embora este tivesse desaconselhado a revolução parisiense, viria depois a apoiá-la e a extrair ilações desta primeira experiência de dominação do poder pelos trabalhadores (operários, artífices, pequeno burgueses, etc.). A Primeira Internacional de organizações socialistas plurais (fundada em 1864) viria a apoiar a revolução através dos seus 81 membros presentes na Assembleia parisiense. Como sublinha Priestland a respeito da revolução «[...] pela primeira vez, a bandeira vermelha e não a tricolor da República foi desfraldada sobre uma sede do governo, o Hotel de Ville» e a «ditadura proletária» implantada. Segundo o historiador, Marx teria sido «Um Prometeu Alemão». Marx polemizou com Bakunine no seio da I Internacional. Esta organização teria a sua reunião final em Haia, em 1872. O Conselho Geral de Londres seria transferido para Nova Iorque ficando os partidos socialistas italiano, espanhol e suíço à mercê da influência bakuninista. Com a fundação da Segunda Internacional, o Partido Social Democrata Alemão (SPD) passaria a exercer uma certa hegemonia no movimento socialista internacional – a Segunda Internacional realizou o seu primeiro encontro em Paris, e a 14 de julho de 1889, «no centenário do assalto à Bastilha». Nessa altura os delegados presentes na reunião de Paris puderam visitar a Torre Eiffel, símbolo da modernidade e do progresso industrial e civilizacional.

Ora, se tudo isto é analisado detalhadamente na obra de Priestland, também é verdade que o historiador aborda o comunismo dos Cavaleiros de Bronze, assim designados sob inspiração da famosa estátua de S. Petersburgo erigida no tempo de Pedro O Grande. Penetrando profundamente na vida social e política russa, o historiador explica a revolução bolchevique de 1917 a

partir de uma posição crítica e não deixa de abordar o olhar do Ocidente sobre a rutura de outubro, assim como das suas fases seguintes (ex. Comunismo de Guerra NEP, Estalinismo). Para além disso, é o marxismo que também está em análise – o de Lenine, Rosa Luxemburgo, Lukács, Gramsci e da Escola de Frankfurt (aqui especialmente o marxismo romântico de Marcuse e do seu *Homem Unidimensional*). O estudo da influência soviética sobre o Ocidente especialmente através dos seus líderes é uma realidade desta obra multifacetada que vai das abordagens políticas, às culturais, plano em que Priestland se mostra particularmente à vontade. No capítulo V estuda as Frentes populares particularmente em Espanha, em França e no Chile. A análise da Segunda Internacional e o papel do Comintern são igualmente interpretados a uma nova luz. O leninismo, o exemplo francês e a figura de Ho Chi Minh, o estalinismo e o Gulag soviéticos, a coletivização forçada dos campos na década de 30 na URSS são objeto da atenção lúcida de Priestland. No capítulo VI «O Leste é Vermelho» o autor analisa o pensamento de Mao Tsé Tung e estabelece a relação necessária entre o líder chinês e Estaline. A China como grande país comunista depois da Longa Marcha e da criação da República Popular em 1949 é objeto de várias reflexões do historiador britânico: ou então a reflexão centra-se no Vietname e na luta dos vietnamitas pela libertação dos franceses primeiro e dos americanos depois. Para constatar a importância histórica do comunismo em finais da década de 40 convém ler a seguinte passagem de Priestland: «O ‘bloco’ comunista era, portanto, extremamente diversificado – muito mais até do que muitos, no Ocidente e nessa altura gostariam. Ainda assim, a partir de 1949 e durante alguns anos, regimes comunistas, na sua maioria em estreita aliança com Moscovo, governaram um terço da população mundial. Poucos teriam previsto tão extraordinário desfecho apenas oito anos antes, quando os nazis estavam às portas de Moscovo e o comunismo à beira do colapso» (p. 336).

Os anos de Estaline e o pós-estalinismo mereceram a David Priestland a maior das atenções. Daí a ideia de Império para caracterizar o comunismo até aos finais da década de 60 quando o comunismo parecia estar esgotado, embora ganhasse um novo alento na América Latina e em África e contasse com a «concorrência» de Cuba. Na verdade, a guerrilha adquirira aqui influência, como o autor mostra e foram criados ícones como o de Che Guevara (alinhado de «Che»). A emergência dos países do Terceiro Mundo depois da conferência de Bandung (1955), muitos dos quais inspirados pelo marxismo, trouxe consigo uma nova realidade à cena internacional. Che Guevara não só deu o exemplo na América Latina (Venezuela, Guatemala e Colômbia) como o seu mito foi transposto para África onde a guerrilha se ocupou da libertação de povos colonizados como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Porém, a transposição mecânica do marxismo-leninismo

para África revelar-se-ia nefasto especialmente nos países colonizados por Portugal até 1974. Aqui também o maoísmo desempenhou um grande papel, mas as políticas adotadas tinham mais a ver com o modelo soviético. No capítulo X Priestland ocupa-se da estagnação dos países comunistas particularmente na época de Brejnev. Nesta fase, as pessoas de Leste pareciam estar mais interessadas no consumismo a que não tinham acesso do que no igualitarismo proposto por Krutshev para a URSS nos anos 80. Esta ideia da realização do comunismo seria posta de lado pela nova nomenclatura brejnevista dos anos 70 uma vez que aquilo que dominava o coletivo era uma sociedade baseada na burocracia e na existência de privilégios da elite dominante. Na moda, as calças de ganga e na música o rock eram especialmente apreciados nos países do leste europeu.

David Priestland abordou naturalmente a queda do comunismo em 1989 e o epílogo da sua obra é a análise das revoluções coloridas «Rosa» na Geórgia em 2003, «Laranja» na Ucrânia em 2004 e «Tulipa» no Quirguistão em 2005, revoluções que puseram termo às velhas ordens comunistas. No entanto, mantinha-se a Coreia do Norte como uma dinastia de um comunismo oriental e Cuba apesar da derrocada da URSS. O caso chinês é muito particular já que a economia é capitalista e o governo comunista. Virá novamente o vermelho? Priestland afirma que ao reagirem violentamente contra as utopias comunistas, os «liberais dogmáticos messiânicos» tentam exportar o seu sistema muitas vezes «à força» para todo o planeta. E conclui que agora os castigados com a crise de 2008 podem aprender com a história do comunismo.

Para terminar: Trata-se, na verdade, de uma excelente obra de um autor com uma cultura extraordinária que nos retrata os grandes movimentos do comunismo internacional desde as suas origens à sua queda. Crítico em relação aos modelos que existiram, o historiador não cai – longe disso – nos braços dos neoliberais uma vez que me parece ver nele uma certa simpatia pela utopia comunista.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/CEIS20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_16

Jorge de Alarcão, *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*, Coimbra, CEAUCP, 2013, 96 p., ilustradas. ISBN: 978-989-95964-5-3.

Apresenta a capa contornos de montanhas envoltos em neblina. Não poderia ser ilustração mais adequada a uma obra onde o Autor efetivamente

se passeia por montes e vales na busca de certezas que, alfim, não logra ter, limitando-se a alicerçar hipóteses.

Primeiro que tudo, a explicação do horizonte geográfico alvo da investigação: a Beira Baixa, região natural que Amorim Girão situou do rio Erges ao Zêzere e, «de norte a sul, desde o planalto da Guarda/Sabugal até uma linha que, ultrapassando o Tejo, inclui as áreas de Gavião e de Nisa» (p. 7). «Beira» que parece não ter assumido o significado de fronteira, mas que, nos documentos do século XIII e dos inícios do século XIV, «se deve tomar apenas no sentido de área vizinha da serra de Ocaia (isto é, da Gardunha)» (p. 11). Bastariam, aliás, estas mui singelas linhas para nos darmos conta dos intrincados problemas de nomenclatura e etimológicos que o Autor se propôs esclarecer, com o mais amplo recurso à documentação arquivística, mormente cartas de doações, proporcionando-nos, através de minuciosos mapas (devidos a José Luís Madeira), a possibilidade de melhor o acompanharmos nos seus raciocínios e interrogações.

Nessa mesma pág. 11, se explicita a razão da classificação dada («terra tomada sem guerra»): é que «a integração efectiva da Beira Baixa no reino de Portugal deu-se nos finais do século XII e nos inícios do XIII», sem que tivesse havido necessidade de recorrer às armas. Aliás, para Jorge de Alarcão, «a Beira Baixa sempre foi um além, uma terra adiada, na época romana olhada de longe por um governo provincial sediado em Mérida, nas épocas sueva e visigótica pelos reis que residiam em Braga e em Toledo, respetivamente, na época muçulmana pelos emires e depois pelos califas de Córdova, e, no período da formação do reino de Portugal, pelos reis que tiveram, como capital, Coimbra (e, desde D. Afonso III, Lisboa)».

Nesse aspeto, estamos de acordo, e ainda na atualidade, só a abertura das auto-estradas possibilitou aos habitantes dessa região sentirem-se... menos longe! A afirmação, porém, creio não errar se sublinhar que traz consigo alguma provocação. Não direi dos tempos muçulmanos ou dos primórdios de Portugal; contudo, em relação ao período romano, a *civitas Igaeditanorum*, por exemplo, julgo que mereceu dos governadores da Lusitânia, instalados em Mérida, particular atenção, sobretudo por duas razões: a posição geográfica, local de passagem entre *Emerita Augusta* e *Bracara Augusta*, e a riqueza aurífera. Parece difícil compreender eventual alheamento se é das poucas cidades hispânicas (a par de *Emerita Augusta* e de *Caesar Augusta*, por exemplo) a honrar o César Caio, um dos filhos adotivos de Augusto, seguindo, nesse âmbito, uma ordem que se supõe ter sido expressamente emanada de Roma; e se tivermos em conta que a análise antroponímica revela laços entre famílias igeditanas e emeritenses⁽¹⁾.

(1) Cf. José d'Encarnação, «*Emerita e civitas Igaeditanorum*: uma relação bem registada na epigrafia», *Eburobriga*, 1 (2004), p. 57-60. Acessível em: <http://hdl.handle>.

A atenta observação do índice traça-nos a panorâmica do que vai ser abordado, na linha de investigação que Jorge de Alarcão recentemente tem seguido: um olhar sobre a época romana, sim, e sobre os seus caminhos, para se embrenhar de imediato pelo século XII, a fim de tentar clarificar a sempre discutida etimologia dos topónimos. Para isso, foram manancial fecundo os textos das doações feitas aos Templários por el-rei Afonso I das terras de Idanha e Monsanto e do castelo de Abrantes aos freires de Santiago, não sem se deixar de discutir a possibilidade de algum desses documentos haverem sido forjados, embora claramente se assinale que mesmo um documento forjado pode ser boa fonte de informação.

Será, porém, o lançamento de hipóteses sobre a origem e identificação no terreno de topónimos tão estranhos como: Covilhã; Alpreada e Taveiró (ribeiras); Guidintesta (¿ de um tal Guidino Testa, como quer Joaquim Silveira – p. 44?), Açafa e Cardosa (herdades) – que mais o interessarão, para, no final, opinar sobre a organização municipal da Beira Baixa ao tempo dos reis Sancho I e II (este já na 1ª metade do século XIII). Antes, porém, já o intrigara a doação de Idanha aos Gosendes, em 1106, e dum enigmático *castrum de Luzes* (Covilhã? – p. 29) ao arcebispo de Braga, cinco lustros depois, em 1132.

Confessa o Autor que «a tarefa não foi fácil», até porque similitudes ortográficas podem induzir em erro. E exemplifica: *Lavacollos* referido no foral de Belmonte «não corresponde à aldeia de Lavacolhos que fica no concelho de Fundão», do mesmo modo que «o nome de *Alfarezes*, que aparece no foral da Covilhã, não corresponde à aldeia de Alfarazes no concelho da Guarda» (p. 12); e «porto» não é, obrigatoriamente, local de atracagem em rio, como «foz» pode ser «passagem estreita» e não o sítio onde um curso de água desagua noutro (p. 35). Para além disso, havia uma outra circunstância lógica: «Na corte, onde eram definidos os limites, poderia não haver exacto conhecimento da geografia da região, e nem sempre estariam presentes homens que conhecessem bem os lugares» (p. 12).

Dentre as muitas passagens que poderia transcrever para mostrar a complexidade do labor a que Jorge de Alarcão meteu ombros, escolhi esta (da p. 44):

«A torre de *Ardola* (ou de *Cardola* na versão de P. P. Costa e M. Barroca) ficaria na serra das Talhadas, ou sobranceira ao Tejo, ou perto do vértice geodésico do Almeirão (a ocidente da aldeia de Chã das Serras) ou um pouco mais a norte, próximo de Chão de Galegos».

Quantas possibilidades!...

net/10316/28473. Aliás, o Autor reconhece ser «possível que Idanha fosse cidade de bastante vida no fim do séc. IX» (p. 15).

E veja-se um capítulo de duas colunas e meia (p. 38-39), sobre «o nome da Covilhã», que não é, seguramente, a *Cava Juliana* fantasiada por Frei de Bernardo de Brito. As hipóteses aí são tantas e tão variadas que difícil se torna escolher; mas o Autor acaba por se inclinar por uma, que não deixa de ser curiosa, até porque dar o nome a uma terra por nela abundar determinado tipo de vegetação não representa novidade alguma: veja-se Funchal, Olivais, Carrascal... E qual seria, então, a planta dominante no sítio que depois veio a chamar-se Covilhã? A urze branca, que também é conhecida por covilhão! Se, em vez de um substantivo, pensarmos em adjectivo aplicado a uma *villa*, o feminino seria natural: Covilhã!

Enfim, um punhado de hipóteses que, assim lançadas, constituem, sem dúvida, atroz desafio para os que voltarem a debruçar-se sobre esta temática, quer vasculhando mais documentação, quer calcorreando com olhos de ver os vales, os cumes e as planuras da região e os aglomerados populacionais que nela foram florescendo ou já morreram.

Mero exercício dialéctico, portanto, esta *Beira Baixa: Terra Tomada sem Guerra?* De modo nenhum! Antoja-se, ao invés, como reflexão que implica o lançamento de hipóteses, análise miúda que visa contribuir para uma síntese que tenha em conta os muitos elementos para aqui minuciosamente carreados. De resto, a abundante bibliografia de referência inserta no final proporcionará válido contributo para a discussão em aberto.

JOSE D'ENCARNAÇÃO

Faculdade de Letras da UC

jde@ci.uc.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_17

Miguel Gomes Martins – *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, 398 p. ISBN: 978-989-626-734-6.

O autor desta obra, Miguel Gomes Martins, centra a sua área de investigação no estudo da guerra medieval portuguesa. O autor publicou um conjunto de títulos sobre esta temática de que são exemplo as obras, *Para bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, escrita em co-autoria com João Gouveia Monteiro, e ainda *Guerreiros medievais portugueses*. Especialista na temática da história militar portuguesa, o tema das fortalezas medievais não é novo para o autor.

A guerra era uma das mais importantes atividades da medievalidade europeia. Transformava as fronteiras dos reinos, definia zonas de influência

económica, afirmava dinastias e, em suma, afetava todas as vertentes da sociedade. Ora a guerra medieval é constituída por 1% de batalhas campais e 99% de cercos (p. 17). Ainda que uma eventual batalha campal pudesse decidir uma guerra, em termos numéricos a maioria das campanhas efetivava-se para a conquista de praças-fortes. Daí podemos captar a importância que adquiria a construção, manutenção e defesa das fortalezas para a atividade militar e para garantir a ocupação efetiva de território.

A obra assume como objetivo analisar estes «guerreiros de pedra» e fá-lo de duas formas distintas: em primeiro lugar, a apresentação de estudos de caso que evidenciam a evolução particular de algumas fortalezas portuguesas. Em segundo lugar, o autor efetua uma análise dos castelos portugueses através de uma visão de conjunto, mais importante por ser inovadora, sobre a importância e a ação dos guerreiros de pedra na Idade Média portuguesa. As duas perspetivas de análise encontram-se harmoniosamente unidas. No final de cada um dos 13 capítulos da obra encontram-se 3 a 4 estudos de caso integrantes do capítulo, mas desligados dele pela forma de análise. Tal escolha de estruturação (poderia ter-se dividido simplesmente o livro em 2 partes, uma para os estudos de caso e a outra para a análise de conjunto) revela-se-nos de certa forma adequada: tratando-se de uma obra de divulgação, a estruturação escolhida impele o leitor a não sobrevalorizar uma determinada forma de análise e a dar-lhes uma atenção similar na sua leitura, resultando, possivelmente, numa maior compreensão do assunto tratado.

Quanto aos estudos de caso, a metodologia de Rita Costa Gomes em, *Castelos da Raia*, referente aos castelos da Beira e Trás-os-Montes, já se orienta para uma abordagem que procura cruzar a evolução histórica do reino com as transformações operadas nas fortalezas da raia portuguesa. Miguel Gomes Martins opera nessa perspetiva, mas amplia a área dos seus estudos de caso a todo o território nacional, apresentando um total de 42 fortalezas. Porém, nota-se a ausência do estudo dos importantes fortes existentes em Lisboa, Porto, Braga e Coimbra, porventura por já se encontrarem sobejamente analisados em outros trabalhos tanto do próprio autor (Lisboa), como de Jorge de Alarcão (Coimbra). Contudo, é de notar que o autor, não apresenta nenhum critério que explique a sua escolha pelas fortalezas que apresenta (aventamos talvez a ausência de fontes para outros casos), lembrando ainda que segundo o mapa da obra havia no território medieval português 234 estruturas defensivas (p. 70). Um fator altamente positivo desta análise, é o estabelecimento de plantas para todos os castelos apresentados, o que permite uma melhor análise e acompanhamento da descrição realizada.

Relativamente à análise de conjunto João Gouveia Monteiro já tinha sistematizado na obra, *Castelos Portugueses dos finais da Idade Média* uma

metodologia inovadora. No seguimento dessa metodologia, Miguel Gomes Martins expande o quadrante temporal e temático da sua análise.

Nos 13 capítulos a obra estrutura-se em três partes fundamentais: a primeira diz respeito aos capítulos I a III, e apresenta a evolução, papel e distribuição das fortalezas no território português. Numa fase inicial (séculos VIII a X), são meros panos de muralha erguidos em zonas de defesa natural, normalmente elevações rochosas. Apesar de diminuírem em número, as estruturas defensivas aumentam em qualidade no século XI, apresentando, entre outras inovações, «um traçado geométrico e uma planta semi-circular» (p. 24). Miguel Gomes Martins realça, ainda, que as fortalezas portuguesas ganham uma torre de menagem, no centro da praça, a partir do século XII, por influência cruzadística – estas torres tinham a função de servir de último reduto de defesa e superintender toda a fortificação. Estas torres, não raras vezes, eram adaptadas para uma função residencial com o objetivo de albergar o comandante da praça, o alcaide. Este aspeto deve ser realçado pois dá à fortaleza, não só um papel militar mas também uma importância civil o que as torna capacitadas para albergarem o monarca em algumas ocasiões (p. 49). Esta presença civil nas fortalezas é consubstanciada pelo aparecimento de um grande número de edifícios de apoio à sua guarnição. No século XIII, novamente por influência dos Estados Latinos do Oriente, surgem as barbacãs, muros baixos colocados à volta dos castelos e que serviam de primeira barreira às forças inimigas. Mais tarde, a pirobalística dos séculos XIV / XV promoveu um redimensionamento do papel destas primeiras barreiras, servindo agora também como base para o posicionamento de peças de artilharia, e obrigou à diminuição da altura das muralhas, ao aumento da sua espessura e ao surgimento de traçados oblíquos para possibilitarem fogo cruzado.

Quanto à distribuição das fortalezas pelo território, deve-se destacar a ideia da formação de linhas de detenção (p. 59) paralelas ao território castelhano (à exceção da zona de Trás-os-Montes). Os conteúdos aparecem esquematizados e com notável clareza argumentativa. Sentimos, não obstante, a necessidade de realçar a falta de mapas regionais que permitissem a visualização imediata das linhas de detenção, e de outro que destacasse as áreas das principais operações militares referidas na obra (à semelhança do mapa 2 da obra de João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*). Ainda assim, o mapa geral de todas as fortalezas do reino encontra-se disponibilizado.

A segunda parte da obra corresponde aos capítulos IV a VI. Estes tratam os aspetos técnicos de uma fortaleza nomeadamente a construção, a liderança a manutenção e a vigia. Em Portugal a construção de estruturas defensivas é da exclusiva competência do rei, sendo também ele o responsável pela sua manutenção. Há a destacar o papel dos corregedores na inspeção

das fortalezas e das suas obras. A referida evolução da complexidade das fortalezas aumentou a necessidade de um corpo especializado de construtores e de um «exército de operários» (p. 86) recrutados através da anúduva. Também se torna necessário a repartição do financiamento da construção entre o concelho e a Coroa sendo que se considera que a Coroa tomaria a maior parte (p. 98). Contudo, apesar de financiados pela Coroa, os castelos teriam de ser vigiados pelas populações locais ou vizinhas com o serviço de vela e rolda, bastante impopular junto das mesmas, e que, por isso, procuravam restringi-lo aos períodos de guerra. A coordenar a vigilância da fortaleza, bem como todos os aspetos com ela relacionadas, estaria a figura do alcaide-mor. A sua nomeação provinha numa primeira fase dos tenentes, mas com o desaparecimento destas figuras, diretamente do rei.

Consideramos que seria necessário, especialmente nesta segunda parte da obra, mas talvez tal recomendação se pudesse alastrar a todo o conjunto, redimensionar o papel das notas de rodapé. Estas aparecem como meras indicações bibliográficas com a indicação do autor, obra e página, sendo talvez possível que nelas fossem desenvolvidos determinados pormenores que não cabem no corpo de texto e a explicação de determinados contextos político-militares; não obstante, existirem variadas citações de autores no corpo de texto. Não esqueçamos, contudo, que esta obra tem o propósito de se dirigir a um público mais alargado e que as notas de rodapé dificultam a leitura, apesar de fornecerem a essencial fundamentação a um trabalho científico.

A terceira parte da obra corresponde aos capítulos VII a XIII. Esta parte concerne uma análise da guerra de cerco que pode ser dividida em três partes: a defesa da praça-forte, o seu assédio e o desfecho final. Começando pelas disposições defensivas, (capítulos VII e XI) era essencial às fortalezas estarem bem abastecidas de víveres e, sobretudo, de água. A fome poderia, tal como a força das armas, fazer tombar uma fortaleza. O abastecimento da fortaleza era um encargo das populações locais; seria também em caso da guerra nesse mesmo espaço que encontrariam refúgio. As fortalezas, na eminência de um ataque, reforçavam muralhas, construíam paliçadas e destruíam edifícios ao lado da muralha para que não pudessem auxiliar o inimigo. Mas, na defesa da fortaleza, depois do cerco estabelecido, eram as armas de arremesso, quer neurobalísticas, quer pirobalísticas, que desempenhavam um papel fundamental para manter as investidas inimigas longe do pano muralhado. Era também comum os lugares sitiados recorrerem a sortidas junto do campo inimigo para desmoralizarem o adversário e para, talvez, conseguirem alguns mantimentos.

É de destacar que as disposições/hipóteses apresentadas encontram-se substanciadas com uma constante fundamentação em exemplos práticos. Assim, quando o autor afirma, por exemplo, que o abastecimento da

fortaleza era realizado pelas populações locais (p. 156), dá o exemplo da localidade de Santa Eulália de Vilar de Mouros que abastecia o castelo de Caminha. Mas tal é verdadeiramente recorrente ao longo da obra e revela um enormíssimo trabalho de recolha de fontes, dado que os exemplos dados abrangem localidades de todo o país, variados tipos de instituições e um quadrante temporal dos séculos XI a XV. Outro recurso para a fundamentação dos seus argumentos, bem como para proporcionar uma melhor leitura, é o enquadramento dos conceitos teóricos expostos em contextos militares concretos; tal é feito, por exemplo, nas páginas 264 e 265, quando o autor menciona as sortidas e apresenta o caso mais elaborado do cerco de Montemor de 1212. Aqui apresenta os representantes em contenda e estabelece os resultados efetivos da sortida conduzida nesse cerco por Gonçalo Mendes de Sousa ao comandante das forças régias Martim Anes de Riba de Vizela.

As disposições reservadas aos atacantes nesta terceira parte da obra situam-se nos capítulos VIII a X. Aqui podemos distinguir dois tipos de ataques a uma fortaleza: os ataques-surpresa, que apanham a guarnição desprotegida, e os assédios prolongados. Os ataques-surpresa, famosos em Portugal pela ação de Geraldo Geraldes e pela conquista de Santarém em 1147, apesar de exigirem menores recursos, acarretavam um risco elevado para as forças escolhidas e exigiam, normalmente, um plano que envolvesse algum apoio do interior da praça-forte e um conhecimento profundo das fragilidades da fortaleza. A coragem dos combatentes, o *timing*, a capacidade de imprevisto e a própria fortuna poderiam, contudo, ter um papel preponderante no sucesso destas operações que muitas vezes eram, também, montadas no contexto dos cercos convencionais. Num cerco convencional, a primeira preocupação do comandante atacante era o de conquistar os arrabaldes da cidade e restringir a ação do defensor às muralhas da fortaleza; de seguida o foco era a instalação estratégica do arraial que visava o estrangulamento do fornecimento alimentar aos sitiados. Contudo, era necessário que o mesmo não acontecesse aos sitiadores, pelo que a organização logística era uma das principais responsabilidades do comandante – tal poderia ser um verdadeiro desafio; veja-se que no cerco de Elvas de 1385 Juan I de Castela desistiu do cerco à cidade exatamente depois de uma sortida da milícia da praça-forte ter aprisionado uma coluna de abastecimento castelhana (p. 223).

Depois de instalado o cerco, as forças atacantes focavam-se na debilitação das defesas através de armas de engenho, sendo que na época medieval o trabuco tem especial importância; o principal objetivo destes engenhos de cerco é o derrube de panos de muralha mas também o enfraquecimento psicológico do inimigo; as minas seriam mais efetivas no cumprimento do

primeiro objetivo. Outras hipóteses seriam o derrube das portas através de aríetes – troncos de madeira reforçados com uma frente metálica – ou a escalada das muralhas com o recurso a escadas de assalto.

Esta terceira e última parte, ou seja, da efetiva ação das fortalezas no campo de batalha, deve ser realçada, dada a ausência de verdadeiros estudos de fundo, (para além dos já realizados pelo próprio) em outras obras, nesta temática específica. De facto, observa-se que, normalmente, o foco de atenção historiográfico é na evolução da arquitetura militar e na distribuição das fortalezas pelo espaço, algo que o autor também não descarta. Assim, há que valorizar de forma especial os capítulos de VI a XIII pelo seu carácter inovador.

Finalmente, os capítulos XII e XIII que dizem respeito ao fim das operações militares. De facto, um cerco não se resumia aos dois contendores. A chegada de um exército de socorro à fortaleza podia virar o confronto ou, pelo contrário, arrasar irremediavelmente as esperanças dos sitiados. As doenças podiam também afetar os exércitos, normalmente os sitiadores, pelas maiores dificuldades sanitárias – veja-se o surto de disenteria que atinge o exército almóada no cerco a Tomar em 1190 – assim como o fim dos períodos de serviço ao rei que podiam desfalcar de forma irremediável um exército sitiador.

A dureza dos cercos impelia, não raras vezes, para uma negociação pacífica; normalmente tal iniciativa partia dos sitiados, sujeitos a maior provação, e que, quando vêm os seus esforços para manter a fortaleza já impossibilitados, tentam, conservando alguma honra, assegurar um acordo que lhe permitisse escapar à chacina de uma tomada pela força.

A escolha da capa para o livro recaiu na pintura de Dominique Papety, *O marechal hospitalário Mathieu de Clermont a defender as muralhas no cerco de Acre, 1291*, que retrata a defesa do último enclave ocidental na Palestina. Apesar da importância dos Estados Latinos do Oriente, na evolução da arquitetura militar portuguesa, consideramos que, pelo teor do livro, se poderia considerar a escolha de uma temática ibérica na capa.

Tal como foi dito diversas vezes ao longo do texto a obra em análise, destina-se à divulgação do tema pelo público em geral e para tal tem que ter várias adaptações conceptuais que um trabalho académico convencional não necessita de ter. As qualidades científicas da obra não ficam em questão, sendo de notar apenas o breve reparo face às notas de rodapé demasiado secundarizadas. A escrita académica historiográfica é demasiado fechada ao público em geral, o que cria um vácuo de criação no mercado literário normalmente preenchido por autores sem formação histórica; assim, é de louvar esta obra que combina e liga os dois mundos. É desejável que sejam verdadeiros historiadores a conceber estas obras de divulgação.

Nesta obra, é notória a preocupação em clarificar o tema através de uma argumentação cuidada e fundamentada e de uma estruturação bem organizada. Lê-se facilmente e servirá, a partir de então, de referência, quer para académicos, quer para o público em geral.

PEDRO FILIPE FERNANDES SEBASTIÃO

Mestrado em História na FLUC

psebastiao03@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_18

Walter Kardinal Kasper, *Martin Luther. Eine ökumenische Perspektive*, Ostfildern, Patmos, 2016, 94 pp. ISBN: 3843607699

«Só poucas personalidades históricas são objeto, passados 500 anos, de uma magnífica admiração e rejeição como é o caso de Martinho Lutero. O retrato que dele se fez alterou-se de muitas formas. Devemos tomar consciência da distância do mundo em que Lutero viveu como a distância da sua mensagem. Precisamente a distância do Reformador e da sua mensagem constitui a sua atualidade ecuménica nos nossos dias. Muitos cristãos esperam legitimamente que o jubileu dos 500 anos nos conduza a dar um passo na direção que se aproxime da unidade. Não devemos desiludir esta esperança», escreve o autor na introdução.

O livro divide-se em sete capítulos: os muitos retratos de Lutero, um tempo de passagem, os desejos de Lutero: renovação evangélica da cristandade, nascimento e fim do tempo confessional, Lutero e o espírito da modernidade, época ecuménica como nova descoberta da catolicidade, a atualidade ecuménica de Martinho Lutero e ecumenismo da misericórdia – ponto de vista. As 63 notas finais valorizam sobremaneira a obra.

O texto permite penetrar no âmago da história quinhentista e perscrutar o contexto em que a Reforma se iniciou e desenvolveu. Conhecedor como poucos do tema, o A. à base de uma análise rigorosa das fontes sabe extrair com lucidez e objetividade as devidas ilações que o seu trabalho de historiador e teólogo sugere. Agora, chegados à atualidade, o panorama é outro, sem deixar de admitir o que realmente se passou há 500 anos. As mentalidades alteraram-se profundamente e os estudos e investigações trouxeram uma outra visão do passado.

O caminho do diálogo conduz o espírito para o terreno ecuménico e a postura já não é a da pretensão de qualquer das partes tentar impor a sua verdade, pois já se concluiu que nenhuma delas o pode fazer. O séc. XVI foi o ponto de chegada de uma caminhada que andou arredada das origens do cristianismo e o ponto de partida para uma bipolarização desconcertante e sem resultado algum. Daí a urgência de rever o que aconteceu e porque aconteceu, de confessar as falhas e de encetar uma nova fase.

Kasper cita uma frase de Lutero que merece ser considerada: «Se eu soubesse que amanhã o mundo acabava eu plantava uma pequena macieira». A 1 de novembro de 2009 plantou o card. Kasper no jardim de Lutero em Wittenberg uma pequena tileira; também os luteranos plantaram junto da basílica de S. Paulo uma oliveira. E comenta o antigo prefeito do Conselho Pontifício para a unidade dos cristãos que quem planta uma árvore tem esperança, mas precisa de paciência. A árvore tem de ganhar raízes fortes, como nós temos de ir às fontes e às raízes. A árvore precisa de crescer e subir para se aproximar mais da luz. A árvore precisa de alargar-se para que as aves do céu possam fazer os ninhos nos seus ramos como nós precisamos da sua sombra.

E conclui: «In dieser ökumenischen Perspektive könnte 2017 für katholische wie für evangelische Christen eine Chance sein. Wir sollten sie nützen. Es täte beiden Kirchen gut, vielen Menschen, die darauf warten, und der Welt, die zumal heute unser gemeinsames Zeugnis braucht».

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

Faculdade de Letras da uc

marodrigues@ci.uc.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_19

Biblia complutensis, ed.-fac. da ed. de Alcalá de Henares, in Complutensi Universitate, Arnaldus Guillelmus de Brocario, 1514-1517, Romae, Typographia Polyglotta Pontificiae Universitatis Gregorianae-Universidad Complutense de Madrid, 6 vols., 1983-1984.

Excelente a todos os títulos foi a ideia de proceder à edição fac-similada da célebre *Biblia Complutensis* feita impressa em 1514-1517 na tipografia de Arnaldo Guillemon de Brocardo, sob a dir. do Card. Francisco Ximenes de Cisneros. A tiragem foi de 1 000 exemplares numerados. A distribuição dos volumes é a seguinte: os vols. I–IV contém o AT; o vol. V inclui o Novo Testamento; o vol. VI apresenta o Vocabularium hebraicum atque chaldaicum totius Veteris Testamenti cum aliis tractatibus.

Para a tão arrojada tarefa da Poliglota Complutense, Cisneros convidou especialistas de alta craveira como Demétrio Cretense, António de Nebrija, Diego Lopez de Zuñiga, Ferdinando Nuñez de Guzman ou Nonius Pincianus e Juan de Vergara para as partes grega e latina; e Alfonso de Zamora, Pablo Coronel e Alfonso Complutense, para a parte hebraica. A eles se ficaram a dever o *Lexicon hebraicum et chaldaicum* e o *Apparatus ad Vetus Testamentum*. Das 600 cópias publicadas, só se sabe da supervivência de 123.

O Novo Testamento foi concluído e impresso em 1514, mas a sua publicação atrasou porque entretanto se trabalhava no Antigo Testamento, para que se pudesse publicar ambas as partes em simultâneo como uma única obra.

Os rumores do trabalho da Complutense chegaram aos ouvidos de Erasmo em Roterdão, que logo começou a elaborar a sua própria edição do Novo Testamento em grego. Erasmo obteve um privilégio exclusivo de 4 anos de publicação da parte do imperador Maximiliano I de Habsburgo e do papa Leão X em 1516. O texto de Erasmo ficou conhecido «Textus Receptus» e as edições posteriores serviram de base do Novo Testamento da Bíblia do Rei Jaime.

O Antigo Testamento Complutense ficou completado em 1517. Mas devido ao privilégio exclusivo de Erasmo, a publicação da Complutense teve de esperar até que o papa Leão X a aprovasse em 1520. Pensa-se que não foi amplamente distribuída antes de 1522. Cisneros morreu em julho de 1517, cinco meses depois de terminada a edição e nunca a viu publicada.

No séc. XVI, outras políglotas viram a luz do dia: a Régia ou de Antuérpia (1568-1572), dir. de Benedito Arias Montano, sob o título de *Biblia Sacra, hebraice, chaldaice, graece et latine, Philippi II, Reg. Cathol. Pietate studio ad sacrosanctae Ecclesiae usum*. Impressa na tipografia de Plantin, em oito vols. Os quatro primeiros contêm o AT, o V e o VI o NT; o VII um *Lexicon Graecum e Institutiones Linguae Graecae*; e o VIII versando diversos temas.

De referir ainda a Poliglota de Paris (1629-1645), *Biblia hebraica, samaritana, caldaica, graeca, syriaca, latina, arábica*, em 10 vols.; e a Londinense ou de Walton (1657), *S. S. Biblia Polyglotta. Complectentis textus originales hebraicos, cum Pentatheuco Samaritano, caldaicos, graecos*, em seis vols.

Para celebrar a concretização de tão importante empresa na passagem do 5.º centenário teve lugar em 2014 na Universidade Complutense de Madrid o início de uma série de atos evocativos da edição do grande monumento que é a Poliglota de Alcalá. O magnífico livro *Centenario de la Biblia Políglota Complutense. La Universidad del Renacimiento. El Renacimiento de la Universidad* apresenta uma temática muito rica da exposição efetuada que alguns estudos importantes encarecem imenso. Damos alguns exemplos: «A imprensa em Castela no tempo da Bíblia Poliglota», «A Poliglota e o esplendor da filologia trilingue na Espanha do séc. XVI», «O ensino do grego em Alcalá de Henares» e «O ensino do hebraico em Alcalá: a procura complutense de Deus».

Como escreveu José Luis Gonzalo Sánchez-Molero, trata-se de uma das obras cimeiras do Humanismo renascentista, considerada a «primeira obra científica do mundo moderno». Publicaram-se vários livros, realizaram-se diversas exposições e foi organizado um congresso internacional.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

Faculdade de Letras da uc

marodrigues@ci.uc.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_20

Madalena Schedel, *Em defesa do Império ameaçado – A ação política e diplomática de D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º conde das Galveias (1792-1814)*, Tribuna da História, 2016, 247 p. ISBN: 9789898219497.

O estudo de Madalena Schedel – resultado da sua tese de mestrado orientada pela Professora Doutora Ana Maria Leal de Faria e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – vem descortinar a intervenção de D. João de Almeida na área política e diplomática. Como figura de destaque durante o século XVIII importa realçar a sua proximidade à corte portuguesa e britânica, mas também a sua intervenção em acontecimentos decisivos, a nível nacional e europeu.

A autora optou por dispor a sua obra em três partes. Começa por oferecer uma perspetiva histórica da Casa de Galveias, identificando as origens familiares de D. João de Almeida e a longa folha de serviços à Coroa de muitos dos seus antepassados. Este tópico, passível de aprofundamento através do recurso a outras fontes documentais, é tratado com rigor e reveste um carácter exploratório na economia deste estudo.

De seguida, na segunda e terceira parte, evidencia-se a ação política e diplomática da personalidade em estudo. Privilegiando os acontecimentos marcantes da época como fio condutor do seu trabalho, deve ser realçado o atento detalhe da autora, ao relatar os feitos de D. João de Almeida. Inicialmente como diplomata e posteriormente como Secretário de Estado, a autora procura enquadrar a opinião de D. João com os vários acontecimentos ocorridos durante o período de 1792 até 1810. Destes, destacam-se devido à sua importância o conflito que assombrou a Europa (1798-1801) e a viagem e respetiva permanência da família real portuguesa no Brasil.

Porém, a obra contém outros traços positivos que merecem ser destacados. Inicialmente, a autora liga a casa Galveias à «Nova Aristocracia de Corte» (p. 18) criada após a Restauração (p. 28). Bem fundamentada devido ao domínio demonstrado nesta matéria, fruto dos estudos consultados, realça os serviços à Coroa como o método privilegiado de alcançar o estatuto de grandeza.

Relativamente à problemática relacionada com as «Correntes de opinião na Corte Portuguesa», deve ser realçada a exposição de Madalena Schedel relativamente a esta complexa realidade (pp. 67-73). Não tendo sido fácil a relação entre francófilos e anglófilos, nesta obra a autora consegue transmitir uma imagem esclarecedora deste intenso debate.

Em evidência esteve também a capacidade de dominar e apresentar debates historiográficos importantes. Um dos exemplos é a discussão sobre a ida da família real para o Brasil, onde a autora optou por realçar a necessidade de manter a «legalidade» e «legitimidade» como justificativo (p. 161 e 170). E outros se seguiram: a escala realizada pelo regente D. João

em Salvador (p. 184), a abertura dos portos brasileiros (p. 187) e a questão do comércio escravagista. Mas o seu contributo não ficou apenas pela exposição, acrescentou também questões e ideias relevantes para os tópicos em discussão (a título de exemplo veja-se a página 224 sobre a questão dos escravos na economia do Brasil).

Como a própria autora indica, a correspondência constituiu uma fonte fundamental para conseguir entender a opinião de D. José de Almeida enquanto embaixador e secretário de estado, mas também a sua opinião pessoal em relação aos muitos acontecimentos referidos – mesmo que nem sempre tenha sido um interveniente ativo (ex.: p. 220; 228). Neste aspeto, toda a obra foi bem-sucedida indo ao encontro dos objetivos de Madalena Schedel.

Como referi, o período aqui em análise pauta-se pela densidade de acontecimentos, o que resulta numa ampla quantidade de informação relatada. Desta forma, a autora julgou como necessário estender a contextualização nacional e internacional, porém, neste caso, parece ter caído no erro de dedicar muito do espaço físico da obra à contextualização. Daqui resultaram três problemas.

Em primeiro lugar, o espaço poderia ter sido preenchido fazendo uso de um maior volume de informação relativa a D. João de Almeida. Por outro lado, ficou visível que por vezes, a autora enveredou por assuntos que podem muito bem ser entendidos como secundários (ex.: dedica algumas páginas para descrever os vários tipos de embarcações marítimas, que apesar de estar num subcapítulo denominado de “Os navios e os homens”, não me parece determinante para o que este estudo pretende investigar) (p. 76-79). E em terceiro lugar, importa advertir que o excesso de contextualização pode levar a repetições, o que dificulta a leitura e compreensão da obra.

Por fim, o estudo pretendia abordar a ação política e diplomática de D. João de Almeida, mas poderia também ter sido enriquecido com uma completa biografia sobre esta importante personagem. Se inicialmente aborda as origens da família de D. João de Almeida, seria de todo o interesse responder às muitas questões sobre o percurso biográfico do mesmo: que formação lhe foi administrada? Como alcançou as posições que desempenhou? Que influências o marcaram? Quem influenciou a sua carreira política?

E tal como a autora indica, Martinho de Melo e Castro, seu tio, foi uma personagem de destaque: poderá ter sido um dos promotores da carreira do seu sobrinho? Qual a relação – profissional e pessoal – de ambos? Questões que não foram colocadas, mas que iriam enriquecer o estudo, permitindo conhecer com detalhe D. João de Almeida (quanto melhor conhecemos o homem, melhor iremos compreender as suas decisões e ações).

Por fim, importa ainda referir que a conclusão do estudo não parece obedecer a nenhuma norma estabelecida, e que à exceção dos primeiros

parágrafos, toda a restante conclusão aparenta ser a continuação dos pontos imediatamente anteriores (o comércio escravagista e a relação luso-britânica), o que me leva a crer que esta informação pudesse ser incluída no texto.

No cômputo geral, a obra merece ser evidenciada pela importante figura que pretende estudar. Com uma descrição esclarecedora dos feitos de D. João de Almeida, o estudo podia ser enriquecido, embora, pareça ter respondido aos problemas levantados pela autora. De realçar, foram também as diversas fontes primárias usadas, e também os vários estudos de autores de referência.

CARLOS F. T. ALVES
PIUDHIST, CHSC-UC
cftalves@outlook.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_21

REVISTAS RECEBIDAS EM PERMUTA

Almansor (Montemor-o-Novo)
Analecta Sacra Tarraconensia (Barcelona – Espanha)
Anales de Historia Contemporánea (Múrcia – Espanha)
Análise Social (Lisboa)
Annali dell'Istituto Storico Italo Germânico in Trento (Bolonha – Itália)
Annali della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere (Bari – Itália)
Annali della Fondazione Luigi Einaudi (Turim – Itália)
Annali della Scuola Normale Superiore de Pisa (Pisa – Itália)
Antonianum (Roma – Itália)
Anuario de História de la Iglesia (Pamplona – Espanha)
Archivo Teológico Granadino (Granada – Espanha)
Arquipélago – História (Ponta Delgada)
Barcelos – Revista (Barcelos)
Boletim Cultural de Esposende (Esposende)
Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (Coimbra)
Boletim de Trabalhos Históricos (Guimarães)
Bolletino del Museo del Risorgimento (Bolonha – Itália)
Brigantia (Bragança)
Brotéria (Lisboa)
Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme Français (Paris – França)
Cahier du CREPAL (Paris – França)
Carthaginensia (Múrcia – Espanha)
Cidade de Évora (Évora)
Ciencia Tomista (Salamanca – Espanha)

Colóquio Letras (Lisboa)
Communio (Sevilha – Espanha)
Cuadernos de Estudios Gallegos (Santiago de Compostela – Espanha)
Cuadernos de Filosofía Latinoamericana (Bogotá – Colômbia)
Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias (Lisboa)
Disciplinarum Scientia (Santa Maria – Brasil)
Discursos – Língua, Cultura e Sociedade (Coimbra)
Douro - Estudos & Documentos (Porto)
Educação e Contemporaneidade - Revista da FAEEBA (Bahia – Brasil)
Educação e Filosofia (Uberlândia – Brasil)
Educação e Pesquisa (São Paulo – Brasil)
Estudios Eclesiásticos (Madrid – Espanha)
Estudios Interdisciplinarios de America Latina y Caribe (Telavive – Israel)
Estudos do Século XX (Coimbra)
Estudos Ibero-Americanos (Porto Alegre – Brasil)
Eurolimes (Oradea – Roménia)
Filosofia (Atenas – Grécia)
Franciscanum (Bogotá – Colômbia)
Gestão e Desenvolvimento (Viseu)
Hispania Sacra (Madrid – Espanha)
História – Revista (Assis – Brasil)
História y Comunicación Social (Madrid – Espanha)
Humanística e Teologia (Porto)
Humanitas. Anuário del Centro de Estudios Humanísticos (Monterrey – México)
Humanitas (Coimbra)
Índice Histórico Español (Barcelona – Espanha)
Internationale Schulbuchforschung Zeitschrift des Georg-Eckert-Instituts
(Braunschweig – Alemanha)
Isleña (Funchal)
Lalies: Langue & Littérature (Paris – França)
Latitudes – Cahiers Lusophones (Paris – França)
Ler História (Lisboa)
Lusitania Sacra (Lisboa)
Manuscripts - Revista de Historia Moderna (Barcelona – Espanha)
Máthesis (Viseu)
Mélanges de la Casa de Velázquez (Madrid – Espanha)
Mentalités/Mentalities (Hamilton – Nova Zelândia)
Munda (Coimbra)

Nouvelle Revue Théologique (Namur – Bélgica)
Passado y Memoria. Revista de História Contemporânea (Alicante – Espanha)
Philosophica (Lisboa)
Rassegna Storica del Risorgimento (Roma – Itália)
Remate de Males – Revista do Departamento de Teoria Literária (Campinas – Brasil)
Revista Agustiniana (Madrid – Espanha)
Revista Atlântica de Cultura Ibero-Americana (Portimão)
Revista Ciências Humanas (Florianópolis – Brasil)
Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra)
Lisbon Law Review - Faculdade de Direito (Lisboa)
Revista da Faculdade de Letras – História (Porto)
Revista da Faculdade de Letras do Porto (Porto)
Revista de Comunicação e Linguagens (Lisboa)
Revista de História Regional (Ponta Grossa – Brasil)
Revista de Letras (São Paulo – Brasil)
Revista Militar (Lisboa)
Revista Portuguesa de Filosofia (Braga)
Revista Portuguesa de História (Coimbra)
Revista Portuguesa de Pedagogia (Coimbra)
Revue des Études Sud-Est Européennes (Bucareste – Roménia)
Scriptorium Victoriense (Vitória - Espanha)
Spagna Contemporânea (Turim – Itália)
Storia della Storiografia (Turim – Itália)
Studia Storica. Hist. Medieval (Salamanca – Espanha)
Synthesis (Bucareste – Roménia)
Tempo (Niterói – Brasil)
Teo-comunicação (Porto Alegre – Brasil)
Theoforum (Otava – Canadá)
Transformação-Revista de Filosofia (Marília – Brasil)
Trénio - Ilustración y Liberalismo (Madrid – Espanha)
Vária História (Belo Horizonte – Brasil)
Vértice (Lisboa)
Vidya (Santa Maria – Brasil)

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Submissão de artigos e recensões

Os artigos e as recensões propostos para publicação devem ser originais e seguir as normas de redação para autores adotadas pela revista. Serão objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão anónima de, pelo menos, dois pares. Todo o processo seguirá o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais)

Deverão ser remetidos para ihti@fl.uc.pt, com explicitação dos seguintes dados:

- nome do autor;
- afiliação académica;
- ORCID do autor
- endereço electrónico;

Materiais em formato não digital serão enviados para:

Revista de História das Ideias - IHTI

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publicação de artigos

2. 1. Apresentação e extensão do texto

Admitem-se artigos escritos em português, inglês, francês, espanhol e italiano. A sua extensão não deverá exceder os 50 000 caracteres com espaços no total, compreendidos resumo, notas, bibliografia, etc.

No início do artigo, constarão:

a) título, na língua em que o artigo é escrito e em inglês, alinhado ao centro ou justificado, a negrito, e tipo de letra Arial Bold com o tamanho de 14 pontos;

b) Nome do autor, endereço de correio eletrônico, ORCID e instituição a que pertence (no caso de o autor pertencer a várias instituições, podem ser referidas duas delas) em parágrafos sucessivos;

c) Resumo, até 150 palavras, em Arial tamanho 10 pt, escrito na língua em que o artigo é escrito e em inglês, ou, caso o artigo seja escrito em inglês, numa outra língua admitida pela revista;

d) Lista de cinco palavras-chave em inglês e na língua utilizada no resumo.

e) No final do artigo, constará uma bibliografia limitada aos títulos citados.

f) As notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais, e a matéria essencial ficará contida no próprio texto. A chamada surge antes do sinal de pontuação.

2. 2. Formatação do texto

Deve ser formatado em Microsoft Office Word, tamanho A4 com margens superior e inferior a 22 mm e laterais a 24 mm, alinhamento do texto justificado, início de parágrafo a 5 mm e espaçamento entre as linhas de 16.36 pontos, tipo de letra Arial, com o tamanho de 10 pontos e numeração de páginas e de notas sequencial.

Os subtítulos, sem qualquer numeração, serão formatados em Arial Bold, tamanho 9,5 pt, alinhamento à esquerda.

Não haverá sublinhados, nem outros negritos além dos títulos.

As citações serão feitas entre aspas portuguesas (<< >>), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, com o tamanho de letra de 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada.

As notas de rodapé deverão ser apresentadas em Arial, tamanho de 8 pontos, espaçamento de 10 pontos, alinhamento justificado e numeração seguida.

Todas as hiperligações deverão ser removidas.

Gráficos, tabelas, mapas e eventuais ilustrações serão executados em Ilustrador e gravados no seu formato nativo (extensão.ai <http://xn--extenso-2wa.ai>). Os gráficos também poderão ser executados em Excel, desde que os mesmos sejam gravados como imagem em formato TIFF. Para fotografias, requer-se o modo CMYK, em formato TIFF e com 300 dpi de resolução e a dimensão de 16x23cm.

Cada item será remetido em ficheiro autónomo com indicação, no texto, do local onde deve ser inserido.

Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para publicação de imagens sujeitas a direitos de autor.

2. 3. Organização da bibliografia final

Na bibliografia final, sempre que o mesmo autor é citado mais do que uma vez, em vez do nome deve figurar << - >>.

Monografias:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livradores.

Artigos:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

Os itens são ordenados alfabeticamente pelo apelido do autor, sem maiúsculas nem versaletes, respeitando o nome com que o autor se apresenta. Será evitada a numeração romana.

Páginas e sítios em linha devem, tanto quanto possível, conter as indicações bibliográficas de autor, título e data. É imprescindível a indicação do URL e da última data de acesso.

2. 4. Citação abreviada

A indicação de um passo ou de uma obra será feita de forma abreviada preferencialmente no texto segundo o modelo autor e data (apelido do autor data: página). Por exemplo (Anúnciação 2003: 25).

Serão usadas as abreviaturas: id., et al., ed., eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc., cf., v., in (reservado a obras coletivas), apud, s.d., s.l, s.n., s.p.

3. Publicação de resenhas

A obra resenhada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia.

As resenhas não devem exceder os 8 000 caracteres com espaços.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1. Submission of articles and critical reviews

The articles and reviews submitted for publication must be original works and follow the editorial standards adopted by the journal. Texts will undergo a rigorous peer-review, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The whole process is carried out in accordance with the Code of Ethics. Best Practices Guide for editors of journals of the University of Coimbra (Editorial policies)

All submitted papers must be sent to ihti@fl.uc.pt and include the following data:

- author's name;
- academic affiliation;
- author's ORCID
- email address.

Printed texts should be sent to:

IHTI - Revista de História das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publication of articles

2.1. Text format and length

Articles can be written in Portuguese, English, French, Spanish and Italian. Texts must not exceed a maximum of 50 000 characters with spaces, including abstract, footnotes, bibliography, etc.

The beginning of the article must include:

- i) a title, both in English and in the language of the article (14-point Arial Bold, centered or justified);
- ii) the author's name, email address, ORCID and institutional affiliation (if the

author is affiliated with several institutions, two of them can be mentioned) in successive paragraphs;

iii) an abstract with a maximum of 150 words (10-point Arial) both in English and in the language in the article. If the article is in English, the abstract shall also be written in any of the other languages accepted by the journal;

iv) a list of five keywords in English and in the language of the abstract.

The end of article must include a bibliography limited to the quoted works;

Footnotes must be brief and shall be used just for explanations or occasional comments. The core subject must be included in the body of the text. Footnote callouts must be inserted before punctuation marks.

2.2. Text Formatting

The text must be formatted using Microsoft Word, in the A4 size and according to the following page settings: 22 mm top and bottom margins, 24 mm left and right margins, 10-point Arial, justified, 16.36 line-spacing, 5 mm first line indentation. Pages and notes shall be numbered sequentially.

Subtitles shall have no numbers and must be left-aligned and formatted in Arial Bold, size 9.5.

Apart from titles, no other text should be underlined or in bold.

Quotes must be presented between Latin quotation marks (<< >>), except if they exceed three lines. In this case, they should be separated from the text by one space and written in a 9-point font, followed by an abbreviated reference to the quoted work.

Footnotes must be formatted in 8-point Arial, justified with 10-point line spacing, and shall be numbered sequentially.

All hyperlinks must be removed.

Graphics, tables, maps and illustrations must be created in Adobe Illustrator and saved in its native format (.ai extension <http://xn--extenso-2wa.ai>). Graphics can also be created in Microsoft Excel, as long as they are saved as pictures in the TIFF format. Photographs must be saved in the CMYK mode and TIFF format, and have a 300 dpi resolution and a size of 16x23cm.

Each item shall be sent in a separate file and the text must mention where it should be inserted.

It is the author's responsibility to obtain permission to publish images subject to copyright laws.

2.3. Organization of the final bibliography

In the final bibliography, whenever the same author is mentioned more than once, their name should be replaced with << - >>

Monographs:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livreiros.

Articles:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

The items must be alphabetically sorted by the author's surname, without caps or small caps, observing the name by which the author is known. Roman numerals should be avoided.

Whenever possible, webpages and sites should include the author's bibliographical information, title and date. It is essential to indicate the URL and the date of last access.

2.4. Abbreviated quotes

References to a passage or a work must be made in abbreviated form, preferably within the text, following the author and date model (name of the author date: page). For example: (Anunciação 2003: 25).

The following abbreviations shall be used: id, et al., eds, eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc, cf., v., in (for collective works only), apud, wd., wp., wn.

3. Publication of critical reviews

The reviewed work must be identified according to the model used in the bibliography.

Critical reviews must not exceed 8000 characters with spaces.

David Armitage, História Intelectual e a Longa Duração: A Guerra Civil em Perspetiva

Henrique Jales Ribeiro, A filosofia da história e da historiografia
de Richard Rorty: Questões hermenêuticas

Luís Reis Torgal, Acerca de Silva Dias no seu centenário.
Evocação em jeito de história e de memória

Israel Sanmartín, La cultura histórica sobre el «Año mil» en sus diferentes
historiografías

Douglas Attila Marcelino, Morte do rei, incorporação do poder e representação
histórica: entre uma poética da ausência e uma poética do saber?

João Paulo Avelãs Nunes, A memória histórica enquanto instrumento de controlo
durante o Estado Novo. O exemplo do antisemitismo

Marcello Felisberto Moraes de Assunção, O Estado Novo brasileiro como espelho do
Salazarismo: autoritarismo e corporativismo na seção «Crítica» da revista
Brasília do Instituto de Estudos Brasileiros da FLUC (1942-1944)

Márcio Barbosa, Geopolítica, economia, (des)colonização e cultura a partir
do Ministério das Colónias de Marcelo Caetano: 1944-47

Vítor Neto, José Relvas: Um político republicano

Antonio Moliner Prada, La recepción de las ideas revolucionarias
(radicales, socialistas y republicanas) en Cataluña en el siglo XIX

Maria de Fátima Nunes, Ciência e cultura, coleções e museus: olhares sobre um
«Portugal e a cultura europeia», no século XX

Manuel Augusto Rodrigues, Wittenberg e Roma na via do diálogo 500 anos após o
início da Reforma de Lutero

Recensões Críticas

Revistas recebidas em permuta

Normas para os autores/Guidelines for authors

Próximo número: Fronteiras

ISSN: 0870-0958